

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ROSANGELA SILVA SOUSA

Uma investigação sobre as teorias da *cidade mundial, cidade global, cidade pós-moderna* e sua relação com a cidade de São Paulo

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Uma investigação sobre as teorias da *cidade mundial*, *cidade global*, *cidade pós-moderna* e sua relação com a cidade de São Paulo

Rosangela Silva Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Élvio Rodrigues Martins

São Paulo
2008

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Prof. Dr. Élvio, orientador dessa dissertação, pela oportunidade concedida. Sem dúvida, está sendo uma experiência muito enriquecedora. Valeu por tudo!

À Prof^a. Dr^a. Sandra Lencioni, que em minha qualificação, elucidou tão bem o objetivo dessa pesquisa: a interpretação! Interpretação do pensamento produzido sobre o tema da pesquisa! Como também realizou outras preciosas contribuições.

À Prof^a. Dr^a. Maríá Laura Silveira, que, também na qualificação, fez pertinentes observações, indicou obras fundamentais de Milton Santos para esta dissertação e, ainda, outros textos significativos; tendo a delicadeza de procurar e me entregar alguns destes textos.

Ao Núcleo de Estudos *“Geografias do Contemporâneo”* pelas discussões proporcionadas acerca da sociedade atual.

E especialmente a Rodrigo Pereira, pela paciência e por todo o apoio nessa e em outras jornadas.

RESUMO

A presente dissertação investiga a literatura internacional e nacional acerca das teorias de cidade mundial, global e pós-moderna, destacando a sua relação com a metrópole de São Paulo. Para tanto, como recurso teórico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, ressalta-se que os conceitos de *cidade mundial* e *cidade global* não apresentam diferenças significativas, sendo utilizados pelos autores a depender de sua preferência. Já o conceito de *cidade pós-moderna* tem uma utilização mais restrita se comparado com os termos anteriores. Principalmente na literatura internacional, o conceito de cidade pós-moderna apresenta uma inclinação para abordagens de fenômenos culturais da sociedade. Já na literatura nacional, tal conceito é pouquíssimo utilizado e, quando presente, relaciona-se mais com um padrão de planejamento urbano o qual, por sua vez, prioriza as necessidades dos atores hegemônicos. Assim, verificou-se que existem duas formas principais de apreensão do conceito de cidade mundial/global. Uma dessas formas foi denominada “forma-diagnóstico”, constituindo o “resultado” da investigação das novas “formas-conteúdo” da cidade contemporânea. E a outra apreensão foi denominada “forma paradigma-planejamento estratégico”, a qual se relaciona com o “modelo” defendido de cidade que deve ser seguido para se conquistar competitividade na globalização. Sendo o planejamento estratégico a “operacionalização” desse modelo. Por fim, destaca-se que grande parte da literatura nacional, inclusive na Ciência Geográfica, considera a metrópole de São Paulo uma cidade mundial/global. Nesse sentido, diversos autores destacam seu contexto histórico-geográfico, apontando, assim, uma especificidade do fenômeno: é uma cidade mundial/global da semiperiferia do capitalismo. A literatura internacional, no geral, também considera São Paulo uma cidade mundial/global. Contudo, neste último caso, poucos estudos dedicaram-se a estabelecer relação com São Paulo, já que se concentram, sobretudo, na análise de suas realidades locais.

Palavras-chave: Cidade mundial. Cidade global. Cidade pós-moderna. São Paulo. Globalização.

ABSTRACT

This dissertation investigates the international and national literature concerning the theories of world, global and post-modern city, highlighting its relations with São Paulo Metropolis. For that, as theoretical resource, it was used the bibliographical research. Thus, it points out that the concepts of *world city* and *global city* do not present significant differences, it has been used by the authors depending on the preference of each one. Yet, the concept of *post-modern city* has a more restricted utilization, if it was compared with the previous terms. Mostly in the international literature, the concept of post-modern city presents an inclination for cultural phenomena approaches in the society. However, in the national literature, such concept is used just a little and, when it appears, it relates more to a pattern of urban planning which prioritizes the needs of hegemonic actors. This way, it was verified that there are two main forms to apprehend the world/global city concept. One of these forms was denominated “diagnostic form”, constituting the “result” of new “content forms” investigation of the contemporary city. And the other apprehension was denominated “paradigm strategic planning form”, which is related with the “model” of city that should be followed to acquire competitiveness in the globalization. The strategic planning is the “operationalization” of this model. Finally, it is highlighted that great part of the national literature, includes in the Geographical Science, considers São Paulo Metropolis a world/global city, as well as in the international literature. In this sense, several authors highlight its historical-geographical context, and they point to, this way, a phenomenon specificity: it’s a world/global city of the capitalism’s semi periphery. The international literature, in general, also considers São Paulo a world/global city. However, in this last case, few studies have been dedicated to establish relations with São Paulo, since they concentrate, above all, in the analysis of their local realities.

Key words: World city. Global city. Post-modern city. São Paulo. Globalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: TEORIAS SOBRE A CIDADE CONTEMPORÂNEA	08
1 A teoria da cidade mundial e global	18
2 A teoria da cidade pós-moderna	52
3 Outras teorias sobre a cidade contemporânea	62
4 Algumas considerações	78
CAPÍTULO 2: SÃO PAULO ANTES DA GLOBALIZAÇÃO	80
1 Da metrópole cafeeira à metrópole industrial.....	81
2 Os problemas da metrópole de São Paulo	87
3 A área central da cidade	92
4 São Paulo: metrópole regional	95
5 São Paulo: metrópole americanizada?	104
6 Aspectos demográficos da metrópole de São Paulo	106
7 Algumas considerações	110
CAPÍTULO 3: INTERPRETAÇÃO DAS TEORIAS DA CIDADE MUNDIAL, CIDADE GLOBAL E CIDADE PÓS-MODERNA REFERENTES A SÃO PAULO	112
1 Literatura internacional que aborda São Paulo e as teorias de cidade mundial/global	113
2 Literatura nacional sobre as teorias de cidade mundial/global e pós-moderna e sua relação com São Paulo.....	135

2.1 A análise das diferentes apreensões do conceito de cidade mundial/global ...	136
2.2 O conceito de cidade mundial/global segundo a “forma-diagnóstico”	145
2.3 O conceito de cidade mundial/global segundo a “forma paradigma-planejamento estratégico”	196
2.4 O conceito de cidade mundial/global na Ciência Geográfica nacional	222
2.5 O conceito de cidade pós-moderna	254
3 Algumas obras nacionais que abordam as teorias pontualmente	261
4 Algumas considerações	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
BIBLIOGRAFIA	273

INTRODUÇÃO

O grande tema de interesse, desde a gênese da idéia de pesquisa, foi a compreensão da cidade contemporânea, com suas novas dinâmicas e formas. Nesse sentido, observou-se que termos como *cidade mundial*, *cidade global* e, em menor medida, *cidade pós-moderna*, surgiam nos estudos para definir e explicar a cidade atual.

Nesse sentido, escolheu-se a cidade de São Paulo como *lugar* privilegiado de investigação da possível “nova dinâmica” da realidade contemporânea. Isso porque se acredita numa transformação político-econômica do capitalismo que, alguns autores, como David HARVEY (1994), definem como a mudança do fordismo para a acumulação flexível. Esta última iniciada por volta dos anos 1970.

Todavia, o estudo da transição do fordismo para a acumulação flexível apresenta sérias dificuldades à formulação de teorias, tanto que muitos estudiosos abandonaram a teorização e buscaram dados empíricos para tentar entender as mudanças. Mesmo assim, há teóricos keynesianos, monetaristas etc., que podem divergir em diversos aspectos, mas têm um único ponto de acordo, a saber: “*alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970*” (HARVEY, 1994, p. 163, *grifo meu*). E é exatamente nisso que se acredita. Logo, novos conteúdos e formas espaciais são fundamentais para essa mudança, ou seja, para a reprodução capitalista.

Assim, a transição para a acumulação flexível ocorreu gradativamente por meio da implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas, o que gera, entre outros fenômenos, a compressão do tempo-espaço (HARVEY, 1994). Dessa forma, Milton SANTOS (2000) assevera que “as bases materiais do período atual são, entre outras coisas, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta” (SANTOS, 2000, p. 20), sendo que o grande capital se apóia nestas bases para construir a globalização. Nesse sentido,

[...] a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada

sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social [...] e o meio-técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização (SANTOS, 2002, p. 239).

Logo, a preocupação primária da pesquisa é compreender como essa fase do capitalismo funciona e se materializa nos lugares, especificamente nas cidades, notadamente na cidade de São Paulo.

Para tanto, se constatou que um caminho possível para a apreensão da complexidade do real poderia ser uma análise da metrópole paulistana à luz de um estudo exaustivo das teorias de cidade mundial, global e pós-moderna. Logo, compreender, analisar e sistematizar essas teorias, que são um esforço de análise a respeito da cidade atual, é um caminho para a apreensão do fenômeno.

Desse modo, acredita-se que essas teorias podem contribuir não apenas para o entendimento da dinâmica global atual, mas também para a compreensão da cidade de São Paulo hoje. Tendo em vista que a principal hipótese da pesquisa é a de que há uma especificidade do fenômeno da cidade mundial, global, pós-moderna na cidade de São Paulo. Embora, saiba-se, existam autores que não concordam com isso, como João Sette Whitaker FERREIRA (2003), como se verá no decorrer do trabalho.

Nesse sentido, para uma melhor apresentação da pesquisa empreendida, segue os objetivos, bem como as hipóteses do presente trabalho.

Tem-se como objetivos intrínsecos à pesquisa:

- Sistematização da literatura produzida sobre o tema;
- Reflexão e análise minuciosa da produção;
- Verificação das possíveis semelhanças e diferenças entre as três teorias citadas (cidade mundial, global, pós-moderna);
- Análise da produção que trata destas teorias, relacionando-a com São Paulo;
- Analisar os critérios/argumentos que afirmam, bem como os que negam São Paulo como cidade mundial, global e pós-moderna;
- Análise e discussão crítica do material produzido sobre as teses de cidade mundial, global, pós-moderna dentro da Ciência Geográfica;
- Por meio da pesquisa bibliográfica, verificar a possibilidade do uso ideológico das teorias por empresários, poder público etc.

Quanto às hipóteses:

- A especificidade do fenômeno de cidade mundial, cidade global e cidade pós-moderna na cidade de São Paulo;
- Não há significativas diferenças teóricas entre cidade mundial e cidade global, sendo a sua utilização variável, conforme o autor;
- A teoria sobre cidade pós-moderna apresenta uma abordagem diferenciada se comparada com cidade mundial e cidade global;
- Existe um número maior de autores que defendem São Paulo como cidade mundial e cidade global;
- Os conceitos de cidade mundial e global referem-se mais ao âmbito econômico, e o conceito de cidade pós-moderna, por sua vez, aborda com maior ênfase os aspectos culturais.

No que se refere ao problema da pesquisa, observou-se que existe uma farta literatura sobre o objeto da pesquisa, porém não sistematizada. Logo, realizar a investigação, sistematização e análise desta produção, constitui-se numa necessidade para melhor compreensão da discussão. Ressalta-se, também, que há certa inconsistência, superficialidade do tema no tocante à cidade de São Paulo, com pontos divergentes sobre o assunto, o que poderá ser observado no decorrer desta dissertação.

Desse modo, dentro da Ciência Geográfica (como também em outras áreas) encontram-se autores que são partidários ou opositores das teses de cidade mundial, cidade global e cidade pós-moderna, defendendo ou negando o próprio arcabouço conceitual das teses, como também sua aplicação para a cidade de São Paulo. Dessa forma, tem-se a perspectiva de contribuir para uma melhor sistematização e consistência do debate sobre o tema na Geografia.

De todo modo, até mesmo por este esforço de investigação da realidade, não se deixará de considerar as contribuições de outras ciências, além da Geografia. Sem fazer, evidentemente, uma utilização indiscriminada das categorias e conceitos de outras ciências, mas estabelecendo relações e mantendo a pertinência, a coerência e a operacionalidade com a Ciência Geográfica.

Logo, é interessante frisar que as teorias de cidade mundial, global e pós-moderna emergiram inicialmente de pesquisadores que pensavam, prioritariamente, a nova realidade das cidades dos “países centrais”. Contudo, a reestruturação econômica que se deflagrou a partir dos anos 1970 no sistema capitalista não atinge apenas os “países ricos”, marca a totalidade do espaço (SANTOS, 2002, p. 240).

Nesse sentido, uma ampla literatura relacionando essas teorias com cidades dos “países semiperiféricos” ou “em desenvolvimento” já foi produzida.

Sendo assim, compreender, analisar, discutir criticamente, classificar e *relacionar* essas teorias é um caminho de método para o entendimento do mundo hoje, assim como da cidade contemporânea. É uma maneira, principalmente, de tentar apreender o *lugar* – a cidade de São Paulo –, investigando a *especificidade* do fenômeno no *local*, analisando e relacionando a produção sobre o assunto.

Para tanto, o estudo terá como foco o *real pensado*, ou seja, a produção de estudiosos sobre o tema. Sendo mais um dos objetivos desta dissertação alcançar o *concreto pensado*, ou seja, um esquema próprio, as próprias relações (SILVEIRA, 2005b).

Dessa forma, pretendeu-se construir uma interpretação válida, legítima a respeito do tema, mas consciente de que é uma interpretação inacabada, ou seja, não encerra a matéria, sempre tendo em vista a responsabilidade de pesquisador, ou seja, assumindo a responsabilidade das possíveis conseqüências do estudo, realizando um esforço para não construir ou legitimar *ideologias* no trabalho (JAPIASSU, 1991, p. 150). Muito pelo contrário, realizando um esforço de identificar possíveis “preconceitos” ou interpretações inconsistentes em relação, notadamente, aos conceitos de cidade mundial, global e pós-moderna.

A idéia não é de *neutralidade*, tendo em vista que a ciência é realizada por seres humanos. Mas, primordialmente, de reflexão sobre a prática da pesquisa realizada. Como já alertava Hilton JAPIASSU (1991), “ao tentarem fazer uma reflexão para descobrir os pressupostos e os condicionamentos socioculturais de sua atividade científica, os cientistas estão desenvolvendo uma atividade epistemológica que nós chamamos de ‘crítica’” (p.150).

Quanto à metodologia, se utilizará a pesquisa bibliográfica, visando, sobretudo, a interpretação acerca do pensamento produzido sobre as teorias da cidade mundial, global e pós-moderna e sua relação com a metrópole de São Paulo, por meio da investigação, análise e sistematização das obras pesquisadas.

Sendo assim, buscou-se uma organização para a apresentação das idéias, descrita a seguir.

No primeiro capítulo, denominado “*Teorias sobre a cidade contemporânea*”, tem-se a exposição e discussão crítica da literatura a respeito de algumas teorias sobre a cidade contemporânea, considerando não apenas as teorias de cidade

mundial, global e pós-moderna, como outras. Nesse sentido, investiga-se a teoria da *cidade informacional*, de Manuel CASTELLS (1989), a teoria da *postmetropolis*, de Edward SOJA (2000), da *metápoles*, de François ASCHER (2001), e da *cidade-região*, de um conjunto de autores, a saber: Allen SCOTT, John AGNEW, Edward SOJA e Michael STORPER (2001).

Assim, num primeiro momento, há uma introdução que realiza uma breve análise de alguns aspectos da sociedade contemporânea, como forma de situar a discussão a respeito da cidade atual (que ocorrerá no decorrer da dissertação), num contexto mais amplo de transformações da sociedade. Após isto, seguem-se as discussões propriamente ditas sobre as teorias da cidade contemporânea. Nesse sentido, no primeiro *tópico* do primeiro capítulo, aborda-se as teorias de cidade mundial e cidade global. Portanto, como se verificará adiante, são teorias sem diferenças teóricas significativas, sendo que seu uso depende mais da opção do autor, como FERREIRA (2003a) já alertava em sua tese.

Num segundo momento desse primeiro capítulo, disserta-se sobre a teoria de cidade pós-moderna, que tudo indica ter um enfoque um pouco diferenciado se comparado com o conceito de cidade mundial/global, abordando, além das questões eminentemente econômicas, aspectos culturais. Como se observará, o termo *cidade pós-moderna*, é muito menos utilizado se comparado com os outros dois.

Destaca-se que foi feita a opção por tratar prioritariamente a literatura internacional sobre o assunto no primeiro capítulo tendo em vista que as produções nacionais (que serão abordadas no terceiro capítulo) têm tais obras como fonte primária de análise.

Já no segundo capítulo, intitulado “*São Paulo antes da globalização*”, dedicou-se a investigar a cidade de São Paulo antes da denominada globalização. Nesse sentido, baseou-se fundamentalmente em HARVEY (1994) e JAMESON (2004), os quais afirmam que a reestruturação mais recente do capitalismo ocorreu notadamente nos anos 1970. Sendo assim, foram escolhidos estudos sobre a metrópole paulistana de pouco antes do fenômeno da globalização, basicamente trabalhos dos anos 1950 e 1960. É um capítulo importante, pois evidencia determinadas mudanças, bem como algumas “continuidades” na cidade, enriquecendo substancialmente, portanto, a análise e compreensão da cidade de São Paulo hoje.

Nesse sentido, esse segundo capítulo aborda diversos temas a respeito de São Paulo dos anos 1950-1960, como sua transição de metrópole cafeeira para metrópole industrial; alguns de seus problemas; sua área central; uma discussão sobre sua influência sobre outras áreas; abordagem a respeito do seu padrão de desenvolvimento – presente em especial no *tópico* “São Paulo: metrópole americanizada?” – e, por fim, a consideração de alguns aspectos demográficos, como faixa etária, atividades de ocupação da população etc.

No terceiro capítulo, denominado “*Interpretação das teorias de cidade mundial, cidade global e cidade pós-moderna referentes a São Paulo*”, buscou-se investigar, primeiramente, a literatura internacional sobre o tema que tratou da cidade de São Paulo.

Dessa forma, é importante salientar que esse primeiro *tópico*, por vezes, pode parecer repetitivo, tendo em vista que algumas das obras tratadas nesse momento já foram abordadas no primeiro capítulo. Neste, contudo, por uma questão de método, foi enfocada, nas obras, somente a análise a respeito da teoria de cidade mundial/global. Deixando, assim, a parte desses estudos internacionais que trataram de São Paulo para o terceiro capítulo.

Desse modo, no terceiro capítulo a prioridade foi a interpretação dos estudos que relacionam as teorias de cidade mundial, global e pós-moderna com a cidade de São Paulo, havendo um *tópico* reservado à análise da produção realizada na Ciência Geográfica nacional sobre o tema.

É interessante destacar que foi observado, no decorrer da investigação, duas formas principais de apreensão da teoria de cidade mundial/global. Análise esta que encontrou certo embasamento no artigo de CARVALHO (2000), apesar de algumas diferenças, já que CARVALHO (2000) defende três formas de apreensão do conceito de cidade mundial/global, e não duas formas, como é proposto nesta dissertação.

Uma das formas de apreensão foi denominada “forma-diagnóstico”, como “resultado” da investigação das transformações na cidade contemporânea. A outra, denominada “forma paradigma-planejamento estratégico”, por sua vez, enfoca o conceito enquanto “modelo” a ser seguido pelas cidades para que tenham competitividade na globalização. Sendo que o planejamento estratégico é a “operacionalização” desse “modelo”, no qual transforma espaços da cidade em ambientes propícios para o processo de acumulação/reprodução do capital pelos

atores hegemônicos. Logo, ambas as formas de apreensão são imprescindíveis para a compreensão da cidade contemporânea.

Sendo assim, no terceiro capítulo, ao se tratar da literatura nacional sobre as teorias e sua relação com São Paulo, optou-se por empreender essa análise, sobretudo, por meio dessas duas formas de apreensão do conceito.

Ressalta-se, ainda, que o uso do termo *cidade mundial* antes das outras denominações – *cidade global* e *cidade pós-moderna* –, no título da dissertação e, por vezes, no decorrer do trabalho, não é uma escolha aleatória, tendo em vista que na literatura sobre o assunto, primeiramente, o termo *cidade mundial* foi utilizado por Peter Hall, em 1966, para somente na década de 1990, com Anthony KING (1991) e Saskia SASSEN (1991), por exemplo, aparecer o termo *cidade global*.

Também é importante destacar que se buscou, em toda a dissertação, organizar a ordem de exposição e interpretação das obras por sua data de publicação, respeitando sempre a unidade de pensamento do autor. Por exemplo, duas obras de Saskia SASSEN (1991, 1998) são analisadas no primeiro capítulo, sendo que uma data de 1991 e outra de 1998 (ao menos a edição em português que foi utilizada, pois o original é de 1994). Não seria coerente tratar da primeira obra de SASSEN (1991, 1998), investigar outros autores, seguindo a ordem cronológica, para depois voltar à segunda obra da autora. Sendo assim, nesses casos, se mantém a unidade de pensamento do autor, analisando conjuntamente as obras escolhidas, independentemente da data de publicação.

Salienta-se, por fim, que a escolha das obras internacionais seguiu, sobretudo, o seu destaque na literatura sobre o assunto. Já no que concerne às obras nacionais a respeito do tema, se buscou abarcar grande parte da produção, sempre considerando a pertinência da análise realizada em relação ao principal objeto dessa pesquisa, a saber: as teorias de cidade mundial/global e pós-moderna e sua relação com São Paulo.

CAPÍTULO 1

Teorias sobre a cidade contemporânea

Os diversos autores que serão abordados no desenvolvimento dessa dissertação tratarão das transformações contemporâneas, particularmente nas cidades. Evidentemente, alguns destes autores realizarão referências às mudanças ocorridas nos últimos anos em outras dimensões sociais, até para analisar o papel e a configuração da cidade nesse processo.

Mas, de qualquer modo, como forma de introduzir o assunto das modificações que aconteceram nas últimas décadas, optou-se por fazer uma sucinta explanação da apreciação dessas mudanças à luz de alguns autores. Acredita-se que, dessa forma, potencializa-se a reflexão sobre as análises posteriores concernentes ao *meio urbano*.

Anthony GIDDENS (1991) afirma que, no final do século XX, muitos teóricos argumentaram que se estaria no limiar de uma nova era. E, como tal, fez surgir uma série de novos termos para sua caracterização. Assim, para esse período de transição, surgiram termos como sociedade da informação, sociedade de consumo (como referência positiva à emergência de um novo sistema social). Mas a maioria das designações sugere que “um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento” (p. 11) como pós-modernidade, pós-modernismo, sociedade pós-industrial etc.

Segundo GIDDENS, a idéia dessas transformações centra-se, principalmente, nas transformações institucionais, “particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação” (GIDDENS, 1991, p. 12).

Entretanto, o autor propõe que para a compreensão das transformações que causam certa desorientação expressa na “sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização social” (GIDDENS, 1991, p. 12), ao invés de se inventar novos termos, como pós-modernidade, é necessário “olhar novamente para a natureza da própria modernidade” (p. 12).

Logo, Anthony GIDDENS (1991) afirma que não se está num período de pós-modernidade, mas “alcançando um período em que as *conseqüências da modernidade* estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991, p. 13, *grifo meu*).

Porém, também assevera que já se pode perceber “contornos de uma ordem nova e diferente, que é ‘pós-moderna’; mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de ‘pós-modernidade’” (GIDDENS, 1991, p. 13).

Outra consideração importante do autor é a respeito da ocorrência de um declínio gradual da hegemonia global européia, sendo que esse declínio não resulta de uma

[...] diminuição do impacto das instituições que ali emergiram primeiramente, mas, pelo contrário, o resultado de sua disseminação global. O poder econômico, político e militar que deu ao Ocidente sua primazia [...] não diferencia mais tão distintamente os países ocidentais dos outros em outras partes. Podemos interpretar este processo como um processo de *globalização* (GIDDENS, 1991, p. 57).

GIDDENS (1991) alerta que, principalmente nas sociedades industrializadas, mas em certa medida no mundo todo, entra-se num período de alta-modernidade, desprendido da tradição e da posição de domínio fixo do ocidente. Entretanto, a modernidade de forma alguma é um conjunto de certezas. Muito pelo contrário. “A modernidade efetiva envolve a institucionalização da dúvida” (GIDDENS, 1991, p. 175), sendo a modernidade inerentemente globalizante.

Assim, as tendências globalizantes da modernidade, vinculam as pessoas a sistemas de grande escala numa dialética complexa de mudança do local e do global. Dessa forma, o autor diz que vários fenômenos ditos pós-modernos se referem, na verdade, a combinações historicamente novas da presença e da ausência.

Já David HARVEY (1994) em seu famoso livro “*Condição Pós-moderna*” aborda diversos aspectos das transformações na sociedade, notadamente nos últimos trinta anos. Destacam-se os fatores relacionados às transformações político-econômicas do capitalismo, tendo em vista que são fatores geradores de mudanças sociais mais amplas.

HARVEY (1994) afirma que já havia traços de problemas sérios no fordismo em meados dos anos 60. Mas, foi no período de 1965 a 1973 que se tornou mais nítida a “incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (p. 135), sendo que a *rigidez* era o grande problema.

Segundo o autor, com a profunda recessão de 1973, agravada pelo choque do petróleo, tem-se em movimento um conjunto de processos que minaram o compromisso fordista. Dessa forma, como consequência, ocorreu um difícil período de reestruturação econômica e reajustamento social e político nas décadas de 1970 e 1980, com

[...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política [...] essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 1994, p. 140).

Assim o autor salienta que a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Envolve flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. Surgem setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de provimento de serviços financeiros, novos mercados e, principalmente, altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Segundo HARVEY (1994), com o qual se compartilha a análise, na acumulação flexível ocorrem rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual e a compressão do espaço-tempo (com as novas tecnologias como a comunicação via satélite ou mesmo a queda dos custos de transporte possibilitaram um 'encurtamento' na tomada de decisões). Tudo indica que a acumulação flexível implica em

[...] níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural', rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista (HARVEY, 1994, p. 141).

Cabe ainda ressaltar um aspecto abordado por David HARVEY (1994), a respeito da dificuldade de teorização da transição histórica que, segundo ele, testemunha-se e ainda está longe de se completar, do fordismo para a acumulação flexível. Afirma que teóricos de diversas vertentes como os keynesianos, monetaristas, marxistas enfrentam sérios problemas para realizar tal teorização.

Desse modo, alguns estudiosos até abandonaram a teoria e “simplesmente recorreram à caça de dados para dar conta das rápidas mudanças” (HARVEY, 1994, p. 163). Mas isto também não é uma tarefa fácil, de acordo com o autor, uma vez que é necessário saber os dados que são indicadores essenciais da mudança e não apenas contingenciais.

Todavia, apesar de todas estas dificuldades, HARVEY (1994) chama a atenção para um aspecto crucial e que acompanhará grande parte das análises que serão tratadas adiante nesta dissertação; um consenso entre os teóricos, a saber: “*alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970*” (HARVEY, 1994, p. 163, *grifo meu*).

E ainda vale destacar, quando o autor salienta o fato do capitalismo ser uma força constantemente revolucionária da história mundial, a qual sempre está reformulando o mundo e criando configurações novas. Assim, a “acumulação flexível se apresenta, no mínimo, como uma nova configuração” (HARVEY, 1994, p. 176).

François CHESNAIS (1998) afirma que o crescimento absolutamente expressivo das transações financeiras é um dos fatos mais significativos da década de 1980 e que já marcou o início da década de 1990. Diz que a “esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia” (CHESNAIS, 1998, p. 11).

Deste modo, segundo a interpretação do autor, o papel das instituições financeiras específicas, particularmente não-bancárias, são os atores principais dessa mundialização modelando o seu funcionamento de maneira decisiva. Caracteriza a *mundialização financeira* como “as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais” (CHESNAIS, 1998, p. 12). E, acrescenta-se, como se verá adiante, que o setor financeiro tem destaque na formação/consolidação das denominadas cidades mundiais/globais (SASSEN, 1991; 1998).

Esse processo de mundialização financeira, segundo o autor, é resultado de uma liberalização e desregulamentação. Inicialmente adotadas pelos Estados Unidos e Reino Unido entre 1979 e 1987, seguida pelos demais países industrializados. Logo, “a abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a *emergência de um espaço financeiro mundial*” (CHESNAIS, 1998, p. 12, *grifo meu*).

CHESNAIS (1998) assevera que a expressão *mundialização do capital* é mais adequada que o termo de origem inglesa *globalização*, o qual corresponde, por exemplo, a uma

capacidade estratégica do grande grupo oligopolista em adotar abordagem e conduta ‘globais’, relativas, simultaneamente, aos mercados de demanda solvível, às fontes de aprovisionamento, à localização da produção industrial e às estratégias dos principais concorrentes (CHESNAIS, 1998, p. 13).

Nesse sentido, CHESNAIS (1996) em seu livro *“A mundialização do capital”*, assevera que o termo de origem francesa “mundialização” encontrou sérios obstáculos para se impor, tendo em vista a predominância do inglês no mundo contemporâneo. Mas, principalmente, segundo o autor, porque

o termo “mundialização” tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos “global” e “globalização”. A palavra “mundial” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum. Entre os países do Grupo dos Sete – EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália -, os mais fortes julgam ainda poder cavalgar vantajosamente as forças econômicas e financeiras que a liberalização desencadeou, enquanto os demais estão paralisados [...] (CHESNAIS, 1996, p. 24).

CHESNAIS (1998) afirma que as finanças mundializadas agravam ainda mais a exclusão do que as formas de internacionalização precedentes. Afirma que os países em vias de desenvolvimento são severamente penalizados por não terem um “mercado financeiro ‘emergente’ que possa ser integrado, nem empresas capazes de atuar nos mercados de títulos e ações dos grandes países industrializados” (CHESNAIS, 1998, p. 14).

Entretanto alerta que o fenômeno da preponderância das finanças, sob a forma de mundialização financeira, não é irreversível. Afinal, o autor assevera que dizer isto seria “cair num molde muito suspeito de determinismo histórico” (CHESNAIS, 1998, p. 32).

E a história financeira do século XX fornece exemplos da incongruência que seria insistir na idéia de irreversibilidade. Basta lembrar o grau de mundialização financeira por volta de 1913, baseado entre outros fatores numa série de tratados sobre comércio e investimento. Sabe-se o que aconteceu com estes tratados. Ou mesmo a grande depressão de 1929 (CHESNAIS, 1998, p. 32).

Tendo em vista a importância para muitos autores das mudanças ocorridas no mercado financeiro das últimas décadas, considerando-as uma das “forças motrizes” das transformações na dinâmica da sociedade e, particularmente, nas cidades; prosseguir-se-á um pouco mais na análise deste aspecto.

Em *“A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”*, François CHESNAIS (2003) afirma que o termo *nova economia* foi inventado por jornalistas norte-americanos, os quais são treinados para encontrar “novos elementos” em sintonia com o “ideário” de seus leitores. Tanto que a

definição do que vem a ser “nova economia” é um tanto imprecisa (CHESNAIS, 2003, p. 43).

De qualquer modo, o autor afirma que segundo o “Conselho de Análise Econômica”, que publicou um relatório sob o título “Nova Economia”; o termo designa “um setor efervescente, relacionado às indústrias de informação e telecomunicações (as TI) e uma nova maneira de apreender a economia em seu conjunto” (CHESNAIS, 2003, p. 43-44).

CHESNAIS (2003) destaca que talvez o termo “nova economia” tenha uma conotação ideológica até maior que a expressão “globalização”. Pois, devido à fluidez do termo, muitos ao redor do mundo esperavam que o capitalismo estadunidense mostrasse o futuro.

Assim, no decorrer do artigo, o autor se coloca a questão se essa “nova economia” nascida nos Estados Unidos pode ser um “modelo” generalizável a outros países como meio de superação da crise da economia capitalista mundial como um todo. Ressalta que esse “modelo” provocou uma “fuga de cérebros” dos países periféricos para os Estados Unidos. Assim conclui que

[...] se um país ou nação quer ter o poder de compensar ou obstar o efeito das punções da *corporate governance*, deve dispor de um conjunto de mecanismos internos e externos que garanta às empresas o acesso aos recursos em ciência e tecnologia e em mão-de-obra qualificada ou altamente qualificada, que seus próprios investimentos não lhes vai assegurar (CHESNAIS, 2003, p. 69).

No mesmo livro que contém o artigo de François CHESNAIS (2003) sobre a nova economia, há outros dois excelentes artigos, os quais serão brevemente comentados. Um destes artigos é de Gerard DUMÉNIL e Dominique LÉVY (2003) que caracterizam a nova fase do capitalismo, segundo os autores, surgida nos últimos quinze anos, em quatro aspectos.

Os aspectos são: superação da crise estrutural dos anos 1970 e início dos anos 1980; tendência ao aumento da produtividade do capital (Manuel CASTELLS [2006] fez uma importante análise sobre o tema); evolução da gestão por meio das tecnologias de informação e comunicação; e, o “caráter social dos meios de produção encontra-se gradualmente afirmado através da extensão das instituições às quais a propriedade é delegada, notadamente os grandes fundos de investimentos (administrado pelos gestores)” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 40).

Ainda é interessante destacar a observação dos autores DUMÉNIL e LÉVY (2003) quanto à associação dos quatro elementos abordados acima e a preponderância atual da finança (no neoliberalismo).

Essa associação é ambígua e diferentemente do que sugere a propaganda neoliberal, a preponderância atual da finança não é uma condição necessária ao prosseguimento da História. Entretanto, alertam os autores,

a finança desencadeou essas evoluções em certa medida, mas muitos de seus aspectos sobreviverão à superação do neoliberalismo [e este último] pode também se extinguir gradualmente [...] serão as lutas de classes que ditarão os calendários e seus conteúdos (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 40-41).

É oportuno observar que estes dois últimos artigos, um de François CHESNAIS (2003) e o outro de DUMÉNIL e LÉVY (2003) trazem à tona uma questão muito importante: o mundo apresenta uma série de *possibilidades* e as que se tornam *existência* não é devido a uma causalidade inevitável da dinâmica histórica. Tornam-se *existência* devido às opções políticas, principalmente, as opções dos atores hegemônicos do período.

Inevitavelmente, lembra-se do trabalho de Milton SANTOS (2001) denominado “*Por uma outra globalização*”, no qual se assevera que as mesmas bases técnicas em que se apóia o grande capital para construir a globalização que se conhece (a qual o autor caracteriza como *globalização perversa*) “poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos” (p. 20).

Para finalizar a exposição destes artigos, extraídos do livro denominado – “*Uma nova fase do capitalismo?*”, tem-se o trabalho de Immanuel WALLERSTEIN (2003), o qual realiza uma importante consideração a respeito da mundialização. Segundo o autor, nos anos 1990, um grande número de estudiosos defendia que se vivenciava, pela primeira vez na história, a era da mundialização. Os analistas afirmavam que a mundialização mudou tudo:

soberania dos Estados diminuiu; a capacidade de resistência de cada um frente aos rigores do mercado desapareceu; nossa aptidão em desenvolver uma autonomia cultural foi virtualmente reduzida a nada; e a preservação de nossas identidades está comprometida (WALLERSTEIN, 2003, p.71).

Entretanto WALLERSTEIN (2003) assevera que esse discurso é uma ilusão imposta pelos grupos poderosos e que encobre as verdadeiras questões. Estas últimas estão relacionadas a uma crise histórica, proveniente do atual período de transformação que ocorre atualmente. Vivencia-se “uma transição em que o sistema-mundo, em seu conjunto, vai-se metamorfosear” (p. 72).

Segundo o autor, os processos que o termo “mundialização” se refere habitualmente não possuem nada de novo, existindo há mais de 500 anos. Embora, grande parte das análises, utilize a data de 1990 com o desmoronamento da União soviética ou alguns anos antes para marcar a mundialização.

Dessa forma, WALLERSTEIN (2003) propõe uma análise do período atual em dois eixos temporais: o primeiro vai de 1945 aos nossos dias; o segundo inicia-se por volta de 1450 e segue até hoje. O período que vai de 1945 até hoje

corresponde ao de um ciclo de Kondratiev típico da economia-mundo, em que se pode distinguir, como sempre, duas partes: uma *fase A*, de flutuação com viés de alta ou de expansão econômica, que se estende de 1945 até 1967-1973; e uma *fase B*, de flutuação com a tendência de baixa ou de contração econômica, que vai de 1967-1973 até hoje (WALLERSTEIN, 2003, p. 72).

Já o período que se estende de 1450 aos dias atuais marca os limites do ciclo de vida da economia-mundo capitalista, com sua gênese, período de desenvolvimento normal “e que, atualmente, entrou em seu período de crise terminal” (WALLERSTEIN, 2003, p. 73).

Mais duas idéias do autor neste artigo merecem destaque. Primeiramente, destacar que WALLERSTEIN (2003) acredita, em sua análise do período de 1450 até os dias atuais, que o sistema capitalista funcionou bem nos últimos 500 anos. Mas encontra seu limite na crise ecológica que assola o planeta, bem como na urbanização devido à disponibilidade de mão-de-obra barata (p. 89).

Outro aspecto refere-se à preponderância da finança na contemporaneidade. Segundo WALLERSTEIN (2003), a dominação da finança é um elemento constitutivo das fases do ciclo de Kondratiev. Assim, a dominação é cíclica.

Nas fases A, os lucros provêm inicialmente da produção e não das atividades financeiras. O papel dos lucros obtidos pela finança é primordial atualmente, mas é um processo cíclico, um movimento de vai-e-vem entre a produção e a finança [...] Eu penso que não há nenhuma mudança fundamental e daqui a cinco ou dez anos, na nova fase A, a finança desempenhará um papel muito menor (WALLERSTEIN, 2003, p. 104-105).

Ainda WALLERSTEIN (2003) assevera que os ciclos de Kondratiev podem ser chamados de outra forma. Por exemplo, a teoria da regulação se refere à mesma coisa.

Em suma, o autor apresenta uma análise que destoa de diversos teóricos, como Saskia SASSEN (1991; 1998), estudados até o momento, pois ele não acredita na preponderância da finança na contemporaneidade. Mas, sim, na

importância da finança como parte integrante de uma fase cíclica, na qual se alternam produção e finança ao longo da história capitalista.

Em *“Globalização: as conseqüências humanas”*, Zygmunt BAUMAN (1999) realiza uma análise muito contundente do tema da obra. Assim afirma que “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (p. 8), pois os que têm dinheiro possuem um alto grau de mobilidade, desfrutam de uma “extraterritorialidade”, podem escolher onde estar.

Logo, enfatiza que os de “classe alta” podem deixar os de “classe baixa” para trás, mas não o contrário. Assim, o autor considera que

as cidades contemporâneas são locais de um ‘apartheid ao avesso’: os que podem ter acesso a isso abandonam a sujeira e a pobreza das regiões onde estão presos aqueles que não têm como se mudar (BAUMAN, 1999, p. 94) [...] [contudo] a globalização e a territorialização, são *processos mutuamente complementares* (p. 77).

BAUMAN (1999) também ressalta a questão dos habitantes do Primeiro Mundo viverem num presente perpétuo, apresentando-se como pessoas ocupadas e sempre “sem tempo”. Já

as pessoas ilhadas no mundo oposto são esmagadas pela carga de abundância de tempo redundante e inútil, que não têm como preencher. No tempo delas, ‘nada acontece’ [...] elas só podem matar o tempo, enquanto o tempo vai aos poucos matando-as (BAUMAN, 1999, p. 96-97).

Concorda-se quase que integralmente com o pensamento de BAUMAN (1999), com uma única ressalva no tocante as considerações a respeito dos habitantes de “Primeiro Mundo”. Ora, basta ler Edward SOJA (2000) ao tratar do caso de Los Angeles para se observar que mesmo numa cidade de “Primeiro Mundo” existem desabrigados, pobreza, enfim, pessoas forçadamente “territorializadas” e com muito tempo disponível.

Por outro lado, também se encontram pessoas no “Terceiro Mundo” que desfrutam de um alto grau de mobilidade e vivem “sem tempo”. Entretanto, sabe-se que o exposto acima não é a dinâmica dominante. Daí, nesse sentido, BAUMAN (1999) está correto. O fenômeno da “extraterritorialidade” (alta mobilidade) e a “falta de tempo”, de fato, em sua grande parte, atinge pessoas residentes no “Primeiro Mundo”.

Milton SANTOS (2001a) afirma que a globalização, em certa medida, é “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (p. 23). Os fatores que contribuem para estruturar a globalização atual são:

a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela

mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa *globalização perversa* (SANTOS, 2001a, p. 24, *grifo meu*).

Sucintamente, a globalização perversa se refere ao destino das bases técnicas da globalização que servem, atualmente, a um pequeno conjunto de atores hegemônicos em detrimento de grande parte da população mundial.

Entretanto, as mesmas bases técnicas poderiam ter outras finalidades sociais e políticas. Assim, essa globalização perversa gera, entre outras coisas, desemprego crônico, aumento da pobreza, empobrecimento das classes médias etc. (SANTOS, 2001a, p. 19).

Segundo Milton SANTOS (2001a), com os avanços da ciência no fim do século XX, elaborou-se um sistema de técnicas comandado pelas técnicas da informação, que “passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária” (p. 23).

Todavia, a globalização não é somente resultado deste novo sistema de técnicas, mas também resultado das ações que garantem a eficácia dos processos políticos na atualidade (SANTOS, 2001a, p. 24).

Nesse sentido, os espaços são requalificados para atender, sobretudo, os interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política. Logo, “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2002, p. 239).

Outro autor que realizou análises preciosas acerca da contemporaneidade é Fredric JAMESON (2004). Ele afirma que a preparação econômica do pós-modernismo ou capitalismo tardio iniciou-se nos anos 1950, depois que o problema de reposição de peças e falta de bens de consumo do pós-guerra havia sido solucionado. Assim, novos produtos e novas tecnologias, inclusive a mídia, puderam ser introduzidos. Mas segundo JAMESON (2004),

o *habitus* psíquico de uma nova era exige uma quebra radical, fortalecida por uma ruptura de gerações, que se dá mais propriamente nos anos 60 (lembrando que o desenvolvimento econômico não pára em função disso e continua em seu próprio nível, de acordo com sua própria lógica) (JAMESON, 2004, p. 23).

Portanto, segundo JAMESON (2004), a infra-estrutura (o sistema econômico) e as superestruturas (“estrutura de sentimento”, cultural), de alguma forma se cristalizaram com o grande choque da crise de 1973, constituído pela “crise do petróleo, o fim do padrão-ouro internacional, o fim, para todos os efeitos, das ‘guerras de libertação nacional’ e o começo do fim do comunismo tradicional”

(JAMESON, 2004, p. 24). Assim, conforme o autor, tem-se uma “nova e estranha paisagem”, um novo sistema (p.24).

Por fim, se deseja finalizar esta introdução com a seguinte citação, a qual será muito útil para auxiliar na compreensão das transformações na sociedade e, particularmente, na cidade contemporânea.

[...] a produção de um espaço global não se situa nem na transformação da forma de produção fordista para a flexível e nem no desenvolvimento da rede de fluxos (muito embora incorpore as duas), mas na relação entre a forma global de se organizar a produção e a rede de fluxos. Assim posto, é a relação que é determinante e exprime dialeticamente a ação recíproca entre os dois termos (LENCIONI, 2006, p. 67).

Após esse panorama de algumas análises realizadas a respeito do momento contemporâneo, as quais, em alguns momentos são divergentes, segue-se à abordagem de alguns autores que tratam destas transformações na cidade à luz das teorias de cidade mundial, cidade global e cidade pós-moderna, bem como teorias afins. Sendo assim, primeiramente tratar-se-á das teorias de cidade mundial e global. Depois, as teses de cidade pós-moderna. E, por fim, outras teorias de análise a respeito da cidade contemporânea.

1 A teoria da cidade mundial e global

Segundo diversos autores, como João Sette W. FERREIRA (2003), o termo *cidade mundial* foi utilizado pela primeira vez por Patrick GEDDES em 1915. A título de curiosidade e também para enriquecer o entendimento do conceito, realizando um movimento de analisar o passado, buscou-se o trabalho de GEDDES. Este foi traduzido para o português em 1994. Não se sabe se foi uma opção de tradução, mas neste trabalho tem-se o termo *capital mundial*. Inclusive o título do capítulo é: “*Capitais mundiais e regiões urbanas*”, extraído do livro “*Cidades em Evolução*”. De qualquer forma, a idéia presente é que a evolução da cidade está apenas começando e as cidades daquele período abordado por Geddes (1910-1915) estão sendo reconstruídas.

Assim GEDDES (1994) trata de modificações ocorridas na Grande Paris, destacando que num futuro próximo a cidade será “contínua, monótona em sua concepção, por centenas de milhas” (p. 56). Sucintamente, trata de Berlim, Texas, Nova York e o entorno destas cidades.

Cabe destaque para a análise realizada por GEDDES (1994) sobre a Grande Nova York, ressaltando o extraordinário desenvolvimento dos sistemas de comunicação aérea e aquática, permitindo ligação com a Filadélfia e “com as inúmeras cidades menores, em todas as direções possíveis” (1994, p. 56).

Ainda sobre Nova York e os sistemas de comunicação, o autor já percebia a formação de uma “megalópole”. Pois salienta que devido a estes avanços nas comunicações, já existia uma comunicação contínua entre Nova York e Boston, sendo que num futuro próximo, provavelmente, haveria “uma imensa linha urbana ao longo da Costa Atlântica, cobrindo 500 milhas e se estendendo a inúmeros pontos, com um total demográfico de muitos milhões” (GEDDES, 1994, p. 57).

Por fim, três aspectos merecem destaque. Patrick GEDDES (1994) afirma que para se alcançar à sobrevivência social e sucesso, mais importante que os conflitos militares ou os conflitos nos meios industriais, é a reorganização urbana regional.

O segundo aspecto se refere à preocupação ambiental que despontava em seu texto. Assim, inquieta-se com as conseqüências da exploração do carvão que deixa sua herança em cidades miseráveis, mal sobrevivendo com suas minas esgotadas, solo com argila e cinza comprometido para a prática da agricultura, grande número de pessoas e baixíssimos padrões de vida (GEDDES, 1994, p. 59).

E o último ponto refere-se ao fato de que, para o autor, o período já era de uma Segunda Revolução Industrial, uma nova ordem industrial. Porém, afirma que nem os líderes econômicos (inclui proletariado ou classe trabalhista) e seus respectivos expoentes políticos estão preparados para essa nova ordem.

Não se sabe exatamente como era o texto original de Patrick GEDDES (1994) (já que o único acesso possível foi por meio de uma tradução): se utilizou o termo *cidade mundial* ou *capital mundial*. De qualquer modo, Peter Hall em sua obra *World Cities* de 1966, retomou ou utilizou pela primeira o termo *cidade mundial*. Embora, a obra de GEDDES (1994) já apresentasse a essência da definição do conceito de cidade mundial: centro de poder político e econômico, e articuladora de espaços. Daí, nesse sentido, têm importância menor as variações na nomenclatura.

Assim, Peter HALL (1966) distingue a cidade mundial de outros centros de população e riqueza. De acordo com o autor, as cidades mundiais geralmente são os maiores centros de poder político: “elas [as cidades mundiais] são o lugar dos mais poderosos governos nacionais e algumas vezes também de autoridades internacionais; de agências governamentais de toda espécie” (HALL, 1966, p. 7).

Aliás, aspecto muito interessante que, algumas vezes, nas análises contemporâneas a respeito das cidades mundiais, é renegado ou lembrado como um dos últimos aspectos a serem considerados. Provavelmente, por vezes, pela preponderância de uma análise “econômica” que considera sobretudo estes aspectos da realidade. Logo, desconsidera, que o econômico somente se realiza por meio de ações políticas, tanto governamentais, quanto de outros atores. Já no trabalho de HALL (1966), é a primeira característica que elenca acerca das cidades mundiais.

Contudo, evidentemente, o aspecto econômico foi ressaltado e, nesse sentido, Peter HALL (1966) diz que “nada é mais notável sobre as cidades mundiais que sua continuada força econômica” (p. 8).

Logo assevera que nem todas as grandes cidades podem ser consideradas como “mundiais”. Já que várias têm importância significativa somente em âmbito regional, e não nacional ou internacional (HALL, 1966, p. 9). Destaque para a menção ao “nacional”.

Nesse sentido, diz que complexos urbanos como Osaka-Kobe, Chicago ou Los Angeles tem uma significância apenas regional, apesar de serem “gigantes reais” (HALL, 1966, p. 9). Assim, para o autor, cidades como Londres, Paris e Nova York, são aglomerações urbanas que se enquadram no conceito de cidade mundial.

Outro aspecto destacado pelo autor para definir uma cidade mundial, é se constituírem centros nacionais de comércio, como também centros financeiros e bancários. Essa última característica é largamente apontada na literatura contemporânea (SASSEN, 1991; 1998) para identificar se uma cidade é mundial.

Peter HALL (1966) também destaca alguns equipamentos urbanos presentes nas cidades mundiais, como aeroportos internacionais, grandes hospitais, grandes universidades, bibliotecas nacionais e museus. E, também, instituições especializadas para ensino e pesquisa nas Ciências.

Ressalta as pessoas, ao dizer que tais cidades “agregam talentos profissionais desde cedo” (HALL, 1966, p. 7), como também contêm uma “significativa proporção de membros ricos da comunidade” (p. 8), constituindo-se grandes centros populacionais.

E, por fim, cabe destacar uma característica citada pelo autor, tão importante para compreender a dinâmica da realidade atual, não somente do meio urbano, mas do espaço mundial como um todo, remetendo-nos aos “espaços de fluxos” (SANTOS, 1994; LENCIONI, 1998, CASTELLS, 2006).

Assim HALL (1966) diz que “inevitavelmente, as cidades mundiais têm se tornado os lugares onde a informação é reunida e disseminada [...] tornam-se naturalmente sede de grandes rádios nacionais e redes de televisão” (HALL, 1966, p. 7-8) Assim, é importante esclarecer, que a referência à informação, é de acordo com a realidade do período da obra, não mencionando, e nem poderia, atividades de informação que ganharam grande relevo mais recentemente como propaganda e *marketing* ou P&D (Planejamento e Desenvolvimento) (CASTELLS, 2006).

De todo modo, HALL (1966) ressaltou que as cidades mundiais “reúnem e disseminam” (p. 7-8) informação, constituindo-se o centro nacional de controle político e econômico (p.8). Logo, a própria “essência” da definição atual a respeito das cidades mundiais.

Mas existem interpretações divergentes dessa apresentada, a respeito da obra de HALL (1966). Por exemplo, Arie SHACHAR (1983), diz que Peter HALL (1966) utiliza a expressão *cidade mundial* no trabalho “*World Cities*”, relacionando-a “apenas ao tamanho e à estrutura espacial das áreas metropolitanas, e não ao seu papel na economia mundial” o que, como se observou, a nosso ver, não se valida.

Nesse sentido, João Sette Whitaker FERREIRA (2003a) afirma, em sua tese, que o termo *cidade mundial* foi utilizado tanto por Patrick GEDDES em 1915, quanto por Peter Hall em 1966, para se referir às cidades que teriam na organização econômica mundial, “maior domínio estratégico por sua posição geográfica, seu potencial de comércio, seu desempenho econômico, sua influência política, e assim por diante” (FERREIRA, 2003a, p. 45). E ainda, das sessenta maiores aglomerações urbanas do mundo, sete delas (a cidade de São Paulo não está incluída) concentraria atividades econômicas mundiais importantes (FERREIRA, 2003a, p.45).

Portanto, a interpretação de FERREIRA (2003a) acerca das obras de GEDDES (1994; originalmente 1915) e HALL (1966) é muito semelhante à realizada nesse trabalho. Logo, distanciando-se de interpretações como a de SHACHAR (1983).

Arie SHACHAR (1983) trata da cidade mundial, focando a sua articulação com o sistema econômico global. Observa-se que o termo *cidade mundial* é o que prevalece até o trabalho de Saskia SASSEN (1991), o qual será abordado adiante, tendo em vista que o termo “cidade global” ainda não estava em uso até início dos anos 1990. Contudo, como também será observado, no geral, não há diferenças

significativas entre os dois termos “cidade mundial” e “cidade global”, sendo a sua utilização uma escolha do autor.

SHACHAR (1983) têm como pressuposto básico que a

economia mundial é posta em operação por um sistema comandado pelas grandes metrópoles, as “cidades mundiais”. A noção abstrata de 'sistema econômico mundial' adquire aí sua dimensão concreta, espacial (SHACHAR, 1983, p. 75).

Segundo o autor, as cidades mundiais seriam regiões urbanizadas em grande escala, centros básicos de controle e acumulação do capital na dimensão internacional. Não teriam mais sua importância como centros de produção, mas sim, como “um veículo de articulação financeira, núcleos de pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e acumulação de capital” (SHACHAR, 1983, p. 75).

SHACHAR (1983) afirma que a cidade mundial exerce um duplo papel, tendo em vista, que é uma *urbe mundial*, mas também um *centro nacional integrador*. “Daí o conflito entre o papel requisitado para que ela desempenhe na economia mundial e os sistemas políticos nacionais” (p. 75).

Em seu artigo, Arie SHACHAR (1983), preocupa-se em elaborar critérios para investigar como é realizada a articulação da cidade ao sistema econômico mundial. Sendo assim, elaborou cinco critérios, segundo o autor, “úteis, mas ainda sem instrumentos ou recursos quantitativos definidos” (p. 77). São estes:

(1) concentração relativa de sedes de corporações transnacionais; (2) concentração relativa de instituições financeiras orientadas internacionalmente; (3) concentração relativa de investimentos estrangeiros; (4) nódulos do sistema internacional de comunicações; e, (5) nível de serviços sócio-culturais de apoio às elites transnacionais (ex. escolas internacionais, sistemas de tradução etc.) (SHACHAR, 1983, p. 77).

O autor assevera que a análise a respeito da inserção da cidade ao sistema econômico mundial, bem como sua elevação ao estatuto de cidade mundial, como não é um processo mecânico, “exige análises estruturais interconectadas, atingindo todos os níveis da vida urbana” (SHACHAR, 1983, p. 77).

Os cinco critérios propostos por SHACHAR (1983) para a análise da integração da cidade a economia mundial se assemelha aos critérios colocados pelos estudiosos do assunto para definir se uma cidade é ou não mundial. Também merece relevo a colocação de SACHAR (1983) quanto à noção de processo. Pois como lembrou não é um processo mecânico. Portanto, não basta verificar se a cidade tem as tais características apontadas. O estudo exige um esforço de análise interconectada com diversos aspectos da vida urbana, *não estritamente econômicos*

(se é que existem, tendo em vista ser necessária uma *ação política* para a realização do *econômico*), mas também os processos políticos e culturais.

SHACHAR (1983) afirma que “a cidade mundial surge, então como articuladora do capital e não da produção” (p. 81). Sendo assim, segundo o autor, ocorreram mudanças estruturais no sistema econômico mundial, que envolve a estrutura corporativa da acumulação capitalista, especificamente a corporação transnacional, a qual é o maior instrumento para a globalização da economia (p. 77).

Mas também inclui, de acordo com o autor, o setor bancário, sendo este o que mais interessa no sistema metropolitano mundial; e as instituições financeiras internacionais, constituídas basicamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Assim, o autor alcança três conclusões gerais. Primeiramente, diz que na década de 1970 ocorreu o ápice da acumulação na história do desenvolvimento capitalista. Segundo, é através do mercado de capitais que se alcança uma integração do sistema econômico a uma escala global. Terceiro, afirma se tratar de uma integração precária, repleta de contradições, levando muitos países à situação de insolvência (SHACHAR, 1983, p. 83).

Salienta que em muitos países acontece um crescimento do setor técnico-administrativo e uma baixa no setor operário. “Trata-se da base das modificações nas relações sócio-econômicas das cidades mundiais” (SHACHAR, 1983, p. 86). Esta consideração remete às análises sobre a acentuação da polarização social (e espacial) na atual fase do capitalismo, na qual há um núcleo de trabalhadores altamente especializados com alta remuneração. E uma massa de trabalhadores com baixa remuneração e habilidade. Ocorrendo, ainda, uma diminuição das ocupações intermediárias, como foi apontado por Saskia SASSEN (1991; 1998).

SHACHAR (1983) afirma que “com as transformações estruturais do sistema econômico, tomam forma histórica concreta às ‘cidades mundiais’, produto da articulação global verificada em todo o mundo” (p. 87). Diz, também, que apesar da especificidade do fenômeno que acaba por diferenciar os lugares (importante observação do autor a respeito da especificidade), as cidades mundiais têm

como ponto em comum um *way of life* (modo de vida) paradigmático, com amplo poder de difusão, capaz de subverter modos de vida anteriores. Mesmo com toda sua violência, poluição etc., elas passam a exercer grande atração e seu estilo de vida é mundialmente admirado e imitado (SACHAR, 1983, p. 87).

Por fim, o autor diz que os processos de reestruturação urbana que levam ao estatuto de cidade mundial podem ser analisados em três níveis: reestruturação econômica, social e física.

A reestruturação econômica baseia-se na articulação de seis grupos: 1) serviços de negócios de alto nível, os quais refletem as funções econômicas primordiais da cidade mundial, sendo composto de subsetores como gerência, bancos e finanças, contabilidade, serviços legais, consultorias técnicas, transporte internacional, pesquisa tecnológica, telecomunicações e computação; 2) demanda derivada destes serviços, englobando atividades de construção, venda imobiliária, administrações diversas, comércio de varejo sofisticado, hotéis e lazer e segurança pública; 3) turismo internacional; 4) indústria (os outros três setores crescem às expensas do emprego no setor manufatureiro), que embora seja ainda um setor bastante amplo, encontra-se em declínio nas cidades mundiais; 5) serviços governamentais; e, 6) setor informal ou flutuante (SHACHAR, 1983, p. 88).

Quanto à reestruturação social, além da polarização de classes que já foi comentada, enfatiza que a cidade se estrutura de modo a atender aos interesses de uma elite gerencial para sustentar e conservar seu *way of life*.

No que concerne à reestruturação física, o autor salienta que são necessários altos investimentos para construir e manter os serviços às entidades que comandam o capitalismo, pois estas precisam de serviços de infra-estrutura com alto grau de conectividade. E, ainda, existe uma distribuição desigual dos serviços na estrutura física interna da cidade.

Segundo SHACHAR (1983), utilizando uma alusão “poética” da Universidade da Califórnia, tem-se a *cidadela* (é a parte do espaço construído que atende às necessidades das elites transnacionais e setores relacionados, bem como a área residencial das elites gerenciais) e o *campo*. Daí, segundo SHACHAR (1983), a importância de o geógrafo planejador pensar nestas desigualdades e no planejamento urbano na cidade mundial (SHACHAR, 1983, p. 93-94).

Nesse sentido, como se verificará no terceiro capítulo, a “cidadela” mencionada por SHACHAR (1983) seriam os “espaços de globalização” (SANTOS, 2002), destinados as atuais atividades de comando da economia mundial e as áreas residenciais da elite, como bem destacou SHACHAR (1983).

Esses “espaços de globalização” absorvem boa parte dos investimentos públicos. E o poder público, por sua vez, justifica suas opções em investimentos

nessas áreas, muitas vezes, com o “discurso ideológico” de gerar empregos para a população como um todo, ou seja, em benefício da cidade. Mas, na verdade, é o poder público agindo notadamente em benefício do capital privado e, não, em prol da população em geral. Assim, por exemplo, esses “espaços de globalização” tornam-se cada vez mais equipados, à expensas de uma periferia carente em equipamentos urbanos de toda ordem.

John FRIEDMANN (1995a, publicado originalmente em 1986) em um importante e conhecido artigo, intitulado “*The World City Hypothesis*”, apresenta hipóteses para identificar e analisar as cidades mundiais. O autor ressalta que oferece uma estrutura inicial para uma investigação política e, não uma teoria de generalização econômica. Porém, como o próprio autor destaca, “a variável econômica [...] é provavelmente decisiva para uma tentativa de explicação completa” (FRIEDMANN, 1995a, p. 224). Assim assevera que o seu trabalho é a respeito da organização espacial da nova divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, seguem-se as sete hipóteses ou teses acerca das cidades mundiais elaboradas por FRIEDMANN (1995a), com o intuito de investigar e compreender as cidades mundiais.

- A forma e a extensão de uma integração da cidade com o mundo econômico e as formas destinadas para a cidade na nova divisão espacial do trabalho será decisiva para qualquer mudança estrutural que ocorrerá dentro dela;
- Cidades-chave por todo o mundo são usadas pelo capital global como “ponto base” na organização espacial e articulação da produção e mercados. O resultado vinculado torna possível o arranjo das cidades mundiais em uma complexa hierarquia espacial;
- As funções de controle global das cidades mundiais são diretamente refletidas na estrutura e dinâmicas de seus setores de produção e emprego;
- Cidades mundiais são os maiores lugares para a concentração e acumulação do capital internacional;
- Cidades mundiais são pontos de destino de grande número de migrantes domésticos e/ou internacionais;
- Formação da cidade mundial traz para o foco as maiores contradições do capitalismo industrial, entre elas, polarização espacial e de classe;

- Crescimento da cidade mundial gera custos sociais em taxas que tendem para um excedente da capacidade fiscal do estado.

Ainda neste artigo, FRIEDMANN (1995a) elabora uma lista com a hierarquia das cidades mundiais, a qual inclui trinta cidades. Assim há as cidades mundiais denominadas primárias dos países centrais, como também, cidades primárias de países semiperiféricos. Sendo que para cada cidade primária, seja dos países centrais ou semiperiféricos, existem cidades secundárias, com as mesmas funções das primeiras, mas em menor grau.

Dessa forma, a lista de cidades mundiais do autor, apresenta as seguintes cidades primárias dos países centrais do capitalismo: Londres, Paris, Roterdã, Frankfurt, Zurique, Nova York, Chicago, Los Angeles e Tóquio. Já no grupo das cidades primárias dos países semiperiféricos, tem-se apenas duas: São Paulo e Cingapura. Rio de Janeiro consta como cidade secundária.

Para elaborar essa lista o autor considerou os seguintes dados: maiores centros financeiros; sedes das Empresas Transnacionais, incluindo as sedes regionais; instituições internacionais; rápido crescimento do setor de serviços referentes aos negócios; importante centro de manufatura; maiores nódulos no transporte; e, tamanho da população.

Segundo KING (1991), John FRIEDMANN (1995a) “relaciona processos de urbanização com forças econômicas globais”. A hipótese de trabalho de FRIEDMANN (1995a), como se observou, é que essas cidades mundiais são pontos base para o capital global. Assim, diz KING (1991), as cidades mundiais diferem não apenas com seu modo de integração dentro da economia global, mas também dependem de seu passado histórico, políticas nacionais e influências culturais.

KING (1991) apresenta uma interessante crítica realizada por KORFF (1987) disposta em cinco pontos a respeito das hipóteses de FRIEDMANN (1995a, original de 1986) e uma respectiva resposta dele próprio, KING (1991), a cada uma destas críticas. Far-se-á uma breve explanação sobre isto, tendo em vista a contribuição de tal análise para a teoria da cidade mundial.

Primeiramente, KORFF (1987) alega que se for, de fato, realizada uma análise do sistema mundial, unidades menores precisam ser consideradas, não apenas as “cidades mundiais”. O autor propõe a análise em unidades como “vilas globais” e “casas mundiais”. KING (1991) diz que realmente é um aspecto válido.

Segundo, KORFF (1987) alega que o ponto de partida para a hipótese de cidade mundial deve focar a análise detalhada de cidades específicas. KING (1991) diz que é uma crítica equivocada quanto à função de uma hipótese.

Terceiro, o desenvolvimento da cidade não é somente o resultado dos processos do sistema mundial, mas de padrões de comércio regional e inter-regional, os quais tendem a ser negligenciados na análise da cidade mundial. KING (1991) diz que essa questão pode ser válida, entretanto, essas dimensões não são necessariamente excluídas da análise do sistema mundial.

Quarto, na moderna economia mundial nem todos os setores podem ser classificados como pertencentes a um sistema do capitalismo, particularmente em países de baixa renda. KING (1991) não tece comentários sobre este ponto.

Quinto e último, KORFF (1987) diz que na Europa ou Japão, países inteiros ou áreas em sua totalidade são representados como “cidades mundiais” e são centros do sistema mundial. KING (1991) considera um aspecto válido. Embora, segundo KING (1991), FRIEDMANN (1995a) utilize o conceito de “região metropolitana” em muitos países europeus, já que a “cidade mundial” se estende para grandes partes do país.

KING (1991) diz que a maior crítica de KORFF (1987) é sobre a alegação de FRIEDMANN (1995a) a respeito de a variável econômica ser decisiva para todas tentativas de explicação. KING (1991), por sua vez diz que, “se o aspecto conceitual for ‘economia mundial’, tal premissa é verdadeira. Mas, se o ponto de partida for ‘cultura mundial’, outras variáveis podem ser decisivas” (KING, 1991, p. 32).

Por fim é importante destacar que essas características expostas por FRIEDMANN (1995a) em seu trabalho originalmente publicado em 1986, haviam sido inicialmente exploradas por ele e WOLFF em 1982. Portanto, o presente estudo analisado é um trabalho revisado e reformulado.

William TABB (1990), num artigo intitulado “*As cidades mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio*”, realiza um interessante trabalho à medida que faz uma comparação entre duas “cidades mundiais/globais consensuais” (HALL, 1996), enfocando, como o próprio título anuncia, os problemas urbanos. É importante esclarecer que, Peter HALL (1996), denominou as metrópoles de Londres, Nova York e Tóquio de “cidades mundiais consensuais”, já que os estudiosos sobre o tema não divergem em reconhecer estas como “mundiais/globais”.

Assim TABB (1990) ressalta que a cidade mundial constitui-se um “conceito-síntese” (p. 193) que encanta urbanistas, estando intimamente ligado “ao domínio das finanças e tecnologias associadas no setor de comunicações que encurtam drasticamente o tempo de rotação do capital investido especulativamente” (TABB, 1990, p. 193).

Contudo, apesar do “encantamento”, o autor ressalta que o conceito-síntese de cidade mundial, precisa se inserir num contexto mais amplo de relações sociais, considerando os custos sociais que ocorreram e podem vir a ocorrer em sua materialização espacial (TABB, 1990, p. 219). E é exatamente isso que enfoca em seu artigo.

O autor conceitua cidade mundial, de acordo com o que predomina na literatura sobre o tema. Logo, além de relacionar o conceito com o predomínio das finanças e tecnologias no setor de comunicações, diz que

A geração e rápida circulação de informações têm sido privilegiadas como o momento dominante da reapropriação desse capital [capital investido especulativamente]. O processamento desse excedente fornece a base material nos centros das cidades mundiais para um novo padrão de consumo, recomposição de classes e reorganização de setores vinculados tanto ao controle das informações como ao modelo de distribuição de renda. As cidade mundiais funcionam como centros de formulação de decisões e, de forma geral, como locais de coleta e troca de informações, como sempre fizeram. Mas, na medida em que o leque cada vez maior de bens e serviços se expande para o mercado mundial e a velocidade do transporte e das comunicações aumenta, crescem o tamanho e a complexidade de decisões não rotineiras (TABB, 1990, p. 193, grifo meu).

Um aspecto pertinente que TABB (1990) destaca é a respeito da estagnação da economia capitalista e seu caráter especulativo. Assim, assevera que o processo de internacionalização da produção ocorre num período de estagnação capitalista o que, por sua vez, provoca uma predisposição das cidades que exercem o controle das hierarquias urbanas globais para atividades financeiras e especulativas. Desse modo, afirma que apesar dos avanços tecnológicos, nenhuma nova tecnologia permitiu acumulação comparável a ocorrida em outros períodos, como no caso da ferrovia, automóvel, revoluções mecânica e química.

Assim, de acordo com o autor, parece que a própria especulação é a principal atividade para o desenvolvimento econômico (TABB, 1990, p. 195). Nesse sentido afirma que os países são compelidos a diminuir suas barreiras financeiras, devido a extrema mobilidade do capital. Caso contrário, esse capital procura outros lugares mais favoráveis para realizarem seus investimentos. Logo, são os atores hegemônicos do período, induzindo as políticas que lhe são favoráveis.

A eliminação progressiva em escala mundial de barreiras financeiras domésticas tem sido uma inovação imposta aos estados-nações que desejam manter mercados eficientes de capital [...] a mobilidade do capital obriga transnacionalmente os mercados dos estados-nações a aceitarem o mínimo denominador comum de regulamentação para poder reter capital que, de outra forma, procura maiores retornos em outros lugares (TABB, 1990, p. 196).

Dessa forma, apesar de seu estudo se concentrar no caso das cidades mundiais de Tóquio e Nova York, em alguns momentos o autor realiza também uma breve comparação destas com outra “cidade mundial consensual”, Londres. É pertinente ressaltar que as três cidades citadas – Nova York, Tóquio e Londres – são amplamente consideradas “mundiais/globais” pelos estudiosos, como SASSEN (1991, 1998), KING (1991) e HALL (1996). Logo, é interessante verificar um destes momentos de comparação entre as três cidades mundiais/globais, no qual William TABB (1990) resalta o “perfil” econômico destas três metrópoles no contexto globalizado.

Londres tenta balizar seu futuro na capacidade que tem para sobrepujar outras possíveis localidades européias, desregulamentando mercados financeiros mais rapidamente e de maneira mais ampla do que seus concorrentes para estabelecer sua hegemonia na Comunidade Européia. Nova York também passou a depender dos serviços financeiros e atividades afins. Em certa medida, Tóquio se mantém um caso à parte porque continua sendo uma cidade mais diversificada, abrigando sedes de grandes empresas financeiras e manufatureiras, as principais funções governamentais nacionais e um número cada vez maior de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, ao mesmo tempo que funciona também como um vigoroso e diversificado centro de produção de manufaturas (TABB, 1990, p. 195-196).

O trabalho de William TABB (1990) se faz muito importante e interessante por mostrar que, além das semelhanças entre as chamadas “cidades mundiais consensuais” – Nova York, Londres e Tóquio –, existem também diferenças entre elas, inclusive diferenças internas nestas metrópoles, ou seja, internamente estas metrópoles não são homogêneas, e nem poderiam ser. Diferenças relacionadas não apenas a uma divisão internacional do trabalho (na qual há uma “especialização” de funções na economia global, em que cada cidade exerce uma ou mais atividades principais), mas ao seu próprio contexto histórico-geográfico. Contudo, o autor resalta que algumas diferenças são apenas uma questão de grau, como na problemática da moradia ou do desemprego.

De qualquer modo, traz à tona a *especificidade* do fenômeno nos lugares, mesmo nas três cidades amplamente aceitas como “mundiais/globais”. Estas, segundo a literatura sobre o tema, comandam a hierarquia de cidades

mundiais/globais, colocando em marcha (e sendo elas próprias uma forma/conteúdo espacial fundamental no atual período, e não mera “executora”, mas também “constituente”) uma rede global que engendra a atual fase capitalista, denominada globalização. Mas isso não significa homogeneidade entre elas. É evidente que existem muitas semelhanças mas, sem dúvida, de acordo com TABB (1990), também há diferenças significativas, as quais mostram as especificidades destas metrópoles.

Dessa forma, o autor destaca que Tóquio, enquanto cidade global, “tem sido menos marcada pela separação entre finanças e produção do que Nova York e Londres” (TABB, 1990, p. 197). Assim diz que em Tóquio há um maior volume de empregos no setor manufatureiro, como também em Osaka e Nagoya. Já em Nova York, existe uma concentração muito maior de empregos nos setores financeiros, imobiliário e de seguros (TABB, 1990, p. 202). Todavia,

[...] fica evidente que, ao contrário de Nova York, o padrão de emprego das cidades japonesas, especialmente o de Tóquio, é mais equilibrado. A urbanização tardia do Japão e o pequeno tamanho da nação contribuíram para este padrão (TABB, 1990, p. 202).

Assevera que existe uma apropriação do espaço pelo setor financeiro e, conseqüentemente, pelas pessoas e grupos sociais que trabalham nesse setor. Logo, algumas formas culturais de consumo são privilegiadas. Assim,

Nigel Thrift e seus co-autores descreveram admiravelmente o impacto do Novo Sistema Financeiro Internacional sobre Londres e o sudeste da Inglaterra [...] o conteúdo de classe e natureza das práticas espaciais em Nova York não são menos evidentes. O estilo de consumo suntuoso do *yuppie* gera padrões de lazer voltados para um público jovem e altera o caráter do emprego em serviços de consumo. Entretanto, tal passagem não têm sido fácil (TABB, 1990, p. 199).

Desse modo, TABB (1990) salienta que o poder de exclusão não é total. Assim, referindo-se ao caso de Nova York, diz que apesar de ter havido uma “elitização” de bairros, o domínio do território não é total, já que continuam a existir, no mesmo local, moradores remanescentes, desabrigados e “outras vítimas cada vez mais visíveis da transição social” (TABB, 1990, p. 199). Assim, a elitização dos bairros e a construção de uma comunidade *yuppie* se dá pela preservação ou aumento do valor de troca e determinados valores de uso.

A construção *yuppie* da comunidade se dá por meio da preservação ou aumento de valores de troca. Os valores de uso correspondentes referem-se à “acessibilidade, bom-gosto, bom-tom, apreciação estética, e ao capital simbólico e cultural que acompanha o fato de possuir um certo tipo de ambiente cultural valorizado” (Harvey, 1987:16). Por meio deste processo, a cultura dominante das cidades se transforma, embora o processo nunca deixe de ser contestado (TABB, 1990, p. 199).

Em Tóquio, o autor assevera que empreendimentos imobiliários criam zonas residenciais internacionalizadas (TABB, 1990, p. 199), as quais têm jornal de bairro em inglês, cursos locais para estrangeiros patrocinados pelo governo, e treinamentos bilíngües contra incêndios, demonstrando, portanto, “um desejo consciente de tornar mais administráveis os aspectos de reciprocidade necessários numa cidade mundial” (TABB, 1990, p. 199).

Em Tóquio há uma persistente concentração de filiais e sedes de empresas, desde meados dos anos 1970, com uma redução destas nas áreas metropolitanas de Osaka e Nagoya. Nesse sentido, destaca o desenvolvimento desigual do país, onde Tóquio concentra as funções econômicas da nação. Destaque também para sua observação a respeito das taxas de lucro imobiliário, na área de Tóquio, bem maiores do que os lucros alcançados com a produção.

Inovações nos transportes (o trem-bala) também permitiram a centralização em Tóquio [...] Já em meados dos anos 70, algumas poucas grandes empresas (Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo e outros) eram proprietárias das grandes extensões de terrenos existentes na região. A disparada dos valores imobiliários decorrente do sucesso nacional e internacional dessas empresas rendeu-lhes lucros. As taxas de lucro imobiliário de fato ultrapassaram de longe os lucros obtidos na produção (TABB, 1990, p. 205).

Dessa forma o autor diz que a polarização na distribuição de renda está gerando extremos nas cidades mundiais. Assim TABB (1990) ressalta que é possível perceber as disparidades sociais em Tóquio, como também em Nova York. Em Tóquio, destaca que há “um pleno-emprego relativo e [...] severos obstáculos ao padrão de vida” (TABB, 1990, p. 217), características também cada vez mais presentes em Nova York (p. 217). Nesse sentido diz que a população em Nova York tem empobrecido, sendo que a multiplicação dos sem-teto é o fenômeno mais visível nesse processo de empobrecimento.

Em Nova York, a renda média familiar, que estava caindo relativamente à média nacional e de seus próprios subúrbios desde 1949, caiu em termos absolutos entre 1969 e o presente. A população residente tem empobrecido. Um de cada quatro nova-iorquinos vive na pobreza [...] A multiplicação dos sem-teto é um processo social cuja origem, evidentemente, está no mercado de trabalho e no mercado imobiliário. É a ponta mais visível do *iceberg* de um processo de empobrecimento [...] (TABB, 1990, p. 212).

Dessa forma, apesar de Nova York se destacar nas atividades do setor terciário avançado ou quaternário, sendo “altamente eficiente em atrair ou criar o ‘novo’ – novos produtos, novos serviços, novos instrumentos financeiros, novas mercadorias culturais – [apresenta] seu descaso pelos custos sociais das transições rápidas” (TABB, 1990, p. 210).

Assim, a despeito de Nova York ter como um de seus principais produtos de exportação “as decisões das matrizes das multinacionais” (TABB, 1990, p. 210), bem como serviços financeiros e empresariais, e ainda, significativas indústrias com orientação exportadora, responsável por “mais das três quartas partes do aumento do emprego no setor privado [na década de 1980]” (p. 210), os problemas se fazem presentes na metrópole. Até porque a administração municipal acaba por dar prioridade as funções de cidade mundial de Nova York, negligenciando outros setores da sociedade.

Cabe destacar a observação de TABB (1990) a respeito da mão-de-obra em Nova York. Nesse sentido assevera que há uma escassez de trabalhadores com o mínimo de qualificação, dificultando, portanto, o desenvolvimento da região. E, por outro lado, os trabalhadores bem remunerados se preocupam com o custo da moradia e de alguns serviços, tais como educação e transportes. Desse modo,

Embora seja improvável que a agenda urbana progressista dos anos 60 seja retomada na sua versão original, questões sociais, relativas a investimentos em capital humano e em equipamentos urbanos tornam-se importantes para os empregadores, para que Nova York continue crescendo e servindo de fato como cidade mundial (TABB, 1990, p. 215).

Desse modo o autor conclui que Nova York e Londres são dependentes das atividades financeiras, o que as torna vulneráveis a qualquer redução do nível de atividades no setor ou “a tecnologias ou reformas institucionais que permitam ou incentivem a sua descentralização ou automação” (TABB, 1990, p. 217). Já o problema de Tóquio, de acordo com o autor, reside na centralização excessiva de funções, “que superlota a capital muito além da capacidade de funcionamento eficiente e priva o resto da nação de emprego e de sentido econômico” (p. 217). Sendo que, no contexto da desigualdade social, a questão da moradia se faz presente nas três cidades, devido aos altos aluguéis, criando “um grande volume de problemas urbanos” (p. 217).

Enfim, TABB (1990) afirma que Nova York apresenta-se provavelmente mais “eficiente” no contexto globalizado, absorvendo com maior facilidade as inovações, do que Tóquio e Londres.

A inovação constante é necessária para o sucesso contínuo. A inovação espacial e o ciclo de inovação de produtos não manufaturados parecem ser mais rápidos em Nova York. O dinamismo de Nova York pode estar relacionado com o espírito descartável que prevalece nos Estados Unidos. O novo substitui o que é menos novo. Mesmo uma atividade apenas ligeiramente mais bem-sucedida substitui o que já existe. Grandes projetos parecem ser mais factíveis em Nova York. O desenvolvimento ocorre em escala maior do que em Tóquio ou Londres (TABB, 1990, p. 216).

Anthony KING (1991) em *“Global Cities”* afirma que a década de 1980 tem sido o maior paradigma de mudança em estudos urbanos. Ressalta que uma das lacunas mais importantes no conhecimento referente ao papel do ambiente construído (incluindo arquitetura, forma construída e desenho urbano), está no estudo deste influenciando a mudança urbana e social. Negligenciado pela nova economia política urbana, o papel do ambiente construído somente foi resgatado por debates recentes do pós-modernismo (p. 10).

O autor salienta que o expressivo aumento da internacionalização do capital a partir de 1970 é fator de explicação comum nos relatos do fenômeno de cidade mundial. Entretanto, KING (1991) assevera que o conceito de cidade mundial é utilizado por Braudel para se referir a “centros específicos das economias mundiais”, um “centro urbano de gravidade”, como “o coração logístico de sua atividade”. Assim, “enquanto o conceito é utilizado em um contexto histórico, tem muito em comum com as recentes conceitualizações” (KING, 1991, p. 12).

KING (1991) faz uma interessante perspectiva histórica sobre o conceito de cidade mundial. Pondera que as cidades mundiais, como indicou Braudel¹, não emergiram somente em meados dos anos 1960, apesar do espetacular crescimento das comunicações e transporte. Por exemplo, em um trabalho com base histórica a respeito das multinacionais, sugere que “em 1914, 14 bilhões de dólares tinham sido investidos em empreendimentos ou plantas de filiais” (KING, 1991, p. 18). Ressalta ainda que

[...] o *Bank of London and South America* (fundado em 1862), o *British Bank of South America* (1863), e o *Anglo-South American Bank* (1888) estavam todos baseados em Londres. No início de 1930, o *Anglo-South American Bank* tinha quarenta filiais por toda a América Latina [...] o *Bank of London and South America* tinha seu principal escritório (e outros sub-escritórios) em Buenos Aires e filiais em outras doze cidades na Argentina, dezessete no Brasil e outras por todo o continente (KING, 1991, p. 21).

Dessa forma o autor assevera que instituições, redes e organizações, com menores ou maiores transformações, continuam em centros metropolitanos, concentradas em regiões particulares. Eles, os centros metropolitanos, são

parte de um passado imperial, mas também têm uma geografia internacional do presente [...]. Eles também fornecem a infra-estrutura para as novas instituições, elementos de uma nova divisão internacional do

¹ Eric HOBBSBAWN (2002) assevera que “o *mercado mundial* já estava a um longo tempo se desenvolvendo. Por exemplo, as exportações britânicas para a Turquia e o Oriente Médio cresceram de 3,5 milhões de libras em 1848 para dezesseis milhões em 1870” (p. 81).

trabalho. Aqui está a mudança – mas também a continuidade (KING, 1991, p. 24).

Anthony KING (1991) destaca que a característica mais inerente de cidade mundial é sua função de controle global, sendo este seu principal atributo geopolítico. Assim o autor elenca seis características das cidades mundiais, as quais, alerta, foram inicialmente trabalhadas por Friedmann e Wolff em 1982. Sucintamente, se fará a apresentação delas:

1. Cidades mundiais são o ponto de junção entre a economia mundial e o território nacional;
2. As maiores cidades dos países centrais têm um número desproporcional de instalações-sede das 500 maiores transnacionais mundiais, como também de escritórios de bancos internacionais. A presença das sedes corporativas, finança global e instituições internacionais pressupõem:
3. Rápido crescimento da elite internacional altamente remunerada;
4. Centros de transporte global, comunicações, produção e transmissão de jornais, informação e cultura. Subsidiária a importante performance das cidades mundiais nas funções ideológicas e de controle;
5. Expansão do gerenciamento global e funções de serviços financeiros;
6. Cidades mundiais tornam-se maiores centros de investimento internacional, devido à expansão econômica, redesenvolvimento e concentração de capital (KING, 1991, p. 26-32).

Por fim, é pertinente destacar as conexões e comparações que o autor realiza entre cidades mundiais e cidades coloniais. Afirma que estruturalmente o colonialismo, como uma forma de economia política, funda grande parte da infraestrutura econômica, social, cultural, como também física e espacial para a cidade mundial: “é um processo de ‘abrandamento’, uma modernização para transformação do status de cidade mundial” (KING, 1991, p. 46).

[Pois o] colonialismo estabeleceu as instituições, os bancos, as corporações, governos, formas comerciais, hotéis, como também elites educadas, hábitos de consumo, comportamento de varejo, tecnologia, atitudes e aspirações que edificaram o capitalismo global e, conseqüentemente, a cidade mundial (KING, 1991, p. 46).

Ainda Anthony KING (1991) salienta que muitas das distinções entre as cidades mundiais atuais nos países centrais e cidades ex-coloniais na periferia e semi-periferia têm desaparecido. Sendo que

[...] as mudanças no colonialismo, particularmente as de 1960 (Francesa, Britânica e Portuguesa) e a expansão geral do mercado mundial, embora

caracterizado por gritante desenvolvimento desigual, tem nada menos que nivelado algumas das diferenças de dois processos: a periferização do centro e centralização da periferia [...] [Logo] a cidade exemplar colonial está sendo gradualmente transformada para a cidade exemplar do capital (KING, 1991, p. 46- 51).

Então, pode-se observar que Anthony KING (1991) traz um elemento interessante e pouco utilizado nas análises de cidade mundial/global – relaciona explicitamente o que denomina de “cidade colonial” com a “cidade mundial”, realizando um perspicaz trabalho de investigação a respeito das corporações e instituições bancárias do final do século XIX e início do século XX.

Logo, o autor afirma que as bases do colonialismo fundaram o que se compreende atualmente por globalização. Conseqüentemente, a cidade colonial estrutura a cidade mundial/global. Outro aspecto que merece realce é o fato de seu livro ser intitulado *Global Cities*, mas no desenvolvimento da pesquisa a expressão *cidade mundial*, é a expressão utilizada. Entende-se que para este autor não há nenhuma diferença entre as duas expressões, confirmando, assim, por enquanto, uma das hipóteses iniciais da presente dissertação.

O famoso trabalho de Saskia SASSEN (1991) intitulado “*The Global City*”, foi amplamente comentado e analisado. Apesar do trabalho de Anthony KING (1991) ter sido originalmente publicado em 1990, e neste trabalho o autor já utilizar a expressão *global cities* (ao menos no título do trabalho), é por meio do trabalho de SASSEN que o termo ganha expressão nos estudos urbanos.

Talvez, isto se explique, porque Saskia SASSEN aborda o tema sob a análise de três grandes cidades no cenário mundial: Nova York, Londres e Tóquio. Realizando relações com o passado, mas focando prioritariamente as características atuais que conferem a estas cidades o título de *idades globais*. Já Anthony KING (1991) trata de conceitualizações (relacionando colonialismo e capitalismo global) na primeira parte do livro (como exposto acima) e na segunda parte enfoca somente o caso de Londres. Sempre numa ampla perspectiva histórica da cidade, perpassando pelo conceito de “cidade imperial”.

Ainda é necessário considerar o fato de KING (1991) fazer uso da expressão *global cities* apenas no título. Porém, no desenvolvimento da pesquisa prefere o termo *cidade mundial*. Ora, este termo já havia sido utilizado, o que pode ter diminuído a repercussão de seu trabalho. Ademais, focou somente, se comparado com o estudo de SASSEN (1991), a metrópole de Londres. Enquanto SASSEN

(1991) dedicou-se a investigar, além de Londres, outras duas metrópoles: Nova York e Tóquio.

Desse modo, SASSEN (1991) já no início de seu livro anuncia que “por séculos, a economia mundial tem formado a vida das cidades. Este livro é sobre a relação disto hoje. No início de 1960, a organização da atividade econômica entrou em um período de pronunciada transformação” (p. 3).

Assim, a autora diz que o ponto de partida de seu estudo é a combinação de dispersão espacial e integração global que tem criado um novo papel para as maiores cidades. São cidades com uma longa história como centros de comércio internacional e transações bancárias. Mas que agora têm quatro novas direções: primeiro, são pontos de comando altamente concentrados na organização da economia mundial; segundo, são localizações-chave para finança e firmas de serviços especializados, os quais têm reposto a manufatura como setor econômico líder; terceiro, é lugar de produção, incluindo a produção de inovações nas indústrias líderes; e quarto, como mercado para os produtos e produtos de inovações.

Essas mudanças na função das cidades têm apresentado um forte impacto sobre a atividade econômica internacional e a forma urbana:

[...] cidades concentram vastos recursos, enquanto finança e serviços industriais especializados têm reestruturado a ordem social urbana e a ordem econômica. Então, *um novo tipo de cidade apareceu. É a cidade global*. Exemplos líderes são Nova York, Londres e Tóquio (SASSEN, 1991, p. 4, *grifo meu*).

Para a autora, as cidades globais não são apenas pontos nodais para a coordenação de processos mas são, também, lugares de produção. Tendo em vista que produzem serviços especializados necessários para a organização de uma rede espacialmente dispersa de fábricas, escritórios e serviços de *outlet*, como também produzem inovações financeiras e mercados, ambos centrais para a internacionalização e expansão da indústria financeira (SASSEN, 1991, p. 5).

SASSEN (1991) enfatiza que é um erro comum atribuir o alto crescimento do setor de serviços como um todo. Pois, serviços públicos e serviços de consumo se estabilizaram desde o final dos anos 1960 nos Estados Unidos e em 1970 no Reino Unido e Japão. Ou seja, a concentração de serviços avançados e finanças nos maiores centros urbanos representa uma parte desproporcional do amplo crescimento nacional do emprego. Assim, a “importância da concentração da atividade econômica em Nova York, Londres e Tóquio é elevada pelo fato que

serviços avançados e finanças foram setores com crescimento rápido na economia desses países em 1980” (SASSEN, 1991, p. 12).

A autora diz que as principais características das mudanças na economia mundial são “o aumento do mercado financeiro internacional, a expansão do comércio internacional de serviços e o redesenho do investimento estrangeiro direto” (SASSEN, 1991, p. 323), sendo a internacionalização caracterizada pelo aumento da rede global de fábricas, serviços de *outlet* e mercados financeiros, com uma concentração econômica continuada. Assim, “um número limitado de países conta com maiores fluxos e transações internacionais; grandes firmas dominam alguns fluxos; poucas cidades emergem como centros líderes das transações internacionais” (SASSEN, 1991, p. 323).

Deste modo, a tese central do livro de SASSEN (1991) é que a dispersão industrial da produção, incluindo a internacionalização, contribui progressivamente para o aumento da centralização de pontos de serviços do gerenciamento e regulação do novo espaço econômico. Ou seja, apesar das inovações tecnológicas, as atividades altamente especializadas concernentes à administração estão concentradas territorialmente. Logo, “cidades maiores como Nova York, Londres e Tóquio, têm expandido seu papel como localizações-chave para o alto nível de administração e coordenação” (SASSEN, 1991, p. 324).

A autora finaliza seu livro salientando que se dedicou a examinar as conseqüências da economia global para as cidades. Pois na literatura do urbanismo e economia política existem importantes lacunas no conhecimento da regulação, administração e serviços dispersos espacialmente, mas globalmente integrados nas atividades econômicas. Logo, a autora teria se dedicado a preencher essas lacunas no conhecimento, desvendando como as funções de certas cidades cumpriam tais tarefas.

Dessa forma, além de sua longa história como centros de comércio mundial e finanças, algumas cidades agora exercem função de comando na organização da economia mundial. Sendo

lugares de produção de inovações na finança e serviços avançados para firmas, e como chave para mercados de capital [...] Essas cidades jogam, então, um papel estratégico na nova forma de acumulação baseada na finança e na globalização da produção [...] é um novo tipo de cidade, a cidade global (SASSEN, 1991, p.337).

Na obra *"As cidades na economia mundial"*, Saskia SASSEN (1998, original de 1994) continua a investigar os processos globais nas cidades, ou seja, a

transformação de algumas cidades em "espaços" transnacionais em relação ao mercado (p.12). Assim, o estudo aborda cidades como Nova York, Tóquio, Londres, São Paulo, Hong Kong, Toronto, Miami, Sydney etc. Considerando que passaram a ter mais em comum umas com as outras do que com seu entorno imediato, com os centros regionais de seu próprio país.

A autora destaca que, juntamente com a dispersão da indústria, surgiram novas formas de centralização territorial, concernentes ao gerenciamento realizados pelos altos escalões e controle de operações. Assim, "os mercados nacionais e globais, bem como as operações globalmente integradas, requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização" (SASSEN, 1998, p. 13). Análise esta que já estava presente em seu trabalho de 1991, "*The Global City*".

Dessa forma, a tese central de seu trabalho de 1998 – "*As cidades na economia mundial*" – é que as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970 no arranjo da economia mundial, juntamente com a modificação na prestação de serviços e finanças, ocasiona uma renovada importância das grandes cidades como locais privilegiados para determinados tipos de atividades e funções.

Logo, segundo SASSEN (1998), na atual fase da economia mundial, a qual tem como centro as funções financeiras e de prestação de serviços, é

precisamente a combinação da dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades, que denomino cidades globais (p. 16, grifo meu).

As cidades globais teriam três funções básicas na atualidade: são

(1) pontos de comando na organização da economia mundial; (2) lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do atual período, isto é, as finanças e os serviços especializados destinados às empresas; (3) lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações (SASSEN, 1998, p. 16-17).

SASSEN (1998) afirma que a nova economia urbana apresenta uma polarização que já existia mas, devido aos últimos acontecimentos, foi consideravelmente exacerbada. A polarização se refere aos setores de serviços altamente especializados, com grande potencialidade de altos lucros se comparados aos setores mais tradicionais da economia. Entretanto, a autora salienta que, esses setores econômicos mais tradicionais, embora sejam essenciais para a economia urbana, como também para as necessidades cotidianas de seus moradores, sua

sobrevivência está ameaçada pelas finanças e serviços especializados (SASSEN, 1998, p. 18).

A autora afirma que “na década de 1980 as finanças e serviços especializados se afirmaram como os principais componentes das transações internacionais” (SASSEN, 1998, p.23). Sendo que as instituições essenciais para essas transações são os mercados financeiros, as grandes empresas de prestação de serviços, os bancos e as matrizes das corporações multinacionais.

Mais um dado interessante de sua pesquisa se refere aos três tipos de lugares que simbolizam as novas formas de globalização econômica: zonas de processamento das exportações, centros bancários *offshore* e cidades globais. As zonas de processamento das exportações, segundo SASSEN (1998), são menos prováveis de serem executadas em cidades. Assim, como o objetivo de seu trabalho é analisar a cidade, a autora não se deteve na análise destas zonas. Mas esclareceu que são zonas localizadas em países com salários baixos, nos quais as empresas dos países ricos instalam suas fábricas para processar e/ou reunir componentes, com o intuito de reexportá-los.

Já as cidades globais são “os lugares-chave para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais” (SASSEN, 1998, p. 35), como também tendem a concentrar as matrizes das empresas, sobretudo daquelas que operam em mais de um país.

Assim, SASSEN (1998), explicando a tese central de seu trabalho, afirma que as cidades ao invés de se tornarem obsoletas por causa da dispersão que as tecnologias da informação proporcionaram, elas concentram funções de comando. Portanto, a dispersão geográfica das fábricas, escritórios e instalações destinadas à prestação de serviços poderia ter acarretado uma descentralização do controle das funções fundamentais. Porém, não foi isto que aconteceu.

Há, sim, uma “combinação da dispersão geográfica das atividades econômicas e da integração dos sistemas, que está no centro da atual era econômica, [que] contribuiu para o papel estratégico desempenhado pelas grandes cidades” (SASSEN, 1998, p.35). Deste modo, as cidades são locais de produção pós-industrial para as principais indústrias desse período, para o setor financeiro e os serviços especializados e, também, são mercados multinacionais, nos quais

empresas e governos têm a possibilidade de adquirir serviços especializados e financeiros (p. 36).

Os centros bancários *offshore*, como outro tipo de lugar importante nos circuitos mundiais dos fluxos financeiros, são centros que atuam como paraíso fiscal. Uma resposta que “os atores do setor privado encontraram para a regulamentação governamental” (SASSEN, 1998, p. 41). Esses centros começaram a ser implementados a partir da década de 1970, embora existam de maneira incipiente há algum tempo.

Uma consideração bastante pertinente da autora concerne à formação de um sistema transnacional. SASSEN (1998) afirma que se as cidades globais somente competem entre si em busca de uma fatia maior no mercado global, elas não podem constituir um sistema transnacional. Porém, se além desta competição for considerado que elas “também são lugares onde ocorrem processos transnacionais com múltiplas localizações” (SASSEN, 1998, p. 70), pode-se pensar numa dinâmica sistêmica que integra estas cidades. Nesse sentido, em concordância com CASTELLS (2006), o qual compreende a cidade global como um processo, no qual cada área desempenha uma função na rede global à luz da importância da atividade desenvolvida (CASTELLS, 2006, p. 470).

Dessa forma, cada cidade global tem uma função no sistema transnacional. Por exemplo, em meados da década de 1980, Tóquio era a principal exportadora da matéria-prima dinheiro. Nova York era o principal centro processador do mundo. E Londres agia como um importante entreposto. Assim, Tóquio, Nova York e Londres formavam uma “cadeia de produção nas finanças” (SASSEN, 1998, p. 70).

A autora ainda sugere que o fortalecimento das relações internacionais entre os centros financeiros e comerciais líderes segue ao lado de um enfraquecimento dos laços existentes destas cidades com seu entorno imediato, ou seja, seu sistema nacional e periférico.

Um desdobramento do tema central do trabalho de SASSEN (1998) é que as matrizes daquelas empresas que realizam muitas transações complexas, bem como atividades extremamente competitivas e inovadoras e/ou voltadas para o mercado internacional tendem a se localizar nas grandes cidades, principalmente na região central por mais elevado que seja o custo. Já as empresas que exercem atividades mais rotineiras “que atuam em mercados predominantemente regionais ou

nacionais, parecem estar cada vez mais livres para se mudarem ou instalarem suas matrizes fora das cidades” (SASSEN, 1998, p. 90).

Sucintamente, mais uma consideração da autora merece destaque, pois desfaz eventuais equívocos de interpretação. Primeiramente, a autora afirma que muitos pressupõem que os setores altamente tecnológicos oferecem essencialmente bons empregos. Porém estes setores também têm uma quantidade significativa de empregos com baixos níveis de remuneração e sem perspectivas de melhoria, que vão dos faxineiros aos escriturários das corretoras que operam com ações. Já os setores atrasados, como os de produção de certos manufaturados ou ocupações mal remuneradas no setor de serviços, expressam tendência ao declínio. Entretanto, tais setores atrasados podem fazer parte das “principais tendências ao crescimento em uma economia altamente desenvolvida” (SASSEN, 1998, p. 136).

Deste modo, Saskia SASSEN (1991; 1998), com as duas obras analisadas neste trabalho, fornece importantes subsídios a uma linha de pesquisa que privilegie a análise da cidade contemporânea. A autora enfatiza a questão da dispersão geográfica da indústria e dos serviços rotineiros que são voltados para o mercado nacional e regional, bem como o outro lado do mesmo processo da nova economia urbana: uma centralização das funções de comando, especialmente aquelas concernentes aos instrumentos financeiros e serviços especializados que atendem as corporações multinacionais. Estas últimas, aliás, “tornaram-se ainda mais fundamentais para a organização da economia mundial” (SASSEN, 1998, p. 32).

A autora ressalta também a importância dos setores que não são *de ponta*, denominados setores mais tradicionais da economia, mas igualmente importantes para a dinâmica da economia atual e para suas populações locais.

Em “*World cities in a world-system*”, organizados por Paul KNOX e Peter TAYLOR (1995), tem-se um conjunto de artigos discutindo as cidades mundiais. Tendo em vista o objetivo deste capítulo que é a apresentação e discussão crítica das teorias sobre a cidade contemporânea, basicamente selecionou-se dois trabalhos e uma breve alusão a um terceiro sobre o tema.

Sendo assim, KNOX (1995) em seu artigo com o mesmo título do livro, afirma que durante 1970 e 1980 ocorreu uma significativa transformação de uma economia internacional para uma economia mais global. Segundo o autor, na economia internacional mercadorias e serviços são comercializados sobre os limites nacionais,

tanto pelos indivíduos quanto pelas firmas de diferentes países, sendo regulado de perto pelo estado-nação soberano.

Já na economia global, “mercadorias e serviços são produzidos e comercializados por uma teia oligopolística da rede da corporação global, nas quais as operações atravessam os limites nacionais e são imprecisamente reguladas pelo estados-nações” (KNOX, 1995, p. 3). Mas também ressalva que, certamente, a globalização do sistema mundial deve ser reconhecida tendo suas origens em um século atrás.

Nesse sentido, é interessante citar um outro artigo do mesmo livro em questão. Peter TAYLOR (1995), a respeito das origens da cidade mundial, faz referência a F. Braudel, o qual identificou algumas “cidades mundiais históricas” em seu influente trabalho sobre as mudanças sociais modernas na Europa. Segundo TAYLOR (1995), citando Braudel

essas são cidades sozinhas que dominam a economia mundial nas quais operam. Sua seqüência de tais cidades – Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã – é a continuidade na economia capitalista mundial como centros hegemônicos de estados hegemônicos: Amsterdã no século XVIII – Holanda; Londres no século XIX – Grã-Bretanha; e, Nova York no século XX – Estados Unidos (BRAUDEL Apud TAYLOR, 1995, p. 48).

KNOX (1995) afirma que essa “nova mega-cefálica corporação” (p. 6) e a esfera financeira têm direcionado cada vez mais uma outra dimensão importante da globalização, “uma série de fluxos culturais que tem vindo apoiar o sistema mundial contemporâneo” (KNOX, 1995, p. 6).

Baseando-se em Appadurai, KNOX (1995) apresenta cinco diferentes dimensões de fluxos na contemporaneidade, a saber:

ethnoscapes (produzido pelos fluxos dos homens de negócio, turistas, imigrantes, refugiados etc.); *technoscapes* (fluxos de maquinário, tecnologia e programa produzido por corporações transnacionais, e agências governamentais); *mediascapes* (fluxos de imagens e informações através da mídia impressa, televisão e filme); e *ideoscapes* (fluxos das construções ideológicas, geralmente dirigidas por visões do mundo do Oeste) (KNOX, 1995, p. 6).

KNOX (1995) acrescenta uma sexta dimensão dos fluxos, os *commodityscapes*, produzidos pelos fluxos da cultura material que circunda todas as coisas, da arquitetura e *design* interior até roupas e jóias (p. 6).

Deste modo, o autor argumenta que as cidades mundiais são centros de corporações transnacionais, de instituições transnacionais, das telecomunicações e processos de informação. Essas cidades, de acordo com o autor, são “pontos base e

centros de controle para a interdependência dos fluxos financeiros e culturais, os quais juntos, suportam e sustentam a globalização da indústria” (KNOX, 1995, p. 6).

Ressalta que as cidades mundiais formam um arquipélago contemporâneo dentro da economia mundial. Esse arquipélago é intensificado por estratégias políticas das corporações transnacionais reestruturadas. Assim, a idéia básica, de acordo com KNOX (1995) é alcançar a supremacia comercial pelo enfoque em sete ou oito centenas de milhões de consumidores na tríade de economias centrais dentro do sistema mundial – Europa, Estados Unidos e Japão.

Entretanto, é importante considerar, como se verificará em CASTELLS (2006), que a cidade mundial/global não pode ser reduzida a um pequeno número de núcleos urbanos. Sendo necessária a conectividade entre diversos centros produtores e mercados na rede global, cada qual com sua especificidade. Ou seja, cada núcleo urbano participa em diferentes intensidades e escalas.

Há também a importância, para o processo de acumulação do capital, da expansão geográfica para novas regiões, uma vez que, *quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital* (HARVEY, 2005). Portanto, o denominado “arquipélago de cidades mundiais” pode comandar as ações hegemônicas contemporâneas, mas precisa de diferentes áreas para colocar em marcha a economia global.

E ainda é necessário destacar, como Saskia SASSEN (1991; 1998) alertou, que a dinâmica e sobrevivência da economia mundial não são realizadas apenas com base nos setores altamente especializados do capitalismo. Os setores denominados mais tradicionais da economia são extremamente importantes para os países e a população local. Como os funcionários de baixa qualificação e remuneração que, muitas vezes, também compõem diretamente os setores mais avançados do capitalismo atual.

No mesmo livro que contém o artigo de Paul KNOX (1995) há um interessante trabalho de John FRIEDMANN (1995b), intitulado “*Where we stand: a decade of world city research*”. Como o próprio título denuncia, trata-se de um balanço a respeito da pesquisa sobre cidade mundial na última década (meados dos anos 1980 aos 1990).

Assim, FRIEDMANN (1995b) afirma que foi uma descoberta de 1970 a integração do sistema de produção e mercados, o que, por sua vez, caracteriza a economia global. Entretanto, naquele período havia “muitas controvérsias a respeito

da então chamada ‘nova divisão internacional do trabalho’ e um velho século de ‘sistema mundial’” (p. 21). Até a década de 1980, o significado desses desenvolvimentos teóricos para o estudo da urbanização não era reconhecido.

Assim o autor destaca que é incontestável o fato das cidades articularem fortemente economias regionais, nacionais e internacionais. São centros para os quais “fluxos de dinheiro, trabalhadores, informação, *commodities*, e outras variáveis relevantes economicamente se concentram” (FRIEDMANN, 1995b, p. 22). Como centros, sua influência se estende para o “campo” ou região e suas relações econômicas “articulam a economia global ou *espaço da acumulação global*” (p. 22).

Logo, o autor define o que seria um *espaço de acumulação global*. É

um local de economias nacionais e regionais que serve aos propósitos da acumulação de capital numa escala amplamente mundial. Esse espaço inclui áreas de produção primária (silvicultura e minerais na Bacia Amazônica), lugares específicos de produção (localizações de produção) e, claro, concentração espacial de consumidores (FRIEDMANN, 1995b, p. 22).

Segundo FRIEDMANN (1995b), em certo sentido o espaço global abrange todo o planeta Terra. Porém, em outro sentido, mais relevante para o autor, o espaço de acumulação global é muito mais restrito, pois grande parte da população do mundo não está incorporada neste espaço ou, se estão, fazem apenas uma contribuição marginal como outro produtor direto ou consumidores. Logo,

o espaço de acumulação global, definido por um lugar de interdependência das economias regional e nacional, circunda apenas uma fração da superfície do planeta e uma igualmente pequena fração da população. É esse o mais restrito lugar do espaço econômico, precisamente o espaço articulado ou organizado através de uma rede de cidades mundiais (FRIEDMANN, 1995b, p. 23).

Acredita-se que o *espaço de acumulação global* tratado por FRIEDMANN (1995b) refere-se aos locais de comando ou aquelas áreas que servem diretamente como suporte para a atuação dos atores hegemônicos, tendo em vista que o autor, por exemplo, inclui nesse espaço áreas de produção primária como a Bacia Amazônica. Entretanto, insiste-se na idéia que mesmo os locais que “não servem diretamente” à dinâmica do capitalismo global, na verdade, também estão inseridos no sistema, pois o fenômeno marca a totalidade do espaço, mesmo que seja de forma pontual, como apontou M. SANTOS (2002) ao analisar a difusão dos objetos técnico-informacionais (p. 240).

Por fim, John FRIEDMANN (1995b) concorda que as cidades mundiais são amplas regiões urbanizadas, definidas por densos padrões de interação, até certo ponto demarcados pelos limites político-administrativos. Ressalta que existem

relações hierárquicas, que são essencialmente relações de poder, traduzidas por uma intensa competição entre os lugares.

Assim, segundo o autor, as cidades mundiais, como outras localidades, estão constantemente engajadas em um ato de equilíbrio para ajustar suas economias para o processo de *destruição criativa*, que é endêmico para o capitalismo. Entretanto, as cidades mundiais estão dirigidas também para uma intensa competição para “capturar mais funções de comando e controle que compreende sua essência. *Angústia competitiva é construída dentro das políticas de cidade mundial*” (FRIEDMANN, 1995b, p. 23, *grifo meu*).

Daí se observa quanto de investimento público é realizado para atender as solicitações de infra-estrutura e outras benfeitorias para os atores hegemônicos, enquanto as necessidades de grande parte da população é negligenciada (SCHERER, 2002; FERREIRA, 2003).

David CLARK (1996) em “*Urban World/Global City*”, ressalta que como conseqüência urbana geográfica das profundas mudanças nos padrões de acumulação capitalista, há uma concentração do poder econômico em um pequeno número de cidades mundiais no centro econômico e um acelerado desenvolvimento urbano por toda a periferia. Diz que a “urbanização tornou-se um fenômeno global como uma conseqüência do grande alcance das mudanças na estrutura e relações espaciais do capitalismo” (CLARK, 1996, p. 77).

Dois principais desenvolvimentos estão envolvidos nesse processo: a substituição do capitalismo monopolista pelo capitalismo corporativo transnacional, e a criação de padrões de produção, comércio e fornecimento de serviços restritos ao norte do Atlântico ou para o império político. Assim, segundo CLARK (1996),

[...] a extensão do desenvolvimento urbano como um fenômeno global é largamente visto como uma conseqüência da reorganização da produção, trabalho, finança, fornecimento de serviço e competição, numa base internacional, e em alguns casos, em bases transnacionais [...] Sendo que a urbanização atinge os lugares como conseqüência indireta do capitalismo corporativo transnacional (CLARK, 1996, p. 79-90).

Assim o autor esclarece que o crescimento urbano é um processo que ocorre desde metade do século XX, como um fenômeno global.

Embora as origens da urbanização esteja no mercantilismo e capitalismo industrial, o mundo urbano contemporâneo é essencialmente um produto dos processos de concentração da população que começaram intensamente nas economias centrais até primeira parte do século XX, e tornou-se verdadeiramente mundial em extensão e efeito nos últimos vinte anos (CLARK, 1996, p. 98).

Dessa forma, após um debate sobre a urbanização, a qual está, de acordo com CLARK (1996), em uma fase de plena expansão, tornando-se um fenômeno global, analisa as cidades mundiais. Estas se distinguem das demais porque fornecem serviços para um mercado mundial e não meramente para o consumo doméstico. Suas características são

concentrações de sedes das corporações globais; *commodities*, moeda e trocas seguras; e sede de escritórios das organizações de serviços produtivos. Elas são os maiores centros do comando internacional e administração, bem como as principais junções na conferência global e circuito convencional (CLARK, 1996, p. 138).

David CLARK (1996) ressalta que embora as instituições capitalistas exerçam nas cidades mundiais um papel de controle global, elas próprias são influenciadas e formadas por políticas e economias globais. As corporações transnacionais são a principal agência, mas também têm seu aumento e proliferação como causa e consequência da emergência da economia mundial (p. 144). Deste modo, “o aumento das cidades mundiais reflete e tem tornado possível a emergência da economia mundial” (CLARK, 1996, p. 142).

O autor diz que se o termo – cidade mundial – é apropriado ou equivocado é uma questão a se debater e que está sem solução. Mas, fato é que, segundo CLARK (1996), as cidades mundiais são localizações-chave, onde o poder econômico global está localizado e de onde a economia mundial é manipulada e controlada (p. 142). “Elas são pontos de controle para o sistema capitalista que tem ajudado a concentrar um grande e crescente número de pessoas em lugares urbanos” (CLARK, 1996, p. 164).

Três fatores são responsáveis por essa localização e arranjo organizacional, de acordo com CLARK (1996): o aumento do número e rede do capital global, sua concentração geográfica e os avanços nas telecomunicações e transportes. Segundo o autor, é nesse contexto que as cidades mundiais emergem com seu papel de controle.

Portanto, assevera que as cidades mundiais são localizações-chave porque *foram escolhidas pelas agências do capitalismo global*. Logo, são lugares em que as funções principais de negócios estão sendo desenvolvidas e concentradas; onde a corporação global, o controle financeiro e político são exercidos. Enfatiza que não é o tamanho da população que a faz cidade mundial, mas sua concentração do controle corporativo. Assim, David CLARK (1996) afirma que o

aumento e concentração do capital global se tornaram possível e sustentável pelo complexo de fluxos de pessoas e idéias. Informação é o ponto-chave de negócios, e é pelo controle do fluxo de instruções, idéias e dados dos escritórios regionais, filiais de fábricas, afiliadas e subsidiárias, que a sede do corpo de funcionários são capazes de administrar seus impérios globais. Recentes desenvolvimentos nas telecomunicações e transporte facilitam o comando e função de coordenação (CLARK, 1996, p. 156).

Aborda o aspecto sociológico, afirmando que o grande número de funcionários das corporações transnacionais e de serviços produtivos para a classe média distinguem sociologicamente as cidades mundiais. Tal distinção é expressa em termos de ocupação, rendimento e estilos de vida de seus residentes. “Elas são lugares de polarização social que podem ser conceitualizadas como ‘cidades duais” (CLARK, 1996, p. 139), pois há também os trabalhadores com baixa habilidade e com baixa remuneração que prestam serviço ao setor de serviço internacional e estão ao lado, mas bem separados, da comunidade de *profissionais globais*.

Por fim, segundo CLARK (1996), muitos lugares exigem o status de cidade mundial, mas somente Nova York, Tóquio e Londres têm uma significativa quantidade de corporações, finanças e funções de serviço para satisfazer o critério para inclusão nesse grupo de elite. Assim, de acordo com o autor, o conceito de cidades mundiais é atrativo, mas a comprovação empírica é disputada.

Observou-se que grande parte do estudo de David CLARK (1996) apoiou-se nas discussões de Saskia SASSEN (1991) sobre a cidade global. CLARK (1996), assim como SASSEN (1991), afirma que o mundo vive o mesmo processo de nova ordem econômica, porém seus efeitos são diversos nos diferentes lugares. Logo, como já foi ressaltado, CLARK (1996) considera apenas três cidades como mundiais: Tóquio, Londres e Nova York. As três cidades que, prioritariamente, foram analisadas por SASSEN (1991) em “*The Global City*”.

CLARK (1996) até realiza uma comparação das diferenças quanto à realização da nova ordem econômica entre América do Sul, Ásia e África, mas a análise minuciosa quanto a um estudo de caso direcionou-se para a cidade de Tóquio; segundo o autor, um exemplo de cidade mundial.

Cabe destacar, ao que tudo indica, o caráter distintivo de sua obra, ou seja, a abordagem que realiza sobre o desenvolvimento urbano como um fenômeno global. FRIEDMANN (1995a) em seu artigo – “*The World City Hypothesis*” já havia realizado esta relação, mas de forma sucinta.

Embora defenda que as origens da urbanização como fato global se desenvolve de longa data, desde o mercantilismo; são com os novos processos econômicos dos últimos vinte anos que realmente ocorre um alcance mundial do fenômeno. Assim, “a globalização vista em escala global, é um fenômeno contemporâneo dirigido pelo capitalismo corporativo transnacional” (CLARK, 1996, p. 98), sendo a cidade mundial/global um elemento que reflete e torna possível a emergência dessa economia mundial e, portanto, desta urbanização como fenômeno urbano global.

Por fim, cabe uma consideração quanto à utilização da expressão *cidade mundial* e *cidade global*. O autor utiliza em quase todo o seu trabalho a expressão *cidade mundial*, embora no título da obra apareça a expressão *cidade global*. Um dos momentos em que se verificou o uso da expressão *cidade global* no corpo do trabalho foi quando o autor analisou aspectos sociológicos (polarização social) da cidade mundial/global. Não se pode dizer que o autor escolheu o termo *cidade global* para tratar especificamente de aspectos sociológicos, porque o termo aparece apenas uma vez no parágrafo de análise. Sendo que, no mesmo parágrafo, tratando do mesmo assunto, utiliza praticamente em todos os momentos, com uma única exceção (a qual se destacou), a expressão *cidade mundial*. De qualquer forma, corrobora, até esse estágio, uma das hipóteses desta dissertação que a teoria de *cidade mundial* e *cidade global* não apresenta nenhuma diferença significativa.

Laura BUFFONI (1997) em seu artigo “*Rethinking poverty in globalized conditions*”, extraído do livro editado por John EADE (1997) – “*Living the global city*”, argumenta que a pobreza com suas manifestações locais e interações com o regional, nacional e global, pode ser considerada como um “fenômeno no qual o ‘global’ encontra o ‘local’” (BUFFONI, 1997, p. 110).

Assim, a autora tem dois pressupostos básicos: a polarização ocorre no nível global (macro), aumentando dramaticamente nas últimas décadas. Dessa forma, confirmando a imagem de divisão “norte/sul” em pólos que podem ser espalhados por todo o globo. E em seu segundo argumento diz

[...] que por causa da influência dos processos de globalização na vida diária dos indivíduos (definido como micro-globalização), a pobreza nas sociedades de abundância têm envolvido diversas maneiras para adaptação e formas de reprodução social, produzindo padrões mais complexos na forma como a pobreza é percebida e experimentada (BUFFONI, 1997, p. 110).

BUFFONI (1997) salienta que a cidade é um local privilegiado para se observar os processos que ocorrem dentro da ampla sociedade. É também um lugar que oferece oportunidades e participação social, porém, ao mesmo tempo, exclusão. Logo, de acordo com a autora, a pobreza não é uma característica distintiva das cidades, porém, nestas, assume feições específicas, onde os contrastes se tornam mais visíveis.

Nesse sentido, ressalta que o tema de *cidade dual* ou *cidade dividida* é um assunto clássico dentro da sociologia urbana. Entretanto, defende BUFFONI (1997), que três aspectos da pobreza em condições globalizadas (os processo de globalização são compreendidos pela autora em termos como globalismo, globalidade, compressão tempo/espço, comunidades locais transformadas) mudaram, oferecendo padrões mais complexos de estratificação.

Dessa forma, os três aspectos são: (1) uma polarização das chances de vida, na qual os pobres não têm recursos econômicos, culturais e conhecimento para alcançar um padrão “global” de vida, feito de perícia financeira, conhecimento técnico e acesso aos meios globais de comunicação; (2) por outro lado, a proximidade de “facilidades globais” e serviços especializados podem expandir acesso e proporcionar oportunidades – independentemente da classe social e posição econômica – capazes de desenvolver novas e alternativas formas de reprodução social; e (3) a idéia e percepção da pobreza, ou melhor, da *pobreza relativa*, pode assumir diferentes características, pois há uma maior mobilidade física dos indivíduos atravessando limites nacionais e culturais, percebendo melhores oportunidades de vida. Assim como as comunicações globais e *mídias* fazem os indivíduos terem maior consciência das condições de vida das pessoas do outro lado do globo e, portanto, de sua própria existência, pois “*idades globais são ambientes multi-culturais*” (BUFFONI, 1997, p. 112, *grifo meu*). Devido a estes três fatores, a autora afirma ser possível repensar a idéia de pobreza relativa. “Pobreza é e continua relativa, mas a questão é, relativa para quais pessoas perceberem sua pobreza?” (BUFFONI, 1997, p. 112).

Logo, define a pobreza como falta material e de recursos culturais o que, por sua vez, restringe a habilidade para socializar-se. Assim, segundo BUFFONI (1997) pode-se observar algumas das transformações atuais, no que concerne a pobreza, no aspecto do trabalho. Dessa forma, ela realizou uma pesquisa por meio de

entrevistas, e apresenta alguns exemplos de indivíduos e suas estratégias para lidar com a situação de pobreza numa cidade global.

BUFFONI (1997) esclarece que as entrevistas foram realizadas em toda Londres, apresentando uma variedade de situações e condições de vida de pessoas com o “risco de pobreza”, ou de pessoas que direta ou indiretamente têm e/ou tiveram uma experiência de pobreza. Elas apresentam diferentes formas de reprodução social e vários caminhos para a experimentação do desemprego, subemprego e falta de moradia. Os entrevistados percebem que viver em uma cidade global pode resultar em uma variedade de formas de reprodução social.

As oportunidades oferecidas pela cidade global, em termos de tecnologia, comunicações culturais e oportunidades sociais, podem ser transformadas em recursos sociais relevantes (uma ‘recreação na comunidade de origem’ no caso de Toni ou manutenção de interesses culturais no caso de Bill [Toni e Bill são os entrevistados]), se os indivíduos têm as capacidades necessárias, apesar da falta de recursos materiais (BUFFONI, 1997, p. 125).

Deste modo, alguns entrevistados, conforme a autora expõe, utilizavam os recursos disponíveis em seus mundos sociais, convertendo-os em pertinentes funções, como participação em atividades da comunidade “étnica”; fazendo trabalho voluntário; ou mesmo, realizando a manutenção das relações sociais.

Ainda quanto às entrevistas, a autora destaca que o *deslocamento* das comunidades locais provocado pela globalização pode ser “um elemento adicional de desvantagem para aqueles que estão sem dinheiro e não têm acesso a uma ‘rede global’ [...] experimentam isolamento e vêem seus recursos sociais diminuir [...] faz a vida em condições globalizadas até mesmo mais difícil” (BUFFONI, 1997, p. 125).

Por fim, a autora assevera que *a imagem de cidade global é de uma complexidade, mas não de dualidade*. Pois, isolamento e destituição são fenômenos vivido no cotidiano, mas ao mesmo tempo, é um lugar de oportunidades disponíveis para os menos favorecidos. Logo,

os vários mundos sociais não estão fechados, mas atraindo recursos, significados, conhecimentos externos no cenário social global; dissociando, então, os limites de acesso e não-acesso. Pobreza em um contexto globalizado resulta em uma mudança da realidade sendo a “pobreza” um conceito que precisa passar por constante reformulação (BUFFONI, 1997, p. 125).

Em suma, o artigo de Laura BUFFONI (1997) apresenta uma importante contribuição para o tema de cidade mundial/global, pois analisa as relações de sobrevivência dos menos favorecidos economicamente numa cidade global,

especificamente em Londres. O estudo é interessante porque uma abordagem mais pormenorizada desse aspecto não é muito comum. Embora diversos autores, como SASSEN (1991) e CLARK (1996), tenham tratado da polarização social.

Contudo, a autora traz à luz uma pertinente questão da sociedade contemporânea: para os pobres que vivem em cidades globais, o que muda em suas vidas cotidianas? BUFFONI (1997), tendo em vista a pesquisa realizada com os entrevistados residentes em Londres, conclui que para aqueles que realmente estão privados de recursos financeiros, mas principalmente de recursos culturais e os que são analfabetos tecnológicos, a globalização acentua sua pobreza.

Entretanto, para os indivíduos que apresentam o mínimo de habilidades (a autora não é muito precisa quanto a estas habilidades, mas relaciona com o mínimo de dinheiro, bagagem cultural e conhecimentos tecnológicos), mesmo num ambiente de pobreza, conseguem novas formas de reprodução social como a participação em trabalhos voluntários ou em comunidades locais. Assim, para Laura BUFFONI (1997), uma série de novas oportunidades foi disponibilizada em condições globalizadas. Estas oportunidades de uma maneira geral, em sua visão, facilitam a inserção dos menos favorecidos residentes em uma cidade global. Até porque “as grandes cidades crescem, mas o fazem com um aumento ainda maior da ocupação, ainda que a pobreza se alastre” (SANTOS, 1994, p. 85).

Assim, realmente há indícios de que BUFFONI (1997) tenha razão, inclusive e especialmente em metrópoles de países subdesenvolvidos, pois, notadamente nesses países, juntamente com o processo de modernização das atividades, há a expansão paralela de atividades econômicas menos modernas, permitindo, portanto, uma maior inserção dos “menos qualificados”. Tendo em vista que quanto maior e mais populosa uma cidade, maiores são as possibilidades de surgimento de novas atividades econômicas (SANTOS, 1994, p. 99-100).

Portanto, a modernização de atividades é simultânea à expansão de formas econômicas menos modernas que abrigam uma parcela da “pobreza” urbana, permitindo a existência de um setor econômico diferenciado do setor de grande capital [...] tanto maior e mais populosa a aglomeração urbana, maior a flexibilidade quanto a criação de atividades econômicas, mesmo de fabricação, do que decorre a possibilidade de uma gama variada de empresas e estabelecimentos dedicados à produção de um mesmo bem ou serviço, com base em condições técnicas, financeiras e organizacionais as mais diversas [...] Como são as firmas médias e pequenas que empregam mais gente, sua presença assegura a existência de um grande número de postos de trabalho. A massa salarial correspondente assegura um consumo diversificado [...] Essa acessibilidade ao mercado local é um dos elementos de explicação da presença, nas cidades dos países

subdesenvolvidos, de tipos tão diversos de capital e trabalho (SANTOS, 1994, p. 94-100).

Embora teóricos como William TABB (1990) demonstrem que em cidades mundiais/globais dos países centrais o fenômeno da polarização social se faz cada vez mais presente e crescente, e que, por sua vez, tal fenômeno acaba agudizando ainda mais as condições de vida da população dos países periféricos, talvez esse seja um processo que atinja mais fortemente a chamada “classe média”, alterando o seu padrão de vida para pior, já que ocupações intermediárias tiveram forte diminuição na economia global (SASSEN, 1991).

2 A teoria da cidade pós-moderna

Comparativamente com as expressões de *cidade mundial* e *cidade global*, o termo *cidade pós-moderna* é menos utilizado. Sendo assim, após extenso levantamento bibliográfico, se apresentarão duas obras a respeito desta teoria. Um dos livros, editado por Sophie WATSON e Katherine GIBSON (1996) denominado “*Postmodern Cities and Spaces*”, reúne algumas análises de diferentes teóricos sobre o tema da obra. O segundo trabalho que será apresentado foi realizado pelo italiano Giandomenico AMENDOLA (2000) em “*La Ciudad Postmoderna*” (esta é a tradução para o espanhol) que aborda o conceito tendo em vista, principalmente, o espaço da Europa ocidental.

WATSON e GIBSON (1996) afirmam que os discursos pós-modernos têm repercutido significativamente nas práticas urbanas, na filosofia e no planejamento, pois “visto que, se gostamos ou não, o pós-moderno está aqui para ficar” (p.1).

Os autores afirmam que nos últimos anos aumentou o debate sobre as relações entre estética pós-moderna (influência sobre arquitetura, estilos artísticos e culturais), uma condição socioeconômica da pós-modernidade (sobre uma reestruturação econômica do espaço) e um paradigma pós-moderno do conhecimento (fortemente influenciado pelo pós-estruturalismo). Assim, S. WATSON e K. GIBSON (1996) alertam que o livro se inclina para essas influências do discurso pós-moderno, pensando sobre a espacialidade, cidades contemporâneas e questões de poder na vida urbana. Deste modo, asseveram que

enquanto discursos pós-modernos problematizam discontinuidades, disjunção e transformação, suas matérias são radicalmente diferentes. Primeiramente, é na realidade, a cidade, ou mais especificamente, o espaço

urbano do capitalismo tardio, que se tem o sujeito da transformação e disjunção (WATSON; GISBON, 1996, p. 1, *grifo meu*).

Assim, conforme as autoras, ao se pensar em pós-modernismo e a cidade, é muito provável que certas cidades sejam lembradas, como é caso de Los Angeles, um exemplo paradigmático. Entretanto, afirmam que o presente livro trata de casos paradigmáticos e não-paradigmáticos. Dessa forma, são discutidos lugares como Los Angeles, mas também, Hong Kong, Kingston (Jamaica) e cidades da Melanésia, pois “*se nós vivemos em uma ‘era pós-moderna’ todas as cidades são lugares pós-modernos. Se nós empregamos um ‘discurso pós-moderno de análise qualquer cidade pode ser nosso objeto’*” (1996, p. 5, *grifo meu*).

Desse modo, são quatro artigos concernentes as cidades pós-modernas, tratados por Edward SOJA – caso de Los Angeles; Alexander CUTHBERT – caso de Hong Kong; Diane AUSTIN-BROOS – caso de Kingston; e J. CONNELL e J. LEA – caso de Papua Nova Guiné, que serão apresentados. Ressalta-se que no mesmo livro existem outros capítulos interessantes (por exemplo, sobre as políticas pós-modernas), reunindo análise de vários teóricos. Mas, tendo em vista o objetivo deste *tópico*, tratar-se-á apenas destes quatro artigos como fonte de análise sobre a expressão *cidade pós-moderna*. E, ainda, nestes artigos, escolheu-se atribuir maior atenção às teorizações a respeito de cidades pós-modernas, ao invés de focar na análise das cidades propriamente ditas.

Em “*Postmodern urbanization: the six restructurings of Los Angeles*”, Edward SOJA (1996) já no início de seu artigo afirma que se baseia na aceitação da pós-modernidade como fato. Sendo assim, existem espaços, cidades e políticas pós-modernas. Essa premissa, segundo o autor, guiou o seu trabalho na última década. Logo, “*um processo de urbanização pós-moderna pode ser definido como uma descrição das maiores mudanças que atingiram os lugares em cidades durante o último quarto do século XX [...] [sendo] Los Angeles meu caso empírico*” (SOJA, 1996, p. 125).

Assim, segundo SOJA (1996), a reestruturação e urbanização pós-moderna se referem a alguma coisa *menos* que uma transformação total, uma completa revolução. Mas também se refere a alguma coisa *mais* que reforma gradativa e contínua dentro de uma significativa redireção. Logo, assegura o autor, “há não apenas mudança, mas continuidade, uma persistência das tendências do passado e

formas estabelecidas de (moderno) urbanismo em meio a um aumento intrusivo da pós-modernização” (SOJA, 1996, p. 126).

Dessa maneira, afirma o autor, na cidade pós-moderna a cidade moderna não desapareceu. “Sua presença pode ser diminuída, porém continua articulada com as antigas e novas formas de urbanização” (SOJA, 1996, p. 126). Deste modo, a pós-modernidade produz não somente suas próprias condições distintas, mas também realiza suas articulações particulares com formas urbanas pré-existentes e *estilos de vida*. Assim sendo,

pode ser dito que cada cidade no mundo é em algum grau uma cidade pós-moderna [...] urbanização pós-moderna é produzida socialmente (e, portanto, transformável socialmente) e também desenvolvida de forma irregular geograficamente; que varia de intensidade de lugar para lugar, de cidade para cidade [...] ao mesmo tempo, não existe cidade puramente pós-moderna, nem lugar que pode ser inteiramente estudado e entendido em uma crítica ou perspectiva pós-moderna (SOJA, 1996, p. 126, grifo meu).

Entretanto, o autor defende mais explicitamente uma ênfase nas perspectivas pós-modernas, as quais fazem o sentido prático do mundo contemporâneo, em particular, da cidade contemporânea, pois assevera que com a revolta urbana do final dos anos 1960, a recessão global e a crise do início dos anos 1970, a economia capitalista entrou em uma reativa fase de reestruturação, aumentando os seus negócios como não era usual desde a era fordista-keynesiana. Assim, novos caminhos para a acumulação e a necessidade de controle social foram fundados. Portanto, o argumento é relacionar o significado político e teórico destas novidades (SOJA, 1996, p. 128).

Desse modo, trata das seis reestruturações que Los Angeles passou. Sucintamente, a *primeira geografia* (como o autor alude no texto) se refere à reestruturação da base econômica da urbanização, das mudanças fundamentais na organização e tecnologia da produção industrial. Basicamente, representa a mudança do Fordismo para a urbanização pós-fordista, com a organização da produção e consumo de massa em torno de grandes complexos industriais. Estes últimos apresentam sistemas de produção mais flexíveis, verticalmente desintegrados, mas geograficamente agrupados em ‘novos espaços industriais’.

A *segunda geografia* é a reestruturação dos novos processos familiares de internacionalização, a expansão do capital globalizado, e a formação de um sistema global de “cidades mundiais”. Nesse sentido, Los Angeles, por exemplo, tem sido especialmente um vívido exemplo de formação de cidade mundial, com seu aumento

crescente nas finanças e centro de comércio, que hoje pode ser a população culturalmente mais heterogênea em qualquer cidade na história (SOJA, 1996, p. 130).

A *terceira geografia* talvez tenha sido a que mais gerou denominações para tratar da novidade. Segundo SOJA (1996) uma pequena lista pode ser feita com termos como *megacidades, cidades às margens, cidades exteriores, metroplex, tecnópoles, 'tecnoburbs', pós-subúrbio, heteropolis, exopolis*. Assim, a terceira geografia trata da combinação entre descentralização e recentralização, a periferação do centro e a centralização da periferia, “a cidade simultaneamente estando dentro e fora dela” (SOJA, 1996, p. 131).

A *quarta geografia* se refere à mudança social na estrutura do urbanismo, especialmente o desenvolvimento de novos padrões de fragmentação social, segregação e polarização. A *quinta geografia* tem como ponto de partida a cidade pós-moderna como um complexo caleidoscópico, tornando-se ingovernável, menos confinada às tradicionais estruturas locais de governo. Assim surge a cidade *carceral*, norteada pela segurança privada. Aliás, ressalta-se, tema tratado brilhantemente por Mike DAVIS (1993) em “*Cidade de Quartzos*”. Por fim, a *sexta geografia* representa o produto de uma radical mudança no *imaginário urbano*.

Assim observou-se que para Edward SOJA (1996), a cidade pós-moderna é muito mais que cidade mundial/global, tendo em vista que esta última é um fenômeno importante, porém *um* fenômeno dentro do complexo de mudanças que ocorrem na sociedade desde final de 1960/início de 1970. Transformações que, concomitantemente, acontecem, utilizam e se refletem na cidade (LEFEBVRE, 1973).

Alexander CUTHBERT (1996) em “*Under the volcano: postmodern spaces in Hong Kong*”, integrante do mesmo livro de WATSON e GIBSON (1996), salienta que “embora Hong Kong divida muitas das características associadas com pós-industrialismo e pós-modernismo, a forma que toma é em muitos aspectos totalmente diferente de *outras cidades mundiais*” (p. 146-147, *grifo meu*).

Assim, segundo o autor, em Hong Kong como em uma grande cidade mundial, a corrida para o pós-modernismo é acelerada. Observa-se em Hong Kong, conforme o autor, o estado capitalista sendo lentamente absorvido no socialismo contra todas as regras da história contemporânea mundial, cujo reverso é a norma (CUTHBERT, 1996, p. 138).

Assim, muitas das características aceitas do pós-industrialismo e pós-modernidade se apresentam com menor ênfase: compressão do espaço-tempo, discurso ideológico, desconstrução, internacionalização e outras verdades existenciais que são, mesmo assim, centrais para a vida das pessoas em Hong Kong (CUTHBERT, 1996, p. 138).

CUTHBERT (1996) salienta que simbolicamente a cidade de Hong Kong vive *sob o vulcão* em várias dimensões: na relação com a China, no comércio internacional, emigração e outros fatores. “O paradigma industrial de Hong Kong tem demonstrado para o mundo um modelo seminal do capitalismo em ação. Hoje oferece condições de laboratório para examinar as características centrais do pós-industrialismo e espaço pós-moderno” (CUTHBERT, 1996, p. 138).

Deste modo, quando afirma que Hong Kong tem as suas especificidades como uma cidade mundial, o autor apresenta algumas das diferenças significativas. Primeiro, que a dinâmica de exportação da indústria de Hong Kong para a China é diferente do que ocorre com os Estados Unidos e Jamaica, por exemplo, pois Hong Kong e China tornam-se uma unidade econômica e ente político (CUTHBERT, 1996, p. 147).

Ressalta, quanto à população economicamente ativa, que em Hong Kong está se criando uma nova classe de elite profissional tecnocrática. Também nota que a emancipação das mulheres de Hong Kong é progressiva via exploração de outras mulheres do terceiro mundo, e não por meio de ajustamentos no papel das relações tradicionais.

Quanto à geografia do espaço pós-moderno, “Hong Kong emerge com uma estrutura socioespacial inteira de um estado de monopólio sobre a terra urbana, onde toda a terra é arrendada do governo, com o mínimo de controle no planejamento” (CUTHBERT, 1996, p. 147).

Afirma também que há um forte redesenvolvimento de projetos urbanos em áreas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha e outros países. Mas, em Hong Kong o redesenvolvimento urbano é quase inexistente (CUTHBERT, 1996, p. 147), embora fosse necessário, pois o espaço urbano é amplamente construído artificialmente, impulsionado principalmente pela reclamação adjacente de áreas urbanas desde 1843. Ou seja, o padrão urbano não mudou desde esta data, porém as transformações socioeconômicas estão acontecendo.

Por meio deste artigo de Alexander CUTHBERT (1996) a respeito de Hong Kong não se percebeu muito rigor no uso das expressões *cidade mundial* e *cidade pós-moderna*. Tudo indica, ao se analisar o artigo, que o autor compreende os termos como sinônimos, ambos concernentes às transformações contemporâneas no espaço.

Diane J. AUSTIN-BROOS (1996) em seu artigo "*Gay nights and Kingston town: representations of Kingston, Jamaica*", ressalta que a cidade de Kingston ainda tem muito do que se identifica como "moderno":

um sistema que cria espaços hierárquicos até ligar o próximo e o distante [...] cada espaço definido através de um sentido de hierarquia e de uma ávida comunicação. Se isso é verdade para partes de Kingston, é também verdade para o centro de Kingston nas relações com o mundo contemporâneo (AUSTIN-BROOS, 1996, p. 162).

A autora enfatiza que os jamaicanos são pós-modernos e transgressores no sentido de serem céticos em relação à modernidade, o que pode ser exemplificado na música produzida.

Assim os jamaicanos apresentam certa desenvoltura e estilo, justamente por participarem da modernidade tardia,

de uma hierarquia radical no espaço urbano que define centros de cidades como pobreza e menos poder; e também, de uma rede de comunicação que transmite informação sobre o mundo e fornece para eles com uma distância crítica de seu local e mundo metropolitano (AUSTIN-BROOS, 1996, p. 151-152).

Deste modo afirma que o estímulo para imaginação proveniente do meio transnacional jamaicano não dissolve a hierarquia de Kingston. "Contudo, oferece um espaço de crítica popular e esperança que é evidente nas ruas de Kingston e especialmente na música popular, a qual, ela própria, tem se tornado um fenômeno transnacional nos últimos quarenta anos" (AUSTIN-BROOS, 1996, p. 152).

Em suma, a autora diz que apesar da "modernidade tardia" ter até acentuado as relações hierárquicas no espaço e a pobreza, a população consegue apresentar uma força de reação expressa principalmente na música popular, pois se o meio transnacional acentuou a pobreza e a perda de poder, também trouxe elementos frutíferos para novas idéias. Logo, conforme a autora, os jamaicanos estão, sem dúvida, inseridos na "modernidade tardia", sendo sujeitos pós-modernos porque são críticos em relação à modernidade.

John CONNELL e John LEA (1996) em "*Distant places, other cities? Urban life in contemporary Papua New Guinea*", dizem que Papua Nova Guiné é marcada

pela extensão das diferenciações sociais em pequenas áreas e por contatos tardios com a sociedade e economia global (CONNELL; LEA, 1996, p. 172).

Os autores salientam que as cidades melanésias são divididas complexamente em unidades que prevalecem a etnicidade e identidades culturais sobre as divisões de classe. Fazem parte de um mundo pós-colonial que tem contribuído para a urbanização e, ainda de forma hesitante, para a formação de culturas nacionais e regionais, bem como suas identidades. Mas *“elas são parte, todavia, de um sistema mundial”* (CONNELL; LEA, 1996, p. 173-174, *grifo meu*).

Deste modo, argumentam que a economia de Papua Nova Guiné e especialmente das cidades, com seus entrepostos e centros administrativos, dependem das flutuações no sistema capitalista mundial. Por outro lado, há a continuidade de economias de subsistência por todo o país, que não podem ser influenciadas pela presença marginal de Papua Nova Guiné no capitalismo mundial. Isto gera um infinito debate na extensão da globalização na cultura e, particularmente, na política do país.

Finalizam salientando que não existe uma hegemonia econômica interna no país, nem uma força local que atue contra as corporações multinacionais. Todavia, os autores concluem que

Papua Nova Guiné e suas cidades são parte – embora muito mais na parte periférica – de uma economia capitalista mundial [...] é periférica no sentido que investimento estrangeiro está concentrado em atividades de recurso base, como a exploração de minas e silvicultura, sendo que este investimento acarreta mais exportações. Manufaturados exportados são conspícuos por sua ausência” (CONNELL; LEA, 1996, p. 174).

Neste artigo a respeito de Papua Nova Guiné é interessante ressaltar dois aspectos: os autores não escolheram uma cidade específica para analisar, tratando do país como um todo. E também defenderam uma noção sistêmica do capitalismo, com a qual se concorda. Analisam o papel de Papua Nova Guiné no funcionamento do capitalismo contemporâneo, basicamente como fornecedora de matéria-prima. Identificam a existência de uma expressiva economia de subsistência o que, por sua vez, não impede a inserção do país numa economia global.

Giandomenico AMENDOLA (2000) em *“La ciudad postmoderna”*, aborda especificamente o caso da Itália, alegando que este discurso pode parecer distante para o caso italiano. Pois, normalmente ao se pensar *“nessa nova fase da história da*

cidade”² (AMENDOLA, 2000, p. 11, *grifo meu*), lembra-se de realidades urbanas como Nova York, Los Angeles, Tóquio e em menor medida, Londres.

Diz que a onda pós-moderna é menos perceptível na Itália porque o pós-moderno construído é mais escasso que em outras partes. Argumenta que os motivos são muitos para explicar tal fato, sendo que somente uma parte da explicação pode ser atribuída ao um *anti-gosto* dos arquitetos italianos. Fato é que a arquitetura contemporânea não se apresenta com força no país, pois há uma luta constante contra a novidade. Aliás, segundo o autor, *a arquitetura pós-moderna é apenas um aspecto da pós-modernidade*.

Mas a tese central é que mesmo sendo escasso o ambiente construído pós-moderno, seu impacto sobre o imaginário coletivo é muito significativo. Assim,

a alma parece estar mudando muito mais rapidamente que o espaço construído da cidade [...] são as novas culturas, os sonhos, os desejos e os medos de sua gente, a variedade de tribos urbanas, a nova demanda da cidade, que conota a cidade pós-moderna (AMENDOLA, 2000, p. 16).

Deste modo, lança uma tese audaciosa, pois diz que “com os pés estamos, todavia, *na cena física da cidade habitual*, e com a cabeça, na cidade midiática da hiper-realidade e do imaginário” (AMENDOLA, 2000, p. 17, *grifo meu*). Ressalva-se que é um estudo sobre a Itália.

Assim, conforme o autor, o que permite se falar do pós-moderno como tendência da nova cidade contemporânea, “é o clima cultural geral produzido também por atitudes visíveis de massa, pelos comportamentos e estilos de vida” (AMENDOLA, 2000, p. 69). Portanto, assevera que é necessário partir destas grandes transformações para atribuir um sentido à arquitetura pós-moderna “que é apenas um momento de concretude e visibilidade da grande mudança em curso” (AMENDOLA, 2000, p. 69).

Para o autor, entre as grandes transformações, importante para conotar um marco geral, está o desaparecimento gradual da fronteira entre cultura alta e cultura popular. Esse aspecto penetra no cotidiano das pessoas como um fator privilegiado na formação dos sentidos. Assim, prossegue, “o ecletismo não significa liberdade e

² Edward SOJA (2000) trata de revoluções urbanas. Na primeira revolução urbana aborda, entre outras coisas, a “proto-urbanização”, tomando o exemplo de Jericó. Na segunda associa com o grande alcance da reconstituição das relações de poder dentro e fora da cidade, formando uma *governamentalidade societária*. A terceira revolução urbana se relaciona com a modernidade e o capitalismo urbano-industrial. E, finalmente, o que seria a *nova cidade contemporânea*, iniciada com as crises urbanas de 1960 (guerra do Vietnã, aumento da OPEC, reafirmações de poder do mundo menos industrializado etc.).

variedade somente na escolha de estilos, mas dos mesmos níveis culturais – popular e alta” (AMENDOLA, 2000, p. 70).

AMENDOLA (2000) afirma que a nova cidade contemporânea, justamente por sua nova e estrutural indeterminação ou ambigüidade, escapa das tentativas de compreensão dos peritos, como também dos habitantes. Em sua visão, a cidade estabelecida sob as lógicas da centralidade espacial, simbólica e cultural cede gradualmente à *cidade-colagem* ou à *cidade-bricolagem*. “Fraturas e diferenças já não constituem uma patologia, uma pausa ou uma exceção” (p. 73).

Afirma que na cidade nova pós-moderna “tudo é presente e contemporâneo, posto que já não existe o passado e a distância [...] [assim, o resultado é] uma série de presentes de idades diferentes, todos autônomos, porém inter-relacionados, dirigido a um mesmo público fragmentado e volúvel” (AMENDOLA, 2000, p. 78).

Analisa o fato de a realidade ser considerada e aceita como tal somente se parecer-se com o imaginário. Assim “é o cotidiano que imita o mundo da televisão propondo-se como um espetáculo contínuo” (AMENDOLA, 2000, p. 86). Dessa forma, “hoje a cidade pós-moderna se fundamenta em um pacto coletivo de simulação – um pacto sobre a mentira, nas palavras de Umberto Eco” (p. 83).

Portanto, vive-se num mundo, segundo o autor, em que a realidade é transformada em imagens e os fragmentos do tempo tornam-se presentes perpétuos e contemporâneos a si mesmos. As tribos urbanas, anteriormente consideradas como secundárias, acabam por representar as novas tramas de sociabilidade e identidade. As diversidades sociais e culturais, antes fatores de desagregação, tornam-se elementos de reorganização e de coesão da nova sociedade.

Nesse sentido, cabe destacar, que se acredita que tais “tribos” ou movimentos, muitas vezes, acabam por encobrir questões mais urgentes da sociedade, pelas quais o quanto antes deveria ocorrer uma mobilização. E ainda, algumas vezes, essas tribos, tornam-se movimentos que geram dinheiro. Nesse caso, tem-se a impressão que o caráter mercadológico se sobrepõe ao ideológico. Talvez a explicação esteja no próprio capitalismo, o qual *tudo absorve*.

Outra questão interessante apontada por AMENDOLA (2000), e com a qual se concorda, é que no período da modernidade havia a realização de uma identidade adequada a este projeto. Da mesma forma, também há um projeto de cidadão adequado na sociedade pós-moderna, distinto do cidadão moderno. Assim,

o atual cenário mutável e efêmero exige que as identidades se possam formar, adquirir e transformar com a mesma rapidez com a qual se troca de roupa [...] a identidade tem que ser flexível [...] a volatilidade e a rapidez se convertem em seus mais valiosos requisitos (AMENDOLA, 2000, p. 90).

Neste aspecto, lembra-se da *escola de regulamentação* abordada por David HARVEY (1994), o qual afirma que é necessária uma correspondência entre comportamentos individuais e o esquema de produção. Sendo o *modo de regulamentação*, o corpo de regras e processos sociais interiorizados. Uma materialização do regime de acumulação que assume a forma de normas, hábitos, leis etc. (LIPIETZ, 1986 Apud HARVEY, 1994, p. 117).

AMENDOLA (2000) afirma que “a disponibilidade de produtos culturais se demonstra muito superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade” (p. 92). Sendo que, na verdade, não se tem mais o desejo de consumir um objeto real. Mais do que isto, o autor afirma que se tem o *desejo*, mas em uma busca sem fim e sem objeto definido.

Deste modo, finaliza afirmando que “o desafio para projetistas e planejadores parece ser hoje o de criar uma cidade segundo os desejos, uma cidade que reflete a idéia que as pessoas tem feito da cidade” (AMENDOLA, 2000, p. 95).

Portanto, G. AMENDOLA (2000) trata do conceito de *cidade pós-moderna* atribuindo relevo às questões culturais. Tanto que afirma ser a arquitetura pós-moderna um reflexo destas transformações, particularmente culturais. Provavelmente, este seu enfoque se deve ao fato alegado no início de seu trabalho em relação ao espaço físico da Itália, o qual contém poucos elementos pós-modernos. Num determinado momento, o autor ressalta que o centro de Roma, por apresentar muitos prédios e monumentos históricos, torna difícil a construção de novos elementos contemporâneos. Sendo assim, acredita-se que sua análise pode ser extremamente válida para a realidade italiana, ocorrendo maiores transformações na *mindscales* do que no *cityscapes* (como o autor conceitua na introdução).

Por fim, cabe ressaltar que após a análise destes trabalhos, não é possível conceituar com precisão a expressão *cidade pós-moderna*, pois AMENDOLA (2000) e AUSTIN-BROOS (1996) que abordou o caso de Kingston, se inclinam mais para a dimensão cultural do termo.

Entretanto, em Edward SOJA (1996) o conceito é bastante amplo, englobando aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e geográficos. Já

CUTHBERT (1996), que trata do caso de Hong Kong, destaca aspectos econômicos, sociais e geográficos, especificamente o planejamento urbano. E J. CONNELL e J. LEA (1996), que analisam Papua Nova Guiné, tratam sucintamente de aspectos culturais e políticos e, de maneira mais aprofundada, dos fatores econômicos.

Sendo assim, se incorreria em um equívoco afirmar existir na literatura uma conceituação ampla e precisa da expressão *cidade pós-moderna*. Percebeu-se que há uma variação significativa a depender do autor. Mas, ao que tudo indica, pode-se dizer que o termo permite maior abertura para os estudiosos abordarem discussões culturais da cidade contemporânea se comparado com os estudos envolvendo a expressão *cidade mundial/global*.

3 Outras teorias sobre a cidade contemporânea

Manuel CASTELLS (1989) em seu livro *“The Informational City”*, tem como foco analítico a “emergência de um novo modo de desenvolvimento, o qual chamarei de ‘modo informacional’, uma interação histórica com o processo de reestruturação do modo capitalista de produção” (p. 7). Assim, segundo o autor, a interação entre os *modos de produção* e *modos de desenvolvimento* é a base para gerar novos processos, formas sociais e espaciais.

Sendo assim, estruturas sociais interagem com processos de produção através da determinação de funções para a apropriação e distribuição do excedente. Essas funções constituem *modos de produção*, e esses modos definem classes sociais na base das relações sociais de produção. “O princípio estrutural pelo qual o excedente é apropriado, então designando a estrutura beneficiária de tal apropriação, a saber, a classe dominante, caracteriza um modo de produção” (CASTELLS, 1989, p. 9).

Deste modo, trabalha a idéia de *modo de desenvolvimento*. Diz que os níveis de produtividade são eles próprios dependentes das relações entre trabalho e matéria. Assim, esse processo é caracterizado pelas relações técnicas de produção, definindo um *modo de desenvolvimento*. “Cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento que é fundamental na determinação da produtividade no processo de produção” (CASTELLS, 1989, p. 10).

Portanto, M. CASTELLS (1989) apresenta a hipótese de que no modo de desenvolvimento informacional, há a emergência como fonte de produtividade, da qualidade do conhecimento. Em outras palavras, enquanto

no modo de desenvolvimento industrial, o conhecimento é chamado para fornecer novas fontes de energia e para reorganizar a produção; no modo de desenvolvimento informacional, *o conhecimento mobiliza a geração de novo conhecimento como fonte-chave de produtividade* por meio do impacto em outros elementos do processo de produção e suas relações (CASTELLS, 1989, p. 10, *grifo meu*).

Deste modo, afirma que durante duas décadas, precisamente no final de 1960 ao final de 1980, ocorreu uma série de inovações científicas e tecnológicas que convergem para a constituição de um novo paradigma tecnológico. Este último é caracterizado, segundo o autor, por duas qualidades fundamentais. Primeiramente, o centro das novas tecnologias é focado nos processos de informação. Salaria que informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais em todas as revoluções tecnológicas. “Entretanto o que diferencia o processo corrente de mudança tecnológica é que o material bruto, ele próprio, é a informação, e seu resultado” (CASTELLS, 1989, p. 13).

Diz que uma segunda característica são as novas tecnologias, sendo esta característica fator comum para todas as maiores revoluções tecnológicas. “Os principais efeitos dessas inovações são os processos, tanto quanto os produtos” (CASTELLS, 1989, p. 14, *grifo meu*).

Assim, o fato destas novas tecnologias serem baseadas em processos de informação, apresenta um grande alcance para a relação entre a esfera de símbolos socioculturais e as bases produtivas da sociedade, pois

informação tem como base a cultura e o processo de informação é, de fato, manipulação de símbolos na base de existência do conhecimento [...] [logo] o papel predominante das novas tecnologias da informação no processo de inovação é estabelecido intimamente nas relações entre a cultura da sociedade, conhecimento científico e o desenvolvimento de forças produtivas (CASTELLS, 1989, p. 15).

Dessa forma, alerta que as atividades do processo de informação passam por profundas modificações, devido ao efeito combinado das mudanças organizacionais, reestruturação econômica e inovação tecnológica. “Novas formas, e *ainda mais importante, uma nova lógica espacial*, emerge como resultado dessas transformações” (CASTELLS, 1989, p. 167, *grifo meu*).

Assim sendo, o autor apresenta a dinâmica espacial do processo de informação com a centralização persistente das atividades de alto nível nos distritos

centrais de negócios (CBDs) das grandes áreas metropolitanas. Uma descentralização de escritórios para áreas menores ou subúrbios das maiores áreas metropolitanas, bem como descentralização de serviços de varejo.

Portanto, alerta que no “complexo processo de desenvolvimento territorial, nenhuma centralização ou descentralização é dominante. *O que é crucial é a relação entre os dois processos*” (CASTELLS, 1989, p. 169, *grifo meu*). Sendo assim, “a dialética entre centralização e descentralização, o aumento da tensão entre lugares e fluxos, pode refletir, na análise final, *a transformação gradual dos fluxos de poder em poder dos fluxos*” (CASTELLS, 1989, p. 171, *grifo meu*).

O autor salienta que a cidade dual é um tema clássico da sociologia urbana. Mas, nesse processo de reestruturação para a expansão da economia informacional, pode-se acrescentar além do contraste entre opulência e pobreza, outras formas de dualidade. Destaca-se o processo simultâneo de crescimento e declínio das indústrias e firmas, que atinge os lugares, mais intensamente nos pontos nodais da geografia econômica; a adaptação do sistema educacional para melhorar as condições estruturais a fim de melhorar a *alta cultura* e o nível de trabalho científico; e, ainda, o aumento da diferenciação entre dois setores igualmente dinâmicos dentro do crescimento da economia: a economia formal baseada na informação e o baixo grau da economia informal baseada no trabalho.

Destaca que a economia informal não pode ser equiparada com pobreza urbana e, nesse sentido, “o dualismo urbano não pertence à esfera da estratificação social, mas a uma nova estrutura socioeconômica caracterizada por dinâmicas de crescimento diferentes [...] embora articuladas” (CASTELLS, 1989, p. 225). Segundo o autor, o que diferencia os dois setores “é o fracasso da intermediação do Estado entre capital e trabalho, resultando em diferentes relações de produção e, por último, em diferentes características de trabalho” (CASTELLS, 1989, p. 225).

CASTELLS (1989) trata das cidades globais num capítulo intitulado – “*The internationalization of the economy, new technologies, and the variable geometry of the spatial structure*” -, sendo o subtítulo, no qual aborda propriamente as cidades globais denominado - “*Global capital, global cities*”. Dessa forma, afirma que o capital sempre se moveu, porém, somente no período mais recente da história, tem uma grande quantidade de capital individual sendo capaz de operar diariamente em escala global.

Essa é uma mudança fundamental em nossa organização socioeconômica, e tem a força da maior contribuição na formação e consolidação do novo urbano, intitulado por Saskia Sassen de 'cidades globais'; em similar filão de 'cidade mundial', conceito proposto por Friedmann e Wolff uns poucos anos atrás (CASTELLS, 1989, p. 338).

Segundo o autor essa grande mobilidade do capital é resultado de dois processos principais de interação: a combinação entre acumulação de capital e oportunidades de investimento dentro do mesmo mercado nacional; e a reestruturação das instituições financeiras e mercados financeiros no contexto mais amplo de reestruturação econômica.

Deste modo, diz que independentemente da posição relativa de cidades e regiões na nova divisão internacional do trabalho, emerge a característica mais importante que atinge todas elas: *“a instabilidade de sua estrutura econômica e dinâmicas sociais, como conseqüência da volatilidade dos movimentos na economia internacional”* (CASTELLS, 1989, p. 346, *grifo meu*).

Manuel CASTELLS (1989) finaliza seu livro afirmando que as novas tecnologias da informação, não são elas próprias, fontes da lógica informacional que transformam o significado social do espaço. Elas são, entretanto

o instrumento fundamental que permite a expressão desta lógica na atualidade [...] [assim] Tecnologias da informação poderiam ser usadas, e podem ser usadas, na busca de diferentes metas sociais e funcionais, porque o que elas oferecem, fundamentalmente, é flexibilidade (CASTELLS, 1989, p. 348).

Deste modo, afirma que *“talvez, então, nosso tempo histórico e nosso espaço social convergiriam em direção à reintegração do conhecimento e significado dentro da nova Cidade Informacional”* (CASTELLS, 1989, p. 348, *grifo meu*).

Nesse sentido, lembra-se do pensamento de Milton SANTOS (2001), o qual alegava ser possível utilizar as mesmas bases materiais do período atual, que são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta para outros fins. Tendo em vista que estas bases técnicas em que o grande capital se apóia para construir a globalização excludente, denominada *perversa* pelo autor, podem servir a outros objetivos, *“se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos”* (SANTOS, 2001, p. 20). Acredita-se neste pensamento, pois se considera que são as *ações* que determinam o uso das novas tecnologias.

Por fim, quanto ao trabalho de Manuel CASTELLS (1989) é interessante ressaltar que a *cidade informacional* diz respeito ao novo paradigma tecnológico

caracterizado, principalmente, pelo fato da informação ser o próprio material base do processo de mudança tecnológica. Isto acarreta novas formas, inclusive novas lógicas e formas espaciais.

Ao abordar a *cidade global*, o autor a trata como mais um fenômeno constituinte da *cidade informacional*, ligada à dinâmica econômica do capitalismo global.

Evidentemente, os fenômenos não são compartimentados. Assim, se faz, somente para possibilitar seu estudo. Deste modo, as dinâmicas econômicas, mesmo as reestruturações financeiras, refletem e precisam de novas formas urbanas para sua reprodução. Como alertou CASTELLS (1989) “o aumento da internacionalização da economia americana redefine cidades e regiões segundo a lógica do espaço de fluxos” (p. 344).

Em “*A sociedade em rede*”, Manuel CASTELLS (2006) continua a analisar a sociedade, como também a cidade contemporânea. Diz que a nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX.

Entretanto, neste novo estudo o autor define as principais características da nova economia como informacional, global e em rede.

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes estão organizados em escala global [...] É *rede* porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (CASTELLS, 2006, p. 119).

Uma análise interessante do autor diz respeito ao período de surgimento do novo paradigma tecnológico. Este novo paradigma surge em meados dos anos 1970 e se consolida somente em 1990. Portanto, o novo sistema econômico e tecnológico nas décadas de 1970 e 1980 ainda não caracterizava economias nacionais inteiras (CASTELLS, 2006, p. 128).

Outro aspecto pertinente é sobre a crise dos anos de 1970. Segundo o autor a crise real de 1970 não foi a dos preços do petróleo. E, sim, a

[...] inabilidade do setor público para continuar a expansão de seus mercados e, dessa forma, a geração de empregos sem aumentar os impostos sobre o capital nem alimentar a inflação, mediante a oferta adicional de dinheiro e o endividamento público (CASTELLS, 2006, p. 137).

Assim, conforme o autor, para abrir novos mercados ligando importantes segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital precisou de

extrema mobilidade e as empresas precisaram de um volume muito maior de informação. Logo, “os primeiros e mais diretos beneficiários dessa reestruturação foram os próprios atores da transformação econômica e tecnológica: empresas de alta tecnologia e empresas financeiras” (CASTELLS, 2006, p. 138).

CASTELLS (2006) assevera que a economia informacional é um sistema socioeconômico diferente da economia industrial. Pois “os atributos culturais e institucionais de todo o sistema social devem ser incluídos na implementação e difusão do novo paradigma tecnológico” (CASTELLS, 2006, p. 141). Assim, segundo o autor, a economia informacional é distinta da economia industrial, mas não se opõe a esta. Dessa forma, a economia industrial precisou tornar-se informacional e global para não sucumbir (p. 141).

Alega que a economia mundial existe desde o século XVI, momento em que a acumulação do capital se espalha pelo mundo. Mas, segundo o pensamento do autor, com o qual se concorda, *a economia global é diferente porque tem a capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real em escala planetária*. Entretanto, nem todos os elementos são globais na economia. Há “uma boa parte da produção, do emprego e das empresas [que] é, e continuará local e regional” (CASTELLS, 2006, p. 142). Por outro lado, *pode-se afirmar que existe uma economia global porque todas as economias do mundo dependem do desempenho de seu núcleo*.

Assim, define a economia global “como uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidades e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (CASTELLS, 2006, p. 142-143). Sendo a globalização dos mercados financeiros o ponto central da nova economia (p. 147).

Diz que a economia global resultou da reestruturação das empresas e mercados financeiros em consequência da crise da década de 1970. Utilizou-se para sua expansão de novas tecnologias da informação e de comunicações.

Entretanto, o autor enfatiza que “os agentes decisivos da geração de uma nova economia global foram os *governos* e, em especial, os governos dos países mais ricos” (CASTELLS, 2006, p. 176, *grifo meu*). Nesse sentido, partilha-se da idéia do autor, pois este coloca em relevo a importância substancial e, portanto, decisiva das ações políticas para a realização dos fenômenos. Principalmente as ações dos atores hegemônicos de determinado período histórico.

Assim, a economia global não teria evoluído sem as políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos (CASTELLS, 2006, p. 188). Salienta, ainda, que a nova economia surgiu, de fato, na década de 1990 nos Estados Unidos.

Quanto à cidade global, neste estudo apresenta uma idéia muito interessante e pertinente, com a qual se concorda, pois afirma que

o fenômeno da cidade global *não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-à-vis a rede global* (CASTELLS, 2006, p. 470, *grifo meu*).

Assim, as regiões e as localidades não desaparecem, porém, ficam incluídas nas redes internacionais que conectam seus setores mais avançados (CASTELLS, 2006, p. 471) e, conseqüentemente, diminuem a “importância das conexões com suas hinterlândias, com base em fluxos da informação” (p. 476).

CASTELLS (2006), a respeito das novas formas urbanas emergentes, destaca que nos Estados Unidos, o perfil da cidade informacional norte-americana não é totalmente representado pelo fenômeno da *edge city (cidades às margens)*. Segundo o autor, um fenômeno muito específico dos Estados Unidos. Mas “pela relação entre o desenvolvimento rápido das áreas metropolitanas, decadência dos centros das cidades e obsolescência do ambiente construído nos subúrbios” (CASTELLS, 2006, p. 490).

E destaca ainda outra nova forma espacial da nova economia global e sociedade informacional, que se desenvolve em variados contextos geográficos e sociais: as *megacidades*. Estas são enormes aglomerações de seres humanos, todas elas com mais de dez milhões. Entretanto o autor assevera que não é o tamanho sua qualidade definidora, mas o fato de serem *nós* da economia global, concentrando “as funções superiores direcionais, produtivas e administrativas de todo o planeta; o controle da mídia; a verdadeira política do poder; e a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens” (CASTELLS, 2006, p. 492).

Entretanto, diz que nem todas as megacidades são centros influentes da economia global. Porém conectam enormes segmentos da população humana a esse sistema global (CASTELLS, 2006, p. 492). Logo, “é esta característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local

que torna as megacidades um nova forma urbana” (p. 495). Assim, conforme o autor, as megacidades concentram o melhor e o pior da sociedade atual.

Afirma que “as megacidades são pontos nodais e centros de poder da nova forma/processo espacial da era da informação: o espaço de fluxos” (CASTELLS, 2006, p. 499). Este espaço de fluxos, segundo o autor, não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja (p. 502); e também não são a única lógica espacial da sociedade atual mas, contudo, é a “lógica espacial dominante porque é a lógica espacial dos interesses/funções dominantes em nossa sociedade” (CASTELLS, 2006, p. 504).

Portanto, observa-se que essa definição de *megacidades* dada pelo autor, como um espaço de fluxos e ponto nodal da era da informação, ultrapassa a conceituação usual, relacionada sobretudo ao número de habitantes (SOJA, 2000). Sendo assim, sua definição de *megacidade*, aproxima-se das características atribuídas às cidades mundiais/globais por grande parte dos estudiosos sobre o tema. Deste modo, tudo indica que o autor identifica as *megacidades* com uma nova forma/processo espacial emergente da economia global/informacional.

A definição de CASTELLS (2006) a respeito da cidade global, enfoca o fenômeno enquanto *processo* que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados, tendo em vista o grau de importância das atividades desenvolvidas nos diferentes lugares, formando uma rede global. Nesse sentido, nenhuma diferença substancial em comparação com sua definição de *megacidades*.

Porém, como já foi destacado, CASTELLS (2006) introduz uma nova idéia, ao afirmar que as *megacidades* são a nova forma espacial *emergente* da economia global/informacional, e não as cidades globais. Logo, com base na análise do texto, é possível inferir que as megacidades já estão no presente, apontando para o futuro da urbanização e dos centros de poder do capitalismo mundial, e as cidades globais são ainda o modelo de urbanização e os centros de poder por excelência da atualidade (embora não se estabeleça uma diferenciação rígida entre os dois fenômenos).

Assim, entende-se que o autor considera as megacidades, *uma nova tendência de urbanização do terceiro milênio* (CASTELLS, 2006, p. 492), a *lógica espacial dominante*, de uma economia global/informacional emergente. Daí considerá-la o novo espaço de fluxos. Tanto que diz que a maioria dessas megacidades identificadas na atualidade são estranhas à matriz cultural

européia/norte-americana ainda dominante, sugerindo assim a emergência de outros pólos de poder no cenário mundial. Cabe destacar ainda que, possivelmente, a definição de megacidades dada por CASTELLS (2006), aproxima-se do conceito de cidades-regiões (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001).

A nova economia global e a sociedade informacional emergente de fato têm uma nova forma espacial que se desenvolve em vários contextos geográficos e sociais: as megacidades [...] Elas têm nomes, a maioria deles estranhos à matriz cultural européia/norte-americana ainda dominante: Tóquio, São Paulo, Nova York, Cidade do México, Xangai, Bombaim, Los Angeles, Buenos Aires, Seul, Pequim, Rio de Janeiro, Calcutá, Osaka. Além dessas, Moscou, Jacarta, Cairo, Nova Delhi, Londres, Paris, Lagos, Dacca, Karachi, Tianjin e possivelmente outras são membros do clube (CASTELLS, 2006, p. 492-493, *grifo meu*).

Por fim, é interessante salientar que o autor lança a hipótese de que o espaço de fluxos “é formado de microrredes pessoais que projetam seus interesses em macrorredes funcionais em todo o conjunto global de interações no espaço de fluxos” (CASTELLS, 2006, p. 505).

Deste modo, ambos os trabalhos analisados de Manuel CASTELLS (1989; 2006) são importantes estudos para a compreensão da sociedade e da cidade contemporâneas. Diversos aspectos debatidos pelo autor não foram abordados neste trabalho, tendo em vista os objetivos deste. Entretanto, entre as análises tratadas, se destacam questões como a definição de economia informacional; seu período de efetiva consolidação; o papel fundamental das ações políticas para a implementação da economia informacional; a idéia de cidade global como um processo que não pode se restringir a um pequeno número de núcleos urbanos; e o conceito de espaço de fluxos como a lógica espacial dominante na atualidade.

Edward SOJA (1993) em *"Geografias pós-modernas"* ressalta que a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, sendo originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes.

Logo, afirma que parece inegável o fato de se estar num período contínuo de intensa reestruturação social. Há também uma concordância que esta reestruturação contemporânea está diretamente relacionada com uma série de crises inter-relacionadas, desde as insurreições urbanas nos anos de 1960 até a profunda recessão de 1973-75, que marcaram o fim do longo período de expansão econômica capitalista após a Segunda Guerra Mundial.

Deste modo, estabelece uma relação entre reestruturação e espacialização. Assim, o momento contemporâneo é "a mais recente tentativa de reestruturar as

matrizes espaciais e temporais do capitalismo, mais em busca de um 'arranjo' espaço-temporal voltado para a sobrevivência" (SOJA, 1993, p. 195). "Uma oportunidade de obter superlucros a partir da justaposição de desenvolvimento e subdesenvolvimento na hierarquia de locais regionalizados e entre os vários setores, ramos e empresas produtivos" (SOJA, 1993, p. 223).

Portanto, o autor ao analisar as duas últimas décadas, propõe oito tendências que caracterizam o processo de reestruturação contemporâneo. A seguir, uma breve explanação sobre estas.

Primeiramente, ressalta que uma tendência preponderante foi o aumento da centralização e da concentração da posse do capital, expresso pela formação de grandiosos conglomerados empresariais "que combinam uma produção industrial diversificada, finanças, imóveis, processamento de informações, entretenimento e outras atividades de serviços" (SOJA, 1993, p. 224). Uma segunda tendência é uma maior integração com base na tecnologia de diversas atividades industriais, de pesquisa e de serviços, "realocando o capital e o trabalho em sistemas espaciais de produção alargados" (p. 224).

Outra tendência é a internacionalização mais acentuada e um envolvimento global do capital produtivo e financeiro, subsidiados por novos acordos de crédito e liquidez organizados em escala mundial. O enfraquecimento dos controles locais e da regulação estatal de um capital cada vez mais móvel, contribuindo para uma significativa reestruturação global da produção industrial.

Outra tendência apontada por SOJA (1993) é a acelerada mobilidade geográfica do capital industrial que iniciou e intensificou uma concorrência territorial entre órgãos governamentais – a chamada *guerra dos lugares*. Uma mudança mais acentuada se comparado com os últimos anos da divisão regional do trabalho dentro dos países.

E as duas últimas tendências assinaladas pelo autor, referem-se, primeiro, às grandes mudanças na estrutura dos mercados urbanos de trabalho, com uma segmentação e fragmentação mais profundas. E, por último, os setores que lideram o crescimento do emprego tendem a se concentrar tanto na alta quanto na baixa tecnologia, utilizando técnicos especializados, trabalhadores sem turno integral, imigrantes e mulheres (SOJA, 1993, p. 226).

Em "*Postmetropolis*", Edward SOJA (2000) volta a afirmar que a crise urbana eclodida em todos os lugares do mundo em 1960 "foi um dos vários sinais que o

longo *boom* econômico do pós-guerra nos países industriais avançados estava chegando ao fim" (p. 95).

Assim, prossegue o autor, torna-se progressivamente claro que a crise urbana de 1960 mostrou a profunda fraqueza e sérias lacunas nas teorias e práticas urbanas que tinham se desenvolvido durante o século anterior.

Quase toda teoria explicitamente urbana e as investigações empíricas da cidade e especificidade espacial, que em um tempo foi num caminho ou outro, envolveu uma busca pela regularidade e ordem, uma ordem moral no caso da prematura Escola Sociológica de Chicago, uma ordem geo-estatística para novos geógrafos urbanos e novos economistas urbanos, seguindo seus passos (SOJA, 2000, p. 96-97).

Deste modo, tendo em vista as lacunas teóricas e empíricas, novos enfoques para a compreensão da dinâmica do espaço da cidade capitalista industrial começaram a se desenvolver. Nesse sentido, afirma o autor, estes enfoques estavam fortemente baseados nos escritos de Marx e Engels, uma tradição intelectual, mas que não está especificamente focada nas cidades.

Assim, uma variante neo-marxista de Economia Política Urbana emergiu, influenciada principalmente pelos sociólogos franceses e italianos, bem como geógrafos britânicos e norte-americanos, com um fazer prático e percepção teórica da crise urbana, como também da natureza do processo de urbanização e produção social do espaço da cidade. Essa escola criou "um novo paradigma de estudo da cidade e sua complexa geohistória profundamente influenciada e radicalmente politizada pelos estudiosos urbanos para o presente" (SOJA, 2000, p. 97).

Deste modo SOJA (2000) assevera, e concorda-se com este pensamento, que a *reestruturação dos processos são tentativas para restaurar as condições em direção a uma acelerada expansão econômica.*

Portanto o autor distingue três períodos de crises que geraram uma reestruturação. O primeiro período chamado de "Longa Depressão na Europa" e hoje visto como o *fin de siècle*. O segundo é entre 1920 durante a Grande Depressão e o fim da Segunda Guerra Mundial. E o terceiro período começou no final de 1960, início de 1970, e continua até hoje. Logo,

uma característica recorrente desses ciclos macroeconômicos têm sido uma tendência para novos modos de desenvolvimento capitalista emergirem durante a fase de reestruturação [...] [assim argumenta que] a emergência contemporânea da '*postmetropolis*' é em grande parte um produto da mais recente onda de reestruturação gerada pela crise (SOJA, 2000, p. 110-112, grifo meu).

Portanto, conforme o autor, vários estudiosos tentam explicar a alta instabilidade e volatilidade do espaço da cidade, a divisão em "dois mundos" causada pela suburbanização, metropolização e fragmentação política. Isto se tornou o foco para a nova escola de sociólogos neo-marxistas, geógrafos, economistas políticos e planejadores que reformulam seus estudos urbanos. Porém, o arcabouço teórico utilizado para explicar a metrópole regional pós-guerra não consegue explicar amplamente a significativa reestruturação do espaço.

Neste sentido, em um artigo intitulado "*Six Discourses on the postmetropolis*", o autor ressalta que alguns teóricos se encontram tão entusiasmados com esta reestruturação urbana que

as proclamam como a transformação mais extraordinária na natureza do urbanismo desde as origens das cidades, há mais de 6.000 anos. Outros, mais modestos, a descrevem como a segunda grande transformação urbana, depois da tumultuosa emergência da cidade capitalista industrial do século XIX (SOJA, 1998, p. 37).

Desse modo, retornando a obra "*Postmetropolis*", SOJA (2000) afirma que "porque não temos ainda um termo melhor ou mais específico para descrever essa emergente corrente do espaço da cidade metropolitana, escolhi chamar de *postmetropolis* [...] esse desenvolvimento" (p. 115). Logo, "a *postmetropolis* pode ser representada como um produto do intensificado processo de globalização através do qual o global está se tornando localizado e o local torna-se globalizado ao mesmo tempo" (SOJA, 2000, p. 152).

Sendo assim, Edward SOJA (2000) destaca seis discursos, cada qual representando um diferente caminho para a análise e interpretação da reestruturação da metrópole moderna. Lembra-se que estes seis discursos já foram tratados neste trabalho no *tópico dois* sobre a teoria de cidade pós-moderna, com um artigo de SOJA datado de 1996. Neste artigo o autor denominava os *seis discursos de seis geografias*. Pode-se observar que não houve mudança significativa das seis teorias. De qualquer forma, segue sucintamente, as *seis teorias* ou *seis discursos* (como o autor denominou) que tentam explicar a dinâmica da metrópole contemporânea.

Sendo assim, os dois primeiros discursos enfocam as causas primárias dos novos processos de urbanização. O segundo par de discursos trata, particularmente, do *resultado* ou conseqüências urbanas da globalização e reestruturação econômica pós-fordista. Os dois últimos discursos preocupam-se, especialmente em como a *postmetropolis* tem se formado em e no entorno de Los Angeles, bem como

administrado para sobreviver à turbulência e globalização socialmente fracionada, e também à reestruturação econômica.

Por fim, alerta o autor que os

[...] seis discursos não são intrinsecamente melhores ou mais importantes que outros caminhos de abordagem e entendimento da cidade contemporânea. Foram selecionados porque cada um tornou-se o foco para o desenvolvimento de um grupo internacional significativo de pesquisa e pesquisadores explicitamente preocupados com a formação de um sentido prático e teórico dos novos processos de urbanização e seus efeitos nas especificidades espaciais do urbanismo contemporâneo (SOJA, 2000, p. 155).

François ASCHER (2001), em um artigo que se propõe a analisar as transformações dos centros das cidades, realiza importantes considerações sobre o assunto. Como também apresenta sucintamente a sua teoria denominada de *metápoles* a respeito da cidade contemporânea.

Deste modo, ressalta que as grandes tendências da sociedade atual não produzem os mesmos efeitos em todos os lugares, podendo ter conseqüências muito diferentes, já que a evolução urbana depende, também e concomitantemente, dos elementos pré-existentes e das políticas implementadas. Portanto, destaca a especificidade que os fenômenos globais assumem nas escalas locais.

Enfatiza que ao desenvolvimento das metrópoles é necessário acrescentar um fenômeno diferente, a metropolização. Logo, formam-se megalópoles, sendo que “algumas delas, agora chamadas cidades globais constituem os pontos-chave do sistema econômico internacional” (ASCHER, 2001, p. 61).

Portanto, salienta que se desenha um sistema urbano internacional

que se parece com a arquitetura dos sistemas de transportes aéreos, à base de *hubs* e de *spokes* (eixos e raios). As metrópoles que conseguem se tornar *hubs* vão se desenvolvendo, relegando ao lugar de satélites as cidades que não se conectaram diretamente ao sistema internacional (ASCHER, 2001, p. 61).

Assim ASCHER (2001) aborda o que foi amplamente trabalhado por SASSEN (1991; 1998), a respeito da concentração de serviços altamente especializados que continua nas grandes aglomerações, como também a descentralização de unidades de produção e administrativas que não precisam de tantas conexões internacionais, localizando-se fora das metrópoles, em cidades médias e pequenas. Dessa forma, o autor defende que

de cidades-centro de uma região, [as cidades maiores] elas se transformam em cidades-região, integrando na sua área de funcionamento cotidiano zonas periféricas cada vez mais afastadas [...] Essas aglomerações urbanas tornam-se verdadeiras regiões urbanas (ASCHER, 2001, p. 62).

Logo, denomina de *metápoles* esses novos tipos de cidades,

pois elas vão verdadeiramente 'além' das cidades tradicionais: elas não têm limites visíveis, são formadas de territórios fragmentados não necessariamente contíguos; têm formas variadas e irregulares, mono ou policêntricas; abrigam desde várias centenas de habitantes até vários milhões (ASCHER, 2001, p. 62).

Ressalta, também, que as metápoles podem ser compostas de diversos municípios que mantêm relações complexas entre si e autoridades regionais.

Segundo o autor, as grandes metrópoles serão cada vez mais confrontadas diretamente com a concorrência urbana internacional, tendo em vista que precisam atrair investimentos internacionais, empresas estrangeiras e mão-de-obra qualificada. Dessa forma, "devem dispor de um ou mais centros bem conectados aos sistemas internacionais, capazes de acolher as funções econômicas estratégicas e as atividades comerciais de alto nível" (ASCHER, 2001, p. 62).

Sendo assim, tem-se a formação de *ilhas de excelência globalizadas* (KOULIOUMBA, 2002, p. 235) inseridas no território que servem, prioritariamente, os atores hegemônicos da economia global e absorvem grande parte dos investimentos, inclusive públicos.

Há um discurso ideológico de justificação/legitimação de tais investimentos públicos para estes atores hegemônicos, pois, muitas vezes, a administração pública alega que tais investimentos beneficiariam a população como um todo, por exemplo, numa maior oferta de empregos. Porém, o que se presencia não é bem isto, uma vez que grande parte da população não é beneficiada com estes *núcleos globalizados* dentro do território nacional. Assim, vê-se os investimentos nas necessidades básicas da maior parte da população preteridos pelo poder público, em favor dos atores hegemônicos.

Neste sentido, destaca-se a análise de Milton SANTOS e María Laura SILVEIRA (2001), com a qual se divide, que apresenta a idéia de *espaço nacional da economia internacional*. Logo, afirmam que

a economia globalizada reclama condições territoriais indispensáveis para a sua produção e regulação. Esses espaços globalizados [...] caracterizam-se pela sua inserção numa cadeia produtiva global [...] [deste modo o] espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores [que não são os hegemônicos] (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 257-258).

Por fim, ASCHER (2001) afirma que a centralidade única cedeu lugar ao zoneamento e centralidade múltipla, expresso em distritos centrais de negócio,

zonas industriais, centros comerciais, zonas de moradia etc.; que se apóiam nas junções de interconexão de redes de transporte (p. 63).

No artigo elaborado por Allen SCOTT, John AGNEW, Edward SOJA e Michael STORPER (2001) denominado “*Cidades-regiões globais*”, os autores afirmam que existem mais de 300 cidades-regiões no mundo com populações de mais de um milhão de habitantes.

Segundo os autores, a cidade se constitui numa unidade menos adequada ou viável na organização social local que as cidades-regiões ou redes regionais de cidades. Assim, argumentam que “as cidades-regiões globais emergiram nos últimos anos como um novo e decisivo fenómeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 11).

Desse modo, asseveram que no período pós-guerra ocorreu uma forte expansão dos fluxos de comércio e de investimentos, porém estes não questionavam a capacidade dos estados-nações de realizar políticas económicas nacionais. Contudo, a globalização trouxe transformações significativas acarretando nova organização expressa “na hierarquia de escalas territoriais interpenetradas de atividade económica e de relações de governança, variando do global até o local e na qual *o sistema emergente de cidades-regiões globais se destaca*” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 12, *grifo meu*).

Logo, conforme os autores, na base geográfica de todo o sistema existe um conjunto de grandes cidades-regiões, “constituindo uma das principais redes estruturais da nova economia” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 13).

Argumentam que a produtividade e o desempenho são favorecidos pela concentração urbana, pois a centralização garante a eficiência do sistema económico e, também, intensifica a criatividade. Dessa forma, as redes que são estabelecidas se encontram nos centros económicos das maiores cidades-regiões do mundo atual.

Nesse sentido, as cidades-regiões globais parecem funcionar cada vez mais como motores regionais da economia global, isto é, como redes locais dinâmicas de relações económicas inseridas em telas estendidas em escala mundial de competição e troca inter-regional (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, 2001, p. 16).

Asseveram que diferentemente das regiões metropolitanas do passado que apresentam um ou talvez dois centros urbanos claramente definidos, as cidades-regiões de hoje tornam-se cada vez mais aglomerações policêntricas ou multi-

agrupadas. Nesse sentido, em concordância com ASCHER (2001). Dois exemplos extremos são representados por Xangai e o delta de Pearl River.

Outra característica apontada pelos autores diz respeito à reorganização socioespacial das cidades-regiões globais que apresentam, além da acentuação das diferenças sociais, o agravamento dos problemas dos pobres do centro urbano. Já que os empregos migram para as *edge cities* (cidades às margens), o estoque habitacional torna-se muito escasso e aumenta o número de sem-tetos.

De outro lado, “a expansão acelerada para fora da franja urbana cria, muitas vezes, áreas periféricas isoladas onde as famílias atraídas por moradia barata encontram-se tão longe de seu lugar de trabalho que o transporte torna-se muito demorado a cada dia” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 18).

Neste sentido, os autores conceituam a cidade-região como

culturalmente heterogênea, policêntrica, segmentada social e espacialmente se aparenta, portanto, a um tabuleiro de xadrez altamente fragmentado, de desenvolvimento desigual e se estendendo sempre para seus limites exteriores (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 18-19).

Os autores salientam que a partir dos anos 1970 um novo regionalismo começou a surgir, sendo “uma resposta direta a tensões e pressões movidas pela emergência da cidade-região como ator importante na economia mundial” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 18). Assim, o caráter específico de diferentes regiões é de importância crucial, gerando políticas competitivas locais que agem comumente contra o equilíbrio das regiões.

Destacam que muitas das cidades-regiões globais estão localizadas fora do mundo desenvolvido. Sendo assim, nos países em desenvolvimento é ainda mais complicado resolver os problemas e dilemas das cidades-regiões globais do que nos países desenvolvidos. Portanto, “as cidades-regiões globais nos países em desenvolvimento representam o melhor e o pior do processo de desenvolvimento” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 22).

Defendem ainda que as cidades-regiões não necessariamente estão nas fronteiras dos Estados, pois têm uma vida econômica e social cada vez mais vinculada ao destino da cidade e de sua região, e não do Estado. Assim “alguns aspectos da cidadania podem começar a tornar-se associados, mais uma vez, como em períodos históricos recentes, a cidades-regiões e não a estados” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 23).

Enfocam a questão política. Tendo em vista que os estados territoriais na contemporaneidade tentam controlar redes cada vez mais difusas de poder econômico, pode agravar-se o *déficit democrático no mundo atual*.

Por fim, encerram o artigo dizendo que

[...] o sistema mundial parece estar se movimentando em uma configuração econômica e política bastante diferente do antigo modelo centro-periferia do desenvolvimento internacional, em que estados inteiros estavam em um ou outro lado da linha divisória de águas do desenvolvimento (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 24).

Desse modo, segundo os autores, as cidades-regiões são um novo fenômeno geográfico e institucional da economia global. São arquipélagos de grandes cidades-regiões que formam uma das principais redes estruturais da nova economia. Logo, segundo Sandra LENCIONI (2006), constituem uma região metropolitana diferente daquela “relacionada ao processo de industrialização e urbanização que caracterizaram grande parte do século XX” (LENCIONI, 2006, p. 74).

Dessa forma, salienta-se que a definição atribuída às cidades-regiões pelos autores se assemelha aos significados de *metápoles* de François ASCHER (2001), ou mesmo de *exopolis* de Edward SOJA (1996; 2000).

4 Algumas considerações

Assim, foi possível observar que os teóricos não estabelecem nenhuma diferenciação entre os conceitos de *cidade mundial* e *cidade global*, utilizando-os mesmo como sinônimos.

CASTELLS (2006) realiza uma distinção entre economia mundial (iniciada no século XVI com a expansão capitalista pelo mundo) e economia global (quando o capitalismo passou a funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária), mas não entre os conceitos de *cidade mundial* e *cidade global*. Embora, talvez seja possível realizar alguma extrapolação.

De todo modo, provavelmente tão importante quanto observar a nomenclatura, é perceber a análise do fenômeno. Dessa forma, verificou-se que, de maneira geral, o conceito de cidade mundial/global tem o mesmo significado para os estudiosos. Entendo-o como um local privilegiado de reprodução do capital na economia global, que agrega serviços terciários avançados, como atividades do setor financeiro e serviços de consultorias. Tais locais formam uma rede global que

conecta os diferentes serviços avançados, mercados e centros consumidores (CASTELLS, 2006), comandando a globalização.

Embora CASTELLS (2006) tenha considerado a *megacidade*, a nova forma/conteúdo espacial emergente da economia global/informacional, o espaço por excelência dos fluxos, é interessante destacar seu entendimento a respeito do fenômeno da cidade global. Assim, o autor apresenta uma compreensão muito importante ao dizer que as cidades globais, e mesmo as megacidades, não se restringem a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia, mas inclui uma ampla rede urbana global, cada qual desempenhando uma função na economia global.

Por fim, é importante frisar mais uma vez, que não se encontrou uma definição clara e objetiva a respeito do termo *cidade pós-moderna*, sendo mesmo escasso os estudos que utilizem o vocábulo. Portanto, o uso da expressão varia a depender do autor. Mas, como já foi dito, observou-se que quando o termo é utilizado, relaciona-se mais fortemente com análises culturais da sociedade urbana contemporânea, diferentemente do conceito de cidade mundial/global, que apresenta seu uso mais voltado para discussões econômicas e, em menor medida, sociais. Embora mais recentemente os aspectos sociais tenham conquistado maior espaço nos estudos sobre o tema, não sobrepujaram as análises marcadamente econômicas.

CAPÍTULO 2

São Paulo antes da globalização

Pretende-se, nesse capítulo, apresentar um panorama não exaustivo sobre a metrópole de São Paulo, mais especificamente sobre seu contexto econômico e demográfico nas décadas de 1950 e 1960; tendo em vista que o processo de globalização é notado com maior propriedade a partir da década de 1970 (HARVEY, 1989). Embora, vale destacar, CASTELLS (2006) tenha alertado que as mudanças iniciadas em 1970 tornaram-se efetivas para o conjunto da economia das nações somente na década de 1990.

Acredita-se que esse sumário capítulo a respeito da metrópole de São Paulo nos anos 1950 e 1960 é de fundamental importância, já que contribui para a observação de algumas mudanças na cidade, tendo em vista os dias atuais.

É interessante destacar que dois trabalhos foram fundamentais para a realização desse capítulo. Primeiramente, o impressionante estudo – *“A cidade de São Paulo”*, organizado pelo geógrafo Aroldo de AZEVEDO (1958), trabalho este realizado em ocasião do aniversário de 400 anos da cidade de São Paulo. É um estudo organizado em quatro volumes com vários artigos sobre a metrópole, os quais analisam características da cidade por volta de fins dos 1940 e nos anos 1950. E outro trabalho que retrata mais detidamente o estado de São Paulo, prioritariamente da década de 1960, denominado *“São Paulo: Espírito, Povo, Instituições”*, organizado por J. V. Freitas MARCONDES e Osmar PIMENTEL (1968).

Como MATTOS (1958) argumentou, dados sobre o conjunto do estado, muitas vezes (como no caso do parque industrial), são válidos também para a análise da cidade de São Paulo, apesar da margem de imprecisão. Tendo em vista que nesse período a Capital tem destacado crescimento. De qualquer modo, se fará uso da obra de 1968 com cautela.

No terceiro capítulo da presente dissertação tratou-se de alguns artigos do estudo *“Geografias de São Paulo”*, organizado em dois volumes por Ana CARLOS e Arioaldo OLIVEIRA (2004), especificamente o capítulo intitulado: *“São Paulo:*

cidade mundial?”. O referido estudo foi realizado em ocasião do aniversário dos 450 anos da cidade de São Paulo, como também em comemoração aos 70 anos da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros).

Porém, não é intuito deste capítulo (nem da dissertação como um todo) realizar um estudo comparativo entre as duas obras sobre a metrópole de São Paulo: do aniversário dos 400 anos (obra de 1958) e do aniversário dos 450 anos (obra de 2004), o que, todavia, se constituiria um trabalho muito importante e interessante.

Por outro lado, sempre que for possível e pertinente, se realizarão relações entre os estudos da metrópole das décadas de 1950-1960 e da metrópole dos anos 1990-2000. Vale destacar, mais uma vez, que o presente capítulo tem apenas o intuito de enriquecer a análise da cidade de São Paulo contemporânea, cujo enfoque ocorrerá no próximo capítulo, por meio da análise dos estudos sobre São Paulo e as teorias de cidade mundial/global e cidade pós-moderna. Dessa forma, seguem-se algumas características da metrópole paulistana do período de 1950 e 1960.

1 Da metrópole cafeeira à metrópole industrial

Ao analisar os artigos das décadas de 1950 e 1960, percebe-se que a cidade de São Paulo passava por um grande desenvolvimento industrial que, na visão dos estudiosos, era o principal fator responsável pelo surto de crescimento experimentado pela cidade no período; acarretando pujança, mas também uma série de problemas (falta de energia elétrica, carência de moradias, trânsito etc.).

Os autores, ao ressaltar o crescimento industrial da metrópole, realizam quase sempre uma retrospectiva histórica, considerando os diversos fatores que propiciaram esse crescimento. Dentre esses fatores, no âmbito nacional (já que também tiveram eventos internacionais que contribuíram para esse crescimento), destaca-se seu passado cafeeiro. Portanto, há uma relação estabelecida entre café e indústria, assim como se observa nas análises atuais uma vinculação do passado industrial de São Paulo e sua face “financeira/informacional” contemporânea. Nesse sentido, Dirceu MATTOS (1958) afirma:

Mas a ‘cidade das chaminés’ – como a ela já se referiram os filhos de outras terras – não pode olvidar o papel representado pelo café; não apenas por um dever de gratidão, mas por uma necessidade reclamada pelos que se têm dedicado à tarefa de explicar a formação da nova cidade, superimposta à velha metrópole do café. Nesse passado, aliás pouco remoto, fincam-se

as raízes da cidade atual, rejuvenescida pela vocação industrial (MATTOS, 1958, Volume III, p. 6).

Inclusive, cabe destacar, MATTOS (1958) demonstra uma lucidez de análise muito válida enquanto método de interpretação da realidade, ao verificar que o surgimento de uma “nova função” (no caso industrial) não extermina as anteriores. Contudo, muitas vezes é priorizado o estudo da “nova função”, tendo em vista o surgimento de uma nova paisagem e dinâmica dominante que, por sua vez, passa a influir nas funções anteriores em diferentes graus. Portanto, o estudo de uma “nova função” não nega a existência das funções antigas.

Assim MATTOS (1958) ressalta que a “função industrial” é a mais recente das transformações verificadas na estrutura funcional da cidade de São Paulo, sendo que:

[...] não houve, na evolução da metrópole paulista, uma sucessão de funções e, sim, um progressivo enriquecimento de sua estrutura funcional [...] Se, na presente obra, foi dada maior ênfase à sua função industrial, é porque dela resultou uma nova paisagem urbana, caracterizada pelo número avultado de fábricas e pela importante população operária, além de constituir uma imposição de método analítico que vem presidindo a elaboração do estudo a que nos propusemos, ao tentar descrever e explicar a cidade de São Paulo de nossos dias (MATTOS, 1958, Volume III, p. 6-7).

Dessa forma, entre os fatores internacionais que são apontados com considerável freqüência como responsáveis pelo grande parque industrial da cidade de São Paulo, têm-se, como assinala Pasquale PETRONE (1958, volume II, p. 102), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise econômica de 1929 decorrente do *crack* e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Já entre os fatores internos, MATTOS (1958) ressalta, além da importância preponderante do café, os imigrantes e o algodão.

A respeito do café, MATTOS (1958) destaca que esse último contribuiu para o desenvolvimento da rede de comunicações e transportes, bem como melhoramentos na rede de saneamento e no porto de Santos. Aliás, alguns teóricos do período como PETRONE (1968) consideram Santos uma importante “extensão” de São Paulo, caracterizando esse espaço como o “binômio São Paulo-Santos” (PETRONE, 1968, p. 264). Ou mesmo Aroldo de AZEVEDO (1958), que considera:

[...] Santos sob muitos aspectos *cidade gêmea* da Capital paulista, com seu movimentado porto (que é, por excelência, o porto de São Paulo) e suas praias, que o paulistano de todas as categorias sociais freqüenta sempre que pode, conforme testemunha o espantoso tráfego da Via Anchieta nos fins de semana (AZEVEDO, 1958, Volume I, p. 27).

MATTOS (1958) ressalta que embora a rede de transportes existentes na cidade de São Paulo seja atribuída à produção cafeeira, sendo essa última apontada como fator de localização e desenvolvimento da indústria, não é possível daí se inferir esse fator como essencial para o surgimento e desenvolvimento da indústria. Já que “a exemplo da economia agrícola, a economia industrial cria também seus próprios sistemas de circulação da riqueza” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 9). Isso porque a produção cafeeira formou uma rede de comunicações e transportes prioritariamente voltada para o mercado externo. Porém, de qualquer modo, o autor nota que “não resta a menor dúvida que constituiu uma vantagem inestimável a existência de um aparelhamento ferroviário em perfeito funcionamento” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 9).

Já tivemos oportunidade de acentuar que a existência de uma rede ferroviária e de um bom porto – ambos conseqüências da expansão cafeeira – constituíram-se em importantes fatores da industrialização de São Paulo [...] todavia, tal sistema de transporte, se favoreceu e estimulou o nascimento da indústria, acabou sendo por ela superado; é que foi criado com o objetivo único de atender ao escoamento da riqueza cafeeira, rumo ao estrangeiro, sem que se cogitasse do mercado interno. Isto explica a sua deficiência ante o estado atual do parque manufatureiro de São Paulo (MATTOS, 1958, Volume III, p. 84).

A respeito dos imigrantes, MATTOS (1958) assevera que a onda imigratória está diretamente relacionada à necessidade de mão-de-obra da lavoura cafeeira, sendo que, segundo o autor, os imigrantes foram muito importantes para o desenvolvimento industrial de São Paulo, tendo em vista que contribuíram para o estabelecimento de vários tipos de atividades industriais, bem como constituíram um mercado consumidor, devido aos hábitos trazidos de seus países de origem.

Sobre o algodão, o autor aponta que até 1865 esteve praticamente abandonado, já que todas as atenções se voltavam para o cultivo do café. Mas, entre 1865 e 1873, a produção de algodão direcionou-se para o mercado inglês, “no momento o único em condições de bem pagar” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 17). Contudo,

[...] quando cessou, porém, o interesse dos fabricantes de tecidos da Inglaterra, dois caminhos se abriram para a lavoura algodoeira paulista: o abandono total ou a utilização do produto em fábricas de tecidos da própria Província. Esta última solução [...] foi a adotada (MATTOS, Volume III, p. 17).

Maria VILLAÇA (1968) aponta dois fatos políticos de ordem interna, a saber: abolição da escravatura e proclamação da República, juntamente à influência de fatores de ordem internacional, para explicar o início do surto de industrialização no

período republicano. Quanto a São Paulo, diz que o Estado (não se refere apenas a cidade ou “Grande São Paulo”) se destacou no desenvolvimento industrial por possuir “desde a atividade agrícola, peculiar aos demais estados, até a mineração, a tecelagem, a indústria de madeiras e outras” (VILLAÇA, 1968, p. 157). Destaca um fator fundamental, em sua visão, para o êxito industrial paulista: os empresários, mesmo sem o “espírito de inovação”. Nesse sentido afirma também que, apesar dos imigrantes terem constituído o germe da industrialização, notadamente em São Paulo, não criaram novas técnicas, logo, faltava-lhes esse “espírito de inovação”:

Para explicar o surto de desenvolvimento experimentado por São Paulo devemos dar lugar a um fator altamente importante: a existência de empresários, ainda que não inovadores, mas já constituindo um germe de qualificação da força de trabalho; procuraram, em regra, por esta ou aquela razão, copiar o que já existia, imitar, transplantar técnicas de produção empregadas em outros países; eram empresários organizados [...] Constituíram os imigrantes o germe da industrialização no sul, especialmente em São Paulo. Foram pioneiros, não resta dúvida, mas faltou-lhes o espírito de inovação no sentido schumpeteriano do termo, a criação de novas técnicas, de instrumental a elas adaptado, a fim de possibilitar a aceleração do processo produtivo (VILLAÇA, 1968, p. 157-158).

Dirceu MATTOS (1958) salienta que é complicada a obtenção de dados sobre a indústria na cidade de São Paulo, havendo maior abundância de dados para o estado. De todo modo, o autor nota que existem razões que o autoriza a utilizar os dados do estado para a cidade de São Paulo, já que o desenvolvimento industrial é liderado pela capital. Aliás, a disponibilidade de dados ainda hoje se constitui um problema nos estudos a respeito da realidade brasileira, como alertou LENCIONI (1998), destacando a desatualização dos dados sobre a indústria.

Assim, MATTOS (1958) assevera que em 1940 constatou-se uma nova etapa da indústria paulista, havendo uma diversificação industrial. “São Paulo teve confirmada sua liderança no setor industrial, no país e na própria América do Sul” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 35-36).

O recenseamento geral levado a efeito em 1940 serviu para evidenciar uma nova etapa na marcha ascensional da industrialização do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que demonstrou, com maior ênfase, uma das características dessa evolução: a diversificação industrial (MATTOS, 1958, Volume III, p. 35-36).

Com base no Censo de 1950, o autor destaca que, em qualquer das principais indústrias de transformação em atividade no território nacional, São Paulo aparece na liderança, “numa produção cujo valor, em 1950, correspondeu a mais de 50% do total brasileiro” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 41).

Segundo o autor, a maior parte das indústrias concentra-se na Grande São Paulo, na capital, como também em São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos; e em municípios “satélites” da grande metrópole, tais como Moji das Cruzes, Jundiaí, São Roque etc. Quanto ao tipo de indústria presente na cidade de São Paulo, os principais grupos em 1950 são:

As indústrias de alimentação e têxteis continuavam à frente, em porfiada disputa pelo primeiro lugar; seguiam-se-lhes as indústrias metalúrgicas e mecânicas, as químicas e farmacêuticas, as de cerâmica, vidros e cristais, as de construção civil, vestuário, materiais de transporte (construção e montagem), borracha e papel [...] Em sua essência, o parque manufatureiro paulistano caracteriza-se por ser um parque de *indústrias leves*, com franco predomínio das indústrias têxteis e de produtos alimentares (MATTOS, Volume III, p. 41-43).

Dirceu MATTOS (1958), como será abordado no próximo tópico (a respeito dos problemas da metrópole), diz que o parque industrial da cidade de São Paulo ainda se encontra numa fase de imaturidade. Fato este comprovado, de acordo com o autor, pelo predomínio da pequena fábrica e o forte direcionamento ao mercado interno que, por sua vez, apresenta ainda baixa capacidade de consumo (MATTOS, 1958, volume III, p. 46).

Quanto à estrutura do parque industrial paulistano, MATTOS (1958) assevera que é complicado fazer prognósticos, já que num passado recente as indústrias têxteis dominavam o setor, praticamente sem concorrente. Contudo, ressalta o autor, apesar das indústrias têxteis continuarem na liderança, outras indústrias surgiram e “desenvolvem-se em ritmo acelerado e com indiscutível vigor” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 92).

Nesse sentido, embora Maria VILLAÇA (1968) aborde o estado (e não somente a cidade de São Paulo), é possível inferir as transformações ocorridas na estrutura industrial da metrópole de São Paulo.

Assim a autora apresenta dados que corroboram com os prognósticos de MATTOS (1958): a diversificação industrial, com declínio da participação de setores tradicionais e crescimento de setores modernos.

Desse modo, de acordo com VILLAÇA (1968), a indústria têxtil no período de 1949-1958, apresentou uma diminuição de sua participação (de 22,6% para 14,6%), o mesmo ocorrendo com os produtos alimentares (de 14,4% para 10,6%). Destaque para as indústrias de material de transporte, material elétrico e comunicação, as quais apresentaram expressivo crescimento.

No mesmo período [1949-1958], a participação relativa das indústrias metalúrgica e mecânica elevou-se de 12,5% para 16%, e a da indústria química e farmacêutica de 11,6% para 13,9%. O conjunto das indústrias de material de transporte, material elétrico e comunicação cresceu de 5,9 para 16,3% [...] O decréscimo da participação relativa dos setores tradicionais e a expansão dos setores modernos, característicos do desenvolvimento, deuse devido à diversificação acentuada apresentada pela indústria paulista (VILLAÇA, 1968, p. 160-162).

É pertinente observar a relação que Dirceu MATTOS (1958) estabelece entre a economia agrícola e a economia industrial. O autor salienta que, devido ao forte crescimento da indústria, a economia agrícola se faz muito importante, já que fornece matéria-prima. Contudo, é a indústria paulistana que “vai-se tornando um poderoso sustentáculo da economia agrícola das diferentes regiões do país” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 75).

Porém MATTOS (1958) discorda desse padrão, no qual o “industrial” se sobrepõe ao “agrário”. Assim afirma que não se pode priorizar um tipo de “economia” e abandonar outra. Ambas, de acordo com o autor, precisam crescer conjuntamente e de maneira harmoniosa. Essa visão é compartilhada por Maria VILLAÇA (1968): “Para que a industrialização se faça em bases sólidas e dentro dos princípios do desenvolvimento equilibrado é necessário que esteja alicerçada no crescimento harmônico do setor agrícola” (p. 163).

O desenvolvimento de uma não pode ser encarado como um prejuízo para a outra. Seria tão insensato querer estimular a produção agro-pastoril em detrimento do esforço industrial, como prestigiar a indústria lançando ao abandono a economia agrícola. No primeiro caso, seria prosseguir no âmbito acanhado de uma economia semicolonial, incompatível com o atual estágio de nossa evolução histórica; no segundo caso, seria a morte por inanição, porque, arruinando a produção agrícola, arruinaríamos ao mesmo tempo as fontes de abastecimento da população e as que fornecem matérias-primas, como ainda o mercado consumidor de nossas manufaturas (MATTOS, 1958, Volume III, p. 75).

Nesse sentido, LEVY (1968) mostra que houve sim abandono do setor agrícola, notadamente dos trabalhadores do campo; fato intimamente relacionado, segundo o autor, à decadência da economia agrícola no estado de São Paulo (p. 281). Dessa forma, nota que o trabalhador agrícola encontra-se atualmente (década de 1960) marginalizado, contrastando com um quadro anterior de prosperidade.

Há poucos anos, os colonos e suas famílias gozavam de vida próspera, vestiam-se e alimentavam-se bem, chegando muitos a fazer o pé-de-meia. Graças ao florescimento do setor agrícola, era comum ver trabalhadores do campo tornarem-se proprietários de pequenos sítios, de um pedaço de terra, transformando-se alguns em grandes capitães da agricultura [...] No entanto, modificou-se por completo esse quadro de prosperidade que se comunicava a todos, e o nível a que baixou a condição de vida do trabalhador agrícola [...] é o da completa degradação humana (LEVY, 1968, p. 282).

LEVY (1968) empreende uma análise sobre alguns fatores geradores da decadência da economia agrícola no estado de São Paulo. Dentre eles, destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural. Embora o autor não tenha o explicitado, afirma que este apresenta dispositivos que agravam o desamparo do trabalhador rural. Tal Estatuto explica, inclusive, o abandono das propriedades rurais “em que os trabalhadores viviam razoavelmente bem, dispondo de terras para seu próprio uso, pelo mito das cidades, onde se concentram nas favelas, quase sempre engrossando o exército de desempregados” (LEVY, 1968, p. 282).

Porém outros fatores também são apontados por LEVY (1968) para explicar a decadência da economia agrícola, como a queda do poder aquisitivo do agricultor, reduzido ao custo de um trator (p. 289), acarretando dificuldades para a mecanização. Como também limitações ao crédito e os preços mínimos, que são muito baixos. Logo, o autor destaca que esse quadro do meio rural exige ações públicas consistentes, das quais “poderão advir a vida ou a morte para a agricultura de São Paulo e do Brasil” (LEVY, 1968, p. 295).

Todavia, a despeito de todo o desenvolvimento industrial de São Paulo e sua conseqüente importância na América do Sul, existem diversos problemas na cidade como, por exemplo, a falta de energia elétrica. Sendo assim, vejamos algumas dessas carências da metrópole paulistana no período de 1950-1960, sendo que determinados problemas persistem e, em alguns casos, encontram-se agravados em nossos dias.

2 Os problemas da metrópole de São Paulo

Observa-se, na análise dos estudos de 1950-1960, que São Paulo enfrentava diversos problemas como da energia elétrica, desigualdade social, saneamento básico, transporte coletivo, produção industrial, entre outros.

Assim, MATTOS (1958), realizando um estudo sobre o parque industrial, destaca que a função industrial na região de São Paulo ainda não alcançou sua maturidade. Fato observável, segundo o autor, por sua distribuição espacial e estrutura orgânica. Dessa forma, apesar de São Paulo se constituir num centro industrial da América do Sul, há problemas no próprio setor industrial, já que:

[...] as condições atuais diferem substancialmente das reinantes há 30 ou 40 anos, época em que a indústria dava seus primeiros passos, como atividade

secundária, à sombra da economia cafeeira. Hoje, constitui ela um dos esteios da própria vida econômica do Estado, desde que este, vendo decrescer a riqueza alimentada pela lavoura cafeeira, precisa encontrar na indústria sua nova base de prosperidade econômica (MATTOS, 1958, Volume III, p. 72).

Nesse sentido, um dos problemas para o desenvolvimento industrial é a mão-de-obra, tendo em vista que o país há menos de 30 anos se constituía eminentemente agrário. Logo, são duas questões nesse tema: o problema da constituição, por um lado, de uma mão-de-obra industrial e, por outro lado, de um estoque de técnicos, ou seja, mão-de-obra mais especializada. Como destaca Maria VILLAÇA (1968), “com os progressos tecnológicos tem havido sensível aumento na procura de trabalhadores especializados, reduzindo-se a oportunidade para os trabalhadores não qualificados” (p. 161). Aliás, discurso e realidade tão presentes nos dias atuais.

Outro problema é a matéria-prima. Indústrias como a de calçados, mobiliário, fumo e bebidas, “ainda dependem de abastecimento de diversos produtos estrangeiros. Outras, como a de *papel*, de *material elétrico*, de *motores*, etc., são indústrias substancialmente alimentadas por matérias-primas vindas do exterior” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 74-75).

Outra questão que se coloca como um problema para o desenvolvimento industrial é a pequena disponibilidade de capital, tendo em vista a pobreza da maior parte da população, aliada à desconfiança desta em investir em títulos industriais, “preferindo comprar imóveis ou títulos do governo” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 79). Assim, “o capital estrangeiro, por sua vez, que financiou muitas das empresas ainda existentes entre nós, só ultimamente tem afluído em maior escala” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 79).

Desse modo, salienta VILLAÇA (1968) ao analisar a economia do estado de São Paulo (e não particularmente da cidade de São Paulo), afirma que embora haja alta concentração de estabelecimentos bancários e outras instituições financeiras em São Paulo, a emissão de capital é bastante irregular (apesar de apresentar uma tendência ascensional). Assim, devido à “insuficiência de recursos financeiros para atender particularmente ao desenvolvimento de São Paulo, deu-se nos últimos 10 anos o incremento das Financeiras cuja finalidade precípua são os empréstimos a médio prazo” (VILLAÇA, 1968, p. 167).

Outro problema é o mercado consumidor, já que a produção industrial é consumida basicamente dentro do território nacional, tendo o mercado externo

participação muito secundária. A questão é que o mercado interno apresenta baixo consumo, “por uma questão de hábito ou por ser muito baixo o poder aquisitivo da maioria dos brasileiros” [...] (MATTOS, 1958, Volume III, p. 83).

Dirceu MATTOS (1958) ainda destaca, sobre a imaturidade do parque industrial, que este é marcado por pequenas fábricas, desconcentração (notadamente das indústrias têxteis) e baixo consumo pelo mercado interno.

O predomínio da pequena fábrica demonstra que nos encontramos ainda numa fase de imaturidade industrial. Esta imaturidade, todavia, não é propriamente o resultado da incapacidade técnica, mas fruto das condições econômico-financeiras do país. A indústria têxtil (como, de resto, os demais tipos de indústrias, excetuados os de semimanufaturada de alguns produtos alimentícios) existe em função exclusiva do mercado interno, e este mercado apresenta ainda uma baixa capacidade de consumo (MATTOS, 1958, Volume III, p. 46).

O autor assevera que essa imaturidade industrial se deve prioritariamente às condições econômico-financeiras do país, e não simplesmente a uma incapacidade técnica. Logo, relaciona diretamente o problema da imaturidade industrial ao subdesenvolvimento do país.

Maria VILLAÇA (1968), em certo sentido, faz coro a MATTOS (1958) ao notar que o parque implantado no estado de São Paulo não atingiu níveis satisfatórios de produtividade por trabalhador ocupado, sendo isso uma realidade da maioria dos setores econômicos. Atribui essa deficiência na produtividade ao “próprio índice de capitalização e o *Know-how* absorvidos, ainda pouco expressivos” (VILLAÇA, 1968, p. 161). Contudo, a autora alerta que, comparativamente com o restante do país, se for realizada uma pesquisa específica, a produtividade da mão-de-obra paulista deverá apresentar melhores índices.

Mas não é somente no setor industrial que os problemas da metrópole se fazem presentes. Como Maria RADESCA (1958) destaca:

[...] a cidade de São Paulo enfrenta problemas de toda espécie: problemas do abastecimento alimentar [...] rede de esgotos e ao abastecimento de água [...] circulação interna, de veículo e de pedestres [...] energia elétrica, para o uso doméstico, para os logradouros públicos e para a manutenção de seu parque industrial. É que a metrópole paulista cresceu depressa demais e os responsáveis pelo seu bem-estar não souberam e não puderam prevêê-los, a fim de remediá-los em tempo oportuno (RADESCA, 1958, Volume III, p. 98).

Assim a disponibilidade de energia elétrica é um problema para toda a cidade, inclusive para a indústria. Nesse sentido, a autora destaca que mais de 50% da energia elétrica utilizada na Capital destinava-se ao parque industrial, sendo a população penalizada em seu cotidiano.

Maria RADESCA (1958) atribui a crise de energia elétrica principalmente ao crescimento populacional, como também ao crescimento do parque industrial (ambos excedendo as previsões mais otimistas, segundo a autora), aliados a longos períodos de estiagem. Também aponta fatores mais específicos, como as dificuldades para financiamento e demora na entrega dos equipamentos necessários de proveniência estrangeira.

Mas, como a mesma autora salientou, inegavelmente, faltou planejamento público. Aliás, como infelizmente costuma acontecer nesse país. Daí que, muitas vezes, as ações governamentais praticadas para a “resolução” dos problemas se constituem mais em meras políticas de “reposição parcial do atraso” do que em reais soluções, com planejamento a médio e longo prazos. Impossível não lembrar dos “apagões” de 1999 e 2001.

A autora salienta que a atual crise energética (dos anos 1950), havia se esboçado nos anos 1940, quando a capacidade geradora foi inferior à demanda, alcançando restrições no consumo de energia elétrica, primeiramente em janeiro de 1950, até o desligamento dos circuitos durante um determinado número de horas (cinco horas, de início) em março de 1953, como também, restrição a novas ligações.

A partir de 1952, porém, continuando a demanda em cada vez mais rápida ascensão, ao mesmo tempo que mais acentuados se tornavam os períodos de estiagem, manifestou-se a crise em toda sua intensidade e, com ela, graves prejuízos para a vida normal da população e, sobretudo, para a crescente atividade do seu parque manufatureiro (RADESCA, 1958, Volume III, p. 115-117).

Contudo, Ernani BRUNO (1954) destaca que o número de bondes foi reduzido depois de 1920 devido à crise de energia elétrica. Logo, esse era um problema que já aparecia no início do século XX.

Relativamente aos transportes coletivos, sabe-se que o número de bondes foi reduzido depois de 1920 em consequência da crise de energia elétrica determinada pelo crescimento excepcional da indústria paulistana (BRUNO, 1954, p. 1351).

AZEVEDO (1958) destaca também o problema da falta de uma rede de esgotos, notadamente nos edifícios, para escoar a enorme quantidade de detritos. Nesse sentido, nos faz lembrar as análises de Maria Adélia A. de SOUZA (2004) que destaca o processo de verticalização na cidade de São Paulo. Inclusive cabe um adendo quanto à verticalização da cidade, que como destacou PETRONE (1958), produzia seus edifícios numa velocidade espantosa.

No que se refere à construção de prédios, parece não existir nenhuma cidade que a iguale [...] em Nova York se constrói, cada ano, uma casa para cada grupo de 423 habitantes, em Buenos Aires para 134, em São Paulo registra-se a média de 102 [...] Pode-se afirmar sem receio de errar, que se constrói em São Paulo uma casa em cada 20 minutos (PETRONE, 1958, Volume II, p.159).

AZEVEDO (1958) ressalta também o problema do serviço de água potável em todos os tipos de bairros.

No que se refere ao serviço de água potável, não apenas os mananciais e reservatórios já se tornam insuficientes por ocasião da estiagem, como a rede de encanamentos longe está de servir toda a área urbana; nos bairros periféricos, modestos ou finos, a água para o consumo diário precisa ser retirada de poços, cuja profundidade chega a ser algumas dezenas de metros (AZEVEDO, 1958, Volume I, p. 21).

Há carência também no transporte coletivo. São tomadas providências como a criação de novas linhas para servir um maior número de bairros, mas o problema persiste.

O tráfego intenso no centro da Capital já era uma realidade, tendo em vista o número crescente de veículos. Assim AZEVEDO (1958) coloca o metrô como um meio transporte que acabará por ser tornar realidade, devido ao problema do tráfego. Mas, apesar de algumas ações:

[...] os veículos continuam a trafegar superlotados e, em certas horas do dia, as filas dos que esperam condução se tornam ainda maiores. E a mesma insuficiência continua a existir no que concerne aos trens suburbanos e ao serviço de automóveis de aluguel. Muito penoso, muitas vezes quase impossível, é o deslocamento da população, em sua faina diária. Por isso mesmo, outras muitas soluções têm sido alvitradas, sobrelevando, entre elas, a da construção de linhas férreas subterrâneas – o “metropolitano”, que, por certo, acabará por tornar-se realidade (AZEVEDO, 1958, Volume I, p. 22).

Nesse sentido Maria VILLAÇA (1968) ressalta que o aumento da intensidade de tráfego rodoviário está relacionado ao aparecimento da indústria automobilística, em detrimento da expansão da ferrovia. Assim:

A extensão total da rede ferroviária paulista se tem mantido praticamente estável no correr dos anos. Os trechos de pequena extensão, que são construídos, mal compensam aqueles que, por dificuldade de recuperação vêm sendo eliminados (VILLAÇA, 1968, p. 166).

E, como alerta Dirceu MATTOS (1958), há uma deficiência no sistema de transporte no que diz respeito ao parque industrial de São Paulo, já que a produção cafeeira criou redes de transportes e comunicações voltadas para o mercado externo.

A desigualdade social também é um problema presente, materializada, segundo AZEVEDO (1958), nos diferentes bairros e construções. Assim, têm-se as

alamedas do Jardim América ou Jardim Europa, os bairros densamente povoados do Brás ou Mooca, as mansões senhoriais da Avenida Paulista e Avenida Higienópolis, a padronização das “vilas” operárias em diversos trechos da área periférica. Ou ainda os cortiços e favelas. Aroldo de AZEVEDO (1958) diz que “são o preço doloroso, mas *inevitável*, das grandes aglomerações urbanas” (Volume I, p. 19, *grifo meu*).

De qualquer forma, ressalta-se, as diferenças sociais não deveriam ser tão agudas, mesmo considerando a “balança desigual” mundial na qual assenta o sistema capitalista. É aí que as ações locais, notadamente as do poder público, deveriam fazer a diferença, no mínimo criando mecanismos para amenizar as condições desumanas na qual vive parte significativa da população.

Desta longa lista de problemas da metrópole paulistana dos anos 1950-1960 (isso porque foram considerados apenas alguns), cabe destacar ainda a prática da especulação imobiliária, materializada nos “vazios” existentes dentro da cidade, à espera de valorização, enquanto se processam arruamentos e loteamentos de extensas áreas, próximas ou bastante distantes da cidade (PETRONE, 1958).

Por fim, vale destacar o perspicaz questionamento de Pasquale PETRONE (1958) a respeito desse padrão de crescimento:

Como o próprio BARTOLOTTI, entretanto, somos tomados pela dúvida sobre as vantagens e o sentido da presença dessa monstruosa metrópole dentro do Estado de São Paulo, sendo lícito perguntar-se “o que se tornará esta cidade, em contínua renovação e desenvolvimento, e se esta espécie de elefantíase é explicável e justificada” (PETRONE, 1958, Volume II, p. 160).

3 A área central da cidade

Müller (1958) nota que o Centro da cidade de São Paulo apresenta uma paisagem inconfundível, com tráfego intenso de veículos e pedestres, as melhores lojas e um “bloco compacto de arranha-céus” (Volume III, p. 121). Contudo, o autor afirma que demarcar com rigor seu limite é uma tarefa complicada, já que bairros vizinhos como Vila Buarque e Santa Cecília, ou mesmo mais afastados, como a Avenida Paulista, também começam a apresentar determinadas características da área central, como o surgimento de edifícios.

Dessa forma, MÜLLER (1958) analisa várias possibilidades de demarcação do Centro e opta por delimitar a área central com base em sua estrutura funcional,

pois “em toda grande cidade, o centro costuma caracterizar-se por ser o setor vital, em que se desenvolvem as funções essenciais do organismo urbano” (Volume III, p. 125).

Assim, com base na função, o autor distingue três áreas no Centro: 1) *Centro propriamente dito*, no qual há uma complexidade de funções, sendo a função residencial praticamente inexistente; 2) *Áreas periféricas ao Centro*, imediatamente vizinhas ao centro propriamente dito, onde há certo equilíbrio entre as funções típicas do centro e a função residencial; e, por fim, 3) *Zonas de transição*, predominantemente residenciais, mas que já apresentam várias características do Centro e “se encontram na iminência de ser por este conquistadas” (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 126). Identifica que a expansão da área central se fazia rumo a Oeste, para o Alto da Avenida Ipiranga e Praça da República (p. 128).

Cabe ressaltar que, juntamente com o critério funcional, o autor também considera o aspecto demográfico para a delimitação do centro, já que, de acordo com MÜLLER (1958), como a área central não é especificamente residencial, é nela que se encontram as mais baixas densidades demográficas dentro da área urbana. Aliás, salienta o autor, esse é um fenômeno de caráter universal.

MÜLLER (1958) ressalta que, por meio de uma lenta evolução da área central, ocorreu sua divisão em duas partes distintas: o denominado Núcleo Antigo, basicamente em torno do Triângulo Tradicional, formado pelas ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro (Volume III, p. 132), e o Núcleo Novo, o qual se expande cada vez mais a Oeste do Vale do Anhangabaú; sendo o Viaduto do Chá a ligação entre esses dois “núcleos”.

De todo modo, o autor alerta que essas duas partes formam uma só unidade – o Centro da cidade de São Paulo, ou “simplesmente, a *cidade*, para usarmos da expressão popular, que o uso consagrou e sobre cujo sentido nenhum paulistano tem dúvida” (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 144).

Nesse sentido, cabe destacar a análise do autor a respeito da relação da população com o Centro da cidade, salientando a importante centralidade que a área Central constituía para os habitantes da cidade. Assim, ele afirma que apesar do problema do tráfego da área central, com congestionamentos “a partir das 7 ou 8 horas da manhã e, muitas vezes, até mesmo 22 ou 23 horas” (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 171), ou mesmo a deficiência no transporte coletivo, verificável nas “longas filas que se formam [...] junto aos pontos de ônibus, de bondes, de lotações

e dos autos de praça” (p. 171), com bondes superlotados; a população da cidade continua a freqüentar rigorosamente o Centro.

Logo, assim como AZEVEDO (1958), o autor salienta que tendo em vista o problema do tráfego, já se cogitou várias vezes construir o *metropolitano* ou *via férrea subterrânea* (p. 171), mas que até aquele momento não havia se tornado uma realidade.

Apesar de todas essas dificuldades, o habitante da cidade de São Paulo continua a ser um freqüentador assíduo da área central, que parece atraí-lo de maneira irresistível, por necessidade ou mesmo sem ela; para muitos, “ir à cidade”, constitui um quase hábito, se não um verdadeiro vício... (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 173).

O autor ressalta o processo de verticalização do Centro. Assim destaca que no Núcleo Antigo há os mais altos edifícios. Porém, é no Núcleo Novo que se registra uma maior concentração de prédios. Inclusive MÜLLER (1958) assevera que a verticalização do centro é uma de suas características mais expressivas e que é responsável por lhe dar uma “fisionomia norte-americana” (Volume III, p. 151).

Dessa forma, observa que o crescimento vertical do Centro iniciou-se nas duas primeiras décadas do século XX, mas foi somente na década de 1940, “com a crescente valorização dos terrenos, [que] registrou-se a febre dos arranha-céus” (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 151) no Centro da metrópole paulistana.

Todavia MÜLLER (1958) nota que a área central da cidade tem, realmente, como característica principal a sua complexidade de funções, tendo em vista, o elevado e variado número de atividades econômicas e profissionais. Logo, ressalta que o Núcleo Novo, possivelmente devido à sua formação mais recente, apresenta menores trechos de complexidade funcional se comparado com o Núcleo Antigo. De qualquer forma,

Olhado em conjunto, o Centro da capital paulista oferece um elevado número de funções, pois ali se vêem representados o comércio, a pequena indústria, as finanças, a administração pública, as profissões liberais e outras, a hospedagem, a alimentação, as diversões, etc. (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 159).

Contudo MÜLLER (1958) ressalta que o comércio é a atividade que mais se destaca no Centro, a qual “ocupa a maior área e alcança a própria zona periférica” (Volume III, p. 159).

É interessante destacar a análise do autor sobre a especulação imobiliária na denominada Zona de Transição. MÜLLER (1958) assevera que ocorre uma

verdadeira desintegração de antigos bairros, devido à valorização dos imóveis que, por sua vez, caracteriza a própria Zona de Transição (Volume III, p. 177).

Com a expansão da área central, determinados tipos de ocupação não conseguem enfrentar os altos preços dos aluguéis dessa área e se refugiam em zonas próximas. Logo, há uma valorização dos imóveis nessas zonas próximas, propiciando a especulação imobiliária, pois

[...] à espera de circunstância mais favoráveis e unicamente preocupados em obter melhores rendimentos, muitos proprietários deixam os prédios em lamentável abandono, sem se preocuparem com sua conservação, o que pode ser constatado em suas fachadas clamando por nova pintura, nas vidraças quebradas, nos interiores, incrivelmente maltratados. Chegado o momento propício, tais prédios ver-se-ão demolidos e serão substituídos por novos edifícios, geralmente arranha-céus, que conterão apartamentos e cujo pavimento térreo será reservado para lojas comerciais. A par disso, poderíamos lembrar um outro aspecto não menos característico dessa zona de transição: uma vez demolidos os velhos prédios, deixam os seus proprietários, por algum tempo, inteiramente vazios os respectivos terrenos, que se transformam, então, sem demora, numa espécie de garage a céu aberto [...] resolvendo assim o angustiante problema do estacionamento de veículos para aqueles que necessitam atingir o Centro da cidade (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 178-179).

O autor ressalta que essa deterioração material gerada pela especulação imobiliária, “constitui um dos característicos das cidades novas de tipo americano, assim como a existência da própria zona de transição” (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 179).

4 São Paulo: metrópole regional

Aroldo de AZEVEDO (1958, volume I, p. XIV) afirma que, no plano preliminar da obra “*A cidade de São Paulo*”, estava previsto um capítulo denominado “*São Paulo, centro de comunicações*”. Porém, no plano definitivo tal intenção foi abandonada.

Todavia, há um mapa denominado “*São Paulo: centro de comunicações 1952*”, com a seguinte nota explicativa: “São Paulo, importante nó de comunicações” (AZEVEDO, 1958, volume I, p. 16), o qual mostra a ligação da metrópole paulistana com todo o estado de São Paulo e, portanto, a sua influência na região. Mas, como se verá adiante, o seu domínio não se restringia ao estado de São Paulo.

AZEVEDO (1958) destaca não apenas a função industrial da Capital paulista, que apresenta “o maior e o mais poderoso centro industrial da América Latina” (volume I, p. 23), se forem acrescentadas as indústrias de sua área suburbana;

como também salienta sua função comercial, tendo como uma das conseqüências o desenvolvimento de um importante centro bancário no país, encontrando rival apenas no Rio de Janeiro. Dessa forma, ressalta que para satisfazer às exigências dessa função econômica:

São Paulo tornou-se um dos mais importantes nós de comunicações do continente sul-americano, não só por causa das linhas férreas e rodovias que a servem, como também pelo extraordinário movimento de seus aeroportos, particularmente o de Congonhas, apontado como um dos mais movimentados do Mundo quanto ao número de aviões que dele se utilizam e de passageiros que por ele transitam (AZEVEDO, 1958, volume I, p. 23).

Mas, segundo AZEVEDO (1958), não há somente “funções econômicas” na cidade de São Paulo, “São Paulo soube muito bem equilibrar suas atividades, estimulando igualmente o progresso material e as manifestações do espírito” (AZEVEDO, 1958, Volume I, p. 25).

Assim, São Paulo exerce sua influência não somente pelo viés econômico, mas também pelo cultural, através da imprensa e da radiodifusão. Sendo a área de influência da cidade de São Paulo todo o estado paulista, o Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso, Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Sul de Minas Gerais (AZEVEDO, 1958, Volume I, p. 28), constituindo-se uma verdadeira *metrópole regional*.

AZEVEDO (1958) cita ainda que existem outras metrópoles regionais no país como Belém do Pará – metrópole da Amazônia – e cidade do Recife – metrópole do Nordeste. Naquele período (anos 1950-1960) ainda não havia menção ao termo “metrópole nacional”, mas já havia análises que apontavam nessa direção, como a realizada por ARAÚJO FILHO (1958).

AZEVEDO (1958) confirma a análise num estudo de 1961:

Para tão vasta, rica e populosa área do país, a cidade Anchieta é a verdade metrópole regional, a metrópole no sentido etimológico da palavra – a “cidade mãe”, a capital de fato, embora não de direito (AZEVEDO, 1961, p. 46).

Autores como Pasquale PETRONE (1958) destacam a face “cosmopolita” da metrópole regional São Paulo, com etnias de diversos lugares do mundo como italianos, ibéricos, japoneses, armênios, judeus etc., como também de brasileiros vindos de outros estados e do próprio estado paulista “atraídos pela miragem da metrópole movimentada e dinâmica [...]” (PETRONE, 1958, Volume II, p. 147).

São Paulo se faz metrópole regional também na rede bancária. Segundo Uyvão PEGAIA (1965), a cidade de São Paulo é a que possui o maior número de bancos no país, tendo sua concentração no que o autor denomina “sede municipal”.

Esta última abarca 98% do total de bancos na década de 1960, sendo que os então distritos de Jaraguá e Parelheiros não dispunham de nenhum estabelecimento de crédito.

Nesse sentido PEGAIA (1965) em sua dissertação, divide a atividade bancária da cidade de São Paulo em três períodos: 1) “Fase dos Primeiros Bancos” (1820 até 1870/1880), com a instalação do primeiro banco em 1820, o qual era uma sucursal do Banco do Brasil; 2) “Bancos do Café” (até 1930/1940), tendo como força motriz o progresso cafeeiro; e, por fim, 3) “Bancos da Indústria” (até os dias atuais, logo, década de 1960).

Assim, analisa mais detidamente a terceira fase da atividade bancária na cidade de São Paulo, ressaltando que nesse período ocorreu um impressionante aumento do número de estabelecimentos, principalmente em função da criação de agências urbanas, atingindo inclusive os subúrbios.

Esse terceiro período denominado “Bancos da Indústria”, segundo PEGAIA (1965) estava em pleno processo de expansão, com um “crescimento numérico [...] desproporcional, não só quando consideramos os dois períodos anteriores, mas também dentro do próprio período [...], já que nos últimos 15 anos, o número de estabelecimentos praticamente sextuplicou” (p. 36-37).

Esse extraordinário (adjetivo, aliás, largamente utilizado nas obras de 1950 e 1960 para se referir ao crescimento da metrópole paulista, como poderá ser verificado na citação a seguir) progresso bancário é conseqüência de vários fatores, dos quais o autor destaca cinco:

1° – notável crescimento industrial de São Paulo, após o início da Segunda Guerra Mundial; 2° – a galopante inflação que vem assolando o País; 3° – o *extraordinário* crescimento populacional e espacial de São Paulo, e a necessidade de descentralização dos serviços; 4° – o progresso geral que tem acompanhado as atividades da cidade e do Estado nos últimos tempos; e 5° – a introdução do hábito do uso dos serviços bancários por parte da população, inclusive das classes menos favorecidas (PEGAIA, 1965, p. 37, *grifo meu*).

PEGAIA (1965) nota que o Banco do Estado de São Paulo tem uma importância incontestável na rede bancária do país, no estado, sendo “igualmente sugestiva para o município de São Paulo” (p. 49).

Quanto à participação do capital estrangeiro na atividade bancária, pode-se dividir em dois tipos: a instalação de bancos genuinamente estrangeiros; e a posse de ações de bancos nacionais (PEGAIA, 1965, p. 50).

Nesse sentido, periodiza a participação do capital estrangeiro em três fases. A primeira fase coincide com o início da função bancária na cidade de São Paulo, na qual o capital estrangeiro contribuiu com o aumento numérico dos bancos, bem como serviu de garantia tendo em vista a tradição que carregava. A segunda fase, segundo o autor a “mais importante da vida bancária paulistana” (PEGAIA, 1965, p. 50), liga-se aos primeiros decênios do século XX, “quando em 1920, por exemplo, o número de estabelecimentos estrangeiros se constituía no dobro dos nacionais” (p. 50). E a terceira fase, a partir dos anos 1940, com notável desenvolvimento dos bancos nacionais, mas ainda com expressiva participação dos bancos estrangeiros, notadamente no setor das transações internacionais, principalmente por São Paulo apresentar o maior parque industrial da América Latina, com muitas empresas estrangeiras, bem como pelo estado se constituir no maior produtor de café, principal produto de exportação do país (PEGAIA, 1965, p. 126). “Todavia, de modo geral, a participação estrangeira na rede bancária da cidade já não tem a importância e a significação de outrora” (p. 126).

PEGAIA (1965) ressalta, assim, que foi o incrível desenvolvimento industrial de São Paulo, a partir da Segunda Guerra Mundial, “o principal responsável pelo vertiginoso progresso bancário da cidade, sem precedentes em sua história” (p. 126). Apesar de destacar que a atividade bancária teve seu período de consolidação antes da Segunda Guerra Mundial, com a produção cafeeira no interior do estado.

Nesse sentido, assevera que se encontravam estabelecimentos de crédito, de maneira geral, “intimamente ligados as áreas comerciais, embora para sua existência a função industrial da cidade seja de grande importância” (p. 126).

Segundo o autor, na década de 1960, os bancos paulistanos se constituíam na parcela mais importante da rede bancária da cidade de São Paulo, com predominância dos pequenos estabelecimentos. Logo, diferentemente da Segunda Fase do desenvolvimento bancário da cidade; fase esta denominada de “Bancos do Café”, na qual, como alertou o autor, em 1920 os estabelecimentos estrangeiros eram o dobro dos estabelecimentos nacionais. Dessa forma, PEGAIA (1965) nota que:

Se ao Estado de São Paulo cabe a primazia de acolher mais de um terço do total de estabelecimentos bancários do País, à cidade de São Paulo cabe a mesma prioridade quando considerado o número total do Estado. Como centro bancário, este fator por si só evidencia a importância de São Paulo (PEGAIA, 1965, p. 111).

É interessante ressaltar que Aroldo de AZEVEDO (1958) apesar de afirmar que São Paulo “é um dos mais poderosos centros bancários do país” (Volume I, p. 23), devido prioritariamente à sua função como centro comercial; lembra do Rio de Janeiro, ao dizer que este último é o único rival de São Paulo nesse quesito. Assim, sua análise é um pouco diferente da realizada por PEGAIA (1965), já que este não tece comparação semelhante com o Rio de Janeiro, como também enfatiza que o crescimento bancário da cidade de São Paulo está principalmente relacionado com o desenvolvimento industrial, e não com a função comercial destacada por AZEVEDO (1958). Embora se saiba que as atividades econômicas se inter-relacionam, e que uma engendra a outra.

Cabe ainda salientar que a própria função bancária passou a caracterizar a área central da cidade.

Ao lado de outras que tão bem qualificam a área central, São Paulo tem na função bancária um importante elemento de sua caracterização. Graças a ela, quarteirões, ruas, zonas e o próprio centro apresentam vida e fisionomia peculiares. Devido à tradição que vem mantendo desde os primórdios do século XIX, o principal centro do núcleo velho da cidade não só cristalizou a função bancária nessa área, como tornou-a um dos principais elementos definidores do centro da cidade (PEGAIA, 1965, p. 11).

A função comercial também é destacada pelos autores do período (1950-1960), como AZEVEDO (1958), o qual destaca que essa função atende às necessidades da população, bem como se constitui mercado exportador, importador e reexportador, em escalas estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, lembra-se do artigo de Mónica ARROYO (2004), na obra dos “450 anos” da cidade de São Paulo, no qual a autora analisa os fluxos internacionais de mercadorias da Região Metropolitana de São Paulo, ressaltando a importância do estudo do comércio internacional para a compreensão da realidade contemporânea.

Dorival VIEIRA (1968) ao tratar do comércio do estado de São Paulo com o exterior e outros estados brasileiros, nota que somente é possível compreender de modo completo o extraordinário desenvolvimento econômico desse estado estudando a evolução do comércio paulista (p. 205). Nesse sentido afirma:

Longe vai o tempo em que a atividade comercial era considerada parasitária, elemento negativo a perturbar o mecanismo de um mercado perfeito [...] a organização comercial, concentrando as ofertas aliviava o trabalho dos empresários, deixando-lhes maior tempo disponível para cuidar dos processos de produção, ao delegarem ao comerciante a tarefa de criar e expandir mercados [...] (VIEIRA, 1968, p. 205).

VIEIRA (1968) destaca que o comércio de São Paulo colaborou de maneira significativa para restabelecer a economia paulista de eventos com efeitos negativos,

tais como a crise de 1929-1930, ou mesmo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocasião em que o parque comercial de São Paulo, devido a sua “extrema plasticidade” (p. 207),

[...] permitiu acompanhar a mudança de estrutura das importações, auxiliando a indústria brasileira a obter maiores suprimentos de matérias-primas e bens de capital graças à contração do volume de importação dos bens de consumo. Enquanto em 1938 importávamos 27% de bens de consumo e 71,6% de bens de produção, em 1956 importamos apenas 14,6% dos primeiros e 85,1% dos últimos. E, no entanto, o consumo nacional não sentiu violentamente esta compressão [...] justamente em virtude de estar o consumidor brasileiro preparado para receber o sucedâneo nacional dos produtos de importação para consumo. Não é exagero dizer que o grande construtor desta mudança de hábitos foi o comércio de São Paulo, porque de há muito e até aquela época, a importação paulista representara mais de 40% de toda a importação brasileira (VIEIRA, 1968, p. 207-208).

Vale ressaltar que Dorival VIEIRA (1968) coloca o estado de São Paulo e da Guanabara (hoje Rio de Janeiro) como uma “unidade geoeconômica”, constituindo o principal centro comercial do país. Logo, recorda-se do trabalho organizado por Fernando REZENDE e Ricardo LIMA (1999), no qual os estudos defendem a formação ou consolidação (a depender do posicionamento de cada autor) da “Região Urbana Global (RUG) Rio-São Paulo”; com o intuito de melhorar a competitividade das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro na rede de cidades mundiais/globais.

Assim, VIEIRA (1968), na análise da importância da função comercial do estado de São Paulo, afirma que “quem diz dominância comercial, diz predomínio financeiro e econômico porque, em virtude da posição assumida, o comércio domina as atividades de produção e de consumo” (p. 212).

Quanto ao planejamento na metrópole regional São Paulo, PETRONE (1958) afirma que foi com o Prefeito Prestes Maia (1938-1945) que a cidade ganha as características presentes na década de 1950, com a abertura de grandes avenidas, tendo em vista o tráfego intenso no centro. Como também canalização de amplo trecho do Rio Tietê, construção de viadutos e prédios, os quais substituíam construções mal arejadas, atribuindo uma nova paisagem ao centro da cidade.

Não há nenhum exagero em dizer-se que, nesse período, teve lugar a *quarta fundação* de São Paulo, uma vez que as transformações foram de maior vulto do que as verificadas nas administrações de Antônio Prado e João Teodoro. Surgiu, assim, no segundo quartel do presente século a cidade que hoje conhecemos, com todos os característicos – bons e maus – das grandes metrópoles do Mundo (PETRONE, 1958, Volume II, p. 152).

Todavia o próprio PETRONE (1958) destaca, que a estrutura urbana da cidade de São Paulo é irregular e desordenada, “salvo quanto a certos trechos da área central e nuns poucos bairros, nenhum plano urbanístico norteou ou disciplinou seu espantoso crescimento” (Volume II, p. 153). Nesse sentido, Ernani BRUNO (1954) corrobora ao dizer que:

Diante da formação sem plano dos bairros, às vezes desarticulados e sem ligação entre si pode-se dizer, como Caio Prado Júnior, que salvo em sua parte central e na sua vizinhança imediata, São Paulo é uma cidade “que ainda espera ser urbanizada no sentido integral da palavra” (BRUNO, 1954, p. 1340).

Assim, Ernani BRUNO (1954), tendo em vista o estrondoso crescimento populacional e econômico da metrópole paulista, lembra que já se procurou caracterizar a cidade de São Paulo dos anos 1950 como uma espécie de *cidade provisória*. Nesse sentido, escreve Cândido Mota Filho em 1947:

São Paulo não é uma cidade definitiva, mas uma cidade em mudança. Não tem aquele aspecto de maioridade que possui Buenos Aires, ou aquele aspecto pitoresco que tem o Rio de Janeiro ou aquele aspecto definido que tem Belo Horizonte (Apud BRUNO, 1954, p. 1319).

PETRONE (1958) salienta que não é possível mais, como era havia poucos anos, perceber os “tentáculos” da cidade, mas sim, um bloco imenso de bairros. Nesse sentido o autor assevera que a cidade pode ser dividida em três grandes áreas: a primeira denominada de *núcleo principal*, que seria a “verdadeira cidade” (Volume II, p. 153), com o centro comercial, os principais bairros industriais e os bairros residenciais mais importantes, situado entre o Tietê e o Pinheiros, que no sentido Oeste-Leste, abarca os extremos da Lapa até a Penha, e no Sudeste, alcança São Caetano do Sul.

A segunda área, denominada pelo autor, *área de além-Tietê*, que somente naquela década de 1950 estava integrando-se ao primeiro aglomerado, devido “sobretudo ao desenvolvimento do Tucuruvi e arredores” (PETRONE, 1958, Volume II, p. 155), localizando-se ao Norte do rio Tietê com alguns núcleos antigos como Freguesia do Ó e Santana. Alongando-se no sentido Leste-Oeste, desde Vila Maria até Pirituba, essa segunda área caracteriza-se por um desenvolvimento recente e fragmentário.

E a terceira área, chamada pelo autor *área de Pinheiros*, estendendo-se desde o Butantã até Santo Amaro, constituindo uma área repleta de contrastes e “em grande parte em franco processo de aglutinação, em virtude de numerosos loteamentos feitos em época recente” (PETRONE, 1958, Volume II, p. 155).

Um aspecto significativamente observado, por alguns autores, na paisagem da cidade de São Paulo é o seu *boom* de verticalização. Nesse sentido, é destacado o rápido crescimento do número de edifícios na cidade que, por vezes, acarreta problemas, como de saneamento básico, precisamente devido à precariedade na rede de esgotos para atender esse volume de moradias, como foi apontado por Aroldo de AZEVEDO (1958, Volume I) e já abordado no presente trabalho.

Ernani BRUNO (1954) é um dos autores que ressaltam o vertiginoso aumento no número de edifícios na cidade de São Paulo, destacando que esse é o traço mais característico no centro da cidade (p. 1327). Assim, afirma:

A primeira coisa a assinalar no capítulo da casa, na cidade de São Paulo, a partir da época da Primeira Guerra até os dias de hoje é a sua multiplicação mais extensa [...] acusando mesmo índices raramente atingidos em qualquer parte do mundo. A cidade, que contava menos de sessenta mil edificações em 1918-1919, estava com quase cem mil em 1928, com mais de 230 mil nas zonas urbana e suburbana em 1944, e seguramente agora com mais de 300 mil (BRUNO, 1954, p. 1320-1323).

A conurbação também é uma característica apontada na paisagem da metrópole regional São Paulo dos anos 1950-1960. Assim PETRONE (1958) afirma que, em período anterior, a cidade crescia e alcançava bairros periféricos, como foram no passado Penha, Freguesia do Ó, Lapa e Pinheiros, por exemplo (p. 109).

Contudo, nos anos 1950, estava a ocorrer um fenômeno de dimensões maiores, já que cidades do entorno como Santo André, São Caetano do Sul, Santo Amaro e Osasco, graças ao desenvolvimento industrial, também cresciam em um ritmo comparável ao da metrópole paulistana, embora em menores proporções. PETRONE (1958) denomina conurbação ou conurbanização esse processo de crescimento das cidades do entorno em direção à metrópole de São Paulo que, por sua vez, também crescia em direção a estas cidades do entorno. Assim, na década de 1950, a conurbação estava em pleno processo de formação.

Nos casos citados foi a cidade que chegou até eles [os então bairros periféricos, como Lapa], envolvendo-os em sua trama. No momento atual, porém, o que se presencia é algo de diferente e de proporções muito maiores: trata-se de verdadeiros exemplos daquilo que os geógrafos franceses vêm designando pelo nome de *conurbação* ou, talvez melhor, *conurbanização*. Na verdade, em torno da cidade de São Paulo e no presente século, desenvolveram-se extraordinariamente alguns novos aglomerados urbanos, como Santo André, São Caetano do Sul, Santo Amaro e Osasco [...] Graças notadamente ao desenvolvimento industrial, tais núcleos puseram-se a crescer nos últimos anos [...] suas áreas urbanizadas passaram a expandir-se em direção à cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que esta avançava na direção daquelas. Hoje, praticamente, já se encontraram essas “frentes” expansionistas [...] (PETRONE, 1958, Volume II, p. 109).

Destaca-se a observação do autor sobre Santo André e São Bernardo do Campo ao dizer que a conurbação estava em vias de se realizar entre esses dois municípios; como também sua análise sobre a concretização da Grande São Paulo. Nesse sentido, PETRONE (1958) observa, tendo em vista o processo de conurbação, que

[...] extensas áreas rurais ou semi-rurais muitas vezes desocupadas, existentes de permeio, foram sendo pouco a pouco urbanizadas e os “vazios” de outrora deixaram de existir, em muitos casos. Por essa forma, trechos já pertencentes ao município de São Paulo e outros integrantes de municípios vizinhos (como é o caso de São Caetano do Sul e Santo André) passaram a integrar o enorme aglomerado paulistano, que prevaleceu por ser maior e por dispor de uma pluralidade funcional não conhecida em seus vizinhos. E o “Grande São Paulo”, mais do que antes, concretizou-se (PETRONE, 1958, Volume II, p. 110).

E, ainda, sobre a formação da Grande São Paulo, é interessante ressaltar a comparação que PETRONE (1958) realiza com as maiores aglomerações urbanas, tais como Nova York, Londres, Paris, Berlim, Moscou e Tóquio, ao dizer que a formação e o fortalecimento da Grande São Paulo segue o exemplo dessas grandes aglomerações urbanas, por meio da expansão industrial.

Desse modo torna-se nítido que, no período abordado, a urbanização intensificou-se na metrópole paulistana, muito induzida, principalmente, por seu desenvolvimento industrial e fortalecimento de sua função comercial. Sua influência tanto econômica quanto cultural se fez cada vez mais presente no próprio estado de São Paulo, como também em outras áreas do país, tornando a metrópole de São Paulo, uma metrópole regional.

Quanto à urbanização, cabe um parêntese. Olavo BAPTISTA FILHO (1968) chama a atenção para a urbanização crescente que tende a se intensificar no Estado de São Paulo, alcançando cerca de 63% da população do estado (p. 53). Contudo, salienta, que os critérios oficiais para a definição da população urbana, apresentam deficiências. Dessa forma é necessário ter cautela com os dados oficiais. De qualquer modo, a metrópole de São Paulo dos anos 1950-1960 apresenta-se em franco processo de urbanização por vários fatores enumerados, tais como: crescimento da Capital e dos municípios de seu entorno, provocando fenômenos como a conurbação e a formação/consolidação da Grande São Paulo, vertiginosa verticalização, crescente trânsito, entre outros.

Em 1960, cerca de 63% da população paulista era considerada urbana face aos critérios de classificação de residência estabelecidos pela lei brasileira. Será necessário dizer que tais critérios não apresentam razões técnicas nem respeitam a organização socioeconômica. Esta é a razão de não poder

o demógrafo em sua consciência, reconhecer na totalidade da chamada população urbana, as características que universalmente a definem (BAPTISTA FILHO, 1968, p. 53).

Por fim, não se poderia deixar de citar uma brilhante síntese das transformações ocorridas na metrópole nos últimos anos realizada por Aroldo de AZEVEDO (1961), caracterizando a metrópole regional São Paulo. Assim, o autor observa o crescimento populacional da cidade, a ampliação de seu centro, o desenvolvimento de novos bairros e a decadência de outros, como mudanças nos meios de transporte e na infra-estrutura ao comentar sobre a iluminação pública. Destaca-se que a Avenida Paulista, nesse período, destinava-se prioritariamente à moradia, estando em franco processo de verticalização.

Fortalecida por essa industrialização, robustecida em sua função comercial pelo incessante progresso econômico do Estado, tendo assegurado em definitivo sua posição de maior centro cultural do país, a Capital paulista passou a orgulhar-se por ser uma das cidades que mais crescem no mundo. Com 580.000 habitantes em 1920, pulou para mais de 1 milhão em 1934, para 2.200.000 em 1950, sempre no segundo lugar, que assegurou a partir de 1900, até que, exatamente no ano de seu quarto centenário, tornou-se trilionária e assumiu a vanguarda das cidades brasileiras. Deixou de ser uma “cidades dos italianos” para se transformar numa grande encruzilhada do Brasil e do Mundo: a segunda cidade mineira e baiana do país, um microcosmo contendo mais de 80 nacionalidade diferentes. Deixou de ser a cidade acachapada dos idos de 1920, quando possuía 70% de edifícios térreos, para tornar-se a cidade dos arranha-céus, com uma “sky-line” que se alteia, em impressionante perfil [...] A partir daquela mesma época, foi substituindo aos poucos seus românticos a gás, para iluminar-se com a luz elétrica. Deixou de ser a cidade que se movia pela tração animal, como era na década de 1920 [...] para se transformar na Babel de veículos motorizados, que hoje conhecemos e em que nos confundimos [...] Viu ampliar-se substancialmente sua área central, que passou a possuir dois centros bem distintos – o Velho e o Novo, estendendo seus tentáculos para além do Largo do Arouche. Assistiu à grandeza e à decadência de muitos bairros – Santa Ifigênia, Campos Elísios, Vila Buarque, como às impressionantes mutações, que nossos olhos podem presenciar, ocorridas em Higienópolis e na Av. Paulista, onde as mansões senhoriais da gente enriquecida do café ou pelo comércio e a indústria cedem lugar aos majestosos edifícios de apartamentos. E, sobretudo, viu brotar e expandir-se como cogumelos os aristocráticos bairros-jardins [...] onde a riqueza se exhibe na beleza arquitetônica das residências ajardinadas; da mesma forma que as “vilas” padronizadas, monotonamente iguais, da classe média e modesta, que a onda de loteamentos desregrados fez surgir, notadamente na periferia urbana (AZEVEDO, 1961, p. 43).

5 São Paulo: metrópole americanizada?

Outro aspecto bastante presente na análise dos autores é a respeito das semelhanças da metrópole de São Paulo com outras cidades, especificamente

européias ou norte-americanas. Nesse sentido, Aroldo de AZEVEDO (1958), fazendo menção a Preston James, eminente geógrafo, lembra:

Preston James, além de afirmar que sua transformação [da cidade de São Paulo] em grande cidade apresenta “todos os característicos, bons e maus, de seus protótipos norte-americanos”, compara tal crescimento ao verificado em Chicago e Detroit (AZEVEDO, 1958, Volume I, p. 8).

Pasquale PETRONE (1958) também discorreu sobre o tema, ressaltando a impressionante unanimidade entre os norte-americanos que têm visitado a cidade de São Paulo nos últimos quinze anos, considerando-a muito semelhante a certas cidades dos Estados Unidos, como Chicago, Detroit ou Los Angeles.

Entretanto, existem também opiniões que comparam a cidade de São Paulo com cidades européias, mas outros discordam, considerando a cidade “bem brasileira”, no máximo “uma cidade ítalo-americana”, como declarou Claude Eylan (PETRONE, 1958, Volume II, p. 143).

Interessante destacar um depoimento presente no estudo de PETRONE (1958), referente a São Paulo no segundo quartel do século XX, dado por Wolfgang Harnisch, no qual diz que a cidade é uma metrópole internacional, inclinando-se a considerar a cidade de São Paulo como detentora de características comuns às grandes metrópoles no mundo:

Aqueles que andam pelas ruas, que olham e gritam, compram e vendem – sentem que ali está o centro de uma metrópole moderna, internacional, de uma cidade de comércio e indústria (PETRONE, 1958, Volume II, p. 143).

Desse modo, PETRONE (1958) salienta a grande valia desses depoimentos fornecidos por estrangeiros cultos de diferentes nacionalidades. E termina por concordar com Claude Eylan, destacando que São Paulo

[...] é antes de mais nada uma cidade bem brasileira, na sua fisionomia urbana como no espírito de seus habitantes, embora apresentando características que lhe são inteiramente próprias e asseguram sua originalidade (PETRONE, 1958, Volume II, p. 145).

De modo geral, nos estudos analisados, os autores concordam que São Paulo é uma “cidade americanizada”, identificando como uma importante característica desse tipo de cidade a presença de grande quantidade de edifícios.

Na década seguinte [1940], no entanto, em virtude da crescente valorização dos terrenos, registrou-se a *febre dos arranha-céus*, que acabou por dar ao Centro um de seus característicos mais expressivos e à cidade uma fisionomia norte-americana [...] No meio dessa massa cada vez maior de arranha-céus e como que por eles esmagados, restam ainda alguns testemunhos do *velho São Paulo*, da cidade ainda não americanizada (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 151).

MÜLLER (1958), em seu estudo que analisa a área central da cidade de São Paulo, lembra que a metrópole paulistana costuma ser comparada com alguns centros urbanos dos Estados Unidos, devido ao

[...] formigamento de suas ruas, o deslocamento apressado da massa de pedestres, o movimento ininterrupto de veículos nas vias em que ainda é permitida a sua circulação [...] como se sua gente, sempre atarefada, não tivesse outra preocupação do que aproveitar os minutos que se escoam (MÜLLER, 1958, Volume III, p. 170-171).

MÜLLER (1958) ressalta ainda que a deterioração material gerada pela especulação imobiliária nas áreas centrais, como a existência de uma zona de transição, ambas presentes na cidade de São Paulo, são características das “cidades novas de tipo americano” (Volume III, p. 179).

Por fim, cabe destacar a análise de Pasquale PETRONE (1968) num estudo publicado dez anos depois da obra de 1958, no qual aprofunda a análise da década anterior. No trabalho de 1968 observa a influência das cidades paulistas no padrão de desenvolvimento de outras cidades no país.

Desse modo, assevera que as características de grande parte das cidades do estado de São Paulo se filiam às cidades de “tipo americano”, “pela presença dominante de traçados geométricos [...] pela rapidez de seu crescimento [...] pelo movimento de suas vias centrais, agitação de suas estações ferroviárias [...]” (PETRONE, 1968, p. 277). Contudo, já é possível identificar uma cidade de “tipo paulista” (p. 278), presente não apenas no estado de São Paulo, mas também em várias partes do país, notadamente dentro do binômio São Paulo – Santos.

Novas em sua maioria, frutos de rápidos processos de povoamento, relacionadas com surtos econômicos não raro caracterizados pela fugacidade de seus significados, edificadas com um pano de fundo de desenfreada especulação imobiliária, freqüentemente dentro de um mecanismo de zona pioneira, constituem, antes de mais nada, formidáveis empreendimentos econômicos. Sob esse aspecto há uma *cidade de tipo paulista* possível de distinguir em meio à realidade urbana brasileira (PETRONE, 1968, p. 278).

6 Aspectos demográficos da metrópole de São Paulo

Uma das expressões recorrentes nos estudos de 1958 é “cidade trimilionária” (AZEVEDO, 1958; RADESCA, 1958; ARAÚJO FILHO, 1958), referindo-se aos três milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Contudo, ARAÚJO FILHO (1958) destaca que, de acordo com o Censo de 1950, o município de São Paulo tinha 2.198.096 habitantes e a Grande São Paulo “(o município e mais os vizinhos a que

se encontra ligado estreitamente)” (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 167), 2.563.215 habitantes.

Mas segundo “os estudos demográficos realizados no Departamento Estadual de Estatística pelo Prof. João Carlos de Almeida chegou-se à conclusão de que, ao findar-se o ano de 1954, a *população municipal* podia ser calculada em 2.817.600 habitantes” (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 167). Daí, o adjetivo “cidade trimilionária”, adotado por diversos autores do estudo de 1958.

Assim, ARAÚJO FILHO (1958) destaca que a população de São Paulo aumentou mais de dez vezes somente no século XX, atribuindo esse crescimento principalmente ao surto industrial. Crescimento esse, de acordo com o autor, que não conseguiu ser acompanhado pela então Capital Federal do país, o Rio de Janeiro.

[...] a cidade de São Paulo alinha-se, sem a menor dúvida, entre as cidades do mundo que mais rapidamente cresceram, quer no ponto de vista da área urbana, quer no que concerne à população. Tal crescimento extraordinário é fruto do século XX, embora se houvesse esboçado na derradeira década do século XIX, devendo-se principalmente ao *surto industrial* registrado exatamente em nossa centúria [...] Como de início tivemos oportunidade de acentuar, pode-se hoje afirmar que, com sua área municipal, a cidade de São Paulo já alcançou a cifra de 3 000 000 habitantes, o que a coloca no 1º *lugar* dentro do país, no 3º *lugar* dentro da América Latina (apenas ultrapassada por Buenos Aires e pela Cidade do México) e entre as mais populosas cidades do mundo (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 177-178).

Além do forte desenvolvimento industrial experimentado pela metrópole paulista, ARAÚJO FILHO (1958) ressalta outro fator preponderante para o aumento populacional: o *crescimento vegetativo*.

Nesse sentido, não despreza as migrações, tanto externas quanto internas, mas assevera que, nas correntes imigratórias, geralmente havia preponderância de indivíduos solteiros; logo, esse não seria o único fator para explicar o crescimento demográfico.

Sendo assim, apesar de “uma ligeira tendência à diminuição do índice de natalidade (fenômeno de caráter geral, pelo menos no Mundo Ocidental)” (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 184), no período de 1924-1949, há “uma decisiva tendência à diminuição do índice de mortalidade” [...] (p. 184). Assim:

[...] o crescimento vegetativo teria contribuído com cerca de 40% para o aumento da população paulistana, cabendo os 60% restantes para os contingentes que vieram fixar-se na capital paulista [...] No último quinquênio (1950-1955), tanto o afluxo de indivíduos (nacionais e estrangeiros) como o saldo entre a natalidade e a mortalidade se tornaram

ainda maiores, justificando plenamente os que afirmam ser São Paulo uma cidade trimilionária (ARAÚJO FILHO, Volume II, p. 185-186).

Outra expressão significativamente utilizada nos estudos de 1958 e 1968 a respeito da população paulistana, além de *cidade trimilionária*, é *cidade cosmopolita*. Dessa forma, PETRONE (1958) destaca a migração de estrangeiros, bem como de brasileiros de outros estados ou de outras cidades do próprio estado de São Paulo, para formar essa realidade cosmopolita na cidade.

Mas o autor alerta que houve uma diminuição de estrangeiros na cidade de São Paulo nas décadas de 1940-1950, segundo ele devido às restrições para imigração (tanto para a entrada no país, como para a saída dos países de emigração), como também, a Segunda Guerra Mundial. De todo modo, PETRONE (1958) destaca que, por outro lado, aumentou a migração nacional.

São Paulo continua ser a “cidade cosmopolita”, foco de irresistível atração dos elementos alienígenas fixados no Estado – italianos, ibéricos, japoneses, sírio-libaneses, armênios, húngaros, lituanos, judeus etc., ou de seus descendentes, brasileiros pelo nascimento. Mas, notadamente, centro de convergência de brasileiros de outros Estados e do próprio território paulista, atraídos pela miragem da metrópole movimentada e dinâmica [...] Em 1920, existiam no Estado 829 851 estrangeiros, dos quais 93% eram europeus e 5% asiáticos [...] Em 1950, não existiam mais de 627 433 estrangeiros em território paulista [...] Em compensação, porém, aumentaram sempre as entradas de imigrantes nacionais (PETRONE, 1958, Volume II, p. 146-147).

ARAÚJO FILHO (1958) também destaca essa mudança no contingente populacional da cidade de São Paulo. Diz que na primeira década do século XX, havia um elevado número de estrangeiros na cidade, notadamente italianos. Em 1920, mais de 1/3 da população era constituída de estrangeiros. “Tal fase refletia, na população paulistana, o período áureo da imigração” (ARAÚJO FILHO, 1958 Volume II, p. 189-190). Mas a situação na década de 1950 era significativamente diferente, com mais de 85% da população paulistana, nascida no próprio estado de São Paulo.

Todavia, bem outra é a situação atual [...] mais de 85% da população paulistana, em 1950, haviam nascido em terras brasileiras, contra menos de 15% nascidos em terras estranhas, dos quais 13,7% conservavam sua condição de estrangeiros [...] Do total de brasileiros natos, por sua vez, mais de 85% haviam nascido no próprio Estado de São Paulo (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 189-191).

De qualquer modo, ARAÚJO FILHO (1958) assevera que a cidade de São Paulo, do ponto de vista etnográfico, se constituía em uma “pequenina Babel” (p. 192), pois, de acordo com estatísticas de 1955, foram constatadas 83 nacionalidades diferentes na metrópole. Sendo que a maior parte da população

estrangeira presente na Capital (80%, segundo o autor), provinha da Europa. Entre os estrangeiros não-europeus, os japoneses se destacavam devido ao quantitativo.

[...] continuando o grupo de povos *atlanto-mediterrâneos* a ocupar um lugar de excepcional destaque [...] seguem-se-lhes em importância decrescente os *germânicos*, os *eslavos*, os *leto-lituanos* e os chamados *greco-ilírios* (romenos e gregos) [...] Entre os estrangeiros não-europeus, destacam-se, por sua importância numérica, em 1955: japoneses, norte-americanos, argentinos, libaneses, sírios, armênios, israelenses e palestinos (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 192-193).

Outro aspecto interessante a se sublinhar quanto à população paulistana no período de 1950, refere-se à sua faixa etária. Assim, ARAÚJO FILHO (1958) ressalta que em 1950 cerca de 40% da população paulistana tinha menos de 20 anos, e 49% entre 21 e 49 anos. Portanto, uma “cidade em *plena mocidade*, a caminho da maturidade” (Volume II, p. 213).

Quanto às atividades profissionais, o Censo de 1950, de acordo com ARAÚJO FILHO (1958, Volume II, p. 219), verificou 1.754.827 habitantes maiores de 10 anos de idade, distribuídos pelas mais diferentes atividades profissionais. Grande parte dessa população, 40% do total, exercia atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes. Todavia, como destaca ARAÚJO FILHO (1958), “as demais atividades definem bem melhor essa faceta da vida municipal” (Volume II, p. 219).

Dessa forma, o segundo grupo a se destacar são dos trabalhadores das indústrias de transformação com mais de 24% do total, mostrando “a função industrial que marca tão bem a Capital paulista” (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 222). Segue-se, com menor destaque, sucessivamente, prestação de serviços, comércio de mercadorias, inativos, transportes e comunicações, atividades sociais, administração pública, defesa nacional e segurança pública, agricultura e pecuária, profissões liberais e as indústrias extrativas (p. 220). Nesse sentido, o autor salienta que são as funções *industrial* e *comercial* que comandam a economia da metrópole paulistana, destacando a interligação dessas funções com os transportes e as comunicações.

O autor ainda ressalva que a vida agrícola paulistana é modesta.

Percebe-se, sem demora, a preponderância da *função industrial* e da *função comercial* que, ligadas à referente aos *transportes* e *comunicações*, davam trabalho, em 1950, a 626 975 habitantes, isto é, quase 1/3 da população maior de 10 anos de idade – numa demonstração matemática daquilo que todos sentimos: São Paulo é um dos grandes centros econômicos do país e do continente sul-americano (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 220).

Por fim, salienta-se a observação presente no trecho acima, ao dizer que a metrópole de São Paulo “é um dos grandes centros econômicos do país e do continente sul-americano” (ARAÚJO FILHO, 1958, Volume II, p. 220). Desse modo, não foi observada em nenhum trabalho analisado do período 1950-1960, a expressão “metrópole nacional” para São Paulo. Contudo, já é possível verificar análises que se encaminham para tal definição, como a presente em ARAÚJO FILHO (1958).

7 Algumas considerações

Pode-se dizer, como se verificou no decorrer desse capítulo, que a metrópole dos anos 1950-1960 apresenta-se fortemente “industrial”, sendo essa atividade econômica a grande responsável por seu crescimento no período citado.

Já a metrópole de São Paulo dos anos 1990-2000, não tem mais a atividade industrial propriamente dita (produção) como sua grande fonte de crescimento e, sim, atividades do denominado setor terciário avançado ou quaternário, ou seja, atividades de informação, gestão etc.

Na cidade de São Paulo o que vem ocorrendo é um processo de desindustrialização relativa que a faz desenvolver novas funções urbanas, notadamente as de serviços superiores, a faz se firmar, sobretudo, como um centro de negócios. Aí reside o coração e a alma de São Paulo com seus múltiplos centros de serviços avançados, de informação, de gestão, de coordenação e de controle do capital que conformam **territórios globalizados**, a exemplo das avenidas Paulista e Berrini (LENCIONI, 2003, p. 40-41).

Percebe-se, então, que a “força motriz” que engendra os fenômenos contemporâneos são qualitativamente diferentes do período retratado nesse segundo capítulo. Nesse sentido, Sandra LENCIONI (1998) destaca que:

Considerando-se as 774 indústrias com cisão territorial, em que o gerenciamento ou a produção se situam no Estado de São Paulo, 637, ou seja, 83,3% têm o gerenciamento localizado na cidade de São Paulo. *Esse dado indica que a metrópole de São Paulo exerce com primazia sua função de centro gestor do capital industrial* (LENCIONI, 1998, p. 37, *grifo meu*).

Logo, nos anos 1950-1960 São Paulo é denominada “metrópole industrial” pelos autores da época, como Dirceu MATTOS (1958). Já nos anos 1990-2000, a metrópole recebe outras denominações pelos estudiosos, como “metrópole financeira” (LEMOS, 2004), “metrópole informacional” (SANTOS, 1994), “cidade mundial” (ALVES, 2005). Dessa forma, como Milton SANTOS (1994) destacou ao analisar as etapas de mundialização de São Paulo:

São Paulo conhece, na verdade, a sua terceira etapa de mundialização. A primeira, baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos 60, *ao passo que a fase atual, baseada nas anteriores, é a da metrópole global*, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal do seu domínio [...] São Paulo é a *metrópole informacional* do mercado, cujo domínio quaternário se baseia na força industrial adquirida desde o período anterior (SANTOS, 1994, p. 43-44, *grifo meu*).

Assim, a força industrial da metrópole de São Paulo se faz presente na contemporaneidade, notadamente por meio do gerenciamento da produção (LENCIONI, 1998), e não pela produção propriamente dita. Como também pelo mercado financeiro (LEMOS, 2004) que, por sua vez, tem como um de seus meios de realização o mercado imobiliário (CARLOS, 2004). São os *fluxos* comandando a economia contemporânea da metrópole. Como Milton Santos destaca:

Estamos, agora, diante do fenômeno da “metrópole transacional”. Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial. *O dado organizacional e o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos da matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano* (SANTOS, 1994, p. 41, *grifo meu*).

Já no estudo datado de 1958, Dirceu Lino de Mattos lembra que “São Paulo, ‘a cidade que mais cresce no mundo’, de longa data vem sendo considerada ‘o maior centro industrial da América Latina’” (MATTOS, 1958, Volume III, p. 5). Ou como Pasquale PETRONE (1958, Volume II, p. 159) destacou: “Nas 20 000 fábricas paulistanas, trabalham 440 000 operários, o que significa que, em cada grupo de 7 habitantes, um é operário”. Dessa forma, torna-se nítida a “metrópole industrial” do período.

Contudo se observou que nem tudo são “mudanças radicais” na metrópole dos anos 1950-1960 para os anos 1990-2000. Alguns fenômenos prosseguem, muitas vezes de forma acentuada e expandida, como o trânsito ou mesmo a primazia da metrópole que, segundo autores dos anos 1950 (AZEVEDO, 1958; PETRONE, 1958), era regional.

Nesse sentido, é importante esclarecer que não se observou o uso explícito do termo “metrópole nacional” para São Paulo. Porém, algumas análises como de ARAÚJO FILHO (1958), já se referiam a tal fenômeno, mesmo sem utilizar o conceito “metrópole nacional”. Assim, o autor asseverou que a metrópole paulistana era o centro econômico do país e do continente sul-americano (Volume II, p. 220).

CAPÍTULO 3

Interpretação das teorias de cidade mundial, cidade global e cidade pós-moderna referentes a São Paulo

No primeiro tópico desse capítulo, procurou-se investigar alguns trabalhos da *literatura internacional* que tratam da relação entre São Paulo e a teoria da cidade mundial/global. Destaca-se que não foi observado qualquer estudo, em âmbito internacional, que versasse especificamente sobre São Paulo e a teoria da “cidade pós-moderna”. Inclusive, como se verificará, mesmo no âmbito nacional, apenas dois estudos trabalham com o conceito de “cidade pós-moderna”, tratando-a como uma forma de planejamento urbano. Nesse sentido, numa perspectiva um pouco diferente da adotada por autores estrangeiros como SOJA (1996) ou mesmo AMENDOLA (2000), como se observou no primeiro capítulo.

SOJA (1996) trata a cidade pós-moderna como um conjunto de mudanças sociais, econômicas e culturais decorrente do processo de reestruturação capitalista, iniciado a partir dos anos 1970. Dessa forma, afirma que, em certo sentido, todas as cidades são “pós-modernas”, já que estão no mesmo momento histórico (“pós-moderno”). Já AMENDOLA (2000) trata do conceito de cidade pós-moderna relacionado, prioritariamente, com as mudanças culturais. Contudo, em alguns momentos de sua análise, AMENDOLA (2000) se refere à construção da cidade “dos sonhos”, de acordo com o imaginário das pessoas a respeito de como deveria ser a cidade real. Assim, há um *simulacro* de cidade, a qual deverá ser “consumida” como um espetáculo.

Essa perspectiva, por sua vez, se aproxima do conceito de “cidade mercadoria” (CARLOS, 2001) e, também, do “planejamento estratégico” que será discutido adiante. Dessa forma, mesmo quando AMENDOLA (2000) aborda aspectos “culturais” da cidade, em certo sentido, também está se referindo a “cidade mercadoria”, pois:

[...] hoje em dia a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o investimento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio (ARANTES, 2000, p. 48).

No segundo tópico desse capítulo, trata-se da literatura nacional que analisa as teorias de cidade mundial/global e cidade pós-moderna tendo em vista a cidade de São Paulo. O terceiro tópico trata de algumas obras nacionais que abordam, pontualmente, as teorias em questão. E o quarto (e último) tópico apresenta algumas considerações.

De forma geral, buscou-se analisar e refletir acerca do posicionamento dos autores no que concerne às teorias em questão e a cidade de São Paulo, considerando o desenvolvimento da investigação realizada.

Desse modo, esses autores, nacionais ou estrangeiros, ao tratar das teorias da cidade mundial/global e cidade pós-moderna, muitas vezes, enfocaram diferentes aspectos da realidade urbana. Nesse sentido, a interpretação das teorias da cidade mundial/global e cidade pós-moderna são, em primeira e última instância, um esforço de compreensão da cidade contemporânea, especialmente da metrópole de São Paulo.

1 Literatura internacional que aborda São Paulo e as teorias da cidade mundial/global

John FRIEDMANN (1995a), em estudo intitulado “*The world city hypothesis*,” datado de 1986³, trabalha com um conjunto de variáveis para tentar definir e localizar o fenômeno da cidade mundial/global.

O autor afirma que, na década de 1970, Manuel Castells e David Harvey revolucionaram os estudos urbanos, ao relacionar o amplo processo de formação das cidades ao movimento histórico do capitalismo industrial. Antes, FRIEDMANN (1995a) ressalta, os estudos sobre urbanização eram interpretados na perspectiva da ecologia social, no qual as forças da natureza governavam as dinâmicas populacionais e o espaço.

Mas destaca que no início dos anos 1980 os estudos sobre a cidade vinculam-se à economia mundial. Enfocando, assim, as novas direções dos processos de mudança urbana, como também oferecendo novos elementos para se analisar economias que ultrapassam os limites nacionais. Nesse contexto, o autor

³ Esse trabalho de J. FRIEDMANN (1986) foi republicado algumas vezes. Está a se utilizar uma nova publicação, na íntegra e sem modificações desse seu trabalho, presente no livro “*The urban sociology reader*”, de 1995.

esclarece que seu trabalho tenta estabelecer uma estrutura de pesquisa, como também um ponto de partida para uma investigação política; não uma teoria de generalização universal. Assim, afirma:

Desejamos, de fato, encontrar diferenças significativas entre as cidades que se tornaram 'pontos-base' do capital global. Espera-se que as cidades se diferenciem entre elas próprias de acordo não somente com o seu modo de integração na economia global, mas também considerando seu próprio passado histórico, políticas nacionais e influências culturais. A variável econômica, contudo, é provavelmente decisiva para uma tentativa de explicação completa (FRIEDMANN, 1995a, p. 224).

No fragmento acima, cabe destacar sua afirmação sobre a economia como fator decisivo na explicação dos fenômenos. Salienta-se que é um posicionamento discutível, tendo recebido algumas críticas como as realizadas por KING (1991). Este ressaltou que a variável econômica pode realmente ser a mais indicada para a investigação se o aspecto conceitual for a economia mundial. Contudo, se o ponto de partida for a cultura mundial, outras variáveis podem ser mais decisivas (KING, 1991, p. 32).

O autor assevera que seu estudo é sobre a organização espacial da nova divisão internacional do trabalho. Assim, afirma haver uma relação contraditória entre a produção da administração da economia global e a “*determinação política de interesse territorial*” (FRIEDMANN, 1995a, p. 224). Nesse sentido, destaca que elaborou sete teses que auxiliam na compreensão dessas lutas nas cidades globais⁴, tendo em vista, que:

Embora não se possa prever o resultado dessa luta [global e local], sugere-se as origens comuns no sistema global das relações de mercado. São sete teses, todas inter-relacionadas (FRIEDMANN, 1995a, p. 224).

Assim, abaixo seguem as teses sobre as cidades mundiais/globais. Essas teses correspondem a aspectos que merecem investigação na perspectiva de se identificar e compreender as cidades mundiais/globais. Resumidamente:

Primeira tese – 1) A forma e a extensão da integração da cidade com a economia mundial e as novas funções fixadas na nova divisão espacial do trabalho serão decisiva em qualquer mudança estrutural que ocorrer dentro dela. Contudo, ressalta que essas influências “exógenas” são modificadas pelas condições “endógenas”, ou seja, é preciso considerar:

⁴ O autor utiliza o termo *cidade global* em alguns momentos de seu trabalho (lembrando que o estudo é de 1986). Entretanto, a expressão *cidade global* alcança maior difusão no meio acadêmico apenas com o trabalho de Saskia SASSEN (1991).

[...] primeiro, os *padrões espaciais de acumulação histórica*, segundo, *políticas nacionais* [...] terceiro, certamente *condições sociais*, tal como *apartheid* na África do Sul, que exerce uma maior influência na estrutura e processo urbano (FRIEDMANN, 1995a, p. 225).

Segunda tese – 2) Cidades-chave por todo o mundo são usadas como “pontos-base” na organização espacial e articulação da produção e mercados. O resultado gera uma relação entre as cidades, que possibilita um arranjo das cidades mundiais numa complexa hierarquia. Assim, o autor elabora uma lista com a hierarquia das cidades mundiais. Assevera que todas as cidades mundiais primárias estão localizadas nos países centrais, porém com duas exceções: São Paulo, que articula a economia brasileira e de outros países da América Latina; e Cingapura, que apresenta a mesma função para vários países do Sudeste Asiático.

Assevera que as cidades européias são difíceis de classificar por serem pequenas e oferecer funções especializadas. E acrescenta que em cada cidade primária, tanto dos países centrais como da semiperiferia do capitalismo, há cidades secundárias que tendem a ter todas as atividades das cidades primárias, mas em menor grau.

Dessa forma, a lista de cidades mundiais do autor apresenta as seguintes cidades primárias dos países centrais do capitalismo: Londres, Paris, Roterdã, Frankfurt, Zurique, Nova York, Chicago, Los Angeles e Tóquio. Já no grupo das cidades primárias dos países semiperiféricos, tem-se apenas duas: São Paulo e Cingapura. Rio de Janeiro consta como cidade secundária.

Para elaborar essa lista, o autor considerou os seguintes dados: maiores centros financeiros; sedes das Empresas Transnacionais, incluindo as sedes regionais; instituições internacionais; rápido crescimento do setor de serviços referentes aos negócios; importante centro de manufatura; maiores nódulos no transporte; e tamanho da população.

É pertinente destacar que o autor ainda mapeou as relações entre as cidades, as quais formam uma rede. É possível verificar que São Paulo, de acordo com o estudo, estabelece contato direto com Buenos Aires, Tóquio, Londres, Cidade do México e Nova York.

Mas, retornando às teses que sugerem perspectivas para a compreensão das cidades mundiais/globais na sua ligação com a economia mundial e com seu contexto interno, bem como suas características, ainda há:

3) As funções de controle das cidades mundiais se refletem diretamente na estrutura e dinâmica de seus setores produtivos e do emprego.

4) Cidades mundiais são os maiores locais na concentração e acumulação do capital internacional.

5) Cidades mundiais são pontos destinados a um grande número de migrantes domésticos e internacionais.

6) A formação da cidade mundial traz para o foco as maiores contradições do capitalismo industrial, entre elas a polarização espacial e de classe.

7) Por fim, o crescimento das cidades mundiais gera custos sociais que tendem a exceder a capacidade fiscal do Estado.

John FRIEDMANN (1995b) em outro trabalho denominado “*Where we stand: a decade of world city research*”, faz referências ao seu estudo de 1986, que foi destacado acima (como também no primeiro capítulo), elaborando uma nova lista da hierarquia das cidades mundiais/globais.

Assim, mantém seu pensamento a respeito das cidades mundiais/globais (o autor utiliza os dois termos – *mundial* e *global* – indistintivamente). Considera que estas são cidades que articulam largamente economias regional, nacional e internacional. São centros pelos quais circulam significativos fluxos de dinheiro, trabalho, informação etc. Logo, estendem seu domínio desde o entorno até a articulação com a economia global ou, como o autor denomina, com o “*espaço global de acumulação*” (FRIEDMANN, 1995b, p. 22). Nesse sentido, assevera que são espaços que servem aos propósitos da acumulação do capital em escala mundial. Também destaca o domínio cultural da cidade mundial que, de acordo com ele, só poderia ser cosmopolita.

Afirma que essas cidades mundiais/globais podem ser organizadas dentro de uma hierarquia de articulações espaciais. Para tanto, o autor analisa principalmente o poder econômico de comando dessas cidades, assim como fez em seu estudo de 1986. Porém dessa vez assevera que utilizar essa variável é uma maneira “aproximada” de se conseguir essa hierarquia. Dessa forma, indicando a parcialidade do critério. Nesse sentido, observe o que nota sobre a economia das cidades mundiais/globais:

Relações hierárquicas são essencialmente relações de poder e competição, sempre intenso entre cidades. Não apenas as cidades mundiais estão constantemente engajadas num ato de equilíbrio para ajustar suas economias para os processos de ‘destruição criativa’, que é endêmico do capitalismo industrial, mas elas próprias são implacavelmente dirigidas pela

competição, lutando pela captura de mais funções de comando e controle que constitui muito sua essência (FRIEDMANN, 1995b, p. 23).

Desse modo, o autor ressalta a competição entre as cidades, aspecto também enfatizado por HALL (1998). Daí a “necessidade” de se construir uma “cidade competitiva”, leia-se, uma cidade com infra-estrutura e outros mecanismos (como desregulamentação do mercado financeiro) para atender as funções da atual divisão internacional do trabalho.

Assim, em sua tabela denominada “*Articulações espaciais: 30 cidades mundiais*”, apresenta quatro níveis de cidades mundiais/globais, nessa ordem: 1) articulações financeiras globais; 2) articulações multinacionais; 3) importantes articulações nacionais; 4) articulações sub-nacionais/regionais. No topo da hierarquia estão as já conhecidas cidades mundiais/globais, as quais são articuladoras financeiras globais: Londres, que o autor ressalta também exercer uma articulação nacional; Nova York; e Tóquio, com uma articulação multinacional com o Sudeste Asiático. São Paulo se encontra no terceiro nível, entre as denominadas “*importantes articulações nacionais*”, juntamente com Paris, Zurique, Madri, Cidade do México, Seul e Sydney.

O autor destaca que houve mudança na ordem das cidades, como é o caso do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Afirma que essas cidades perderam seu estatuto de cidades mundiais/globais, porque não conseguiram manter e atrair atividades importantes. Nesse sentido, tem-se a dissertação de IGLECIAS (1999), a qual apresenta alguns dados que corroboram com a pesquisa de FRIEDMANN (1995b) ao mostrar que o Rio de Janeiro realmente perdeu sua força econômica nas últimas décadas, o que, por outro lado, consolidou a primazia nacional de São Paulo. Confira o que FRIEDMANN (1995b) afirma:

Ambas as cidades [Rio de Janeiro e Buenos Aires] perderam seu potencial significativo de cidades mundiais dentro dos últimos poucos anos, deixando São Paulo como o principal centro da costa leste da América do Sul. O Rio não foi capaz de capturar as principais sedes e instituições financeiras necessárias para manter as principais funções da vida econômica brasileira [...] São Paulo, é claro, continua no jogo das funções como principal ‘articuladora’ da economia brasileira dentro do sistema global (FRIEDMANN, 1995b, p. 38).

FRIEDMANN (1995b) ressalta que existem economias que articulam amplamente suas economias nacionais no sistema mundial, como é o caso de Paris, Madri e São Paulo, sendo que outras tem um papel de comando multinacional, como

Cingapura e Miami. E há ainda cidades que articulam uma importante economia sub-nacional ou regional, tal como Chicago e Hong Kong.

Uma consideração que o autor faz a respeito de São Paulo e do Brasil merece destaque. Ao analisar a segregação técnica que é gerada na globalização, constituindo-se no outro lado dos “*espaços globais de acumulação*” e gerando, segundo o autor, possivelmente uma “sub-classe global”, diz que São Paulo e a influente classe metropolitana do Brasil não exige dos “desempossados” (FRIEDMANN, 1995b, p. 41) pobres do país que sejam produtores e consumidores. Confira:

Nesse sentido, argumento, que mais de 50 por cento da população brasileira é economicamente irrelevante e, pior, constitui um buraco na economia (assistência social, polícia, prisões). Mas ainda a ordem civil está sendo preservada no Brasil (FRIEDMANN, 1995b, p. 41).

Contudo, é importante ponderar que para a perpetuação do sistema capitalista é necessário haver uma “balança desequilibrada” nas diversas escalas territoriais (global, nacional, regional e local), simplificando: minoria “rica” e maioria “pobre”; característica essa que normalmente se agudiza em países subdesenvolvidos. Portanto, considerando apenas esse dado, os “pobres” já não seriam irrelevantes. Entretanto, é mais do que isso.

Numa sociedade em que o consumo é altamente incentivado, os pobres buscam formas de participar desse consumo. Assim, principalmente nos países subdesenvolvidos, há o circuito inferior e o circuito superior marginal que se direcionam, prioritariamente, para o suprimento das necessidades de consumo dos menos favorecidos. Logo, estes últimos exercem um peso significativo no dinamismo da economia. Confira:

[...] o circuito inferior é o domínio da produção exigida por um consumo que não pode ser respondido no circuito superior [...] Já o circuito superior marginal trabalha segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, mas é, em grande parte, resposta às necessidades de consumo localmente induzidas, o que o aproxima do circuito inferior [...] Nesse mecanismo, *o papel da pobreza urbana é, em última análise, um dado de peso*. As camadas sociais com mais baixa renda, pelas suas exigências de consumo e pela sua própria situação no espaço urbano, justificam o funcionamento de circuitos de distribuição não completamente oligopolizados ou modernizados (SANTOS, 1994, p. 96-97, *grifo meu*).

E, ainda, observe o que SILVEIRA (2004) afirma sobre o tema:

[...] a maior parcela da sociedade busca as formas de não ser excluída desse consumo e, ao abrigo desse processo, certa produção não-hegemônica se fortalece. Um circuito inferior e um circuito superior marginal remanescentes da economia urbana ganham, nos dias de hoje, um maior desenvolvimento (SILVEIRA, 2004, p. 66).

Por fim, cabe destacar o que FRIEDMANN (1995b) nota sobre o conceito de cidade mundial/global: que o valor do conceito está justamente em sintetizar pesquisas diversas numa meta-narrativa. Observe:

A beleza do paradigma de cidade mundial é sua habilidade para sintetizar, o que de outra maneira estaria em pesquisas diversas e divergentes – acerca do mercado de trabalho, tecnologia da informação, migração internacional, estudos culturais, processos de construção da cidade, localização industrial, formação de classe social, desemprego massivo, e políticas urbanas – dentro de uma única meta-narrativa (FRIEDMANN, 1995b, p. 43).

Veja-se agora o trabalho de Saskia SASSEN (1998) – denominado “*As cidades na economia mundial*” (original em inglês é datado de 1994) –, o qual foi abordado no primeiro capítulo dessa dissertação. Este, vale lembrar, trata da importância das cidades na economia mundial, tendo em vista as transformações ocorridas nas duas últimas décadas. Assim, as cidades seriam locais privilegiados no atual processo de acumulação capitalista, já que abrigam atividades de controle e coordenação. Nesse sentido, se faz presente uma das teses fundamentais da autora nesse trabalho, hoje largamente comprovada, de que ao lado da dispersão da produção, há uma concentração do controle. Controle este que é realizado nas cidades. Daí o papel fundamental das cidades na economia mundial atual. Nesse sentido, as cidades globais

[...] são os lugares-chave para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as matrizes das empresas, sobretudo daquelas que operam em mais de um país. O crescimento do investimento e do comércio internacional e a necessidade de financiar e prestar serviços a essas atividades impulsionaram o crescimento dessas funções nas grandes cidades (SASSEN, 1998, p. 35).

Portanto, a autora esclarece que as cidades globais, muitas vezes, no passado, desenvolveram atividades de longa duração, sendo centros do comércio mundial e da atividade bancária. Porém SASSEN (1998) assevera que além dessas “antigas funções”, as denominadas cidades globais são:

(1) pontos de comando na organização da economia mundial; (2) lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do atual período, isto é, as finanças e os serviços especializados destinados às empresas; (3) lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Várias cidades também preenchem funções equivalentes em escalas geográficas menores, no que se refere a regiões transnacionais e subnacionais (SASSEN, 1998, p. 16-17).

Já que essa obra de SASSEN (1998) foi tratada em outro momento desse trabalho, agora a análise dever-se-á concentrar no que a autora afirma especificamente a respeito da cidade de São Paulo. Assim, a autora nota que a

geografia dessas novas centralidades, as *ciudades globais*, têm como centros financeiros e comerciais internacionais:

[...] Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Sydney e Hong Kong, e outros mais. Essa geografia inclui, porém, cidades como São Paulo e Cidade do México. A intensidade das transações entre as cidades citadas, sobretudo através dos mercados financeiros, investimentos e fluxos dos serviços, aumentou consideravelmente, assim como a ordem da magnitude desse processo. Ao mesmo tempo, firmou-se uma profunda desigualdade na concentração dos recursos e atividades estratégicas, entre cada uma dessas cidades e outras cidades do mesmo país. [...] São Paulo ganhou imensa força como centro financeiro e comercial em detrimento do Rio de Janeiro, antiga capital e cidade mais importante do país, sobrepujando o antigamente poderoso eixo representado por Rio e Brasília. Esse é um dos significados ou conseqüências da formação de um sistema econômico globalmente integrado (SASSEN, 1998, p. 17).

SASSEN (1998) ressalta que a nova economia urbana, baseada no grande crescimento da globalização da atividade econômica, gera um processo de maior intensificação da prestação de serviços na organização das indústrias. Assim, a autora destaca que as cidades globais, a partir do final dos 1970 (com desenvolvimento mais acentuado nos anos 1980) apresentaram mudanças significativas na estrutura dos setores comerciais e financeiros, *“bem como um profundo aumento da magnitude desses setores e de seu peso na economia urbana”* (SASSEN, 1998, p. 76). Nesse sentido,

[...] a ascendência de um novo complexo voltado para as finanças e o setor de serviços, principalmente no que se refere às finanças internacionais, gera aquilo que pode ser considerado um novo regime econômico. Isso significa que, embora esse setor possa responder por apenas uma fração da economia de uma cidade, ele se impõe à economia mais ampla (SASSEN, 1998, p. 76).

Sendo assim, destaca que há mudanças na morfologia da cidade, devido aos altos lucros do setor internacionalizado e suas atividades ancilares (SASSEN, 1998, p. 77) com a criação não somente de “centralidades corporativas”, voltadas para atender a realização das novas ou intensificadas atividades da economia global, mas também mudanças nas denominadas “amenidades urbanas”, como aumento de hotéis e restaurantes de primeira ordem, substituição de lojas de bairros por “lojas de boutique” etc.

Dessa forma, SASSEN (1998) ressalta que várias cidades de países centrais, desde os anos 1980, começaram a se integrar aos mercados mundiais, apresentando mudanças semelhantes às das cidades dos países semiperiféricos/periféricos, apesar da diferença de magnitude. Nesse sentido, como se verá adiante, sua idéia está em consonância com alguns autores nacionais como

CORDEIRO (1993), a qual destaca que nos anos 1980 ocorreu a consolidação do setor financeiro na direção da economia mundial. Portanto, SASSEN (1998) afirma:

Embora em uma diferente ordem de magnitude, essas tendências [as quais foram destacadas acima, como a mudança nas 'amenidades urbanas'] também se fizeram evidentes, no final da década de 1980, em inúmeras grandes cidades do mundo em desenvolvimento que se integraram a vários mercados mundiais. *São Paulo*, Buenos Aires, Bangcoc, Taipei e Cidade do México são apenas alguns dos exemplos. Nessas cidades o novo centro urbano foi alimentado pela desregulamentação dos mercados financeiros, a ascendência das finanças e dos serviços especializados e a integração ao mercados mundiais. A abertura do mercado de ações para os investidores estrangeiros e a privatização daquelas empresas setoriais, outrora públicas, constituíram um espaço institucional fundamental para essa articulação (SASSEN, 1998, p. 77, *grifo meu*).

Desse modo, no fragmento acima, pode-se perceber que a autora sugere que as cidades citadas e muitas outras são cidades mundiais/globais, mas de uma forma diferente das cidades mundiais/globais dos países centrais. Indica, assim, que são cidades mundiais/globais de diferentes "magnitudes". Outro aspecto relevante no trecho citado acima é o destaque que a autora concede às políticas de privatização e a desregulamentação dos mercados financeiros nesses países semiperiféricos, as quais possibilitaram uma maior atuação do mercado financeiro internacional, tanto nesses territórios quanto em escala mundial. Nesse sentido, observe o que a autora diz a respeito do investimento estrangeiro direto em países latino-americanos:

O crescimento do investimento estrangeiro direto, desde 1991, fortaleceu ainda mais o papel dos grandes centros comerciais latino-americanos, sobretudo a Cidade do México, São Paulo e Buenos Aires [...] a privatização foi um componente essencial para esse crescimento. O investimento estrangeiro direto, via privatização e outros canais, tem sido associado com a desregulamentação dos mercados financeiros e das instituições econômicas fundamentais. Assim [...] aumentou a importância econômica das grandes cidades onde tais instituições estão concentradas (SASSEN, 1998, p. 55).

Como alertou FIORI (1997), no Brasil e em muitos países da América Latina e Ásia, por exemplo, esse processo foi orquestrado a partir do denominado "*Consenso de Washington*", o qual será abordado mais adiante. Resumidamente, foi uma política liderada pelos Estados Unidos para "homogeneizar" o mercado mundial, com o intuito de manter e ampliar sua hegemonia. Logo, é importante observar que políticas dessa magnitude, as denominadas *políticas macroeconômicas*, como as privatizações e desregulamentação dos mercados financeiros, somente podem ser colocadas em práticas por meio da ação do Estado que tem o poder de regular todo o território nacional (CARLOS, 2001). Assim,

Nessa atualização, basta ter claro que a globalização não é um processo completamente apolítico, envolvendo desde os anos 80 pressões

crescentes de governos e organismos multilaterais sobre a condução das economias periféricas. Por isso os ajustes nacionais tampouco são puramente econômicos. *Os estados nacionais têm que optar e decidir como se conectam à nova realidade e isto, como vira FHC [Fernando Henrique Cardoso], também agora passa por uma redefinição das coalizões interna e externa de poder* (FIORI, 1997, p. 16, grifo meu).

Portanto, no fragmento acima é possível perceber que os acontecimentos econômicos precisam das *ações políticas* para se realizar. Nesse sentido, como se observou na análise de FIORI (1997), novos arranjos políticos em escala *internacional e nacional*, como também na escala *local*, são colocados em prática para permitir a atual dinâmica do sistema capitalista.

Cabe destacar que SASSEN (1998) ao analisar o impacto da globalização econômica na América Latina e Caribe, afirma que se pode observar basicamente três impactos sobre as cidades e os sistemas urbanos da região, a depender do caso: desenvolvimento de alguns novos pólos localizados fora das grandes aglomerações urbanas; aumento da importância das aglomerações urbanas primaciais (ou seja, que exercem *primazia*, no contexto de um sistema urbano nacional); e um terceiro caso, o fortalecimento de grandes centros financeiros e comerciais da região, sendo que alguns estreitaram suas ligações com os mercados globais e com os grandes centros de comércio internacional dos países ricos (SASSEN, 1998, p. 56). Certamente é o caso de São Paulo, no que concerne ao aumento de sua importância no território nacional, com a verificável perda do domínio econômico no sistema urbano nacional de outras cidades nacionais como o Rio de Janeiro (IGLECIAS, 1999). Assim, SASSEN (1998) nota sobre o Brasil e São Paulo:

Devido ao peso do valor dos investimentos em empresas privatizadas e de outros investimentos muitas vezes relacionados, que ocorreram no México, Argentina e Brasil, o impacto de vastos fluxos de capital é particularmente sentido nos setores empresariais e financeiros da Cidade do México, Buenos Aires e São Paulo. Vemos nessas cidades o surgimento de condições que reúnem padrões evidentes nas grandes cidades ocidentais: mercados financeiros altamente dinâmicos e setores de serviços especializados; supervalorização do produto, das empresas e dos trabalhadores desses setores; e desvalorização do resto do sistema econômico (SASSEN, 1998, p. 55-56).

Desse modo, embora SASSEN (1998) não tenha realizado um estudo aprofundado sobre a cidade de São Paulo, é possível verificar que a autora aponta a cidade como *“global”*, ou seja, integrando e apresentando características dessas novas *“centralidades”* mundiais, propícias para o desenvolvimento e crescimento da globalização. Contudo, em alguns momentos, assevera que são *“cidades globais”*

que apresentam diferenças em relação às cidades globais dos países centrais, inclusive na magnitude dos fenômenos que as caracterizam. No entanto, a autora não explicita se são cidades globais de segunda ordem, por exemplo. Ela não utiliza nenhuma classificação marcadamente distintiva.

É interessante analisar o que Peter HALL (1998), um dos pioneiros a utilizar, em 1966, o termo *cidade mundial*, afirmou a respeito de São Paulo. Em seu estudo da década de 1960, São Paulo não consta da lista das cidades mundiais. Diferentemente do que CORDEIRO (1993) apontou, ao lembrar que Hall (1966) incluiu São Paulo como a 17ª *cidade mundial* (CORDEIRO, 1993, p. 322). No estudo de 1966 a cidade de São Paulo está em outra lista – “*As áreas metropolitanas mundiais*”, mensurada basicamente pelo tamanho da população. Aí, sim, na 17ª posição.

Ressalta-se que o autor citou a cidade de São Paulo algumas poucas vezes em seu estudo de 1998, contudo considerou-se interessante observar a sua abordagem.

Peter HALL (1998), em “*Globalization and the world cities*”, nota que o seu conceito de cidade mundial/global, elaborado nos anos 1960, ainda se aplica nos dias atuais, embora precise de reformulação. Isso porque, de acordo com o autor, ocorreu o fenômeno da globalização, o que acarretou impacto no sistema urbano, por meio da “informalização da economia”. Assim, a mudança se dá justamente na preponderância da informação na reprodução do capital. Nesse sentido, o autor esclarece:

[...] a progressiva mudança na economia avançada da produção de mercadorias para o manuseio da informação, pelo qual a grande maioria da força de trabalho não se ocupa com a produção material [...] [nesse sentido] com o efeito combinado da globalização e informalização, a produção de serviços tornou-se progressivamente desarticulada da própria produção (HALL, 1998, p. 18).

A análise de HALL (1998) se assemelha com a realizada por CASTELLS (1989; 2006), na medida em que enfatiza o papel fundamental da informação, não somente como subsídio para a realização de outras atividades econômicas, mas como “*material bruto*” no atual processo de reprodução capitalista. Nesse sentido, afirma a progressiva independência da produção de serviços da produção de mercadorias. Outro aspecto que merece relevo no fragmento destacado acima é o fato de o autor notar que a grande maioria dos trabalhadores não se ocupa mais

com a produção material. Isso pode induzir ao raciocínio que a grande maioria da população se ocupa de serviços avançados.

Mas, ao menos nos países semiperiféricos/periféricos do sistema, não parece que esteja a acontecer exatamente isso. O que parece existir é que, progressivamente, a grande maioria da população, muitas vezes por não ter a qualificação necessária, tem dificuldade em conseguir um emprego no mercado formal ou mesmo informal. De qualquer forma, a oferta de empregos nos denominados “serviços avançados” não seria suficiente nos dias atuais para a inclusão dessa população economicamente ativa menos qualificada, mesmo que tivessem qualificação para tanto. Contudo, se essa população, de um modo geral, fosse mais preparada culturalmente, provavelmente aumentariam as suas chances de inserção no mundo do trabalho, ainda que fosse em atividades aquém de suas capacidades. Mas há, claramente, uma política de Estado que, ao invés de agir na estrutura desse problema, apenas realiza, quando muito, ações “eleitoreiras” para a manutenção de seu *status*.

Fato é que se presencia o aumento da exclusão social em um momento histórico em que a pobreza e a riqueza é avistada por todos, seja midiaticamente, por meio principalmente da televisão, ou geograficamente, através dos “enclaves fortificados” (condomínios fechados), favelas, carros de luxo etc. Contudo, a “riqueza” tem um destaque significativo, tendo em vista que se está numa sociedade de consumo. Nesse sentido, as necessidades aumentam para a população em geral. Não basta alimentação. É necessário ter o último modelo de celular. Porém, arrisca-se a dizer que parte considerável da população brasileira, inclusive nas grandes metrópoles, não apresentam condição de custear essas “novas necessidades” (muitas vezes, nem as necessidades básicas). Assim, além do desenvolvimento do circuito inferior e superior marginal na economia, há um terreno fértil para a prática de atividades ilícitas, como o narcotráfico, que permitem “ocupação” para essa população.

Por fim, cabe uma citação de CASTELLS (2006) a respeito da ocupação dos trabalhadores na economia global:

Embora a economia informacional afete o mundo inteiro e, nesse sentido, seja global mesmo, a maior parte das pessoas do planeta não trabalham para a economia informacional/global nem compra seus produtos (CASTELLS, 2006, p. 176).

Peter HALL (1998) nota que a “informatização” da economia acarreta basicamente duas conseqüências urbanas. Primeiro, uma integração do sistema urbano nacional e internacional com a competição entre cidades de diferentes níveis do sistema. E, segundo, impactos internos na atividade e morfologia dentro de cada área metropolitana.

Ao considerar um dos impactos urbanos causados pela informatização da economia, afirma que as cidades tendem progressivamente a competir para se tornarem localizações atrativas para investimentos. Assim, conclui que há três níveis de cidades, decorrente dessa competição: internacional ou global; sub-global (que prevalece na Europa) e regional.

Nesse sentido, para o autor, as cidades no nível internacional ou global, são as cidades mundiais/globais que:

[...] são cidades que os negócios consistem principalmente na produção especializada de serviços informacionais, tais como serviços financeiros, serviços de mídia, serviços em educação e saúde e turismo, incluindo negócios de turismo [...] também realizam funções de baixa ordem em áreas mais restritas, notavelmente no nível nacional. Elas também perderam certas funções durante os anos 1970 e 1980, uma ou outra para sua própria periferia ou para o exterior; conseqüentemente, elas tem exibido o paradoxo da perda substancial de empregos em setores tradicionais como manufatura, manejo de mercadorias e serviços rotineiros, e reúne amplamente outros como serviços financeiros e serviços especializados de negócios (HALL, 1998, p. 24).

É importante destacar que nesses ramos citados pelo autor – serviços financeiros e serviços especializados de negócios – há uma série de ocupações com baixas remunerações. São trabalhadores que não exercem as sofisticadas funções do mundo dos negócios ou do mercado financeiro, mas que são importantes para que essas atividades econômicas continuem a acontecer, como funcionários da limpeza, porteiros, vigias etc. Assim, tem-se a dualização do mercado de trabalho, decorrente, segundo a literatura sobre o assunto (KING, 1991; SASSEN, 1998), da globalização. Essa dualização é marcada por ocupações de elevada remuneração e de baixa remuneração, havendo uma diminuição dos empregos nas ocupações consideradas de “remuneração média”.

Portanto, retornando à “hierarquia das cidades”, o autor enfatiza as cidades globais e as cidades que estariam próximas dessas primeiras na hierarquia. Nesse sentido, afirma que, na Europa, apenas Londres seria uma cidade mundial/global e, possivelmente, Paris. Observe:

A questão mais interessante concentra-se na relação entre as cidades globais e o nível próximo na hierarquia em toda a Europa. Aqui [na Europa]

a única cidade global incontestável é Londres e, talvez, Paris; abaixo desse nível está uma variedade de cidades capital nacional – Amsterdã, Bruxelas, Copenhagen, Estocolmo, Oslo, Bonn, Berlim, Viena, Praga, Budapeste, Varsóvia, Roma, Madri, Lisboa [...] Elas tentam competir com as cidades globais com algum serviço especializado, tais como Bruxelas, Roma e Gênova para atividades governamentais, Frankfurt e Zurique para bancos, ou Milão para *design* (HALL, 1998, p. 24).

Dentro desse contexto, o autor analisa as cidades mundiais em países subdesenvolvidos. Enfatiza que essas cidades de renda intermediária concentram um grande volume de funções de países desenvolvidos. Isso acarreta, segundo o autor, quase que inevitavelmente um padrão de desenvolvimento marcado pela modernização concentrada na cidade “primária”, na qual:

[...] a elite nacional tornou-se pesadamente concentrada [...] A cidade permanece o ponto de articulação entre a nação emergente e o mundo, com uma infra-estrutura crítica [...] (HALL, 1998, p. 30).

Nesse sentido, HALL (1998) afirma que essas cidades de renda intermediária, se referindo ao mundo subdesenvolvido, também podem apresentar funções de cidades mundiais/globais. Confira:

[...] o padrão de desenvolvimento reflete a natureza e a economia urbana, bem como as relações entre essas cidades e o restante do mundo [...] são cidade-estado entreposto como Cingapura e Hong Kong, ou cidades líder na escala continental como Rio ou Cidade do México; elas são pontos centrais na troca de informação. Possuem sofisticados sistema bancário e normalmente Bolsa de Valores, algumas delas estão na lista de sub-global. São lugares de sedes nacionais ou continentais de escritórios das maiores corporações. Têm os maiores aeroportos, conectando redes nacionais e internacionais e às vezes apresentam importantes funções de troca internacional [...] [assim] um pequeno número dessas cidades de renda intermediária apresenta funções de cidade sub-global ou nível global em relação a outras partes do sistema de cidades (HALL, 1998, p. 30).

Chama atenção a colocação do autor sobre o Rio de Janeiro e seu papel de cidade líder na América do Sul. Outros estudos, tanto nacionais quanto internacionais, apontam a perda da liderança do Rio de Janeiro para São Paulo na influência continental e nacional (ver FRIEDMANN, 1995b; IGLECIAS, 1999). A questão é que HALL (1998) cita algumas cidades, mas não realiza um estudo mais aprofundado para embasar suas conclusões. Sugere que São Paulo exerceria funções de cidade global, assim como a Cidade do México. Mas salienta que é necessário considerar as especificidades de cada local. Veja:

A princípio são semelhantes [o papel exercido] em Nova York e Los Angeles, Londres e Paris, Jacarta e Bangcoc, Cidade do México e São Paulo. Entretanto, é necessário considerar sensivelmente as geografias locais e as tradições culturais (HALL, 1998, p. 33).

Assim, esse estudo de Peter HALL (1998) é representativo do que se encontra na literatura internacional a respeito do tema “cidades mundiais/globais e

países subdesenvolvidos”. Percebe-se a carência de argumentos e de aprofundamento para tratar da questão, contudo, os autores a seguir realizaram um significativo levantamento de dados e se esforçaram em traçar a “rede de cidades mundiais/globais”. Um estudo interessante porque, a despeito das críticas, a classificação também auxilia na compreensão da realidade.

J. V. BEAVERSTOCK, R. G. SMITH e P. J. TAYLOR (1999) num artigo intitulado “*A roster of world cities*”, investigam um conjunto de variáveis que denominaram “serviços avançados”, como parâmetro para a elaboração de uma lista de cidades mundiais/globais. Esses serviços englobam contabilidade, publicidade, atividades bancárias/financeiras e direito. Assim, centros de serviços globais são identificados e classificados. Nesse sentido, ressalta-se o trabalho de KOULIOUMBA (2002), que utilizou os dados desses serviços avançados para tentar verificar em que medida a cidade de São Paulo poderia ser classificada como “mundial/global”.

BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR (1999), a partir da análise das grandes empresas de cada ramo dos serviços avançados e sua localização no planeta, chegaram a uma lista composta de 55 cidades mundiais, divididas em três níveis. Assim, 10 cidades estariam no topo da hierarquia, sendo denominadas “cidade mundiais Alpha”. Em seguida, têm-se mais 10 cidades, no nível intermediário da classificação, identificadas como “cidades mundiais Beta” e, por último, 35 cidades, chamadas de “cidades mundiais Gama”. Nesse sentido, os autores ressaltam que, em grande medida, essas três “áreas de globalização” (as cidades Alpha, Beta e Gama) estão geograficamente concentradas na América do Norte, Europa Ocidental e Ásia do Pacífico.

Desse modo, os autores explicam o seu método e justificam o seu interesse nesse tipo de estudo. Salientam que grandes e importantes cidades têm fascinado estudiosos ao longo do último século, descrevendo-as das mais diferentes maneiras: cidades imperiais, grandes cidades industriais, cidades milionárias, cidades mundiais, centros financeiros internacionais etc. Dessa forma, notam que essas diferentes terminologias mostram não apenas a diversidade das cidades, mas também as diferentes abordagens no estudo destas.

Assim, asseveram que há basicamente duas formas de abordagens, uma pautada na “tradição demográfica”, interessada no tamanho das cidades. Tradição esta que, de acordo com os autores, é representada hoje pelo “projeto megacidade”, que explora as implicações humanas e ecológicas da aglomeração urbana.

Já a outra tradição na interpretação do estudo das cidades é a denominada “funcional”, a qual trata as cidades como parte integrante de um amplo sistema. Essa tradição funcional é representada hoje pelos estudos das cidades mundiais/globais, as quais são interpretadas como parte integrante dos processos de globalização.

Concernente a um dos objetivos finais de seu estudo, os autores chamam a atenção para a dificuldade de se elaborar uma lista de cidades mundiais/globais. Nesse sentido, afirmam, por exemplo, que há uma tendência de grandes cidades do ponto de vista demográfico serem importantes centros econômicos. Todavia, isso não quer dizer que sejam cidades mundiais/globais. Assim, destacam que a elaboração de uma lista de megacidades é relativamente fácil, sendo necessário apenas obter dados a respeito do tamanho da população, mas asseveram que produzir uma lista de cidades mundiais é mais complicado, haja vista que envolve uma série de variáveis.

Dessa forma, alertam para o consenso que existe sobre a condição de Londres e Nova York enquanto cidades mundiais/globais. Porém, quando se direciona a investigação para cidades menos importantes, como Manchester, ressaltam que não há um consenso sobre seu estatuto no contexto histórico atual. Logo, o objetivo dos autores é a construção dessa lista de cidades mundiais/globais. Assim:

[...] Nova York e Cidade do México, por exemplo, são duas megacidades e cidades mundiais. Apesar dessa sobreposição – obviamente há uma tendência para demograficamente grandes cidades serem cidades economicamente importante [...] Calcutá é um mega-cidade, mas não uma cidade mundial, Zurique é uma cidade mundial mas não uma megacidade [...] embora seja evidente que cidades como Londres e Nova York sejam cidades mundiais, à medida que caminhamos para cidades menos importantes como Manchester e Minneapolis, não há de forma alguma um consenso sobre seu estatuto no contexto (BEAVERSTOCK; SMITH; TAYLOR, 1999, p. 445).

Desse modo, os autores lembram que é hábito classificarem cidades que estão abaixo de Londres e Nova York, como metrópoles nacionais, regionais e até sub-regionais, tendo em vista seu alcance funcional. Criticam essa abordagem, afirmando que mais estabelece um “*ranking*” de cidades do que investiga as inter-relações entre elas. Asseveram, assim, que a perspectiva deles é outra: consideram as cidades devido a sua “capacidade global”, que pode ser traduzida nos serviços avançados que fornecem.

Os autores afirmam que, quando os estudiosos elaboram uma lista das grandes cidades do mundo, como foi o caso de Peter HALL em 1966, basicamente fazem uso de quatro variáveis, a saber: 1) características cosmopolitas e economia corporativa multinacional; 2) cidades mundiais e a nova divisão internacional do trabalho; 3) a internacionalização, concentração e intensidade dos serviços produtivos; e, 4) cidades mundiais como centros financeiros internacionais.

Contudo, esclarecem, que o critério que utilizaram para elaborar uma lista de cidades mundiais foi a “intensidade” do serviço produtivo, ou seja, sua quantidade e atuação na economia global. Assim, afirmam que a unidade básica de análise são os serviços empresariais, observando, dessa forma, as grandes empresas de serviços corporativos. Confira o método dos autores:

Pelo estudo de várias firmas localizadas em muitas cidades, fomos capazes de obter a relativa importância de uma dada cidade em termos de serviços particulares. Realizando esse exercício para vários serviços, podemos avaliar todo o conjunto de uma determinada cidade. Então, nosso procedimento envolve três estágios. Primeiro, nós encontramos a competência global dos serviços empresariais em termos geográficos de sua presença na cidade. Segundo, agregando às cidades, encontramos os centros de serviços globais de um determinado setor. Terceiro, agregando os resultados do centro de serviços pela cidade, identificamos as cidades mundiais em diferentes graus de fornecimento dos serviços corporativos globais (BEAVERSTOCK; SMITH; TAYLOR, 1999).

Compreendem a cidade mundial, seguindo a conceituação de Saskia SASSEN, ou seja, tratam as cidades mundiais como lugares de produção “pós-industrial”. Assim, com base na autora citada, BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR (1999) asseveram que as cidades mundiais são lugares que concentram as atividades de informação complexa, lugares que estão em todo o mundo. Veja:

[...] nós tratamos as cidades mundiais como locais particulares, ‘lugar de produção pós-industrial’, onde inovações nos serviços corporativos e financeiros tem sido integral na recente reestruturação da economia-mundo agora largamente conhecida como globalização (BEAVERSTOCK; SMITH; TAYLOR, 1999).

Dessa forma pesquisam quatro atividades para definição de sua lista. São elas: contabilidade, publicidade, serviço bancário e jurídico, atribuindo uma pontuação para as cidades, de acordo com a investigação. Classificam-nas em centros “principais”, “maiores” e “menores” no que diz respeito a cada ramo de atividade econômica para, no final, elaborarem a lista de cidades mundiais em três níveis: Alpha, Beta e Gama.

Assim, os serviços das empresas globais de contabilidade, de acordo com os autores, são altamente concentrados, sendo dominado por seis grandes empresas.

Geograficamente, os centros globais de serviço contábeis estão concentrados em 13 “centros principais”: Atlanta, Chicago, Dusseldorf, Frankfurt, Londres, Los Angeles, Milão, Nova York, Paris, Sydney, Tóquio, Toronto e Washington. São Paulo consta como “centro menor”, ou seja, obteve de 3 a 2 pontos. Sendo que, de acordo “contabilidade” utilizada pelos autores, os centros “principais” tiveram uma marca de 5 pontos; “centros maiores”, de 4 a 3 pontos; e, “centros menores”, de 3 a 2 pontos.

No que concerne à publicidade, observaram um maior número de grandes empresas atuando no setor, cerca de 50. Porém, em termos geográficos, é sensivelmente mais concentrado do que os serviços contábeis. Sendo assim, apontam apenas 8 “centros primários”: Chicago, Londres, Minneapolis (esta última considerada uma surpresa para os autores), Nova York, Osaka, Paris, Seul e Tóquio. Nesse caso, São Paulo aparece no conjunto dos “centros maiores”. Rio de Janeiro consta na lista dos “centros menores”.

No quesito dos serviços bancários, considerado na literatura sobre o tema como o setor fundamental na globalização, também há poucos “centros primários”, assim como ocorreu no ramo da publicidade. Portanto, há 10 centros que estão no topo da hierarquia desse ramo de atividade, são eles: Frankfurt, Hong Kong, Londres, Milão, Nova York, Paris, São Francisco, Cingapura, Tóquio e Zurique, com uma pontuação de 8 ou mais pontos. São Paulo consta como “centro maior”, obtendo entre 5 e 7 pontos no número de empresas significativas do setor. E Rio de Janeiro desponta como “centro menor”, obtendo de 2 a 4 pontos.

Referente aos serviços jurídicos, os “centros primários” são: Bruxelas, Chicago, Hong Kong, Londres, Los Angeles, Moscou, Nova York, Paris, Cingapura, Tóquio e Washington. São Paulo aparece novamente como “centro maior”. Rio de Janeiro e Brasília como “centros menores”. Os autores salientam que há uma predominância de empresas de origem inglesa ou norte-americana no setor. E destacam que uma característica distintiva da distribuição dos serviços jurídicos atualmente é sua significativa proeminência em cidades pós-comunistas da Europa Oriental, que atraem empresas como resultado de suas privatizações.

Portanto, nos quatro indicadores estudados pelos autores, em apenas um deles São Paulo aparece como “centro menor”, a saber, serviços contábeis. Nos outros desponta como “centro maior”, ou seja, num nível intermediário.

Por fim, tem-se a classificação final, dividida em três classes de cidades mundiais: Alpha, Beta e Gama. São Paulo é classificada como cidade mundial Beta,

com 8 pontos, ao lado de Bruxelas, Madri e Cidade do México. Outras cidades também são consideradas “mundial-Beta”, com pontuação maior ou menor. Por exemplo, São Francisco é considerada cidade mundial Beta com 9 pontos, sendo o mesmo caso de Sydney, Toronto e Zurique.

O Rio de Janeiro não figura na classificação dos três níveis de cidades mundiais/globais. Está numa lista paralela que a classifica com “evidência relativamente forte” de formação do fenômeno da cidade mundial/global. Já Brasília, a outra cidade brasileira mencionada na lista, desponta com “evidências mínimas” para a formação de uma cidade mundial/global.

As cidades consideradas “mundiais-Alpha” com pontuação máxima, 12 pontos, foram: Londres, Paris, Nova York e Tóquio. Também “mundiais-Alpha”, mas com uma pontuação menor, 10 pontos, foram: Chicago, Frankfurt, Hong Kong, Los Angeles, Milão e Cingapura.

SCOTT, AGNEW, SOJA e STORPER (2001) em um artigo intitulado “*Cidades-Regiões Globais*”, abordam a metrópole de São Paulo. Como esse artigo já foi tratado no *primeiro capítulo* do presente trabalho, se fará uma breve recapitulação do artigo, com o intuito de verificar o que foi dito sobre São Paulo.

Assim, ressaltam que existem atualmente mais de 300 cidades–regiões globais no mundo com populações de mais de um milhão de habitantes. Fato é, segundo os autores, que essas cidades-regiões estão crescendo vertiginosamente, apresentando:

[...] desde aglomerações metropolitanas comuns dominadas por um núcleo muito desenvolvido, como a região de Londres ou Cidade do México, até unidades geográficas mais policêntricas como no caso das redes urbanas da Randstad ou Emilia-Romagna (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 11).

Dessa forma, salientam que o conceito de *cidade-região global* está associado com a idéia de *cidade mundial* de Peter HALL (1966), bem como o conceito de *cidade global* de Saskia SASSEN (1991). Nesse sentido, afirmam que a globalização, agregada a uma série de novas tecnologias, acarretou mudanças significativas na contemporaneidade. Logo, há “*uma nova organização social e política do espaço*” (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 12). Assim, notam que:

[...] as cidades-regiões globais emergiram nos últimos anos como um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial [...] [pois] essa nova organização consiste sobretudo na hierarquia de escalas territoriais interpenetradas de atividade econômica e de relações

de governança, variando do global até o local e na qual o sistema emergente de cidades-regiões globais se destaca (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 11-12).

Desse modo, asseveram que há um ressurgimento de organizações econômicas e políticas pautadas regionalmente, o que pode ser verificado nas grandes cidades-regiões globais. Tendo em vista que algumas atividades regulatórias, que antes eram exercidas pelo Estado, agora são comandadas por instituições supranacionais ou mesmo por instituições que atuam em escala regional ou local. Isso está associado, de acordo com os autores, com a estratégia de agrupamento, realizada por diferentes atores econômicos. Pois a proximidade:

[...] permite às empresas responder a esses desafios, ao dar-lhes maiores níveis de flexibilidade operacional e ao aumentar suas capacidades de inovação [...] Grandes cidades-regiões passaram, portanto, a funcionar como plataformas territoriais a partir das quais grupos concentrados ou redes de empresas disputam os mercados globais (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 13).

Sendo assim:

Na base geográfica de todo o sistema encontra-se um mosaico ou arquipélago de grandes cidades-regiões constituindo uma das principais redes estruturais da nova economia global (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 13).

De acordo com os autores, muitas das maiores cidades-regiões globais estão localizadas nos países em desenvolvimento. Assim, em muitos casos, essas cidades-regiões se constituem nas principais regiões de economia avançada de seus países. Como exemplos das cidades-regiões globais dos países subdesenvolvidos, são citadas algumas das que seriam mais proeminentes: Bangcoc, Buenos Aires, Cairo, Jacarta, Cidade do México, Rio de Janeiro, São Paulo, Xangai, ou Teerã (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 20).

Destacam que a infra-estrutura é altamente concentrada nessas áreas dos países subdesenvolvidos, muito por consequência do rápido processo de industrialização. Assim, salientam, são áreas que acabam atraindo uma grande quantidade de pobres em busca de melhores condições de vida.

Contudo, ressaltam que mesmo com a infra-estrutura concentrada nessas cidades-regiões globais dos países em desenvolvimento, suas condições estão longe de ser ideais. Destacam que há carências nos sistemas de transporte, habitação e água, por exemplo.

Logo, asseveram (e, neste ponto, estou de pleno acordo com os autores) que os problemas das cidades-regiões globais subdesenvolvidas são ainda mais difíceis

de se resolver do que nos países desenvolvidos, já que essas regiões agrupam populações com enormes diferenças econômicas, que aliadas à falta de uma política progressiva de redistribuição de renda, torna difícil ocorrer reais melhorias em infraestrutura e serviços. Considerando que são *nós* da economia mundial, tendem a diminuir a dispersão espacial da atividade econômica e da população, causando, assim, um ciclo de crescimento de megacidades. Nesse sentido, observe o que afirmam a respeito da metrópole de São Paulo:

Por exemplo, embora a área metropolitana de São Paulo se responsabilize hoje por uma participação menor na produção da economia nacional do Brasil que em 1970 (45% contra 65%), ela continua a crescer e se estender em termos absolutos a uma taxa que torna muito difícil a oferta em infraestrutura para responder à demanda. Esta experiência contrasta com aquela de muitos países desenvolvidos, onde cidades-regiões menores absorvem muitas vezes o crescimento nacional o suficiente em um certo ponto para aplainar a hierarquia urbana (em termos relativos) e para reduzir as pressões nas maiores cidades-regiões (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 21).

Por fim, se deseja destacar o que concluem a respeito da cidade-região global subdesenvolvida. Nesse sentido, afirmam, se aproximando (como se verá no próximo *tópico* desse capítulo) da conclusão de ABLAS (1993), que essas regiões apresentam o melhor e o pior do processo de desenvolvimento (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 22). Desse modo, salientam que as cidades-regiões globais se constituem lugares com uma economia altamente produtiva e inovadora, mas também carregam:

[...] falhas multifacetadas do mercado, desequilíbrios históricos e relações brutais de poder do processo de desenvolvimento [...] *Grandes cidades nos países em desenvolvimento constituem portanto uma variante problemática particular do fenômeno das cidades-regiões em geral* [...] (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 22, *grifo meu*).

Nesse sentido, como se observa no fragmento acima, destacam, a meu ver acertadamente, a especificidade do fenômeno da cidade-região global subdesenvolvida, a saber: suas carências múltiplas, principalmente em infraestrutura e na distribuição de renda. Assim, consideram que a urbanização pode facilitar o desenvolvimento econômico dessas áreas. Confira:

[...] apesar das condições sociais desesperadas que se encontram usualmente nas grandes cidades destes países, o desenvolvimento econômico de uma forma ou de outra será provavelmente melhor alcançado em associação com a urbanização em escala ampla do que na sua ausência (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 22).

Dessa forma, verificou-se nesse artigo que os autores entendem as cidades-regiões globais como uma rede de *lugares* que constituem os motores da economia mundial. Em certo sentido, corroboram o pensamento de CASTELLS (2006) que, ao

discutir a respeito das cidades globais, as entende como uma rede de cidades espalhada pelo mundo, cada qual desempenhando uma função, tendo em vista a hierarquia do sistema capitalista.

Sendo assim, salientam que essas cidades-regiões globais enfrentam enormes desafios relativos à sua governança ou mesmo a questões de cidadania. Sendo que, nos países em desenvolvimento, acrescentam-se dificuldades como a carência de infra-estrutura ou o padrão concentrado de desenvolvimento das economias nacionais nessas cidades-regiões globais; acentuando, assim, o fenômeno da megacidade.

Para concluir, observou-se que, algumas vezes, há controvérsias quanto à definição do estatuto de cidade mundial/global para os *lugares*, bem como de sua posição nessa rede. Por exemplo, para Peter HALL (1998) Londres é a única cidade mundial/global da Europa, apontando que talvez Paris também possa assumir esse estatuto.

Porém, no estudo de FRIEDMANN (1995b), Paris é apontada como cidade mundial/global. Embora não figure no “topo da hierarquia”, esta cidade é considerada uma “importante articuladora nacional”, portanto, de “nível três”, numa gradação de 1 (topo) a 4 (nível mais baixo de cidade mundial/global), juntamente com São Paulo, Zurique, Madri, Cidade do México, Seul e Sydney. Mas, em seu estudo de 1986, FRIEDMANN (1995a) considerava Paris uma cidade mundial de primeira ordem, ao lado de Nova York, Londres e Tóquio.

Já no estudo de BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR (1999), Paris é considerada uma “cidade mundial Alpha”, no topo da hierarquia das cidades mundiais/globais, juntamente com as “cidades globais consensuais” (HALL, 1996) – Londres, Nova York e Tóquio –, assim como ocorreu no estudo de FRIEDMANN (1995a) de 1986. São Paulo, como se verificou, encontra-se num nível “intermediário” na rede de cidades mundiais/globais no estudo de BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR (1999) como “cidade mundial-Beta”.

Logo, pode se supor que não é fácil empreender tal classificação, pois não há um método que abarque a totalidade da realidade. Logo, a depender do conjunto de dados utilizados pode se ter variações na classificação final, a qual, por sua vez, sempre carrega a parcialidade e a incompletude do método empregado. Dessa forma, trata-se de uma conclusão muito importante, a qual será considerada tendo em vista uma formulação crítica sobre o assunto.

De qualquer forma, apesar de algumas discordâncias quanto ao posicionamento na rede de cidades mundiais/globais, de uma maneira geral, houve coincidência no apontamento dessas cidades. Assim, São Paulo configura claramente como uma cidade mundial/global em praticamente todos os estudos analisados: FRIEDMANN (1995a; 1995b); SASSEN (1998); BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR (1999); e, SCOTT, AGNEW, SOJA e STORPER (2001). Já HALL (1998) não é explícito, mas indica a mesma direção. Contudo, é importante destacar que os autores, no geral, ponderam sobre a condição da cidade como metrópole localizada num país subdesenvolvido. Portanto, não é “mundial/global” como Nova York, por exemplo.

É importante destacar que a maior parte dos estudos analisados empreenderam uma “análise dos atributos” (MARQUES, TORRES, 2000), ou seja, consideraram características que as cidades mundiais/globais “deveriam” apresentar, tendo em vista se constituírem *lugares centrais* no processo de acumulação e articulação da economia mundial em tempos de globalização.

Entretanto, há no trabalho de FRIEDMANN (1995a) a tentativa de realizar, além da “análise dos atributos”, uma “análise relacional”, aquela que considera a relação entre as cidades. Nesse sentido, aponta que São Paulo estabelece contato direto com Buenos Aires, Tóquio, Londres, Cidade do México e Nova York. Segundo MARQUES e TORRES (2000), a análise relacional é mais adequada para verificar o fenômeno da cidade mundial/global dos países subdesenvolvidos, já que estas nem sempre apresentam as mesmas características das cidades mundiais/globais dos países centrais.

Enfim, para além das classificações, esses estudos internacionais que abordaram São Paulo em diferentes intensidades, à luz da teoria das cidades mundiais/globais, mostram que a metrópole está inserida ativamente na atual divisão internacional do trabalho, constituindo-se em um dos “espaços globais de acumulação” (FRIEDMANN, 1995b).

2 Literatura nacional sobre as teorias de cidade mundial/global e pós-moderna e sua relação com São Paulo

Classificar, no geral, constitui-se numa tarefa difícil. E nem sempre isso é indicado. Inicialmente, esse segundo *tópico* foi escrito de maneira “corrida”, sem

divisões, seguindo apenas as datas de publicação das obras. Mas não com o intuito de simplificar o pensamento dos estudiosos, embora, em certa medida, a “classificação” possa provocá-lo; e, sim, com intenções “didáticas”, ou seja, com a finalidade de organizar a investigação, subdividiu-se este segundo tópico do terceiro capítulo.

Para tanto, foi considerado o *argumento mais proeminente* dos autores a respeito da teoria da cidade mundial/global, haja vista que, por vezes, num mesmo artigo é possível encontrar as diferentes apreensões da teoria em questão.

Subdividiu-se o presente *tópico*, não com base no posicionamento dos autores acerca do fato de São Paulo ser ou não uma cidade mundial/global, mas, sim, na principal forma de compreensão da teoria.

Sucintamente, como será discutido adiante, existem duas formas de apreensão da teoria da cidade mundial/global: como “diagnóstico” ou como “paradigma-planejamento estratégico”. Desse modo, a análise dos autores a respeito da metrópole enquanto cidade mundial/global será evidenciada no interior da discussão das diferentes formas de compreensão da teoria.

Assim, têm-se cinco *subtópicos*. O primeiro *subtópico* detêm-se na análise de apenas um artigo, de Mônica de CARVALHO (2000), a única autora a trabalhar com as diferentes formas de apreensão do conceito de cidade mundial/global.

O segundo *subtópico* trata do conceito na sua “forma diagnóstico”. O terceiro aborda a teoria na sua “forma paradigma-planejamento estratégico”. O quarto *subtópico* enfoca especificamente a produção da Ciência Geográfica nacional à luz da teoria da cidade mundial/global. E o quinto *subtópico*, trata do conceito de cidade pós-moderna. Sendo que todos os *subtópicos* têm em vista a relação das teorias com a cidade de São Paulo. A seguir, seguem os *subtópicos*.

2.1 A análise das diferentes apreensões do conceito de cidade mundial/global

Mônica de CARVALHO (2000), em um artigo intitulado “*Cidade global: anotações críticas sobre um conceito*”, aborda de maneira pioneira uma análise do conceito de *cidade global* propriamente dito, com os seus “desdobramentos”. No final de seu texto, após esse estudo crítico do conceito, reflete sobre a relação de São Paulo com a teoria.

Interessante destacar, já no início das considerações sobre seu artigo, que a autora não analisa se São Paulo é ou não um *cidade global* (utiliza somente essa designação e não *cidade mundial*). A sua preocupação é investigar se o próprio conceito de cidade global é válido para o estudo da metrópole de São Paulo contemporânea.

Nesse sentido, esclarece que tem percebido uma ausência de estudos que discutam as diferentes formas de apropriação do conceito de cidade global.

De fato, a maior parte dos estudos analisados, preocupam-se em refletir sobre a validade do conceito para a cidade de São Paulo, mas não consideram as suas diferentes “versões”. No geral, os autores trabalham com as denominadas características da cidade mundial/global e, a partir daí, tentam observar São Paulo sob essa ótica. Ressalta-se que não se considera isso, em si, um problema. É um método de análise, que como qualquer outro tem suas virtudes e seus limites. A questão destacada aqui é a falta de análises acerca dos diferentes “entendimentos” existentes em relação ao conceito de cidade mundial/global.

Cabe destacar que, no conjunto de análises realizadas sobre a teoria em questão, há ainda alguns estudiosos que tomam, *a priori*, São Paulo como cidade mundial/global, sem uma maior discussão do conceito e sua validade para a realidade local.

Enfim, é fato que existe uma carência de trabalhos que analisem mais detidamente o próprio conceito, tanto na literatura nacional quanto na literatura internacional. Nesse sentido, destaca-se a importância do artigo de CARVALHO (2000). Assim, a autora afirma:

É no momento em que o estatuto de cidade global deixa de ser apenas uma condição atingida por algumas metrópoles, em decorrência de transformações históricas vividas, e compõe-se em projeto necessário à superação dos problemas urbanos, que se faz urgente interrogar seu sentido a fim de desvelar o seu real significado (CARVALHO, 2000, p. 70).

Dessa forma, CARVALHO (2000) salienta que o conceito de cidade global se relaciona diretamente com as transformações causadas pela globalização nas cidades dos países centrais a partir do final dos anos 1970. Assevera que as cidades readquiriram, assim, importância estratégica como locais:

[...] destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. Não se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua re-significação no interior do sistema produtivo internacional. Essas metrópoles assim re-significadas se passou a chamar de *cidade global* (CARVALHO, 2000, p.71).

A autora destaca que existem, basicamente, três formas de apreensão do conceito de cidade global. Primeiramente, a “forma diagnóstico”. Depois, a “forma típico-ideal” e, por último, a “forma paradigma” que entra em ação através do “planejamento estratégico”.

Dessa maneira, a forma “diagnóstico”, segundo a autora, seria aquela relacionada aos estudos que procuram analisar as transformações históricas e, acrescenta-se, geográficas, ocorridas nas cidades dos países centrais. Confira:

Nessa primeira forma de apreensão, a que se poderia nomear forma diagnóstico, o conceito de *cidade global* é a expressão de um processo histórico bastante concreto vivido por determinadas metrópoles do Primeiro Mundo e, como tal, procura refletir a totalidade de seu movimento (CARVALHO, 2000, p. 71).

A segunda forma de apreensão (denominada “típico-ideal” pela autora), de acordo com CARVALHO (2000), iniciou-se nos anos 1990, como resultado da transposição do conceito para a análise das cidades globais consideradas de “segunda ordem”. E é nesse momento que a metrópole de São Paulo surge como uma possível cidade global (CARVALHO, 2000, p. 72). Já que a “forma diagnóstico” permitiu a elaboração de uma série de características a respeito das *cidade globais* dos países de Primeiro Mundo.

Dessa forma, essas características detectadas no estudo de algumas cidades dos países centrais, segundo a autora, foram transpostas para o estudo de outras cidades do mundo, apontando, assim, *cidades globais de segunda ordem*. Embora a autora assevere que isso não era exatamente uma novidade, já que estudos da década de 1980, como de FRIEDMANN (1995a [1986]), já incluíam as cidades globais de “segunda ordem”.

O tipo ideal que se construiu para definir a *cidade global* partiu das características comuns observadas nas metrópoles que sofreram o impacto da globalização da economia. O que foi a princípio compreendido como especificidade histórica vivida por algumas metrópoles passou a se constituir em atributo a partir do qual se poderia designar como “global” determinadas cidades. Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “nó” ou “ponto nodal” entre a economia nacional e o mercado mundial [...] Sem dúvida que essa é a propriedade mesma do tipo ideal, isto é, abstrair-se em relação ao contexto histórico que lhe deu origem. No entanto, conforme Weber, o movimento histórico negado no primeiro momento deverá ser reencontrado no momento seguinte. Porém, nem sempre é isso que ocorre nos estudos em que a forma típico-ideal é predominante. Há casos em que importa mais demonstrar que determinadas metrópoles possuem os atributos necessários a alçar à condição de cidade global do que analisar suas especificidades históricas que poderiam até a ela se contrapor (CARVALHO, 2000, p. 72).

Nesse sentido, os autores analisam se determinadas cidades são ou não mundiais/globais com base num conjunto de características das cidades mundiais/globais dos países centrais, tais como as já conhecidas – Nova York, Londres e Tóquio. Logo, essa “forma típico-ideal” é decorrente da “forma diagnóstico”, tendo em vista que essa última, através da análise das cidades, fornece o “parâmetro” das características específicas das cidades mundiais/globais. Mas a autora assevera que essa segunda forma de apreensão do conceito de cidade mundial/global pode ser menos elucidativo e, assim, apresentar uma menor contribuição do que a “forma diagnóstico”, devido a sua condição de modelo. Logo, CARVALHO (2000) explica que:

Pela confusão que pode gerar entre seu caráter de instrumento analítico e sua condição de modelo, a forma típico-ideal contribui menos para a compreensão da dinâmica das metrópoles do que a forma diagnóstico [...] Como não se trata mais de analisar processos que estão em transformação por causa da globalização da economia [como intenta a forma diagnóstico], mas de identificar o que se aproximaria ou não do estatuto de cidade global previamente definido, o difícil é saber se as características observadas se devem realmente à globalização ou às especificidades históricas da metrópole em questão (CARVALHO, 2000, p. 72).

E a terceira forma de apreensão é a “forma paradigma” que, segundo a autora, indica um rompimento, com o intuito de inaugurar uma nova maneira de se analisar as cidades por meio, exclusivamente, das dinâmicas da globalização econômica. A autora destaca que, segundo os teóricos dessa vertente, dos quais ressalta SASSEN (1998), a globalização da economia constitui-se numa ruptura em relação às lógicas econômicas anteriores. Confira:

O problema é que ao privilegiar a relação das metrópoles com o processo de globalização reproduz em níveis ainda maiores de abstração a negação do movimento histórico específico a cada metrópole analisada [...] [assim] a forma paradigma privilegia as *verticalidades* por oposição às *horizontalidades*. Ou seja, privilegiam-se as explicações que decorrem das interferências verticais da globalização sobre o território da metrópole – as influências da economia global [...] (CARVALHO, 2000, p. 73).

Realmente, tudo indica que a teoria da cidade mundial/global privilegia o que a autora denomina “verticalidades” (processos globais) na análise dos fenômenos da realidade. No entanto, é necessário salientar que “privilegiar” não é excluir ou negar as chamadas “horizontalidades” (processos locais). Quanto ao que afirma sobre a “ruptura” em relação às lógicas econômicas anteriores, é bem possível que não seja exatamente isso.

KING (1991) e FRIEDMANN (1995a; 1995b) ressaltam que a cidade mundial/global é conseqüência de seu contexto histórico-geográfico anterior. SOJA

(2000) também ressalta que, na verdade, há um processo de continuidade, mas com fatores novos que imprimem uma nova dinâmica. SANTOS (1990; 1994) também faz observações nesse sentido, ao asseverar que o passado industrial de São Paulo foi fundamental para sua condição de metrópole mundial. E a própria SASSEN (1998) dá indicações que não se trata de uma ruptura, mas de transformações que somente foram possíveis devido à estrutura existente. Portanto, os autores indicam que a “nova lógica” econômica e espacial não é exatamente *ruptura*, mas *transformação*.

CARVALHO (2000) afirma que as especificidades histórico-geográficas são abstraídas na forma “típico-ideal” do conceito de cidade global. Daí sua crítica a essa forma de apreensão que mais “obscurece” do que “elucida” os fenômenos existentes nas cidades.

Nesse sentido, segundo a autora, surge o “planejamento estratégico” que seria a “forma paradigma” em ação. Logo, o planejamento estratégico seria uma ação voltada a “construir” uma cidade que responda às necessidades da globalização econômica, ou seja, do grande capital. Isso, em si, não se apresenta como uma novidade, assevera a autora. A novidade estaria na construção de um “consenso público”.

Assim, tendo em vista um “consenso” a respeito de uma crise existente, haveria a produção de um “consenso público”, o qual defende que para se sair da crise são necessários certos investimentos que, conseqüentemente, beneficiariam toda a população.

Dessa forma destaca o “hibridismo” nada ingênuo do planejamento estratégico, agregando, em teoria, a lógica do mercado e a lógica da sociedade, sendo que esta última visa uma maior democratização social. Ressalta, ainda, que é devido a esse consenso em torno da crise e da necessidade de superá-la que as já conhecidas parcerias público-privadas são toleradas e até apoiadas na contemporaneidade. Observe:

Diante da ‘sensação de crise’, que consideram presente entre todos os habitantes das metrópoles que atualmente enfrentam as alterações geradas pela reestruturação produtiva, somente uma ação conjunta poderá levar a possibilidade de sua superação. Assim, o consenso é pressuposto – ou imposto, como diria Chico de Oliveira [...]. Isso também explica o porquê de assumirem abertamente a parceria entre os poderes público e privado, ignorando as críticas clássicas que denunciaram a mediação do Estado na acumulação e reprodução do capital. *Tudo parece encontrar justificativa na ‘crise’* (CARVALHO, 2000, p. 78, grifo meu).

Assim, CARVALHO (2000) faz um balanço dessas três formas de apreensão do conceito de cidade global. Adverte que quanto à “forma paradigma”, uma vez que se coloca o estatuto de cidade global como desejável, um “paradigma” a ser alcançado, perde-se o sentido de se buscar o estatuto de cidade global. Sendo que a forma de realização desse paradigma ocorre por via do planejamento estratégico que, por sua vez, favorece o grande capital em detrimento da população. Observe:

Como a crítica à forma paradigma demonstra que o conceito mais encobre do que revela as reais possibilidades de superá-los, perde sentido almejar, nestes termos, a condição de cidade global. Ao contrário, estudos que buscam legitimar o *ranking* entre as metrópoles nada mais fazem que demonstrar o quanto elas abdicaram de suas especificidades históricas e transformaram-se em ‘não-lugares’ disponíveis à apropriação livre do capital internacional (CARVALHO, 2000, p.81).

Quanto à “forma típico-ideal”, a autora assevera que acaba por ser quase que exclusivamente um mero instrumento de medição para constatar se uma cidade é ou não global, tratando-se essa condição como necessária para a resolução de problemas urbanos. Veja:

[...] o uso da forma típico-ideal [...] tem servido quase que exclusivamente como um instrumento para medir quanto determinada metrópole se aproxima do estatuto de cidade global, como se essa fosse a condição necessária para a superação dos problemas urbanos (CARVALHO, 2000, p. 81).

E, por fim, faz sua crítica à “forma diagnóstico”, alegando que é específica ao contexto em que se originou. Nesse sentido nota que:

[...] mais vale produzirmos os nossos próprios diagnósticos, como aliás vimos fazendo, do que teimarmos em olhar através de lentes que mais desfocam do que clareiam (CARVALHO, 2000, p. 81).

Sem dúvida alguma, o artigo de Mônica de CARVALHO (2000) tem um grande valor, devido a essa análise e sistematização das “abordagens” a respeito do conceito de cidade mundial/global.

Realmente, ao se analisar mais detidamente diversos trabalhos que abordam o conceito de cidade global, percebe-se os diferentes entendimentos que os estudiosos têm sobre o tema, o que, por sua vez, muitas vezes influencia no posicionamento sobre a “aceitação ou não” do conceito como matriz explicativa da realidade.

Sendo assim, de maneira geral, autores que compreendem o conceito de cidade mundial/global na perspectiva do “diagnóstico”, ou seja, de análise da realidade, tendem a considerar o conceito de grande valia. Isso não significa que consideram, *a priori*, São Paulo uma cidade mundial/global, por exemplo. Apenas

reconhecem o valor explicativo do conceito no sentido de contribuir para um entendimento das transformações observáveis nas cidades. Nesse grupo pode-se citar autores como CORDEIRO (1993), KOULIOUMBA (2002), ALVES (2005).

Por outro lado, há autores que entendem o conceito de cidade mundial/global como uma “prática do urbanismo” (FERREIRA, 2003). Nesse caso, encaram o conceito na perspectiva do planejamento estratégico e, sendo assim, tendem a rechaçar seu uso, pois o vêem como uma estratégia que favorece o grande capital e acentua a polarização social e a segregação urbana.

Embora CARVALHO (2000) tenha realizado a distinção entre três formas de apreensão do conceito de cidade global, e efetivado uma relação direta entre a “forma típico-ideal” e a “forma paradigma”, já que a “típico-ideal” subsidia a “forma paradigma” na conformação de um “tipo de cidade”; tem-se algumas divergências quanto a essa classificação. Lembra-se que a “forma paradigma” entra em ação (“ganha vida”) por meio do planejamento estratégico.

Assim, percebe-se apenas duas grandes formas de apreensão do conceito de cidade mundial/global. O que a autora denomina de “forma diagnóstico” seria uma dessas formas. A outra seria a “forma paradigma-planejamento estratégico”.

Desse modo, a “forma típico-ideal” estaria incluída dentro das análises que fazem diagnósticos a respeito das cidades, já que apontam características descobertas através de “diagnósticos” da realidade. Portanto, a “forma típico-ideal” não seria uma forma distinta de apreensão do conceito e, sim, resultado direto dos estudos sobre as reestruturações produtivas e a globalização financeira nas cidades, a princípio, dos países centrais.

A segunda grande forma de apreensão do conceito de cidade mundial/global é expressa na “forma paradigma-planejamento estratégico”. Opta-se por utilizar conjuntamente os termos “paradigma” e “planejamento estratégico” para evidenciar que o “paradigma”, nesse caso, é uma referência direta ao “modelo” que deve ser seguido para que as cidades sejam “bem-sucedidas” nesse processo de globalização. Mas não é simplesmente isso. Há uma estratégia para se alcançar tal paradigma. A estratégia é o próprio “planejamento estratégico”. Portanto, não é interessante para a análise dissociar o “paradigma” do “planejamento estratégico”, já que um está intrinsecamente atrelado ao outro.

Uma crítica contundente da autora se refere ao fato de, na sua visão, o conceito de cidade global considerar apenas as transformações em nível mundial,

abstraindo as especificidades histórico-geográficas locais. Assim, CARVALHO (2000) afirma que o conceito é legítimo ao ambiente em que se originou, ou seja, na análise de cidades dos países centrais. Mas não atende as necessidades de análise de outras cidades, localizadas principalmente em países semiperiféricos como o Brasil.

Nesse sentido, discorda-se da autora, tendo em vista que os teóricos que tratam as cidades mundiais/globais de “segunda ordem”, como parece ser o caso de São Paulo, não ignoram as especificidades locais. Pelo contrário, percebe-se na investigação da literatura nacional, um grande esforço para compreender a cidade e sua inserção na atual divisão internacional do trabalho, mas também perceber como isso se insere no *local*, na divisão regional do trabalho. Logo, considerando as condições locais existentes.

É nesse processo de encontro das dinâmicas mundiais com as condições locais que “nasce” a especificidade do fenômeno. Assim, a industrialização ocorreu, por exemplo, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil. Mas não é exatamente a mesma nesses três lugares. Havia os fatores internos que ao “encontrar” com o fenômeno da indústria, resultou em “industrializações” com determinadas peculiaridades. É o mesmo fenômeno, mas não exatamente igual.

E os teóricos nacionais que abordam as teorias de cidade mundial/global como LEVY (1997) e MARQUES e TORRES (2000) indicam terem consciência dessa questão metodológica. Inclusive estudiosos internacionais, como TABB (1990), também demonstram a preocupação de analisar as diferenças que os fenômenos apresentam em determinadas condições locais, inclusive em cidades dos países centrais, como demonstrou em seu estudo comparativo, principalmente, entre Nova York e Tóquio. Ainda lembrando as explicações de CORDEIRO (1993) e MARQUES e TORRES (2000), a partir da década de 1980 (para Cordeiro) e de 1990 (para os segundos), com a globalização financeira e a abertura econômica no país, as dinâmicas mundiais começam a ser mais presentes nas transformações locais. Assim:

A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital [...] Forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização. Mas, em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas. Essas forças centrífugas se dão em diversas escalas, a maior delas sendo o

planeta tomado como um todo, e seriam o que G. Uribe & S. de López (1993, p. 172) chamam de 'fluxos universais' (SANTOS, 2002, p. 287).

Nesse sentido, a teoria da cidade mundial/global, notadamente na sua forma "original" de "diagnóstico", ou seja, como conceito legítimo formado como "resultado" da compreensão das transformações espaciais nas cidades, pode contribuir para um melhor entendimento de nossas realidades, já que destaca o processo e a ação dos atores hegemônicos atuais que atuam em escala planetária.

Portanto, não seria o caso de simplesmente descartar essa teoria. Muito menos de adotá-la sem nenhuma ponderação. Mas perceber o seu poder elucidativo na medida em que o capitalismo opera cada vez mais em escala planetária. Nesse sentido, as cidades foram "requisitadas" a exercerem novas funções para a continuação do processo de acumulação capitalista (ver NOBRE, 2000).

Acredita-se, pois, que certas transformações na cidade de São Paulo, por exemplo, bem como na política nacional, como FIORI (1997) demonstrou, não são somente conseqüências de "dinâmicas internas". Há as "forças centrífugas" que não se pode ignorar. Observe o fragmento a seguir, no qual Sandra LENCIONI (2003) expõe e analisa algumas transformações recentes em São Paulo. Confira:

Na cidade de São Paulo o que vem ocorrendo é um processo de desindustrialização relativa que a faz desenvolver novas funções urbanas, notadamente as de serviços superiores, a faz se firmar, sobretudo, como um centro de negócios. Aí reside o coração e a alma de São Paulo com seus múltiplos centros de serviços avançados, de informação, de gestão, de coordenação e de controle do capital que conformam *territórios globalizados*, a exemplo das avenidas Paulista e Berrini (LENCIONI, 2003, p. 40-41).

E, ainda, como Florestan FERNANDES (1968) destacou:

A economias nacionais dependentes organizam-se basicamente em função de condições, oportunidades e limitações impostas pelo mercado mundial e, através dele, pelas economias nacionais a que se articulam em posição heteronômica. Em conseqüência, o seu próprio crescimento econômico interno espelha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou a flutuação dos interesses das economias nacionais a que se associam heteronomicamente (FERNANDES, 1968, p. 38).

Em suma, o artigo de CARVALHO (2000) é valioso porque além de realizar uma discussão a respeito da possibilidade de uso da teoria da cidade mundial/global como matriz explicativa para São Paulo, percebe as diferentes formas de apreensão do conceito que se desenvolveram ao longo do tempo. Tal discussão dessas diferentes formas de apreensão, tanto na literatura nacional quanto internacional, foi encontrada somente no artigo de CARVALHO (2000). E essa discussão é importante

para se compreender o alcance e os limites da teoria em questão, como também apreender o seu movimento, logo, movimento do real.

Desse modo, segue-se a análise das teorias da cidade mundial/global e sua relação com a metrópole de São Paulo a partir, prioritariamente, dessas duas formas de apropriação do conceito: “forma diagnóstico” e “forma paradigma-planejamento estratégico”.

2.2 O conceito de cidade mundial/global segundo a “forma diagnóstico”

Lucio KOWARICK e Milton CAMPANARIO (1986) em “*São Paulo: the price of world city status*”, desenvolvem uma interessante análise sobre São Paulo entre os anos de 1960 e 1980, tendo em vista sua “posição” no sistema capitalista e os contrastes existentes.

Destacam que, desde a Segunda Guerra Mundial, as relações econômicas entre países centrais e a periferia estão marcadas por um processo crescente de descentralização das unidades produtivas. Sendo que o padrão antigo, segundo os autores, era baseado numa concentração da produção nos Estados Unidos e Europa. Assim, há uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países recentemente industrializados “*tornam-se mais importantes como centros para a acumulação de capital transnacional*” (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 161). Porém, afirmam que o começo do processo de transnacionalização

[...] foi marcado pelo aumento da integração entre os países industrializados avançados, particularmente os Estados Unidos, Europa Ocidental e, depois, Japão (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 161).

Asseveram que a RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) é o centro industrial mais importante da América Latina. Nesse sentido, fazem um interessante retrospecto das condições que fizeram São Paulo alcançar esse “*status*”. Desse modo, salientam que o novo padrão industrial de acumulação mundial começou no Brasil em 1958, no governo do Presidente Kubitschek, consolidado em menos de 15 anos. Segundo os autores, a região era atraente para o capital industrial por diversos motivos como:

[...] uma relativamente adequada rede de infra-estrutura urbana e serviços [...] indústrias com suporte para a emergência de um complexo manufatureiro. E oferecia vantagens locais – tal como proximidade do consumidor e mercado de trabalho, incluindo trabalho técnico e especializado (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 164).

Contudo, juntamente com o crescimento econômico, a metrópole também apresenta uma perda salarial significativa, a qual culminou com o processo de “consolidação na internacionalização do mercado interno do Brasil” (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 159).

Cabe um parêntese, no sentido de destacar a percepção dos autores a respeito do desenvolvimento de São Paulo, que não é apenas um *resultado* de “forças externas”, mas constitui-se parte integrante do processo de expansão econômica mundial. Veja:

[...] nosso ponto de partida é que o desenvolvimento da capital brasileira é parte integrante – e não meramente como resultado – do processo mundial de expansão econômica. Enquanto a revolução industrial européia requisitou a emergência de formas capitalistas de produção e mercados, o desenvolvimento da manufatura brasileira ocorreu no fim do século XIX dentro de uma bem estabelecida divisão internacional do trabalho (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 159).

Mas também consideram os *fatores internos* que formam as específicas condições urbanas locais, como a organização política das comunidades; juntamente com os fatores estruturais advindos do modelo de desenvolvimento inspirado no exterior (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 160). Ambos os fatores – *externo* e *interno*, segundo os autores e com os quais se concorda, formam uma cidade mundial como São Paulo (p. 160).

Dessa forma, destacam que o processo de transnacionalização do capital produtivo aumenta as diferenças entre os países da periferia do sistema capitalista. Assim, há uma propagação diferenciada e desigual dos setores produtivos, concomitantemente com uma valorização do capital em algumas áreas. Nesse sentido:

[...] o Brasil destaca-se como um caso singular na NDIT [nova divisão internacional do trabalho]: [...] o desenvolvimento de um número de setores industriais com o pesado envolvimento de capital externo, tem criado, até certo ponto, um avançado setor intermediário nacional de mercadorias com a assistência do estado, como também um relativamente amplo mercado interno (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 161).

Todavia, o enfoque dos autores no artigo se concentra na crise que atinge a área metropolitana de São Paulo, com os crescentes contrastes sociais, enfocando as conseqüências para a vida das pessoas. De qualquer forma, os autores salientam que consideram São Paulo uma cidade mundial. Mas criticam o padrão de crescimento econômico que privilegia os atores hegemônicos e não a população como um todo. Sendo assim, afirmam que:

Como um caso exemplar de uma cidade mundial na periferia capitalista, a metrópole de São Paulo revela hoje, do ponto de vista da justiça social, o fracasso de um padrão particular de crescimento econômico (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 171).

Nesse sentido, colocam em relevo os problemas relacionados ao mercado de trabalho, bem como a questão do desemprego. Comentam sobre o aumento da pressão no ambiente de trabalho para os trabalhadores, ao lado da precarização das condições de trabalho. Destacam que horas extras não são pagas, há cortes salariais e ameaças aos trabalhadores, bem como um “encurtamento” da idade “atraente” para o mercado de trabalho. Observe:

Na idade dos quarenta e, ao mesmo tempo em que eles ainda têm toda força física, trabalhadores são considerados muito velhos para trabalhar e são descartados. *E isso na metrópole que articula capital transnacionalizado dentro da sociedade brasileira!* (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 171, grifo meu).

Salientam, também, o fenômeno do desemprego crescente, juntamente com o aumento no número de vendedores ambulantes e o medo constante de assaltados.

Confira:

Vendedores ambulantes são cada vez mais evidentes nas esquinas [...] Na cidade, o crime aumenta rapidamente; o medo de assalto é onipresente; o desconhecimento é agora enraizado na vida diária (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 170).

Assim, é importante destacar que os autores relacionam o próprio êxito de São Paulo, por meio de sua expansão industrial, com a sua crise, pois asseveram que esse crescimento industrial foi baseado numa ampla exploração do trabalhador, com deterioração de salários e condições extremamente precárias de trabalho. Mas, depois, o próprio capitalismo precisou encontrar tecnologias mais avançadas para manter o seu padrão de acumulação. Assim, deu-se a crise com um aumento significativo do desemprego, tendo em vista que houve aumento populacional e a não ampliação de vagas na indústria. Observe:

No fim de 1983, haviam quase 1,5 milhão de desempregados na Grande São Paulo, os quais correspondem a 20 por cento da população economicamente ativa ou mais que 40 por cento da força de trabalho quando são incluídos os subempregados. O presente nível de emprego industrial [texto de 1986] é o mesmo que em 1973. O significado dessa situação pode ser completamente apreciado pela consideração que a população da Região aumenta desde então 38 por cento (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 169).

Desse modo, os autores colocam em relevo o papel do Estado, o qual deveria fornecer uma infra-estrutura básica para a população, tais como transporte, saúde, segurança, educação e habitação. Mas, esse Estado estabelece parceria com as

corporações para garantir a infra-estrutura urbana propícia para a rápida circulação do capital e sua posterior valorização. Logo:

As condições de vida da classe trabalhadora na Grande São Paulo está complexamente ligada com o que pode ser chamado de padrão periférico de crescimento urbano (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 168).

Logo, é um artigo interessante que mostra a precarização das condições de vida da população, relacionando nitidamente, mais do que com as reestruturações produtivas, com a opção política realizada pelo Estado. Opções políticas que favorecem o grande capital em detrimento das necessidades da população. Acrescente-se ainda nesse quadro, a ampla corrupção na máquina administrativa. Assim, sobra muito pouco do orçamento para o cidadão comum que, por sua vez, é a maioria.

Um aspecto que precisa ser destacado refere-se à questão dos autores trabalharem com a *transnacionalização da produção industrial* como um traço distintivo de uma cidade mundial, apenas comentando brevemente a respeito do setor financeiro.

Sabe-se que, na literatura sobre o tema, o setor financeiro, assim como outros serviços do setor terciário/quaternário, são os que costumam definir as cidades como mundiais/globais. O enfoque não é essencialmente na produção industrial. A indústria, por sua vez, é tratada tradicionalmente nas teorias de cidade mundial/global, pelo viés da desconcentração industrial. Aí, sim, relacionando-se, entre outros fatores, com a transnacionalização apontada pelos autores.

Provavelmente, uma parte da explicação para tal abordagem (enfoque na indústria e não nos serviços), pode ser atribuída à própria data do texto – 1986. Nesse período, segundo CORDEIRO (1993) estava a se iniciar a globalização financeira. Assim, os impactos dessa globalização financeira no país puderam começar a ser delineados apenas na década seguinte – 1990.

Diferentemente de MEDEIROS (1997) que, ao analisar o artigo dos autores, considerou problemática essa abordagem analítica enfocando a indústria, já que “São Paulo vem tornando-se cada vez menos industrial [...]” (MEDEIROS, 1997, p. 801); compreende-se que os autores, na verdade, trataram do processo de reestruturação produtiva da indústria já numa perspectiva de perda da força da unidade produtiva na geração de postos de trabalho. Ou seja, já estavam a analisar o processo de desconcentração industrial na metrópole.

Tanto que relacionam esse processo de reestruturação produtiva industrial, juntamente com a ação do Estado, como fator gerador da crise existente na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) nos anos 1980.

Assim, a opção analítica dos autores parece a mais empiricamente verificável naquele momento das transformações mundiais em operação na escala local.

E ainda, cabe ressaltar, que sua abordagem a respeito da indústria, considera o processo de transnacionalização. Logo, como se verificou em alguns autores como LEVY (1997), a transnacionalização provocou, em grande parte, o desenvolvimento de determinados serviços chamados “avançados” nas cidades mundiais/globais, no sentido desses serviços atenderem às subsidiárias/filiais regionais das corporações transnacionais.

Luiz ABLAS (1993) em seu pertinente artigo intitulado “*São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida?*” realiza uma análise dos contrastes de São Paulo, considerando sua condição de cidade primaz dentro da economia brasileira e sua vinculação com a economia mundial.

Assim, o autor chama a atenção para a opulência da cidade de São Paulo, com habitantes vivendo padrões de vida semelhantes aos de pessoas que vivem em países centrais e o grande número de habitantes que sobrevivem em péssimas condições de vida. Ressalta que essas duas “faces” formam uma só cidade.

Nesse sentido, lembra-se de Ermínia MARICATO (2000) ao analisar a formação de “centralidades” na cidade de São Paulo, as quais recebem significativos investimentos e, portanto, melhoramentos. Já a pobreza urbana constitui uma “não-cidade” ao lado de “ilhas de Primeiro Mundo”. Assim, ela afirma:

Até que ponto é possível insistir na estratégia das elites urbanas brasileiras, de produzir um cenário de modernidade ou, agora, de pós-modernidade, em uma ilha, cercada pela *não cidade*? A dimensão que a pobreza e os problemas estão atingindo é que conforma a crise desse modelo (MARICATO, 2000, p. 142).

Embora se entenda e saiba-se que a autora também tem essa compreensão, que a “não cidade”, na verdade, é uma “espacialidade” da cidade, essa sua denominação, “não cidade”, apesar de, em certo sentido, denunciar a escassez de recursos “urbanos” para os menos favorecidos e as opções políticas que perpetuam essa situação, pode transmitir a idéia de que a cidade são apenas as “ilhas de pós-modernidade”. Dessa forma, a porção “pobre” da cidade, nem mereceria o nome “cidade” para qualificá-la. Assim, “não cidade” talvez não seja o termo mais apropriado.

Contudo, mais uma análise de MARICATO (2000) merece especial destaque. Ao discutir a questão da representação da cidade e sua construção ideológica, nota que

[...] parte da cidade toma o lugar do todo. *A cidade da elite representa e encobre a cidade real.* Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária (MARICATO, 2000, p. 165, *grifo meu*).

Provavelmente por isso, muitas pessoas que moram na cidade de São Paulo apresentam uma “visão distorcida” desta, associando-a a apenas algumas “centralidades” como o “Centro Tradicional” ou o “Centro Paulista”. Às vezes é impressionante como mesmo pessoas que vivem em áreas completamente desfavorecidas na cidade, ou estudiosos desta, também possam apresentar essa “visão distorcida”, enxergando-a somente como “Jardim América”, “Avenida Paulista” etc., ignorando, assim, sua própria condição de morador de áreas desfavorecidas e/ou pesquisador. É o poder da construção ideológica.

Dessa forma, retornando ao texto de ABLAS (1993), o autor trabalha com a idéia da especificidade de uma cidade mundial situada em um país semiperiférico. Afirma que São Paulo, ao mesmo tempo, exerce uma função de “metrópole nacional”, bem como de cidade mundial/global. Observe:

[...] O aglomerado urbano de São Paulo enquadra-se em grande medida nessa caracterização de cidade mundial situada em um país subdesenvolvido, mas fazendo parte da semiperiferia do sistema capitalista mundial, o que leva a metrópole paulistana a assumir um papel integrativo entre o capitalismo mundial e a economia brasileira (ABLAS, 1993, p. 47).

Para o autor, a cidade mundial pode ser definida como o *locus* articulador e integrador da economia mundial na atual fase capitalista. Assim, apresentaria quatro características básicas, que mostrariam a integração da cidade ao capitalismo em nível internacional. Sucintamente, as características são: 1) forma de integração (presença maciça de multinacionais ou local seguro para investimentos produtivos multinacionais, ou local de produção para ao mercado internacional ou, ainda, mercado importante para a produção global); 2) força dessa integração; 3) esfera do capital no relacionamento internacional; e, 4) o processo de integração da cidade ao sistema internacional, bem como os efeitos sobre sua economia (ABLAS, 1993, p. 47). Na visão desse autor, São Paulo se enquadraria no fenômeno da cidade mundial/global, mas com sua especificidade de “metrópole semiperiférica”.

Nesse sentido, com o intuito de avaliar mais pormenorizadamente o papel de São Paulo no contexto nacional e internacional, ABLAS (1993) analisa brevemente o processo que fez de São Paulo um “centro nacional”, relacionando com o crescimento econômico no decorrer do século XX que teve como centro dinâmico o processo de industrialização, com características concentradoras espacialmente e diversificadas setorialmente no mundo inteiro (ABLAS, 1993, p. 46). No caso brasileiro:

[...] esse processo teve como resultado uma distribuição espacial das atividades que viria a concentrar uma parcela da produção na cidade de São Paulo, de onde se irradiam, de forma crescente, os efeitos propulsores para as demais regiões do país (ABLAS, 1993, p. 46).

O autor entende que o atual papel exercido pela cidade de São Paulo tem origem na nova divisão internacional do trabalho que se delineou após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, faz coro com outras análises como a de CORDEIRO (1993). Mas, que papel é esse que São Paulo desempenha?

Assevera que, no processo de reprodução do capitalismo mundial, houve uma necessidade de expansão, na qual certas localidades foram privilegiadas devido ao conjunto de potencialidades que carregavam. Confira:

Ao mesmo tempo, à medida que o capitalismo mundial percebe a necessidade de ampliar o seu espaço em direção a algumas regiões com potencialidades, criam-se as condições para o desenvolvimento nessas mesmas cidades de um conjunto de serviços sofisticados para atender à sua expansão (ABLAS, 1993, p. 47).

Mas somente cidades dos países centrais ou semiperiféricos poderiam responder às novas necessidades de reprodução do capital, já que:

[...] admitindo-se a tradicional divisão do mundo em centro, semiperiferia e periferia – em que a idéia de periferia seja aquela que exclui um país do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial –, cidades situadas em países nessas condições dificilmente teriam um papel a desempenhar na integração da economia mundial (ABLAS, 1993, p. 47).

Concorda-se com a análise acima. Contudo, é importante destacar que mesmo os países periféricos do sistema capitalista exercem uma “função”, nem que seja como “território-reserva” para posterior expansão do capitalismo. Uma vez que,

O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível [...] a expansão geográfica para novas regiões [...] [é um dos elementos] capaz de criar uma nova oportunidade para a acumulação [...] [Assim a] organização espacial e [a] expansão geográfica [são] produto necessário para o processo de acumulação (HARVEY, 2005, p. 43-48).

Nesse sentido, o autor apresenta uma idéia muito interessante, pois nota que se as cidades mundiais/globais podem estar localizadas em diversos lugares do mundo, em países com diferentes graus de desenvolvimento, elas apresentam,

simultaneamente, características do sistema econômico mundial e as características das realidades nacionais, como ainda as peculiaridades locais. Assim, têm em vista basicamente três níveis de escala de análise: global, nacional e local. Dessa forma, afirma que:

A uma economia desenvolvida e situada no 'centro do sistema econômico mundial' corresponderá um tipo de metrópole mundial, enquanto, no outro extremo, a um país de baixo nível de desenvolvimento (como a Índia, por exemplo) corresponderá outro tipo de metrópole mundial (ABLAS, 1993, p. 47).

E aprendeu-se com TABB (1990) que, se é possível colocar num mesmo grupo as cidades mundiais/globais de países centrais como Nova York, Londres e Tóquio por terem uma série de semelhanças no papel que desempenham na economia mundial, por outro lado, uma análise mais apurada revela que mesmo entre essas cidades mundiais/globais existem diferenças devido aos seus contextos nacionais e locais.

Cabe colocar em relevo, mais uma vez, que o autor considera São Paulo, concomitantemente, uma cidade mundial/global devido ao seu papel econômico e político na economia global e uma metrópole subdesenvolvida, devido aos grandes contrastes socioeconômicos presente na cidade. Essa duas "partes" da cidade, segundo o autor, constitui a peculiaridade de uma cidade mundial/global de um país semiperiférico. Observe o seguinte fragmento:

Tais dados configuram uma clara preferência das empresas estrangeiras por se localizar na metrópole paulista, reafirmando a sua vocação de cidade mundial [...] Aqui [em São Paulo] se aglomera o que existe de melhor e de pior na sociedade brasileira [...] duas faces que constituem a dualidade da metrópole paulistana: cidade mundial e metrópole subdesenvolvida (ABLAS, 1993, p. 49).

Contudo, é pertinente destacar que cidades mundiais/globais dos países centrais como Nova York, Londres e Tóquio, apresentam cada vez mais contrastes sociais, o conhecido fenômeno da "polarização social". De qualquer modo, sabe-se que esses contrastes são em menor grau se comparados com cidades de países semiperiféricos, como LEVY (1997) demonstrou em seu trabalho a respeito de Londres e São Paulo.

Por fim, é importante comentar a rica visão que ABLAS (1993) tem sobre as cidades mundiais/globais e com a qual estou de acordo. O autor reconhece que essas cidades exercem funções essenciais no atual processo de acumulação capitalista, não se restringindo a um grupo restrito de cidades dos países centrais, por exemplo, mas uma ampla e variada rede de cidades que inclui países em

diferentes graus de desenvolvimento. Por outro lado, explicita que cada cidade apresenta peculiaridades nessa inserção ao sistema.

Também compreende que o fato de São Paulo apresentar tantos contrastes sociais, não nega a cidade mundial/global existente na metrópole. E, sim, a insere nessa rede de cidades carregando esse contexto de país semiperiférico. A “cidade mundial/global” e a “metrópole subdesenvolvida” formam uma só cidade, com toda essa complexidade. Como Milton SANTOS (1990) destacou:

Metrópole de um país subdesenvolvido industrializado, São Paulo é, certamente, o melhor exemplo, no Terceiro Mundo, de uma situação de *modernidade incompleta*. Nela se justapõem e se superpõem traços de opulência, devidos à pujança da vida econômica e suas expressões materiais, e sinais de desfalecimento, graças ao atraso das estruturas sociais e políticas. Tudo o que há de mais moderno pode aí ser encontrado, ao lado das carências mais gritantes (SANTOS, 1990, p. 13).

Evelyn LEVY (1997) realizou um interessante trabalho, intitulado “*Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo*”. Interessante porque a autora se propõe a estudar a questão da gestão pública por meio dos conceitos de descentralização e eficiência, em uma cidade notadamente denominada *mundial/global*, como é o caso de Londres, pertencente a um país central. E a cidade de São Paulo, localizada em um país semiperiférico⁵ (ARRIGHI, 1998), a respeito da qual há controvérsias sobre sua condição de mundial/global.

Nesse sentido, a autora realiza um esforço para não perder de vista as especificidades que podem explicar os diferentes resultados ou mesmo similaridades de processos mundiais em ambas às cidades. Assim, afirma:

A comparação entre cidades não pode negligenciar a intensidade dos ritmos de urbanização a que estão sujeitos [...] A intensidade do ritmo de urbanização de São Paulo parece não poder ser afastada como uma das variáveis explicativas de sua ‘desorganização’ (LEVY, 1997, p. 130).

Observe um exemplo a respeito da comparação de fenômenos nas duas cidades em questão, concernente à desindustrialização:

Assim como no caso de Londres, verifica-se ao longo do período 1960/1980, uma progressiva perda de importância da capital na indústria do Estado e do país [...] A desindustrialização da capital não é tão intensa quanto no caso de Londres, mas [...] [há] uma progressiva descentralização da indústria do Estado de São Paulo [...] O município de São Paulo passa a concentrar serviços especializados⁶ [...] A economia paulistana caminha para um padrão de cidade global (LEVY, 1997, p. 146-147).

⁵ Utiliza-se o termo “*semiperiférico*” no mesmo sentido de ARRIGHI (1998), ou seja, “*exclusivamente para nos referirmos a uma posição em relação à divisão mundial do trabalho*” (p. 144). Com esse mesmo sentido, utiliza-se os termos “*centro*” e “*periferia*”.

⁶ Para a autora é a partir de 1970 que a economia da cidade de São Paulo começa a mostrar um novo perfil. Porém, vale ressaltar, que quando LEVY (1997) diz que o município passa a concentrar serviços especializados, destaca entre esses serviços, os ligados à produção, sociais, pessoais,

Sendo assim, o ponto central do trabalho de Evelyn LEVY (1997) é se a descentralização político-administrativa pode ser uma resposta para enfrentar as diversas questões que se apresentam nas cidades, principalmente em cidades mundiais/globais. Logo, pontua algumas dessas questões.

É interessante colocar em relevo que a autora, embora tenha dado maior ênfase aos problemas, também destacou o ambiente criativo presente nas cidades mundiais/globais. Criatividade que, por sua vez, também é absorvida pelo capital, tornando-se mercadoria.

[...] as megacidades apresentam hoje características e problemas, graves e novos, que estão em busca de respostas. São Paulo se deteriora a olhos vistos a cada dia. As finanças nova-iorquina continuam cambaleantes, enquanto suas ruas continuam pontilhadas por *homeless*. A *banlieu* parisiense é um crescente foco de mal-estar. O mercado informal de trabalho se expande incessantemente em Londres. A violência urbana, o domínio do narcotráfico, o abandono de crianças estão presentes em qualquer grande cidade do planeta [...] Ao lado disso, no terreno contíguo, desenvolvem-se algumas das atividades mais criativas e essenciais à economia e cultura contemporâneas (LEVY, 1997, p. 16).

Assim, LEVY (1997) salienta que adotou o conceito de cidade mundial/global porque “melhor reflete o conjunto de processos que as caracteriza” (p.19), destacando que esse conceito, “define a maior parte das metrópoles contemporâneas” (LEVY, 1997, p. 33).

Nesse sentido, é interessante conferir sua definição para a cidade mundial/global, bem como por que São Paulo se enquadra nesse conceito. Sendo assim, para a autora o conceito de cidade mundial/global relaciona-se ao maior destaque dos fluxos internacionais, com um declínio das cidades e regiões industriais nos anos de 1970, associando-se a um deslocamento de empregos para algumas cidades de “Terceiro Mundo”; como também aumento das correntes migratórias em nível internacional. Desse modo:

Esses fluxos, em grande medida determinados pelo fortalecimento das ETNs [Empresas Transnacionais], acabaram por criar uma nova hierarquia de cidades: aquelas nas quais se concentra o controle das atividades transnacionais. Esse é o sentido da *cidade mundial* (LEVY, 1997, p. 36).

Assim, é interessante observar a noção sistêmica que a autora apresenta, por exemplo, ao destacar o declínio de empregos em algumas cidades, referindo-se

distribuição, comércio ambulante e reparação (LEVY, 1997, p. 147). Esses serviços citados pela autora não são exatamente o que a literatura sobre o assunto costuma denominar, essencialmente, de “serviços especializados”. De qualquer forma, foi interessante a inclusão do “comércio ambulante” nesses serviços, tendo em vista que sua expansão é também consequência do processo de globalização.

essencialmente a cidades do chamado “Primeiro Mundo” (para utilizar a denominação que se apresenta no livro da autora) e, por outro lado, o deslocamento desse emprego para certas cidades do “Terceiro Mundo”. Outro fator que merece destaque é a importância dadas as ETNs – Empresas Transnacionais –, e não necessariamente ao mercado financeiro. Embora se saiba da estreita ligação entre estes.

Quanto a São Paulo, justifica seu enquadramento como mundial/global porque

[...] é pólo preferencial de ligação com a economia mundial, reúne as atividades terciárias mais especializadas, é o mais importante centro de produção de informações e divulgação cultural. Ao mesmo tempo, como outras *ciudades mundiais*, tem observado uma fragmentação de seu mercado de trabalho, o que se traduz em maior heterogeneidade social (LEVY, 1997, p. 167).

E, ainda, a autora destaca que no período estudado – 1982-1993, quase todas as características que se verifica em Londres enquanto cidade mundial/global, também se observa em São Paulo. São seis características descritas pela autora, resumidamente, a saber: 1) pontos nodais de relação entre a economia mundial e o território nacional; 2) estrutura ocupacional com uma elite internacional e altamente remunerada, com novas funções de baixa remuneração, bem como a expansão da economia informal; 3) essa estrutura ocupacional leva a uma polarização social (que assume maior gravidade em países semiperiféricos/periféricos); 4) transformações urbanas tais como a construção de grandes áreas com grandes edifícios, elitização de certas áreas, degradação de áreas urbanas em contraste com a renovação de outras; 5) perda crescente de controle local; 6) crescimento de conflitos políticos devido às demandas contraditórias: de um lado, o capital internacional e, de outro, as necessidades locais (LEVY, 1997, p.38-39).

Mas, há uma exceção, ou seja, uma característica encontrada apenas em Londres:

[...] a municipalidade de São Paulo não teve de se defrontar com pressões de organizações internacionais em relação a investimentos públicos na mesma medida que Londres, não preenchendo portanto todas as características referidas [de cidade mundial/global] (LEVY, 1997, p.212).

Porém, como a própria autora destacou, apesar de diversas características semelhantes, São Paulo tem as suas especificidades, ou seja, não é exatamente como outras cidades mundiais/globais. LEVY (1997) assevera que essa fragmentação do mercado de trabalho, diminuição do salário e aumento da

terceirização, como outras características associadas ao período atual, no caso brasileiro tornam-se mais complexas, pois:

[...] há um quadro constituído na fase anterior, de marcadas desigualdades não somente de renda e riqueza, mas também de capital social, o que não era o caso das sociedades que passaram pelo fordismo. Nessas se constitui um 'patamar mínimo', um substrato sobre o qual a sociedade contemporânea se move (LEVY, 1997, p. 158).

Dessa forma, na análise de seu trabalho como um todo, percebe-se que a autora defende que no Brasil e, portanto, em São Paulo, não se concretizou plenamente um período fordista, no qual, por exemplo, o Estado de Bem-Estar Social se fez marcadamente presente. Nesse sentido, lembra-se da questão da "modernização incompleta" no Brasil, comentada por diversos autores como M. SANTOS (1990).

Desse modo, na visão da autora, a qual se compartilha, as mudanças ocorridas no contexto da globalização tiveram impactos diferentes nos lugares, a depender do contexto histórico-geográfico. Assim,

O declínio do Estado de Bem-Estar e da democracia representativa mostrou-se mais real no caso britânico que no brasileiro. Ainda que se tenham criado, no Brasil, algumas estruturas estatais que lembravam as instituições do Estado de Bem-Estar, a transferência de riqueza, ou a oferta universal de serviços e a promoção da cidadania não se deram aqui (LEVY, 1997, p. 210).

Nesse sentido, a autora conclui que em São Paulo as tendências fragmentárias e a polarização social tornam-se mais graves, pois:

[...] se dão sobre um tecido urbano bastante precário, e não sobre uma cidade que, nas décadas precedentes, cuidou de criar uma oferta muito significativa de habitação e transporte, além de outros equipamentos urbanos. O resultado é que as desigualdades de condições urbanas são muito maiores do que as existentes em Londres (LEVY, 1997, p. 212).

Por fim, ressalta-se que o principal objetivo da autora em seu trabalho era verificar se a descentralização seria a melhor forma de administração para responder as necessidades da cidade mundial/global. Assim, LEVY (1997) afirma que:

Como conclusão geral pode-se afirmar que a descentralização [segundo definição da autora, descentralização é a transferência de funções do Estado central para as comunidades locais, com autonomia financeira e política (p. 63)] pode ajudar a governabilidade de cidades diferenciadas internamente e pode se tornar um caminho para mobilizar recursos e energias locais, inclusive nas tentativas de regeneração econômica (LEVY, 1997, p. 216).

Porém, é necessário destacar que, embora LEVY (1997) acredite que a descentralização, de uma maneira geral (e inclusive para o governo de São Paulo),

possa contribuir para se alcançar uma melhor prestação de serviços à população (e, nesse sentido, percebe-se que sua principal preocupação é com uma administração que beneficie a população como um todo), argumenta que a descentralização precisa ocorrer sob determinadas condições, senão o seu efeito pode ser contrário. Desse modo,

[...] a descentralização pode efetivamente contribuir para maior democracia e eficiência à condição de que outras ações sejam empreendidas pelo Estado, caso não existam previamente. Na ausência dessas condições [aumento da informação para os cidadãos sobre seus direitos e o funcionamento do governo, como ainda uma educação para a democracia (p.213)], possivelmente o resultado será inverso àquele do enunciado [...] A descentralização torna-se eficaz onde se desenvolveu a sociedade civil [...] A descentralização, para promover maior equidade, necessita de instituições centrais, democraticamente controladas, que promovam a redistribuição dos recursos, que, ao sabor das forças do mercado, ou em alguns casos, como consequência das políticas adotadas pelos demais níveis de governo, tendem a se concentrar (LEVY, 1997, p. 20, 213-214) .

É interessante destacar que a autora utiliza os termos *cidade mundial*, *cidade global*, *megacidades* e *metrópole pós-moderna*, tendo o mesmo sentido.

O artigo de Bianca MEDEIROS (1997), intitulado: “*São Paulo, cidade global? Testando algumas hipóteses sobre cidades mundiais na periferia*”, apresenta alguns aspectos que merecem atenção. Antes, ressalta-se que o presente trabalho é resultado do “*VII Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional)*”, sendo que além do artigo de MEDEIROS (1997), também se analisará outros dois trabalhos desse Encontro, intitulados “*São Paulo, cidade global?*” de Maria SAMPAIO e Paulo PEREIRA (1997); e “*Polarização social e novas territorialidades em São Paulo: diferentes faces da cidade mundial*” de Maura VÉRAS (1997).

Primeiramente, MEDEIROS (1997) ressalta que utilizará os termos *cidade mundial* e *cidade global* como indistintos. Porém destaca que estudiosos americanos diferenciam os termos *mundial* e *global*. Embora não se tenha encontrado isso na investigação das indicações bibliográficas realizadas pela autora sobre o assunto, muito menos (não de forma direta) no decorrer da presente dissertação.

Nesse sentido, há CASTELLS (2006) que faz uma diferenciação entre “mundial” e “global”, mas concernente à economia, e não exatamente a respeito das cidades. Embora, tudo indique que a transposição seja possível. Observe:

A economia informacional é global. A economia global é uma nova realidade histórica, diferente de uma economia mundial [...] em que a acumulação de capital avança por todo o mundo [...] desde o século XVI. Uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar como

uma unidade em tempo real, em escala planetária (CASTELLS, 2006, p. 142).

A autora questiona por que a teoria da cidade mundial e cidade global é tão popular “entre nós”, já que estudiosos norte-americanos não consideram São Paulo como *cidade global*, mas apenas como *mundial*. Observe:

Mas se São Paulo, a despeito de sua significativa atividade financeira, está longe de ser considerada, entre os *scholars* americanos, uma cidade global, e é apenas vista como uma cidade mundial de importância secundária, por que estes paradigmas são atualmente tão populares entre nós? Talvez parte da resposta esteja na nossa recorrente fascinação por modelos explicativos importados (MEDEIROS, 1997, p. 804).

Portanto, de acordo com a autora, esses estudiosos americanos consideram São Paulo somente como *mundial*. Contudo, nesse sentido, cita apenas um estudioso, na verdade inglês, Peter HALL (1996).

Dessa forma, destaca que HALL (1996) afirma existir somente três “cidades globais consensuais” – Nova York, Londres e Tóquio, sendo São Paulo uma cidade mundial, com ligações internacionais, mas não exercendo “comando global” no sistema.

Todavia, em um estudo mais recente desse autor, HALL (1998) não parece continuar a compartilhar por inteiro desse posicionamento, já que considera a possibilidade de São Paulo ser incluída no rol das cidades mundiais/globais. Embora continue a considerar Nova York, Londres e Tóquio as cidades mundiais/globais incontestáveis.

Assim, HALL (1998) não diferencia os termos *mundial* e *global*, os tratando como iguais. Sua classificação para as cidades nesse estudo de 1998, é diferente da classificação do trabalho de 1996, a saber: internacional ou global; sub-global; e, regional. Mas, como o estudo de MEDEIROS (1997) é anterior a esse estudo de HALL (1998), não haveria como a autora ter acesso a essa análise, a meu ver, mais interessante do autor.

De qualquer forma, é fato que grande parte dos estudiosos dos países centrais, local onde “surgiram” essas teorias, se dedicam a estudos de cidades dos seus países, muitas vezes nem mencionando as cidades de países semiperiféricos ou periféricos, como é o caso de São Paulo. Mas, como se observou no primeiro tópico desse capítulo, há exceções. Saskia SASSEN (1998), por exemplo, indica em um de seus estudos que São Paulo é uma cidade mundial/global.

Assim, poderia se fazer a mesma questão que MEDEIROS realizou: se, prioritariamente, as teorias de cidade mundial/global dizem respeito às cidades dos

países centrais, então por que estudá-las à luz das cidades localizadas em países semiperiféricos? Provavelmente, a resposta esteja em compreender as mudanças que estão ocorrendo no processo de reprodução das cidades, tendo em vista a atuação planetária dos atores hegemônicos e seu “resultado” ao encontrar as condições “locais”.

Logo, as teorias de cidade mundial/global permitem investigar o processo de inserção da cidade e suas conseqüentes transformações, tendo em vista a atual divisão internacional do trabalho. Então não é apenas “fascínio por modelos explicativos importados”, é consideração das forças sistêmicas globais, que atuam nos *lugares*. Todavia, o “fascínio” por modelos importados, porventura, pode motivar alguns pesquisadores.

Mas o “fascínio” que Bianca MEDEIROS (1997) menciona, em certa medida, pode ser explicado. Florestan FERNANDES (1968) em “*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*”, ao analisar o estudo de um fenômeno que se sucede primeiro no exterior, à luz da Sociologia, realiza duas ponderações importantes: 1) o fato de vários recursos conceituais, metodológicos e teóricos serem construídos a partir dos países desenvolvidos, local onde se iniciou primeiramente determinado fenômeno; 2) é necessário uma criteriosa adequação dos recursos conceituais, metodológicos e teóricos produzidos nos países centrais para se estudar fenômenos semelhantes em países periféricos. Confira:

Por fim, é ponto pacífico que os recursos conceituais, metodológicos e teóricos da Sociologia foram construídos através da observação, análise e interpretação de alguns países da Europa e dos Estados Unidos. O chamado mundo subdesenvolvido não só apresenta uma enorme variedade de situações histórico-sociais distintas, que contrastam com a desses países, como dificilmente se poderiam explorar frutiferamente aqueles recursos [...] sem uma criteriosa adequação [...] (FERNANDES, 1968, p.30).

Dessa forma, embora Florestan FERNANDES (1968) tenha se referido à Sociologia, pode-se estender as outras Ciências. O “fascínio” deve-se, em grande parte, ao fato de que é nos países centrais, muitas vezes, que se iniciam certos fenômenos e, conseqüentemente, surgem as primeiras teorias explicativas. A questão principal é que tais fenômenos, ao se expandirem para outras regiões do planeta, mesmo que assumindo especificidades em relação aos países centrais, estimulam pesquisadores, principalmente do mundo subdesenvolvido, a estudarem as teorias produzidas nos países centrais, numa tentativa de compreender plenamente o “novo fenômeno local” constatado nas regiões periféricas.

Assim, entende-se que o “fascínio”, adjetivo que, no caso, carrega uma intenção pejorativa, ou seja, que pesquisadores, *a priori*, assumem modelos explicativos dos países centrais, sem maior capacidade de ponderação e análise; não é a única face dessa busca por “modelos explicativos importados”. A outra seria um esforço legítimo de compreensão da dinâmica *global* e suas inter-relações com a realidade *local*.

MEDEIROS (1997) faz uma interessante observação, mostrando a sua preocupação com a assunção de modelos importados sem critérios; que, nesse caso, compartilha-se integralmente:

Mais do que procurar por outra Nova Iorque ou Tóquio em São Paulo, é preciso definir um modelo meta-teórico que seja capaz de inteligir como forças produzidas no cenário internacional assumem formas distintas em lugares específicos, de acordo não apenas com níveis diferenciados de desenvolvimento econômico, mas igualmente de acordo com culturas e conformações sócio-espaciais particulares (MEDEIROS, 1997, p. 807, grifo meu).

Deseja-se destacar mais três aspectos no trabalho da autora. Primeiramente, ao analisar os dois trabalhos de FRIEDMANN (1995a [1986];1995b), nota que esse considerou São Paulo, em seu estudo de 1986 (1995a), como uma cidade mundial/global primária da semiperiferia, se destacando na conexão entre o “centro” e a “periferia” no hemisfério Sul. Já no estudo datado de 1995 (1995b), FRIEDMANN muda os seus posicionamentos, considerando São Paulo apenas como “uma importante articuladora nacional” (MEDEIROS, 1997, p. 804). E retira da lista de cidades mundiais/globais Buenos Aires e Rio de Janeiro, as quais constavam como cidades mundiais no estudo de 1986 (1995a). Tais estudos foram abordados no *primeiro tópico* desse trabalho. Sendo assim, o que interessa nesse momento são as críticas que MEDEIROS (1997) fez a esses trabalhos de FRIEDMANN (1995a [1986]; 1995b).

Nesse sentido, a autora afirma lembra que FRIEDMANN (1995b), em seu estudo de 1995, “parece aplicar critérios mais estreitos – e economicistas, pode-se dizer – à sua análise” (MEDEIROS, 1997, p. 804).

Assim, questiona a saída do Rio de Janeiro e Buenos Aires da lista de cidades mundiais/globais, como também critica o posicionamento de FRIEDMANN em relação a São Paulo, o qual considera a cidade como “uma importante articuladora nacional”.

Mas é importante ressaltar que São Paulo continua na lista das cidades mundiais/globais composta de 30 cidades, sendo a única cidade mundial/global da América do Sul. O topo dessa lista de FRIEDMANN (1995b), como MEDEIROS (1997) destaca, é reservado para as metrópoles dos países centrais, com apenas duas exceções – Hong Kong e Cingapura. Desse modo, a autora afirma:

[...] classifica São Paulo apenas como uma 'importante articuladora nacional', esquecendo-se, talvez, das observações por ele mesmo feitas em 1986 sobre o papel cumprido por aquela cidade em arranjos econômicos internacionais (MEDEIROS, 1997, p. 804).

É importante realizar apenas uma ponderação. Há um movimento da História. Logo, nada está estático. Assim, é perfeitamente possível duas cidades serem retiradas da lista, como é o caso de Buenos Aires e Rio de Janeiro, num interstício de aproximadamente dez anos; bem como o autor reconsiderar a função da cidade de São Paulo no sistema mundial. Se analisar a lista de cidades mundiais/globais de 1986 e 1995, é possível verificar que há um maior número de cidades mundiais/globais na lista mais recente. Isso permite o raciocínio que houve um “novo arranjo dos lugares”, ou seja, do “espaço global de acumulação” (FRIEDMANN, 1995b), fruto do processo de globalização.

IGLECIAS (1999), em sua dissertação, trabalha com alguns indicadores que permitem observar a perda da liderança do Rio de Janeiro ao longo do tempo para a cidade de São Paulo. Confira um exemplo:

[...] grande parte da crescente liderança da RMSP [Região Metropolitana de São Paulo] ocorreu às expensas do esvaziamento econômico do estado do Rio de Janeiro, que em 1980 era sede de 25 dos 100 maiores grupos privados estrangeiros no Brasil, e em 1996 passou a ser sede de apenas 12 (IGLECIAS, 1999, p. 64).

Acredita-se que a tarefa de precisar o grau de participação das cidades na articulação da economia global é difícil, sendo que, muitas vezes, indicadores como a quantidade de sedes de multinacionais, quantidade de vôos internacionais, número de instituições financeiras etc., não conseguem retratar satisfatoriamente a realidade. Entretanto, apesar de ser uma forma “funcionalista” (ver KOULIOUMBA, 2002) e criticada por alguns teóricos, é um caminho (não único e nem isolado) para o estudo das cidades.

Outra questão do trabalho de MEDEIROS (1997) que se deseja abordar é o fato de São Paulo se constituir ou não numa cidade mundial/global em sua interpretação. Nesse sentido, a autora pondera que São Paulo tem uma “significativa atividade financeira” (p.804), porém,

[...] se levamos em conta outras variáveis relativas ao que se convencionou chamar de 'qualidade de vida' [segundo a autora indicadores como a porcentagem do salário gasto com alimentação, número de recém-nascidos mortos para cada 1000 nascimentos, número de telefones por 100 habitantes, etc.], São Paulo está muito mais próxima da Cidade do México e de Buenos Aires do que de Nova Iorque, Tóquio ou Londres (MEDEIROS, 1997, p. 805).

Assim, a autora ressalta que São Paulo “é muito mais do que esses números possam expressar” (MEDEIROS, 1997, p. 805). Nesse ponto denomina São Paulo de “cidade mundial” (entre aspas) da América do Sul. Acredita-se que “as aspas” tem o intuito de destacar a especificidade do fenômeno na metrópole subdesenvolvida. Confira:

[...] a 'cidade mundial' da América do Sul, por conta de suas condições históricas particulares e de sua localização geográfica, nos oferece um instigante exemplo de como a perversa combinação entre padrões globais de acumulação econômica e modelos tradicionais de distribuição social inscrevem-se no espaço (MEDEIROS, 1997, p. 805).

Por fim, cabe destaque a seguinte relação que a autora realizou: se autores como SOJA (1989) e SASSEN (1991) apontam a presença nas grandes metrópoles da Europa Ocidental e dos EUA:

[...] de 'Third World spaces', ilhas de segregação e pobreza enraizadas nestas cidades. Ao se falar de uma cidade do 'Terceiro Mundo' como São Paulo, pode-se usar essa mesma alegoria invertendo, contudo, sua equação, e apontando a existência de 'First World spaces', ilhas de riqueza e poder cercadas de miséria por todos os lados (MEDEIROS, 1997, p. 805-806).

Assim, os “First World spaces” seriam as “ilhas de excelência globalizadas” citadas por SANTOS (2002), KOULIOUMBA (2002) e FIX (2003), ultrapassando o sentido das “centralidades” de negócios. Dessa forma, engloba todos os espaços da cidade produzidos para a classe mais favorecida economicamente, do lazer à moradia.

Talvez uma especificidade do fenômeno da cidade mundial/global em São Paulo resida exatamente aí: no continuísmo e reforço da exclusão social, mas tendo novos fatores na sua produção. No que concerne aos novos fatores, Ana Fani A. CARLOS (2005) destaca:

O processo de reprodução do capital realiza-se, hoje, através de três setores importantes: o financeiro, o de lazer e turismo e o do narcotráfico – todos através da produção do espaço [...] Este momento revela um movimento de passagem da hegemonia do capital industrial como indutor do processo de urbanização para o capital financeiro (CARLOS, 2005, p. 29 e p.33).

No artigo – “*São Paulo, cidade global?*”, de Maria SAMPAIO e Paulo PEREIRA (1997), os autores buscam elementos para responder se São Paulo

“caminha” para um conceito de cidade global⁷. Sendo assim, percebe-se, desde o início, que partem do pressuposto de que o fenômeno da cidade global não está consolidado em São Paulo e, sim, em possível formação.

Dessa forma, os autores compartilham com a idéia de que as economias nacionais estão, cada vez mais, buscando atender às exigências da economia mundial, como LENCIONI (1998) destacou. Nesse sentido, preocupam-se em investigar em que medida certas transformações verificadas na cidade, podem ser atribuídas a processos mundiais. Observe:

[...] esse texto examina em que medida a reestruturação produtiva através de processos locais de desconcentração industrial, desindustrialização e modernização do terciário em São Paulo podem ser atribuídas a aqueles processos mundiais. *Procura discutir a concordância entre os estudiosos que apontam a articulação destes processos – globais e locais – como responsável pela emergência de uma forma espacial nova: a Cidade Global* (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, grifo meu).

Percebe-se que a noção de *cidade global* dos autores é significativamente importante, já que entendem a cidade mundial/global como uma nova forma espacial, fruto das relações entre o *global* e o *local*. Nesse sentido, reconhecem a especificidade do fenômeno ao reconhecer uma articulação entre as duas “escalas”.

Sendo assim, primeiramente, os autores apresentam um panorama das transformações econômicas ocorridas em âmbito mundial para, em seguida, relacionar com o contexto local.

Ressaltam que apesar do comércio global não se configurar um fenômeno novo, “o que caracteriza este final de século é a sua escala e sua extensão no setor informacional” (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1037). Logo:

Dois aspectos distinguem a globalização [a globalização, segundo os autores, incluem a internacionalização da economia, a globalização das finanças e seguros comerciais, a mudança na divisão internacional do trabalho] atual de fases anteriores: a formação de espaços transnacionais para a atividade econômica, onde os estados desempenham um papel secundário e o fato desses espaços transnacionais de atividade econômica serem localizados em territórios nacionais governados por nações soberanas (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1037).

Compreende-se o que os autores disseram a respeito do papel secundário do estado-nação nessa fase do capitalismo. Entretanto, é importante ponderar que esse “papel secundário” não é tão secundário assim quanto pode parecer num primeiro momento. Pois há grandes transformações que somente podem ser realizadas por

⁷ Os autores utilizam somente o termo *cidade global*. Assim, se respeitará a terminologia dos autores. Haja vista que, num determinado momento do trabalho, indicam que diferenciam os termos *cidade mundial* e *cidade global*. Contudo, isso será abordado mais adiante.

meio de uma política pública, já que o Estado tem a capacidade de agir em escala nacional. Não é somente através da política das corporações que as mudanças espaciais são colocadas em marcha. Aliás, essas corporações, freqüentemente recorrem ao Estado para implantar efetivamente seus projetos.

Nesse sentido, José Luís FIORI (1997) relaciona diretamente as transformações ocorridas no Brasil em meados dos anos 1990 com uma política gestada pelos países centrais para uma “homogeneização das políticas econômicas nacionais” (p.12) de países semiperiféricos/periféricos, por meio da imposição do modelo do “Consenso de Washington”, descrito abaixo. Ressalta-se que essa “homogeneização” só poderia ser implantada pelo estado-nação. Logo,

[...] era um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI e pelo BIRD em mais de sessenta países de todo mundo [...] Um programa ou estratégia seqüencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário [...]; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’; liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico (FIORI, 1997, p. 12).

Desse modo, os próprios autores – Maria SAMPAIO e Paulo PEREIRA (1997) – também destacam, em uma análise pertinente e lúcida, as conseqüências dessa política de Estado citada acima para o país. Assim, segundo os autores, a implantação do Plano Real e a abertura da economia provocou uma concorrência à indústria nacional, uma vez que produtos importados “chegavam por preços impensáveis para os empresários brasileiros” (p. 1038).

Porém, a análise mais interessante a esse respeito feita pelos autores, é quando destacam que essa concorrência chega aos empresários nacionais num contexto em que estes estavam acostumados com altos índices inflacionários, repassando os custos, inclusive de ineficiência, ao consumidor. Logo, o empresariado nacional precisou reestruturar seus processos a fim de se manter no mercado.

Portanto, torna-se claro com a análise de FIORI (1997) que o Plano Real e a política de privatização, por exemplo, consolidadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), não responderam essencialmente a demandas internas do país. Mas foram, sobretudo, a “realização” de uma política orquestrada em escala mundial, especialmente pelos Estados Unidos.

Dessa forma, os autores prosseguem no diagnóstico de alguns processos de transformações internacionais e suas conseqüências na escala nacional. Assim como outros estudiosos, ressaltam a importância da informação nas atividades econômicas, sendo, ela própria, força motriz da economia atual. Nesse sentido, consoante com a análise de CASTELLS (1989; 2006), que inclusive cunhou o conceito de “cidade informacional” para ressaltar a importância dos fluxos de informação na produção do espaço. Logo asseveram que:

[...] essa nova lógica de localização [referem-se ao hoje já conhecido processo de desconcentração concentrada das indústrias] é governada pelo acesso à informação, onde é importante o uso de novas tecnologias de comunicação para transmissão rápida de dados e conhecimentos. *A informação é considerada como o petróleo deste fim de século* (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1042, *grifo meu*).

Destacam também a importância das telecomunicações, do capital financeiro e o processo de modernização do terciário. Analisam esses três setores à luz das transformações ocorridas nos últimos anos, sempre marcando o posicionamento que tais transformações se relacionam e, muitas vezes, são conseqüência direta de uma reestruturação mundial. Observe:

As economias nacionais estão cada vez mais procurando se adaptar às exigências da economia mundial. As economias das nações industrializadas estão se tornando cada vez mais interligadas, através do comércio global e dos produtos globais. Esse processo de globalização que está em curso tem causado impactos na hierarquia das cidades (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1036).

Mas não desprezam as condições internas nacionais. Sendo assim, salientam, por exemplo, que a economia brasileira passa por um processo de reestruturação, considerando que a globalização teve um impacto significativo no país. Isso porque o Brasil estava em um período de crise e, portanto, fragilizado. Colocam em relevo, também, a situação de São Paulo. Confira:

Estamos atravessando um processo de reestruturação da economia brasileira. Os reflexos da globalização estão tendo conseqüências na indústria e no conjunto da economia. São Paulo, como principal centro industrial do país, não podia deixar de sentir os efeitos dessa reestruturação. O impacto no país desses processos de globalização foi reforçado pelo fato de terem surgido, nas economias centrais, numa época em que o Brasil estava especialmente fragilizado, mergulhado em profunda crise, o que contribuiu para aumentar o atraso tecnológico (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1038).

Assim, após ponderações a respeito de transformações no cenário mundial e suas conseqüências no país, os autores se dedicam a analisar alguns setores econômicos na cidade de São Paulo, que mostrariam um processo de

modernização, como dizem, “uma nova face” (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p.1042) da cidade.

Portanto, no exame da indústria em São Paulo, ressaltam que a imagem de cidade industrial ficou “esmaecida”. Mas compreendem que, embora mais atenuada, a face industrial dessa cidade não pode ser considerada coisa do passado. Segundo os autores, as telecomunicações e o setor financeiro asseguram a reestruturação industrial e a modernização do terciário na cidade de São Paulo. Assim, dizem que:

[...] a indústria paulistana se reestruturou e [...] vem acumulando, ao lado de sua atividade industrial um terciário desenvolvido [...] procurando ressaltar que ela [a cidade de São Paulo] está longe de perder a sua imagem industrial, insistimos que se trata de uma outra indústria, para uma outra época, que parece apenas se iniciar. As telecomunicações e a importância global das finanças parecem ser as atividades que melhor sinalizam estes inícios (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p.1042 e 1049).

Nesse sentido, realizam uma análise não apenas da indústria, mas também das telecomunicações e do setor financeiro da cidade de São Paulo, com o intuito de demonstrar as transformações que a globalização causou na cidade, bem como explicitar o “caráter internacional” da cidade por meio dessas atividades.

Sucintamente, sobre a indústria, ainda é interessante destacar que os autores asseveram sobre uma mudança de fluxos, pois atividades que antes eram relegadas ao segundo plano porque eram consideradas improdutivas, hoje são consideradas fundamentais. Como por exemplo pesquisa e desenvolvimento de produtos, ou mesmo marketing, comunicação e design. Sobre as telecomunicações, afirmam que estas

[...] reforçam a peculiaridade histórica de São Paulo na economia brasileira, deste século: centro hegemônico da reprodução do capital no país [...] Assim, as principais empresas, principalmente, os grandes grupos multinacionais nacionais e estrangeiros, estão sediados em São Paulo (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1045).

E quanto ao financeiro, ressaltam a concentração espacial do setor na cidade, bem como o volume de negócios. Confira:

A participação do município de São Paulo na concentração do sistema financeiro é impressionante, a partir de qualquer indicador [...] Entre os serviços, o setor bancário é um dos mais ágeis e expressa a centralidade da metrópole, que constitui o centro financeiro da América Latina (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1047, grifo meu).

Mas, a despeito de todas essas observações dos autores sobre os setores da economia, é necessário realizar algumas ponderações. Primeiramente, apesar de no final do texto os autores citarem alguns problemas desses setores no país, mais especificamente na cidade de São Paulo, o texto é marcado pela “exaltação” da

primazia de São Paulo no comando da economia nacional como, também, da América Latina, no caso do setor financeiro.

Maria SAMPAIO e Paulo PEREIRA (1997), nesse processo de análise dos setores econômicos, fazem algumas projeções que não se confirmaram, pelo menos até o momento. Por exemplo, disseram que o mercado imobiliário paulistano tendia a se globalizar, sendo este outro indicador da vocação internacional de São Paulo. Mariana FIX (2003) mostra em seu trabalho que não é exatamente assim. Grande parte do setor imobiliário, segundo FIX (2003) é dominado por empresas nacionais, de cunho familiar. Apesar de já se fazerem presentes algumas empresas internacionais.

O que se pretende demonstrar é que os autores concluíram que São Paulo caminha, sim, para o conceito de cidade global. E possivelmente, nesse afã de mostrar a face “internacionalizada” da cidade, cometeram alguns exageros. Mas isso é apenas uma observação.

Contudo, é preciso reconhecer que, no final do artigo, resumidamente, os autores destacam as fragilidades na infra-estrutura da cidade, bem como do país: deficiências na malha rodoviária, nos portos, nas ferrovias, nas telecomunicações. Dessa forma, encerram o trabalho indicando o que poderia ser considerada a especificidade da globalização na cidade de São Paulo, a saber, os seus contrastes socioeconômicos. Tendo em vista que “as características da urbanização dependente tem raízes históricas profundas, mas constantemente renovadas” (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p.1042).

Nesse sentido, faz lembrar Luiz ABLAS (1993) ao tratar de São Paulo como cidade mundial/global e/ou metrópole subdesenvolvida; abordando, assim, esses diferentes “pólos” da cidade.

Dessa forma, é interessante destacar que os autores assumem uma postura que indica que, se São Paulo é cidade global, só poderia ser nessa condição de profundos embates. Confira:

Talvez, pudéssemos afirmar que há fortes tendências para São Paulo responder a complexidade da atual globalização, porém deixamos evidente que há muito atraso a superar. Mas, não seria esta a grande peculiaridade histórica de São Paulo: exacerbar contrastes. Tal é como se poderia conceber uma cidade global no hemisfério sul [...] (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1051).

Há ainda duas questões que se gostaria de levantar. Em uma passagem do artigo, os autores deixam a hipótese que diferenciam o conceito de *cidade mundial* e

cidade global, sendo que essa última seria essa nova forma espacial decorrente da globalização. Entretanto, não apresentam elementos para se realizar essa afirmação efetivamente, nem para apontar o que teria de diferente entre os conceitos. Observe:

Nesta trajetória histórica a atual reestruturação produtiva da indústria paulista, corresponde a um fenômeno mundial novo, *associando-se a desconcentração industrial das grandes cidades mundiais enquanto Cidade Globais*. Na reestruturação industrial recente as cidades manifestam os imperativos da nova ordem mundial para a qual se constituem em base material e cultural necessária a transformação internacional da produção e do comércio (SAMPAIO; PEREIRA, 1997, p. 1042, *grifo meu*).

E, por fim, o muitas vezes difuso conceito de “modernização”. Não se sabe da real intencionalidade do conceito – *modernização* – utilizado pelos autores para se referir às mudanças ocorridas especialmente no setor terciário e na indústria de São Paulo, já que não explicitaram uma definição. Lembra-se que um *tópico* de seu trabalho denomina-se “*A modernização do Terciário: uma nova face de São Paulo*”. Se for possível concordar com Costa PINTO (1967), que a modernização é um fenômeno que ocorre, prioritariamente, “de fora para dentro”, parece ser coerente a escolha do *termo* para descrever as atuais transformações do setor terciário na cidade. Observe:

[...] modernização é um processo que consiste na adoção, por uma sociedade em mudança, de padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e idéias característicos de sociedades mais avançadas enquanto desenvolvimento, por outro lado, implica mudanças estruturais que alteram basicamente o perfil de sua estrutura econômica e social [...] [sendo que] a modernização representa uma transformação *de fora para dentro*, enquanto o desenvolvimento consiste em mudanças de *dentro para fora* (PINTO, 1967, p. 193-194).

Logo, como se ressaltou acima, o uso da palavra “modernização” parece acertado em seu artigo, já que para os autores os tipos de transformações ocorridas na economia brasileira como um todo estão diretamente relacionadas com as exigências da acumulação capitalista em âmbito mundial, ou seja, “de fora para dentro”. Esse dado provavelmente ajuda a explicar os contrastes presentes na cidade de São Paulo e no Brasil. Pois, se os atores hegemônicos locais já imprimem ações “alheias” a maioria da população, é de se imaginar, que os atores hegemônicos globais, sejam vetores de ações tão ou mais distantes dos interesses da população em geral.

Diferentemente do trabalho de MEDEIROS (1997) analisado anteriormente, o qual questiona se São Paulo é uma cidade mundial/global, ou mesmo do artigo de SAMPAIO e PEREIRA (1997), que percorre um caminho para tentar verificar o grau de efetivação do conceito de cidade global em São Paulo, Maura VÉRAS (1997)

parte do pressuposto que São Paulo é uma cidade mundial (utiliza somente o termo *cidade mundial* e não o termo *global*), não questionando em nenhum momento do seu artigo a própria teoria. Sendo assim, diz:

São Paulo hoje é considerada uma das cidades mundiais do planeta. Propomo-nos debater algumas das diferentes faces e enigmas dessa cidade mundial em especial no que se refere à sua dinâmica intra-urbana, a seus territórios, à segregação social e rebatimentos sobre a subjetividade e cidadania (VÉRAS, 1997, p. 1425).

Os dois principais temas que a autora trabalha são: a polarização social e a questão da identidade em uma cidade mundial como São Paulo. Assim, apresenta brevemente algumas características consideradas “emblemáticas” para se definir uma cidade mundial, com o intuito de focar as desigualdades sociais geradas.

Destaca-se que a autora utiliza a expressão “polarização social”, sempre relacionando a um traço comum das cidades mundiais, inclusive São Paulo, ou seja, relaciona diretamente a polarização social existente em São Paulo com o fato desta se constituir uma cidade mundial. Veja:

São Paulo concentra as polaridades das cidades mundiais, apresentando processos contraditórios que abrangem desde as conhecidas tendências à desconcentração metropolitana, à diminuição do número de indústrias e terceirização [...] como a crescente exclusão e misérias sociais [...] A par do inegável crescimento do setor terciário em São Paulo [...] a desigualdade no espaço é flagrante. São Paulo apresenta as características de freqüente polarização da cidade mundial (VÉRAS, 1997, p. 1452-1453, 1457, grifo meu).

Da forma que é apresentada a sua análise no artigo, pode fazer o leitor interpretar que a denominada polarização social verificada em São Paulo, é a mesma que se encontra em Nova York, por exemplo. Os “fatores geradores”, de certa forma, são os mesmos, ou seja, a *atual* polarização social é consequência da reestruturação produtiva, da reorganização da economia com a emergência do setor financeiro, a partir de meados dos anos 1970. Mas, há os fatores internos dos *lugares*. Assim, tudo indica que em países semiperiféricos/periféricos do sistema, a polarização social tende a se mostrar mais acentuada, justamente porque ocorre sobre uma estrutura social já bastante deficitária, como LEVY (1997) demonstrou.

Em um dado momento de seu artigo, VÉRAS (1997) afirma que:

São Paulo preenche quase todas as condições para ser capaz de exercer seu papel competitivo internacional, mas o faz parcialmente: recursos humanos altamente qualificados (mas há analfabetos e sem qualificação) novas formas de cooperação produtiva e empresarial, pequenas e médias indústrias limpas (de alta tecnologia e não poluentes) [...], mas há forte presença ainda de pequenas e médias indústrias comparada aos novos investimentos. O desemprego cresceu muito nos últimos anos, houve queda

do assalariamento e a exclusão social chamou a atenção de todos, pesquisadores e cidadãos (VÉRAS, 1997, p. 1457, *grifo meu*).

De certa forma, esse posicionamento destacado acima parece, a princípio, paradoxal. Pois, se VÉRAS (1997) entende que São Paulo seja uma cidade mundial, como afirmou em diversos momentos do texto, se compreende que as cidades mundiais/globais exercem funções de controle na economia global e, ainda, se diz que a polarização social de São Paulo reforça o argumento de cidade mundial/global para a cidade, tendo em vista que as cidades mundiais apresentam essa polarização; pergunta-se, como São Paulo pode *“exercer seu papel competitivo internacional parcialmente, se é uma cidade mundial/global”*?

Provavelmente, o “paradoxo” apresentado pode ser compreendido a partir da noção de especificidade do fenômeno. Logo, esses contrastes apresentados pela autora, podem indicar uma das peculiaridades do fenômeno da cidade mundial São Paulo.

Nesse sentido, vale a pena conferir o que Milton SANTOS (1994) destaca sobre os circuitos da economia, principalmente, o desenvolvimento do circuito superior marginal que ocorre, prioritariamente, em cidades de países subdesenvolvidos. O circuito superior marginal responde a demandas de consumo locais. Observe:

[...] a modernização de atividades é simultânea à expansão de formas econômicas menos modernas que abrigam uma parcela da ‘pobreza’ urbana, permitindo a existência de um setor econômico diferenciado do setor de grande capital [Dessa forma, o circuito superior cria o consumo], o circuito inferior é o domínio da produção exigida por um consumo que não pode ser respondido no circuito superior [...] Já o circuito superior marginal trabalha segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, mas é, em grande parte, resposta às necessidades de consumo localmente induzidas, o que o aproxima do circuito inferior (SANTOS, 1994, p. 94-96).

Milton SANTOS (1994) ainda observa que o circuito superior marginal surge nas cidades do Terceiro Mundo, exercendo duas funções, concomitantes:

[...] como um obstáculo a oligopolização completa da economia e como uma de suas condições [...] As camadas sociais com mais baixa renda, pelas suas exigências de consumo e pela sua própria situação no espaço urbano, justificam o funcionamento de circuitos de distribuição não completamente oligopolizados ou modernizados (SANTOS, 1994, p. 96-97).

Nesse sentido, e o seu texto de certa forma nos mostra isso na prática, a autora assevera que existe uma dificuldade em se analisar as cidades mundiais, devido ao “embate” entre o global e o local. Isso porque, em sua visão, são cidades

que concentram “a face internacionalizada, de capitalismo avançado e a *singularidade* do terceiro mundo” (VÉRAS, 1997, p. 1453, *grifo meu*).

É importante observar, na citação acima, que a autora se refere a qualquer cidade mundial, indistintivamente de se encontrar nos países centrais ou periféricos. Assim, é possível se reporta a alguns livros e artigos como de TABB (1990) e SASSEN (1998) que realmente apontam uma maior “polarização social”, mesmo nas cidades mundiais de países centrais como Nova York.

Entretanto, é necessário ter cautela. Pois como LEVY (1997) assevera em seu livro, mesmo que a globalização tenha aumentando as diferenças sociais e a dificuldade de mobilidade social em países centrais e semiperiféricos/periféricos, a maneira que isto atinge as sociedades desses países ocorre de forma diferenciada. LEVY (1997) recorda que, por exemplo, no Brasil, o chamado “Estado do Bem-Estar Social” mal se estabeleceu, diferentemente dos países centrais, onde estão localizadas cidades como Londres e Nova York. Observe:

A história de Londres converte-se em um interessante contraponto: ressalta a importância que as políticas habitacionais e o transporte público tiveram em organizar a cidade. Esses dois tipos de política, somados às políticas de rendas do Estado do Bem-Estar explicam o fato de os indicadores intra-urbanos de Londres não apresentarem diferenças tão significativas como as encontradas em São Paulo (LEVY, 1997, p.203).

Portanto, embora estejamos todos no mesmo período histórico, as conseqüências positivas e negativas dependem do contexto histórico-geográfico dos *lugares*, bem como das atuais políticas que são implementadas.

Possivelmente esse posicionamento de VÉRAS (1997) a respeito da polarização social, pode ser parcialmente compreendido pelo fato de ter utilizado como referência Jordi BORJA (1994), o qual diz que tanto Nova York, Tóquio, Londres, Paris, Cidade do México, Cingapura, Hong Kong e São Paulo, são cidades globais; pólos dinâmicos da economia global. Tal perspectiva pode induzir a uma “análise homogeneizadora” dessas cidades. Assim, citando BORJA (1994), diz que “10% da economia global se enquadra como pólo dinâmico em sistema planetário, dominando o restante que funciona ‘marginalmente’” (VÉRAS, 1997, p. 1453).

Por fim, cabe salientar mais dois aspectos, de certa forma, já apontados nessa análise. Primeiro, a autora trabalha uma série de desigualdades sociais, bem como de políticas no restante de seu artigo. Como exemplo, pode-se citar o caso do transporte coletivo que é negligenciado pelo favorecimento do

[...] sistema viário para circulação de automóveis, provocando de um lado, os problemas de congestionamento e trânsito e de outro, uma total desfiguração dos espaços urbanos. Ao buscar lucros e condições vantajosas, o capital produz deslocamentos velozes de determinadas regiões urbanas para outras, provocando esvaziamento de outras (VÉRAS, 1997, p. 1458).

Nesse sentido, outro aspecto que merece destaque é sua análise sobre a “exclusividade residencial” e a distância espacial entre *status* socioeconômicos diferentes (VÉRAS, 1997, p. 1460). Logo, afirma que a cidade mundial precisa atrair trabalho qualificado mas, por outro lado, acaba por isolar os mais pobres. E, acrescenta-se, os mais ricos ou com melhores condições socioeconômicas também ficam isolados. Mas confortavelmente isolados dentro de suas “fortalezas”, a um custo crescente. E, ainda, com real possibilidade de mobilidade localmente e, muitas vezes, internacionalmente. A “territorialidade” é para os pobres (BAUMAN, 1999).

Confira:

Surgem ‘áreas exclusivas’, separadas por lógicas próprias de consumo – condomínios fechados, *shopping centers* etc. Alphaville, Tamboré, Granja Viana, são exemplos de suburbanização de altas e médias rendas na região metropolitana de São Paulo (VÉRAS, 1997, p. 1460).

Dessa forma, a autora diz que esses processos (favorecimento das classes sociais mais abastadas) resultam em “*uma cidade fragmentada*” (VÉRAS, 1997, p. 1460). Tal análise nos remete a denominada *metrópole corporativa fragmentada* tratado por Milton SANTOS (1990). Observe:

O baixo poder aquisitivo da maioria da maioria das populações periféricas é, pois, responsável pela relativa imobilidade de uma grande parcela da população [...] Como os pobres se tornam praticamente isolados até onde vivem, podemos falar da existência de uma metrópole verdadeiramente fragmentada (SANTOS, 1990, p. 89).

E o outro (e último) aspecto que se deseja destacar do texto de VÉRAS (1997), é a questão da identidade em uma cidade mundial como São Paulo que já foi denominada “*cosmopolita brasileira*” (VÉRAS, 1997, p. 1460). Tema extremamente interessante e complexo que evidencia o *indivíduo*, além de suas determinações econômicas. Assim, preocupa-se com as “novas territorialidades que combinam determinantes econômicos aos de etnicidade” (p. 1460), pois entende que “a identidade é construída também com bases territoriais” (p. 1461). Sendo assim,

A cidade reflete as relações humanas, lugares do encontro e desencontro. Além das funções econômicas, sobretudo produção e circulação, a cidade precisa do encontro [...] A preocupação com seus sujeitos, o direito ao território, suas identidades, suas almas, é também garantia de cidadania (VÉRAS, 1997, p. 1470).

Wagner IGLECIAS (1999), em sua dissertação intitulada “*São Paulo: alguns impactos socioeconômicos da mundialização do capitalismo sobre uma metrópole periférica – o vetor sudoeste como um estudo de caso*”, trabalha com algumas idéias interessantes para este trabalho, inclusive com o conceito de cidade global (utiliza somente *cidade global*).

Sendo assim, afirma que São Paulo é hoje a grande conexão da economia brasileira com a economia mundial. Nesse sentido diz que a economia atual está baseada em dois pilares:

[...] indústrias de alta tecnologia, que se concentram nos novos complexos de produção (tecnopólos) e a economia de serviços e gestão do capital, situada prioritariamente nos espaços metropolitanos (IGLECIAS, 1999, p. 46).

O autor destaca a estruturação espacial dessa economia. Assim, acredita que a expansão mundial das relações capitalistas fez surgir não somente uma nova organização produtiva, como também uma “nova organização espacial das atividades de produção e valorização do capital” (IGLECIAS, 1999, P. 46). Sendo assim, afirma que:

[...] temos visto que as atividades gerenciais responsáveis pelos processos globalizados de produção de bens e de valorização do capital não são assim tão concentrados, pois várias metrópoles ao redor do mundo vem tornando-se crescentemente sede de escritórios avançados das corporações transnacionais que se espalham pelos países e continentes (IGLECIAS, 1999, p. 48).

Nesse sentido, o autor compartilha com o pensamento de CASTELLS (2006), o qual entende que a economia atual é composta por uma rede de cidades, cada qual desempenhando uma função dentro dessa rede, não se restringindo aos países centrais. Sendo a cidade mundial/global, na visão de CASTELLS (2006), um processo. Mas IGLECIAS (1999) pondera a respeito do conceito de cidade mundial/global. Confira:

[...] não há um tipo ideal de cidade no capitalismo contemporâneo, mas apenas um sistema de cidades através do qual se dá a mundialização deste mesmo capitalismo, onde as diferentes metrópoles desempenham funções variadas, embora semelhantes entre si, e ocupam nichos específicos dentro das hierarquias estabelecidas no interior deste sistema. Daí a dificuldade de conceber um ideal-tipo de cidade capitalista contemporânea, ou mesmo de utilizar conceitos em voga como ‘cidade global’, o qual no máximo pode constituir-se como uma categoria analítica voltada ao estudo de um grupo reduzido de cidades (IGLECIAS, 1999, p. 52).

Dessa forma, para o autor, a cidade mundial/global pode ser uma arcabouço teórico que se justifique para a análise de algumas cidades, indicando que estas estão localizadas nos países centrais. Nesse sentido, se aproxima de CARVALHO

(2000), a qual diz que seria melhor utilizar outro conceito para analisar a cidade de São Paulo, tendo em vista, que o conceito de cidade mundial/global se justificaria para observação apenas das cidades dos países centrais.

Todavia para IGLECIAS (1999) existem as cidades globais e as cidades que participam dessa rede apenas parcialmente, através de suas “centralidades”. Observe:

Se Nova York, Londres e Tóquio podem ser conceituadas como cidades globais dada à influência praticamente planetária que exercem sobre os processos de valorização do capital, em muitas outras metrópoles o que se estabelece, no máximo são *ilhas espaciais e temporais de globalidade* [...] Uma espécie de nova Liga Hanseática, cujos limites e dimensões são agora planetários [...] É possível que esteja em marcha à formação de um enorme sistema urbano, de caráter transnacional, composto pelas poucas cidades efetivamente globais e pelas ilhas de globalidade presente em várias cidades localizadas em muitos países. É através deste novíssimo sistema urbano que se expressa material e territorialmente a mundialização do capital (IGLECIAS, 1999, p. 50-51).

A idéia das “ilhas de globalidade” é semelhante à de alguns autores como M. SANTOS (2002) ao falar de “espaços da globalização” e KOULIOUMBA (2002) ao se referir a “ilhas de excelência globalizadas”.

De fato é uma questão polêmica sobre a legitimidade de se usar o conceito de cidade global para compreender cidades de países semiperiféricos/periféricos, tendo em vista que o ambiente de construção do conceito ocorreu, a princípio, em países centrais. De qualquer forma, tem uma outra forma de perceber a questão, com a qual se compartilha nesse trabalho. Com a crescente internacionalização da economia, comandada pela reestruturação produtiva e a crescente importância do setor terciário/quaternário, especialmente, o setor financeiro da economia, uma nova dinâmica socioespacial começou a surgir, cuja estruturação ocorre em escala planetária. Assim, o conceito de cidade mundial/global coloca em relevo os setores e os atores hegemônicos desse processo, os quais atuam mundialmente.

Dessa forma, é uma teoria que auxilia na compreensão dos fenômenos, mas que sem a observação das estruturas locais, pode levar a uma distorção da análise da realidade. Logo, não se trata de aderir cegamente o conceito ou de rechaçá-lo, *a priori*. E sim compreendê-lo dentro dessa perspectiva, que tal conceito intenta explicar a ação e as características dos atores hegemônicos do capital que atuam em escala planetária. Portanto, muitas vezes, fenômenos locais podem ser parcialmente explicados pelas dinâmicas globais. É nesse sentido, acredita-se, que o conceito pode ser útil para análise. Como TABB (1990) demonstrou, nem entre as

“cidades globais consensuais” (HALL, 1996) os fenômenos se apresentam exatamente iguais, ou seja, há diferenças.

Quanto à questão de apenas uma parte da cidade poder ser considerada “global”, haja vista as atividades desenvolvidas, é preciso lembrar que mesmo Nova York, por exemplo, notadamente “mundial/global” segundo a literatura sobre o tema, não tem em sua espacialidade como um todo, as atividades que caracterizariam uma cidade mundial/global. Evidentemente, que não se pretende aqui dizer que São Paulo e Nova York são iguais. Mas ressaltar que, efetivamente, as “atividades globais” se apresentam em “pontos” do território. Contudo, provavelmente, há mais “pontos” ou “centralidades” em Londres ou Nova York do que em São Paulo.

Outro aspecto que se pode considerar é a respeito do entorno dessas “centralidades”, que em São Paulo se apresentam com uma maior exclusão social se comparado com as “cidades consensuais globais”. E, ainda, um fator distintivo fundamental: o grau de desenvolvimento dos países e sua posição no sistema capitalista. Mas, como Milton SANTOS e María SILVEIRA (2001) ressaltaram, se nem todos os espaços são globais

[...] seja como for, o comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é, direta ou indiretamente, influenciado e, em muitos casos, subordinado, acarretando com isso efeitos não desejados e não previsíveis. Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e os lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesmas e desordem para o resto (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 257-258).

Por outro lado, o autor destaca que, embora comparações entre cidades com realidades tão distintas como Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo, Seul e México, as quais, segundo ele, se constituem como alguns dos pólos do sistema urbano mundializado, sejam complicadas, é necessário reconhecer que:

[...] há uma série de características sociais, econômicas, culturais e políticas comuns que são cada vez mais perceptíveis em todas estas aglomerações urbanas [...] Elas são, na sua maioria, cidades ‘pós-fordistas’, com o predomínio do setor de serviços e emprego de recursos tecnológicos avançados em grande parte dos processos produtivos; sediam o capital global, ou suas filiais espalhadas pelo mundo [...] Constituem os maiores mercados consumidores [etc.] [...] As forças econômicas globais incidem não apenas sobre a funcionalidade econômica destas cidades, mas também sobre suas estruturas socioespaciais [...] Estas metrópoles têm sofrido fortes processos de desindustrialização [...] Por conta disso, enfrentam o desemprego estrutural [...] (IGLECIAS, 1999, p. 52-53).

Nesse sentido, IGLECIAS (1999) resalta a desigualdade social presente em São Paulo. Afirma que

São Paulo [...] insere-se nesta nova dinâmica urbana mundial como pólo de articulação da economia brasileira com os fluxos globais de capital [...] [mas]

convive com grande déficit social [...] Trata-se, efetivamente, de um paradoxo difundido por muitas cidades do mundo e típico da época atual [...] Este paradoxo, encontra contornos ainda mais dramáticos quando se dá no cenário brasileiro, especialmente em São Paulo, onde a ocorrência de uma distribuição de riqueza minimamente equânime nunca foi observada e onde a coexistência de contingentes sociais extremamente díspares foi sempre uma característica marcante (IGLECIAS, 1999, p. 16-17).

Dessa forma o autor assevera a respeito da explosão da violência na cidade de São Paulo, antes restrita a denominada “periferia” e que atualmente está generalizada pelo espaço urbano, “invadindo” inclusive a “ilha de globalidade”, representada pelo Vetor Sudoeste da cidade⁸. Assim, IGLECIAS (1999) afirma que essa situação ilustra as conseqüências da adoção da estratégia de:

[...] preparar um pequeno recorte da cidade para ter competitividade internacional e ignorar todo o restante. A questão de fundo é: até que ponto a construção de uma ilha de globalidade, pelo capital privado e pelo Estado, é eficaz em manter tal espaço asséptico e imune à violência, à pobreza, à decadência econômica e ao abandono que se passam fora dela? Ou, estendo-a ao plano nacional, até que ponto o desenvolvimento brasileiro vai poder continuar se dando aos saltos, sempre a adentrar a novos ciclos de inserção internacional sem no entanto resolver os desequilíbrios criados pelos ciclos anteriores? (IGLECIAS, 1999, p. 163).

O autor faz uma interessante análise, destacando a questão da sociabilidade entre estratos sociais extremamente distintos. Assim, ressalta a proximidade espacial do “Vetor Sudoeste”, com seu distrito de negócios e a vizinhança pobre do entorno. Nesse sentido nota que isso se constitui em elemento novo, na medida em que a situação atual não pode ser compreendida na perspectiva adotada anteriormente de necessidade recíproca entre eles. Segundo IGLECIAS (1999), a diferença está “nos processos de valorização que são atravessados por condicionantes efetivamente globais” (IGLECIAS, 1999, p. 21), especialmente para os mais abastados. Assim, diz que há uma desconexão material e simbólica evidente entre esses contingentes sociais citados. Mas, não apenas isso. Confira:

Não apenas deles entre si [os contingentes sociais], os quais já parecem óbvios, mas também deles com aquilo que convençamos chamar de sociedade, essa categoria sociológica que nos acostumamos a identificar tanto com a idéia de metrópole. Os laços que ligam indivíduos entre si através de relações sociais presididas por uma medida comum podem estar definitivamente rompidos, sejam nos circuitos superiores da economia urbana, sejam nos inferiores (IGLECIAS, 1999, p. 21).

Dessa forma, afirma que o conceito da metrópole clássica, a qual conhecemos nos escritos de Engels, por exemplo, vinculada aos processos de

⁸ O autor entende como “Vetor Sudoeste” o seguinte recorte: “a extensão da Avenida das Nações Unidas, também conhecida como Marginal Pinheiros, compreendida no trecho de 5 quilômetros entre a Avenida dos Bandeirantes e a Ponte Transamérica, na zona sudoeste da cidade de São Paulo” (IGLECIAS, 1999, p. 17).

modernização, tendo o trabalho industrial como principal organizador da vida e da sociabilidade, pode está a implodir. Hoje, de acordo com o autor, seja em metrópoles dos países centrais do capitalismo mundial ou não, há uma diminuição do contato social. Mais do que isso. Esses estratos sociais tão distintos não “compartilham de uma gama mínima de valores e de uma medida comum através da qual possam estabelecer o diálogo, marcar as distinções e interagir socialmente” (IGLECIAS, 1999, p. 164). Nesse sentido, o autor propõe o termo “misantrópoles” para definir essa face da metrópole contemporânea. Observe:

Se os indivíduos [...] vivem muito mais a deslocar-se pelos espaços virtuais ou reais das torres de escritórios, ou se vivem reduzidos a circunscrições urbanas diminutas, por ocasião de estarem sendo descartados pelos processos de acumulação, o que temos é a desconstrução de nossas metrópoles, ou, pelo menos, do clássico conceito que as define. Mais correto, talvez, seria chamá-las de misanthropes. Do grego misanthropos, que se refere àquele que tem aversão à sociedade, que evita a convivência [...] (IGLECIAS, 1999, p. 164).

Por fim, cabe uma consideração que o autor realizou sobre a dualização do mercado de trabalho urbano. IGLECIAS (1999) discorda de interpretações como a de SASSEN (1991; 1998) que defendem tal dualização no mercado de trabalho, como também, no espaço. De acordo com o autor, as transformações das funções econômicas das cidades mundiais/globais ou, ainda, das “ilhas de globalidade” (presentes em cidades que não estão localizadas em países centrais) não conduzem necessariamente a uma dualização do mercado de trabalho urbano e do espaço. Assim, assevera que:

No entanto, a transformação das funções econômicas destas cidades não conduz, necessariamente, como afirmam alguns autores, a dualização do mercado de trabalho urbano, e tampouco a reflexos disso na totalidade da espacialidade urbana. A importância e a diversidade econômica destas metrópoles e o desempenho das novas funções relativas às conexões com os fluxos globais do capital pode dar origem a uma vasta gama de atividades intermediárias, tanto salarial quanto funcionalmente (IGLECIAS, 1999, p. 53).

O que chama a atenção na análise exposta acima é que o próprio autor trabalha com a “dualização do mercado de trabalho e espacial” ao tratar do “Vetor Sudoeste” da cidade. Ainda é importante destacar que SASSEN (1998) reconhece também a importância de “setores intermediários” na dinâmica da economia, sobretudo em escala local. No entanto afirma que estes setores são os que têm deixado as grandes cidades. Observe:

Na verdade são estes setores intermediários da economia (tais como o trabalho rotineiro em um escritório, matrizes que não estão engrenadas com os mercados mundiais, a variedade de serviços solicitados por uma classe média que, em grandes contingentes, se deslocou para as periferias) e a

população urbana (a classe média) que podem e que têm deixado as cidades (SASSEN, 1998, p. 159).

De qualquer forma, as transformações econômicas indicam, de fato, a existência de uma série de atividades que se desenvolvem em diferentes circuitos da economia, especialmente nos países pobres, com o desenvolvimento do “circuito superior marginal” (SANTOS, 1994), por exemplo. Mas possivelmente no que concerne ao salário, tem-se uma nítida “dualização” (salários “altos” ou “muito baixos”, com uma diminuição drástica de salários, que poderiam ser incluídos numa faixa “intermediária”).

Enfim, IGLECIAS (1999) não nega completamente a existência da cidade global em países que não são centrais do sistema capitalista. Mas diz que a cidade global nesses lugares se apresentam na forma de “ilhas de globalidade”, indicando que o fenômeno está restrito a algumas áreas da cidade e não na cidade como um todo.

Eduardo MARQUES e Haroldo TORRES (2000), em um artigo intitulado “São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades”, abordam o fenômeno da cidade global, destacando os problemas metodológicos para se “verificar” tal fenômeno em “cidades globais de segunda ordem”. Destaca-se que os autores utilizam somente o termo cidade *global*. Assim, se respeitará esse fator nos momentos da apresentação de suas idéias. Nesse sentido, a definição de cidade global para os autores é a presente na literatura sobre o tema. Confira:

De especial interesse para este artigo são as análises que, de modo mais sistêmico, têm usado a idéia do sistema mundial para explorar a existência de uma rede de cidades através da qual os mais importantes fluxos de informação, capital e recursos estariam circulando. *As mais importantes decisões da economia mundial estariam sendo tomadas nesses lugares especiais, denominados ‘cidades globais’* (MARQUES; TORRES, 2000, p. 143, grifo meu).

Dessa forma, asseveram que, tradicionalmente, existem duas maneiras de proceder à pesquisa sobre as cidades globais. Uma destas abordagens é através da checagem de algumas características que se consideram atributos das cidades globais, tais como desindustrialização, localização de sedes de empresas multinacionais, aumento de serviços produtivos e mercados financeiros etc. (MARQUES; TORRES, 2000, p. 144). A essa forma analítica denomina-se “análise dos atributos”. Outra maneira de investigação é por meio de uma “análise relacional”, que procura mostrar a relação de uma cidade específica com os principais nós da rede de cidades.

Nesse sentido, os autores alertam que realizar a checagem dos “atributos” de cidades globais para Nova York, por exemplo, é relativamente simples. Pois, notadamente, sabe-se que “lá se concentra parte significativa do fluxo financeiro mundial – a atividade econômica fundamental na economia global dos anos 1990” (MARQUES; TORRES, 2000, p. 145). Mas, segundo os autores, a análise dos atributos para “cidades globais de segunda ordem”, torna-se mais difícil. Confira:

Estas não apenas não concentram uma parte tão significativa do poder financeiro mundial, como suas atividades de comando e ligações com fluxos globais são mais reduzidas. O que as torna globais é o seu papel de ‘porteiros’ ou ‘intermediadores’ na rede mundial de cidades, conectando regiões inteiras aos centros mundiais de comando de negócios (que por sua vez se conectam entre si e com as demais de segunda ordem) (MARQUES; TORRES, 2000, p. 145).

Assim, defendem que uma “análise relacional” é mais indicada para se abordar o fenômeno da “cidade global de segunda ordem”. Pois permite enfatizar as ligações dessa cidade global de segunda ordem com a rede de cidades, mostrando o nível de conexão entre elas e com os principais *nós* da rede de cidades,

[...] por meio de fluxos de pessoas, recursos e informação. Embora este método na maior parte das vezes descreva fluxos, representa mais do que isso, incluindo também o estudo das posições e da estrutura do sistema mundial de cidades (MARQUES; TORRES, 2000, p. 146).

Porém, salientam os autores, que a “análise relacional” também apresenta problemas, no sentido que nem sempre há dados empíricos suficientes que permitam auferir que “*certa cidade seja um nó importante na rede mundial*” (MARQUES; TORRES, 2000, p. 146).

Embora tais dados estejam disponíveis para as “cidades globais de primeira ordem” e outros centros importantes em países centrais, como Miami,

[...] nem sempre o está para cidades como São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México. Esta é talvez uma das explicações para a falta de estudos sobre as relações dessas cidades com as cidades globais, particularmente no caso brasileiro. Como consequência, embora alguns estudos internacionais incluam as grandes cidades latino-americanas como parte da rede global, a maioria dos autores não tem sido capaz de coletar evidências (algumas presentes na literatura brasileira) que permitam conectar de forma empiricamente consistente as dinâmicas globais com as transformações em curso nestas cidades (MARQUES; TORRES, 2000, p. 146).

Realmente essa observação dos autores sobre a forma analítica de estudo do fenômeno das *cidades mundiais/globais* nos “países de Terceiro Mundo” é muito pertinente. De fato, ao se analisar a obra de diversos autores que tratam de São Paulo e as cidades mundiais/globais, percebe-se o grande desafio que isso constitui. Pois, muitas vezes, os atributos mencionados pelos autores, na verdade, referem-se

a “primazia nacional” que a cidade exerce. É difícil “mensurar”. Até porque não é apenas uma questão de “números”: quantidade de vôos internacionais, quantidade de sedes de subsidiárias de multinacionais, quantidade de investimento estrangeiro direto etc. Há uma questão *qualitativa*, preocupação que os presentes autores expressam através da “análise relacional”, até mais complicada de se chegar do que a “análise dos atributos”. E, ainda, há os fatores internos que se relacionam com os “fatores externos”, por vezes, resultando em fenômenos semelhantes aos encontrados em países centrais (*locus* original de determinados fenômenos mundiais), mas com características específicas.

Nesse sentido, MARQUES e TORRES (2000) alertam que muitos fenômenos existentes em cidades consideradas globais dos países centrais, também estão presentes em cidades de países semiperiféricos/periféricos. Contudo, os mecanismos que produzem essas características são diferentes.

Como também, uma determinada característica que freqüentemente é atribuída às cidades globais, como a perda de empregos industriais, muitas vezes, não se restringe a estas cidades. Todavia, por outro lado, por exemplo, se uma cidade global como Nova York apresenta uma característica que contribui para identificá-la como global e uma outra cidade também tem essa característica, isso isoladamente, não faz essa *outra cidade* apresentar o fenômeno da cidade mundial/global. Observe:

A perda de empregos industriais é um dos atributos mais freqüentemente identificados como característica universal das cidades globais, mas não necessariamente restrito a elas (MARQUES; TORRES, 2000, p. 158).

Quanto a fenômenos semelhantes produzidos por processos diferentes:

É evidente que muitos desses conteúdos [desconcentração e modernização industrial; perda da participação de empregos e atividades industriais; crescimento no setor de serviços; aumento da taxa de desemprego; precarização das condições de trabalho] são similares aos presentes na literatura internacional que descreve o mercado de trabalho de cidades globais como Londres e Nova York. No entanto, os mecanismos que produziram estes efeitos nem sempre têm a mesma natureza (MARQUES; TORRES, 2000, p. 160).

Assim, vale conferir a análise dos autores a respeito da desconcentração industrial na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo). Notam que apesar de Nova York e Londres, por exemplo, apresentarem desconcentração industrial, assim como em São Paulo, aqui a explicação se deve mais provavelmente a “fatores locacionais clássicos” (MARQUES; TORRES, p. 155) como:

[...] preço da terra e o custo da mão-de-obra, bem como outras deseconomias de escala derivadas do tráfego pesado, de alto nível de poluição etc. [...] a desconcentração industrial em relação a RMSP, apesar de estabelecer um outro paralelo importante entre São Paulo e as cidades globais, não deve necessariamente ser explicada a partir da lógica produtiva presente naquelas cidades (MARQUES; TORRES, 2000, p. 155).

Essa questão da “desconcentração industrial” na RMSP é consideravelmente polêmica, pois diversos autores relacionam diretamente esse fenômeno com as transformações iniciadas em nível mundial com a denominada reestruturação produtiva, constituindo isto uma das características da cidade mundial/global, inclusive de São Paulo (CORDEIRO, 1993). Possivelmente, ambas as vertentes estejam corretas. E não se trata de “relativismo”. O resultado da desconcentração industrial ou desindustrialização relativa (LENCIONI, 2003) na RMSP, provavelmente, deve-se a combinação das duas vertentes apontadas acima, ou seja, relaciona-se a fatores “externos” e “internos”. Confira um fragmento de KOWARICK e CAMPANARIO (1986) a respeito das influências externas e internas na estruturação do espaço:

Embora os fatores estruturais impostos pelo modelo de desenvolvimento inspirado no exterior são cruciais, o status de uma cidade mundial como São Paulo é também grandemente influenciado por suas específicas condições urbanas locais, tal como as formas de povoamento humano, a organização política das comunidades e a participação do Estado no fornecimento de toda espécie de serviços (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 160).

Dessa forma, os autores defendem uma tese, a qual, de certa forma coincide com outros autores como Maria SAMPAIO e Paulo PEREIRA (1997), os quais dizem que os impactos da globalização na economia nacional foram mais profundamente percebidos com o processo de abertura econômica.

Assim, MARQUES e TORRES (2000) dizem que uma série de características verificadas na cidade de São Paulo, que enquanto “resultado” são semelhantes aos encontrados em “cidades globais consensuais” (HALL, 1996) como Londres são, de fato, resultados de processos locais. Consideram que somente nos anos 1990 com a abertura econômica (ver FIORI, 1997), pode-se verificar os mesmos processos que “fazem” outras cidades globais surgirem em São Paulo.

Nesse sentido, concatena-se com CASTELLS (2006) ao afirmar que embora a reestruturação produtiva e econômica tenha se iniciado nos anos 1970, é somente nos anos 1990 que realmente as mudanças se consolidarão nas empresas, na economia como um todo. Já que as “inovações” não são implantadas tão rapidamente. Há um período de “assimilação”. Veja:

Se considerarmos o surgimento do novo paradigma tecnológico [revolução tecnológica da informação] em meados dos anos 70 e sua consolidação nos anos 90, parece que a sociedade como um todo – empresas, instituições, organizações e povo – não teve tempo para processar as mudanças tecnológicas e decidir a respeito de suas aplicações. Portanto, o novo sistema econômico e tecnológico ainda não caracterizava economias nacionais inteiras nas décadas de 1970 e 1980 [...] (CASTELLS, 2006, p. 128).

Assim, MARQUES e TORRES (2000) destacam que:

A desconcentração da indústria e a precarização do mercado de trabalho paulista estavam presentes em diferentes graus desde os anos 1970 (no caso da desconcentração) e 1980 pode-se creditá-las a fatores predominantemente nacionais ou locais. *Apenas com a abertura comercial – ao se fortalecem os vínculos entre a economia brasileira e a economia mundial – parecem emergir os mesmos tipos de condição que formam ou produzem outras cidades globais* (MARQUES; TORRES, 2000, p. 167, grifo meu).

Por fim, os autores destacam que a primazia nacional de São Paulo não a torna automaticamente uma cidade global. Pois, “se assim fosse, também deveria ser atribuído a Lima, Santiago, Bogotá, Caracas, São Domingos etc.” (MARQUES; TORRES, 2000, p. 164). Contudo, como foi destacado acima, é com a abertura econômica nos anos 1990, que as transformações no mercado de trabalho, na produção e nos investimentos, apontam uma economia mais vinculada ao cenário mundial, provavelmente se constituindo no grande impulso para essas mudanças. Confira:

[...] é provável que as transformações mais recentes no mercado de trabalho e nas atividades econômicas e, em especial, o novo ciclo de investimentos se devam à constituição desse novo cenário produtivo no país. Trata-se de uma economia mais internacionalizada e com um novo padrão locacional de atividades produtivas, em que São Paulo teria, aparentemente, papéis de comando mais intensos do que os cumpridos até então [...] (MARQUES; TORRES, 2000, p. 167).

Assim, os autores não mencionam de forma direta se São Paulo é ou não uma cidade global, até porque se torna claro na observação do artigo que esse não é o objetivo, e sim a análise “dos novos conteúdos da metrópole paulista e do significado de suas ligações com a economia mundial” (MARQUES; TORRES, 2000, p. 140).

De qualquer forma, os autores apontam na direção de considerar São Paulo uma cidade global em formação a partir da abertura econômica dos anos 1990. Nesse sentido destacam o volume de negócios realizados pela Bolsa de São Paulo:

A maior parte deste movimento [volume de negócios] (mais de 90%) está concentrada na bolsa de São Paulo. Até os anos 1980 as bolsas de São Paulo e do Rio de Janeiro competiam pela primeira posição no mercado nacional, mas a internacionalização do mercado contribuiu para tornar a bolsa paulista a maior do país [...] *Para efeito de comparação, observe-se*

que em 1997 as bolsas de valores da Argentina, do Chile e do México movimentaram respectivamente US\$ 27,70, US\$ 7,45 e US\$ 52,65 bilhões, que correspondiam em conjunto a apenas 42,4% do movimento bancário [paulista] (MARQUES; TORRES, 2000, p. 166-167, grifo meu).

Eduardo NOBRE (2000) em sua tese denominada “*Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros*”, investigou a reestruturação econômica mundial ocorrida nos últimos trinta anos, tendo como foco principal a expansão do mercado imobiliário de escritórios em São Paulo.

Assim, afirma que uma das primeiras conseqüências da reestruturação econômica foi o surgimento de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), “onde as antigas potências industriais transfeririam parte da produção industrial mundial para alguns países periféricos” (NOBRE, 2000, p. 35). Desse modo destaca que a citada transferência é diferente da ocorrida no início do século XX, já que visa suprir o comércio mundial e não mais, prioritariamente, o local.

Portanto, segundo NOBRE (2000), pode-se verificar duas conseqüências territoriais da reestruturação econômica mundial. A primeira conseqüência é a transformação das paisagens urbanas e rurais dos países centrais, semiperiféricos e periféricos, tendo em vista:

[...] a desindustrialização (perda das atividades industriais), a adoção do modelo suburbano americano e a proliferação do uso do automóvel veio causar a contra-urbanização e o declínio urbano em vários países centrais, por outro a internacionalização da economia, a dispersão dos valores culturais “ocidentais” (dos países centrais) e as novas tecnologias acabaram por ocasionar a “explosão urbana” nos países semiperiféricos e periféricos entre as décadas de 70 e 80 [...] (NOBRE, 2000, p. 46).

A segunda conseqüência do processo de reestruturação da economia mundial, é a formação de uma rede de cidades globais⁹, que desempenham o papel de pontos nodais na articulação do atual estágio do sistema capitalista. Nesse sentido ressalta o papel das empresas transnacionais, como também das instituições financeiras, juntamente com os sistemas de transporte e comunicações. Veja:

Essas cidades fazem parte de um sistema de regiões urbanas interligadas pelos sistemas de transporte e telecomunicações, que através das corporações financeiras e multinacionais nelas sediadas são responsáveis pelo controle e expansão da produção do sistema econômico mundial (NOBRE, 2000, p. 47).

⁹ O autor diz que o termo *cidade mundial* foi suplantado por *cidade global* a partir de SASSEN (1991). Tendo em vista essa compreensão, NOBRE (2000) utiliza a expressão *cidade global*.

Logo está em consonância com outros autores como a SASSEN (1991; 1998) que destaca a importância do setor financeiro ou mesmo LEVY (1997) ao salientar o papel fundamental das ETNs (Empresas Transnacionais) no processo de globalização econômica. Observe o fragmento abaixo, no qual o autor destaca que as empresas transnacionais são os agentes principais do atual processo de internacionalização do capitalismo:

A partir dos anos 50, as multinacionais passaram a desempenhar um papel mais ativo na economia brasileira e mundial [...], pois intensificaram a transferência da produção industrial, enfatizando a exportação de capital, tecnologia e técnicas de gerenciamento para os países em que estavam instaladas, passando a ser o “agente principal de todo um capítulo novo da história da internacionalização da economia capitalista” (NOBRE, 2000, p. 65).

Considerando esses aspectos mundiais da reestruturação econômica, o autor analisa se em São Paulo essa reestruturação também se faz presente, como em outras metrópoles mundiais.

Assim, o autor trabalha sob um “tripé” para caracterizar o “antes” e o “depois” do atual processo de reestruturação econômica mundial na Grande de São Paulo, que se iniciou a partir da década de 1970. Desse modo, antes de 1970, a área era marcada pela concentração industrial, industrialização e metropolização. Mas a partir de 1970 três diferentes fenômenos marcam a região, representando o inverso do verificado antes do período citado, a saber: desindustrialização, terceirização e contra-metropolização.

Dessa forma, NOBRE (2000) afirma que no período entre 1930-1955, São Paulo se consolida como o maior centro industrial nacional e inicia o seu processo de metropolização. Essa concentração industrial se acentua, de acordo com o autor, no período conhecido como “Nacional Desenvolvimentismo” (1955-1975), cujo modelo se baseava no planejamento estatal, bem como “[...] no favorecimento ao capital monopolista através de empréstimos internacionais e dos IEDs – Investimentos Externos Diretos” (NOBRE, 2000, p. 64).

Cabe um parêntese a respeito de uma observação do autor sobre o ideário fordista no Brasil. NOBRE (2000) assevera que apesar de se fazer presente a transferência de técnicas de gerenciamento e organização do trabalho desde o período entre guerras, não foi criado no Brasil uma efetiva demanda por bens de consumo através de aumento salarial; ou seja, o “ideário fordista” não se realizou. Nesse sentido, possivelmente de acordo com LEVY (1997) a qual sugere em seu

estudo que o fordismo não se implantou, de fato, no país. Contudo, acredita-se que essa indicação de LEVY (1997) é mais concernente ao “ideário fordista”, tal qual é colocado por NOBRE (2000), e não exatamente uma negação da implantação de “técnicas fordistas” no parque industrial brasileiro. Veja o que NOBRE (2000) diz:

Apesar de transferência das técnicas de gerenciamento e de organização do trabalho ocorrer desde o período entre guerras, o ideário fordista da criação da demanda efetiva de bens de consumo, através da elevação da massa salarial operária, possibilitada pelo aumento da produtividade, não se fez sentir no Brasil, onde os salários nunca se igualaram aos dos operários americanos ou europeus (NOBRE, 2000, p. 65).

Porém, o autor assevera que a partir da década de 1970, a Região Metropolitana de São Paulo começa a passar por um processo de reestruturação econômica, diminuindo a concentração industrial e populacional (NOBRE, 2000, p. 69). Tal reestruturação, de acordo com o autor, está relacionada com o forte aumento do petróleo em 1973 que, por sua vez, provocou um “aumento do preço dos bens de produção e de insumos básicos importados” (p. 69). Assim, houve uma crise no orçamento do governo, forçando-o a rever sua política de desenvolvimento.

Logo é interessante destacar, como já é possível verificar, que o autor em sua análise relaciona a reestruturação produtiva em São Paulo com fatores externos e internos. Ou seja, um acontecimento mundial – aumento abusivo do petróleo –, acarretou mudanças na economia mundial e nacional, provocando uma ação política do governo federal. E, segundo NOBRE (2000), a opção política do governo brasileiro para reorganizar a economia nacional foi promover a desconcentração das atividades produtivas.

Desse modo, surgiu o II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979, que se fundava em investimentos na base produtiva industrial, com o intuito de “diminuir a dependência de insumos energéticos importados” (NOBRE, 2000, p. 70) por meio de uma desconcentração das atividades produtivas no país, observando as “vantagens comparativas e especializações regionais” (p. 71). Logo,

Como conseqüência, a Grande São Paulo, que vinha apresentando desde 1940 participação crescente na produção industrial brasileira, começou a sofrer um processo de reversão dessa concentração a partir de 70 (NOBRE, 2000, p. 72).

Todavia, os esforços de desconcentração produtiva, num primeiro momento, revelou como maior beneficiário o interior do próprio estado de São Paulo. Assim, concorreram para a interiorização da produção, além das políticas nacionais e regionais de desenvolvimento:

[...] os mesmos [fatores] que ocasionaram a fuga das indústrias nos países de capitalismo avançado: a perda das vantagens comparativas da produção em função de uma organização sindical forte, altos custos produtivos e salários elevados (NOBRE, 2000, p. 73).

Nesse sentido é que ocorre o processo denominado pelo autor de contra-metropolização, que tudo indica se tratar da “involução metropolitana” analisada por Milton SANTOS (1990). Observe:

As taxas média de crescimento anual do Município e da Região Metropolitana baixaram respectivamente de 4,79% e 5,44% entre 1960 e 1970, para 3,67% e 4,46% no decênio 70/80. No período 1980/1991, as taxas ficaram em torno de 1,16% e 1,93%, sendo pela primeira vez em muitos anos menores que a do Estado (2,13%) (NOBRE, 2000, p. 77).

Assim, o autor destaca que juntamente com esse processo de perda da importância da metrópole paulista como centro de produção industrial, há uma especialização de sua base econômica, voltada para o setor terciário. Logo,

Houve um grande crescimento de determinados setores da economia, que foram beneficiados pelas inovações tecnológicas no campo das telecomunicações e informática que ocorreram na metrópole a partir da década de 80 (...) Essas características levaram à expansão de sub-setores do terciário, cuja característica principal é a administração e o controle de informações (NOBRE, 2000, p. 84).

Assevera que entre os sub-setores do terciário, o setor bancário se destaca com 64% do patrimônio bancário do país, seguida pelas maiores empresas privadas por venda do setor industrial. “A terceira maior concentração foi do setor das maiores seguradoras por prêmios” (NOBRE, 2000, p. 85). E o setor comercial ficou em quarto lugar com 40% das maiores empresas do atacado e varejo.

Dessa forma, de acordo com NOBRE (2000), devido à perda de atividades produtivas nas grandes cidades, *inclusive em São Paulo*, há uma estratégia de compensação da fuga de capitais por meio da expansão do mercado imobiliário. Logo:

Antigas áreas industriais, terrenos vagos ou áreas decadentes dos centros urbanos deram lugar a grandes edifícios de escritório e megaprojetos imobiliários multiuso. Desenvolvimento imobiliário e crescimento econômico tornaram-se sinônimos e, mais do que uma simples estratégia, o grande *boom* imobiliário ocorrido na década de 80 nessas cidades [cidades que perderam atividades produtivas fruto da reestruturação econômica] foi causa, efeito e símbolo do crescimento financeiro do período. De forma semelhante, a cidade de São Paulo também apresentou um grande crescimento da promoção imobiliária como resultado do processo de reestruturação produtiva que privilegiou o setor terciário na reorganização espacial do trabalho (NOBRE, 2000, p. 136).

Desse modo, o autor *indica*, ao dizer que “o grande boom imobiliário ocorrido na década de 80 nessas cidades foi causa, efeito e símbolo do crescimento

financeiro do período” (NOBRE, 2000, p. 136), que compreende a relação entre capital financeiro e mercado imobiliário, de forma semelhante a análise realizada por Ana CARLOS (2004; 2005). Ou seja, o capital financeiro, atualmente, também se realiza através do mercado imobiliário. Assim, NOBRE (2000) diz que:

[...] a expansão do mercado imobiliário nessa década [anos 1980] ocorreu através da criação artificial de demanda, pois os edifícios foram construídos por razões financeiras (maiores taxas de retorno), e não por necessidades reais do mercado (...) A constituição de um mercado imobiliário de edifícios de escritório corresponde justamente a esse processo de valorização do capital imobiliário através da construção da mercadoria-escritório. Para tanto, é necessário que ele seja construído para aluguel ou venda, pois, do contrário, funcionaria como capital fixo no processo produtivo. (NOBRE, 2000, p. 126-131).

Portanto, segundo o autor, as modificações verificadas na metrópole de São Paulo, notadamente as mudanças em seu setor terciário, reforça a centralidade da região e a integra a rede de cidades globais. Veja:

Essas modificações no terciário metropolitano reafirmaram a centralidade da região, tornando-a a primeira praça financeira, comercial e de serviços do país e integrando-a ao grupo das Cidades Globais (NOBRE, 2000, p. 85).

Assim, considerando as transformações econômicas mundiais e seu impacto na realidade local – notadamente em São Paulo –, NOBRE (2000) realiza uma interessante análise que mostra algumas transformações na metrópole paulistana, tais como a diminuição de unidades produtivas e a expansão do mercado imobiliário. Importante também destacar em seu estudo, as relações traçadas entre o impacto do processo de reestruturação econômica mundial no país e a política pública decorrente.

Stamatia KOULIOUMBA (2002) em sua tese intitulada “*São Paulo: cidade mundial? Evidências e respostas de uma metrópole em transformação*”, se propõe a analisar algumas características da cidade, com o intuito de verificar as possibilidades e os limites do fenômeno da cidade mundial em São Paulo. Assim, segue a apresentação e discussão de alguns temas abordados.

Primeiramente, destaca-se o seu posicionamento a respeito dos conceitos de *cidade mundial* e *cidade global*. Esclarece que compreende ambos os termos como tendo o mesmo significado. Sua conceituação de cidades mundiais/globais, baseada em Peter HALL (1998) é interessante porque não se restringe a uma caracterização econômica da cidade. Considera, também, outros aspectos como o poder político. Assim:

As *cidades mundiais* são os centros de poder político, tanto nacional quanto internacional, bem como as sedes de organizações governamentais, são os

centros nacionais e internacionais do comércio e dos negócios [...] concentram as sedes bancárias, de seguradoras e de outros serviços financeiros, são os centros avançados das atividades de todos os gêneros (em medicina, em direito, em educação superior, e de aplicação dos conhecimentos científicos na tecnologia) [...] centros de processamento e difusão de informação, por meio da imprensa e da mídia, e são também os centros de consumo [...] entretenimento e de outras atividades primordiais para o seu funcionamento (KOULIOUMBA, 2002, p. 57).

A autora realiza uma análise comparativa entre as cidades mundiais/globais de “Países do Primeiro Mundo” e as dos “Países em Desenvolvimento”, principalmente a partir dos chamados projetos de renovação/reabilitação/requalificação urbana, os quais quase que invariavelmente estão dentro de uma perspectiva do “planejamento estratégico”. Esse último, por sua vez, se configuraria segundo a “interpretação” que se apresenta aqui, como uma das “vertentes” do conceito de cidade *mundial/global*: a sua “versão mercadológica”.

Logo, o “planejamento estratégico”, a despeito de todo o discurso promovido, tudo indica, acaba por favorecer intervenções urbanísticas consoante com os interesses do grande capital. O Estado promove essas intervenções com verba pública, justificando, por vezes, que favorecerá todos os cidadãos, pois se terá mais empregos, por exemplo. A realidade mostra a falácia dessa justificativa. É, na verdade, a promoção pelo Estado da “cidade mercadoria” (CARLOS, 2001; 2005), que beneficia as grandes corporações, como também a elite local que, por vezes, administra diretamente o Estado. Como FERREIRA (2003a) nos mostra:

[...] as classes dominantes controlam o processo de estruturação do espaço intra-urbano, determinando uma tendência de localização e caminamento de seus bairros residenciais, em função das condições de controle dos tempos de deslocamentos e da ocupação de áreas ambientalmente mais agradáveis. Nesse contexto, os interesses do mercado imobiliário podem determinar a segregação espacial na cidade, mas não se sobrepõem aos interesses concretos das burguesias na localização dos seus bairros (FERREIRA, 2003a, p. 310).

A própria autora contextualiza esses projetos de “intervenção urbanística”, indicando o seu caráter “mercadológico”, uma vez que há uma “disputa entre os lugares”. Observe:

A integração européia, com a queda de barreiras econômicas, estimulou um elevado grau de monopólio e hierarquização entre as principais cidades do continente. Cerca de 50 por cento das 300 maiores empresas européias encontram-se sediadas em Londres (28%) e Paris (22%) [...] Em decorrência desse fato, tem emergido, por parte das cidades, a adoção de estratégias [para] certas áreas metropolitanas em detrimento de outras, tanto na Europa quanto em outras partes do mundo (KOULIOUMBA, 2002, p. 105-106).

Logo, as reais necessidades da população, que deveriam estar em “primeiro plano” na ação do Estado, no mínimo, estão em segundo plano. O fragmento a seguir de Florestan FERNANDES e um outro de KOWARICK e CAMPANARIO (1986) reforçam essa leitura. Veja:

[...] os dinamismos de uma economia capitalista dependente não conduzem à autonomia, mesmo sob condições favoráveis de crescimento econômico [...] a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico, sob o capitalismo dependente, convertem a articulação econômica em fonte de privilegiamento dos agentes econômicos que podem operar ao nível da integração capitalista das atividades econômicas internas e subordinam o crescimento econômico interno às flutuações do consumo e das especulações financeiras no mercado (FERNANDES, 1968, p. 66).

E o outro fragmento:

Historicamente, o estado nacional brasileiro tem sido baseado numa parceria entre forças externas e a burguesia nacional (KOWARICK; CAMPANARIO, 1986, p. 159).

Mas retornando ao trabalho de KOULIOUMBA (2002) e sua análise a respeito das “intervenções urbanísticas” em diversas cidades do mundo, a autora afirma que, tanto nos países centrais quanto nos países semiperiféricos/periféricos, existem exemplos que ocorreu uma exclusão social da antiga população residente de áreas que foram alvo de “intervenções urbanísticas profundas” (KOULIOUMBA, 2002, p. 127). Embora tenha destacado que de todos os projetos de intervenção urbana, o de Hong Kong foi àquele que mais beneficiou a população residente. Confira:

Hong Kong ilustra, por conseguinte, uma ação combinada de variados agentes promotores (público e privado), que se baseia na especulação aliada às finanças internacionais, mas que beneficia, mais do que qualquer outro projeto mencionado neste capítulo, a população residente (KOULIOUMBA, 2002, p. 121).

É interessante apontar, sucintamente, quais “intervenções urbanísticas” foram abordadas pela autora. Assim, tem-se: Nova York com a reconstrução do *Times Square*; Londres com as intervenções urbanas nas *London Docklands*; Paris com o *Parque de La Villette*; Barcelona com o exemplo da Vila Olímpica; Berlim com o ressurgimento da *Postdamer Platz*; Manchester com um centro comercial refeito; Hong Kong com um conjunto de intervenções em áreas ex-industriais, construção de edificações corporativas, áreas de lazer para o turismo e preocupação com o setor habitacional. Salienta, nesse caso, a forte presença do capital especulativo estrangeiro, observado nas edificações corporativas, bem como a ação de órgãos governamentais, no “processo de intermediação das novas propostas urbanísticas e de reassentamento da população local nos grande projetos habitacionais” (KOULIOUMBA, 2002, p. 121).

E, ainda, Buenos Aires com o renascimento portuário de *Puerto Madero* e São Paulo com as “Operações Urbanas” para o surgimento de novas centralidades, especialmente na região sudoeste da cidade, com o eixo das avenidas Faria Lima-Berrini, na Zona Sul. Quanto às Operações Urbanas e a ação do Estado, é interessante destacar que:

O processo de produção do espaço paulistano aponta uma tendência inequívoca, aquela que se volta à criação de uma cidade voltada aos negócios [...] O modo como a propriedade do solo urbano muda de mãos com a realização das Operações Urbanas é um exemplo desse processo e da importância do papel do Estado nesse processo de mudança CARLOS (2005, p.33-34).

Mas não é somente a exclusão social da antiga população residente como consequência “das intervenções urbanísticas profundas”, o traço comum entre cidades de países centrais e não centrais. A autora destaca, também, o uso atribuído aos espaços urbanos renovados. Diz que em praticamente todos os casos analisados, constatou-se o uso do espaço com cunho “mercadológico”. Provavelmente, daí a exclusão social da população já residente nessas áreas. Dessa forma diz que:

Destacam-se, em praticamente todos os exemplos, uma série de edificações destinadas aos Serviços, tais como: shopping centers, restaurantes e bares, hotéis, centros culturais e museus, habitações de luxo, dentre outros. Constata-se, dessa forma, o caráter de consumo em paralelo ao capital imobiliário (KOULIOUMBA, 2002, p. 127).

Contudo, a autora faz uma ponderação ao dizer que nem todos os exemplos de intervenções urbanísticas foram necessariamente ruins para a antiga população local já residente na área, como no caso de Hong Kong.

Dessa forma, coloca em relevo que tanto em “Países de Primeiro Mundo” quanto em “Países em Desenvolvimento”, o que realmente fez a diferença nos projetos, não foi o grau de desenvolvimento dos países, mas a consulta à população local. Assim, destaca também o caso do centro histórico de Manchester, o qual provavelmente se constitui uma exceção, havendo consulta e beneficiamento da população local. Em menor grau, outros dois projetos podem também ser apontados nessa direção: Puerto Madero em Buenos Aires e Barcelona.

Porém, não verificou apenas semelhanças. Nesse sentido, apresenta uma especificidade para os “Países em Desenvolvimento”. Nestes, segundo a autora, há uma “tendência de assimilação de valores internacionais” (KOULIOUMBA, 2002, p. 128), acentuando as características de fragmentação e segregação. Confira:

Nos Países em Desenvolvimento surge, também, uma *tendência de assimilação de valores internacionais* que não esboçam a precária realidade da maior parte da população residente. Edifícios inteligentes, áreas comerciais sofisticadas, espaços de lazer e entretenimento configuram bolsões de riqueza em meio aos oceanos de pobreza, fazendo com que a segregação urbana seja mais acentuada do que o normal [...] Logo, o que surgem são novas cidades dentro de uma mesma cidade (KOULIOUMBA, 2002, p. 128).

A autora, no sentido de verificar o fenômeno da cidade mundial/global em São Paulo, optou por analisar o setor terciário e quaternário da cidade, mais especificamente dois “subsetores do terciário”: produtivo e distributivo. Isso porque considera que esses dois “subsetores” têm a capacidade de indicar as transformações espaciais causadas pela globalização. Assim, afirma que:

Alguns autores, entre eles Sassen (1994) e Daniels (1993) sugerem que o *Subsetor Produtivo* e o *Subsetor Distributivo* compõem os principais elementos que evidenciam as verdadeiras transformações físico-espaciais sob a ótica da globalização (KOULIOUMBA, 2002, p.232).

Nesse sentido, a autora assevera a dificuldade de se conceituar o Setor Terciário. Mas, de forma geral, afirma que “a principal característica do Setor Terciário seria a produção de *bens imateriais*, fato que o diferencia dos demais setores” (KOULIOUMBA, 2002, p. 137). O Setor Quaternário seria a informática e produção de idéias (p. 137). Os subsetores distributivo e produtivo do Terciário seriam:

Serviços distributivos, que incluem a distribuição física de bens (comércio atacadista e varejista), a distribuição física de pessoas e cargas (transportes) e a distribuição da informação (comunicação) [...] *Serviços às empresas (ou produtivos)*, que oferecem serviços intermediários para os demais setores, em que se incluem as atividades financeiras, os serviços de assessoria legal, contábil, de informática e outras, e de corretagem de imóveis [...] (KOULIOUMBA, 2002, p. 141).

Aspecto interessante apresentado pela autora é que as cidades mundiais/globais são os centros de controle e comando das finanças e da cultura “as quais sustentam, juntas, a globalização da indústria” (KOULIOUMBA, 2002, p. 49). Pertinente idéia em consonância com SASSEN (1994) e CASTELLS (2006) a respeito da importância do processo de internacionalização da indústria. De certa forma, apesar do setor financeiro ter se tornado independente e se constituir uma atividade de comando na economia atual, não se pode negar sua estreita vinculação com o setor industrial (CARLOS, 2004; 2005) e a importância desse último no movimento da economia global.

Nesse sentido, LEVY (1997) destaca o papel das ETNs (Empresas Transnacionais) na dinâmica do espaço e da economia mundial, provocando mesmo

a emergência das cidade mundiais/globais, como pontos nodais no controle da economia global. Portanto, é necessário observar com cuidado as afirmações sobre a preponderância do setor financeiro sem as devidas relações.

Enfim, KOULIOUMBA (2002) conclui em seu estudo, que São Paulo apresenta, bem como sua Região Metropolitana, potencialidades que a inclui no agrupamento das cidades mundiais/globais. Segundo a autora, dentre essas potencialidades, pode-se destacar as atividades do “Terciário Produtivo”, bem como as do “Distributivo”, que estão concentradas no Estado de São Paulo e, especialmente no município. Pois São Paulo:

[...] concentra igualmente as polaridades identificadas nas cidades mundiais: desconcentração industrial, aumento da produção do Setor Terciário, bem como exclusão social, elevadas taxas de desemprego e miséria urbana, freqüentemente expressos pela sua configuração espacial (favelas, autoconstrução, cortiços, ‘homeless’ em contraposição às áreas residenciais de classe média e alta, shopping centers, áreas de lazer e entretenimento de luxo etc.) (KOULIOUMBA, 2002, p. 50).

A respeito das semelhanças entre a “pobreza” das cidades dos países centrais e países semiperiféricos/periféricos, já foram apresentadas algumas ponderações sobre a intensidade do fenômeno, o qual difere sensivelmente a depender do grau de desenvolvimento dos países.

Por fim, a autora conclui que São Paulo apresenta o fenômeno da cidade mundial/global, mas com ponderações. Afirma que esse fenômeno se apresenta por meio de “ilhas de excelência globalizadas”, espaço de “residência” dos atores hegemônicos da globalização (KOULIOUMBA, 2002, p. 235).

Tese que se assemelha com alguns outros autores como M. SANTOS (2002) ao falar dos “espaços de globalização” ou “territórios globalizados” de Sandra LENCIONI (2003); ou, ainda, CORDEIRO (1993) e FRÚGOLI JR. (2000) ao tratar das “centralidades” de São Paulo. Mas, apresenta outro termo “periferias globalizantes” (KOULIOUMBA, 2002, p. 236) para se referir a um processo de dispersão dos “processos globalizantes” das centralidades principais. Confira:

Destacamos, particularmente, no exemplo paulistano, algumas destas centralidades globalizadas [as ilhas de excelência globalizadas] [...] Assim sendo, o eixo Faria Lima – Berrini, a Avenida Paulista e arredores e o Centro Antigo da capital configuram, juntos, a chamada *Cidade Mundial ou Global* de São Paulo, graças à elevada participação das atividades terciárias e quaternárias de caráter internacionalizante [...] Por outro lado, sugerimos a dispersão de processos globalizantes em algumas áreas mais afastadas das centralidades principais mencionadas. Ou, como poderíamos caracterizá-las, as chamadas *‘periferias globalizantes’* (KOULIOUMBA, 2002, p. 235-236).

Assim, a autora tem em vista São Paulo como uma cidade mundial/global, mas sempre destacando que é diferente de outras cidades mundiais/globais. Logo, salienta o fato de ser necessário considerar a especificidade do fenômeno em São Paulo, com o seu complexo de contrastes. Veja:

Pudemos sugerir, por conseguinte, a configuração de São Paulo como uma Cidade Mundial ou Global, diferenciada das demais, uma vez que uma série de acontecimentos simultâneos toma curso num espaço urbano diversificado, plural e múltiplo (KOULIOUMBA, 2002, p. 236).

Embora se compreenda a conclusão da autora ao colocar em relevo que as “centralidades” ou as “periferias globalizantes” da cidade exercem funções típicas da globalização, logo que a globalização se dá nesses espaços; é importante destacar que, mesmo a globalização tendo sua expressão direta nessas “centralidades”, a ação dos atores hegemônicos não se restringem a esses espaços. Abarcam a totalidade do espaço em diferentes graus de intensidade. Pois, como M. SANTOS e Maria SILVEIRA (2001) destacam:

[...] o comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é, direta ou indiretamente, influenciado e, em muitos casos, subordinado, acarretando com isso efeitos não desejados e não previsíveis” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 257-258).

Ou como CASTELLS (2006) assevera a respeito da economia global:

[...] nem tudo é global na economia: de fato, a maior parte da produção, do emprego e das empresas é, e continuará, local e regional (...) Contudo, podemos afirmar que existe uma economia global, porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado. Esse núcleo globalizado contém os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional e, até certo ponto, ciência e tecnologia, e mão-de-obra especializada (CASTELLS, 2006, p. 142).

Mariana FIX (2003) em sua dissertação intitulada, “*São Paulo cidade global – fundamentos financeiros de uma miragem*”, propõe analisar a dinâmica imobiliária em São Paulo, constituindo-se um caminho para se observar a “complexidade do circuito de circulação do capital pelo meio ambiente construído” (FIX, 2003, p. 27).

Fato é que seu trabalho constitui-se num estudo muito interessante e importante, pois permite o conhecimento de algumas características do setor imobiliário da cidade de São Paulo no período da globalização. Possivelmente permitindo compreender mais uma especificidade dessa cidade no contexto das cidades mundiais/globais. Além disto, em sua dissertação, tem-se um tópico reservado para a discussão do conceito de cidade mundial/global à luz de São Paulo. Por isso, sucintamente, vale a pena conferir alguns aspectos de sua análise.

A respeito do setor imobiliário em São Paulo, FIX (2003) mostra que embora tenham ocorrido tentativas para fazer que o mercado funcionasse no formato da máquina de crescimento norte-americana, a autora observou obstáculos para a sua expansão. É importante destacar que apesar da teoria “máquina de crescimento” elaborada, segundo a autora, por LOGAN e MOLOTCH (1987), ser bastante citada no trabalho como referencial para comparações, FIX (2003) não explicita exatamente no que consiste essa teoria.

Mas, sabe-se que a teoria da “máquina de crescimento urbano”, diz respeito a

[...] uma coalizão entre as elites fundiárias e imobiliárias e o poder público, destinada a promover o ‘crescimento’ da cidade acima de tudo, segundo os interesses desses agentes (FERREIRA, 2003b, p. 12).

Nesse sentido, a própria teoria da “máquina de crescimento” tem relação direta com a crítica que FERREIRA (2003a) faz ao conceito de cidade global, já que entende que esta seria uma “prática do urbanismo”. Novamente se põe a questão do planejamento estratégico que, nesse caso, tem sua dinâmica explicada pela teoria da “máquina de crescimento urbano”. No caso de São Paulo, formou-se uma “metrópole corporativa” (SANTOS, 1990):

Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos (SANTOS, 1990, p. 95).

Assim, FIX (2003) destaca a singularidade da teoria em relação à cidade de São Paulo:

[...] nos referimos à máquina de crescimento paulistana como um sistema que tem elementos descritos por Molotch mas, ao mesmo tempo, guarda as especificidades da formação brasileira (FIX, 2003, p. 37).

Nesse sentido, a teoria da “máquina de crescimento” estaria voltada para a produção de uma cidade que atende os atores hegemônicos. Esse é o sentido que alguns estudiosos atribuem a cidade mundial/global, como FERREIRA (2003a, 2003b).

FIX (2003) ao tratar da teoria da “máquina de crescimento”, indica que há especificidades desse fenômeno em São Paulo, apesar do esforço de implementá-lo tal como ocorre nos Estados Unidos. Logo, pode-se traçar um paralelo com a teoria da cidade mundial/global, no sentido deste fenômeno também apresentar suas especificidades por aqui.

Nesse sentido, Mariana FIX (2003) apresenta a grande especificidade da dinâmica imobiliária de São Paulo, bem como do Brasil. Observe:

[...] se houve um processo de abertura econômica, com a entrada de investimento direto, o processo de internacionalização¹⁰ do setor imobiliário no Brasil é muito incipiente. De um modo geral, uma análise do quadro de empresas que atuam na produção das grandes torres de escritório indica que, *apesar da entrada dessas grandes empresas estrangeiras*, a maior parte delas ainda é nacional (FIX, 2003, p. 70, *grifo meu*).

E, se lembrar de Ana Fani A. CARLOS (2001; 2004; 2005), a qual salienta que o capital financeiro se realiza também por meio do setor imobiliário nos dias atuais, percebe-se claramente uma (ou seria mais uma) especificidade do capitalismo contemporâneo na cidade de São Paulo, quiçá no Brasil. Já que o capital financeiro apresenta uma face mais internacionalizada, mas utiliza um setor que, aqui no Brasil, é eminentemente nacional para se realizar. Como FIX (2003) destacou, o capital estrangeiro se inseriu parcialmente no setor imobiliário. Confira mais um fragmento a esse respeito:

Em resumo, o casamento entre o capital nacional e o estrangeiro, nas proporções pretendidas por alguns promotores imobiliários, como Birmann, não se consumou. Salvo exceções, o controle continuou nas mãos do mesmo capital local de sempre, das empresas familiares (FIX, 2003, p. 169).

Por fim, a autora analisou o conceito de cidade global (utiliza somente o termo *cidade global*), destacando (como também se acredita nesse trabalho) que foi um conceito elaborado por acadêmicos com o intuito de compreender as transformações que estavam ocorrendo na cidade, fruto desse movimento de reestruturação produtiva (HARVEY, 1989, p.174).

Porém, o conceito saiu do meio acadêmico e recebeu novos usos. Como Mariana FIX (2003) brilhantemente salientou “esse discurso [cidade mundial/global] acompanha um movimento real de transformação” (p. 174). Sendo assim, hoje para se apreender os fenômenos da cidade contemporânea, acredita-se que seja necessário analisar esses “outros usos” do conceito, pois revelam intenções e práticas.” Como FIX (2003) destacou:

A existência dessa espécie de zona intermediária, na qual figura São Paulo, na tese das cidades globais, parece ser própria ao surgimento das versões normativas. *Se o conceito se restringia, de início, a teses acadêmicas, logo ganhou alcance político e tornou-se ingrediente básico de projetos, programas e políticas urbanas* (FIX, 2003, p. 172, *grifo meu*).

¹⁰ Mariana FIX (2003) entende a internacionalização não para designar a nacionalidade da pessoa jurídica que controla o capital. Mas para qualificar a ausência de conexão do capital com o espaço econômico nacional (FIX, 2003, p. 22).

E, por fim, Mariana FIX (2003) analisa que a concentração de poder político e financeiro não é um resultado casual e espontâneo do aumento da competição e da eficiência do “mercados globalizados”. Mas:

[...] de uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial, a partir da década de setenta, quando a potência norte-americana parecia entrar em decadência (FIX, 2003, p. 174).

2.3 O conceito de cidade mundial/global segundo a “forma paradigma-planejamento estratégico”

Há um estudo intitulado “*Rio-São Paulo, cidades mundiais*”, datado de 1999, que agrega diversos autores tratando, primordialmente, da discussão sobre a formação de uma RUG – Região Urbana Global, que incluiria Rio de Janeiro e São Paulo. Conceito que se assemelha àquele de “cidades-regiões globais” utilizado por SCOTT; AGNEW; SOJA e STORPER (2001), como também de “cidade-região” apresentado por LENCIONI (2006).

Dentre alguns artigos que compõem o livro, foram escolhidos quatro para a discussão. Como traço comum todos os trabalhos defendem, em certa medida, um “planejamento estratégico” para a região “Rio-São Paulo”, que formaria uma RUG (Região Urbana Global) sem comparação, incluindo ambas as cidades no estatuto de “cidade mundial/global de primeira ordem”; o que não seria possível para essas cidades isoladamente, sem essa “união”. Alguns autores demonstram uma preocupação maior com as condições de vida da população. Mas possivelmente, muitas vezes sem perceber, a política que apóiam, favorece claramente o grande capital em detrimento das necessidades da população.

Tudo indica que estão envolvidos com a idéia de “consenso público”, a qual aponta que estamos numa crise e, portanto, estratégias precisam ser criadas para se sair desta. É nesse sentido que as parcerias público-privadas são incentivadas. Tudo é justificado para se afastar da crise. Como CARVALHO (2000) apontou, essa é uma das novidades na “construção” da cidade para o grande capital: criar um “consenso público” que justificaria determinados investimentos que, *em tese*, trariam melhores condições para a população como um todo. Esse planejamento estratégico apoiado pelo poder público, constrói, na verdade, a “cidade mercadoria”, favorecendo, primordialmente os atores hegemônicos. Desse modo, o “consenso público”, é uma construção ideológica.

Como se verá mais atentamente na análise do artigo de CARVALHO (2000), o “planejamento estratégico” é uma das formas de apreensão do conceito de cidade mundial/global. É a sua versão eminentemente “mercadológica”. Nesse sentido, é interessante a análise dos artigos do livro “Rio-São Paulo, cidades mundiais” (1999), que tratam o conceito de cidade mundial/global nitidamente por esse viés economicista, mesmo que os autores, muitas vezes, não se dêem conta disto. Ainda, cabe destacar, que todos os trabalhos analisados desse livro, utilizam indistintivamente os termos *cidade mundial* e *cidade global*.

O primeiro artigo escolhido é de Marlene FERNANDES (1999), intitulado “Política urbana para as cidades globais: Rio de Janeiro e São Paulo”. A autora parte da idéia de que as cidades são vulneráveis às transformações em curso, ressaltando que essas transformações contribuem para uma piora das condições de vida e de trabalho da população, assim como acentua a degradação ambiental (FERNANDES, 1999, p. 76). Nesse sentido, a autora afirma que:

[...] os novos desafios urbanos que se apresentam a toda a rede urbana mundial, independentemente do estágio de urbanização e de desenvolvimento de cada país, são naturalmente mais acentuados nas grandes cidades, megacidades e metrópoles globais (FERNANDES, 1999, p. 76).

Interessante observar que a autora lembra que os “novos desafios urbanos” atingem a todas as cidades, destacando que nas grandes cidades, megacidades e metrópoles globais, esses desafios se mostram com maior força.

Embora, de certa maneira, a autora tenha tratado como espaços diferenciados: grandes cidades, megacidades e metrópoles globais, conceituou apenas as metrópoles globais. Observe:

As cidades globais, além das especificidades decorrentes de seu papel nodal no processo de globalização, também enfrentam os mesmos desafios urbanos colocados para as demais cidades das redes urbanas a que pertencem (FERNANDES, 1999, p. 76).

Assim, Marlene FERNANDES (1999) entende que o Rio de Janeiro e São Paulo são metrópoles globais. Mas assevera que ambas ainda não atendem aos requisitos para a formação de uma RUG – Região urbana global. Nesse sentido, defende que:

Eleger a região urbana global Rio-São Paulo como objeto de uma política urbana específica para essa região insere-se na iniciativa em curso de uma formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano para o país [...] Assim, a *região urbana global* seria um caso particular da política nacional de desenvolvimento urbano [...] (FERNANDES, 1999, p. 78).

Essa defesa da autora pela formação de uma RUG, parte do princípio da construção de novas estratégias para enfrentar as “forças globais” que modificam a dinâmica econômica e urbana das cidades, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais. Confira:

As forças globais, ao afetarem o desenvolvimento econômico e a estrutura urbana, exigem novas estratégias de desenvolvimento urbano para a construção das necessárias pontes entre as tendências sociais e econômicas, visando reduzir a exclusão social (FERNANDES, 1999, p. 82).

Assim, pode-se observar que a autora acredita que a formação da Região urbana global (RUG) pode trazer melhoras para a população. Entretanto, defende uma competitividade que tende a favorecer os atores hegemônicos e não necessariamente a população. Como se verá mais adiante, há autores que nem expressam essa preocupação com as necessidades da população ao defender a formação da RUG. A presente autora leva isso em consideração, mas, a meu ver, não defende uma estratégia capaz de promover melhorias da exclusão social. Observe:

A política urbana a ser formulada deverá ter por objetivos: (a) melhorar as condições de competitividade da região nos mercados globais; (b) promover a cooperação entre as cidades da região, de modo a evitar maiores desequilíbrios e desigualdades intra-regionais [...]; (c) promover a integração de ações de desenvolvimento e investimento; (d) direcionar e estimular os investimentos necessários na infra-estrutura urbana; (e) melhorar as condições de formação de mão-de-obra, trabalho e empregabilidade dos grupos mais vulneráveis da população [...]; (f) fortalecer a capacidade de planejamento e gestão dos municípios; e (g) melhorar as condições de vida da população (FERNANDES, 1999, p. 86).

Pode-se pensar, e talvez até seja (no que concerne ao desenvolvimento), que os objetivos traçados pela autora possam acarretar um maior desenvolvimento da região, que acabará por beneficiar seus habitantes (possivelmente, por isso, tenha colocado – *melhorar as condições de vida da população* – como o último objetivo, ou seja, os outros objetivos são necessários para se alcançar o último). Entretanto, possivelmente os objetivos apontados acima como “*melhorar as condições de competitividade da região nos mercados globais*”, indica que os investimentos favorecerão o “grande capital” e não os cidadãos. Portanto, ao que tudo indica, a RUG, como apresentada, é um “planejamento estratégico” que aprofunda a exclusão social no decorrer do tempo.

Nesse sentido, a autora afirma que falta às cidades integrantes da RUG Rio-São Paulo, uma série de novos paradigmas, tais como: cidade protagonista do desenvolvimento econômico; cidade solidária, voltada para a convivência

democrática e bem-estar social; a cidade como *nó* de uma ou várias redes que operam para fins de intercâmbio e cooperação em nível mundial, regional e/ou nacional (FERNANDES, 1999, p. 77). Logo:

A transformação dos seus processos de desenvolvimento urbano, *na perspectiva de sua integração competitiva no novo cenário regional*, exigirá muito esforço dos seus dirigentes e gestores municipais, com o apoio da União, dos estados, das suas lideranças empresariais e das comunidades locais (FERNANDES, 1999, p. 78, *grifo meu*).

Nesse sentido, a autora aponta como estratégia para a formação da RUG – Região urbana global, a criação de uma agência de promoção do desenvolvimento da RUG:

[...] uma entidade construída com a participação dos setores público, privado empresarial e financeiro – com capacidade de exercer as funções de planejamento, coordenação, promoção e fomento necessários (FERNANDES, 1999, p. 87).

Enfim, a formação da RUG, é a “construção” de um espaço propício para os atores hegemônicos, uma “estratégia” que acentua, ainda mais, a concentração de capital dentro do país para a região sudeste. Portanto, dentro de uma política urbana nacional, como a autora apontou, provavelmente não seja o mais indicado por acentuar o desequilíbrio entre as regiões brasileiras. Evidentemente, se for considerada a população como um todo e não apenas os *locais* propícios para a acumulação do grande capital, por já apresentarem determinadas infra-estruturas. Por fim, uma citação da autora sobre o caráter do planejamento para a RUG:

O planejamento estratégico da região urbana global, entre outros objetivos, deve reorientar o comportamento dos agentes econômicos que atuam na região, apontando vantagens locais para as empresas que atuam nos mercados globais e estimulando o desenvolvimento de um setor de serviços especializados típicos das regiões urbanas globais (FERNANDES, 1999, p. 87).

O segundo artigo é de Hamilton TOLOSA (1999), com o título – “A reestruturação produtiva do Rio e São Paulo e a viabilidade das cidades mundiais brasileiras”. O autor tem a idéia de que a cidade mundial/global do Rio de Janeiro de São Paulo existe, mas está em processo de consolidação.

Nesse sentido, diz que a crise dos anos 1980 atrasou em no mínimo uma década esse processo de consolidação da cidade mundial/global brasileira. Compreende as cidades mundiais/globais como:

Os nós situados no topo da hierarquia [...], cuja característica principal consiste em atuar como foco de irradiação das decisões tomadas em escala mundial para as demais cidades do sistema (TOLOSA, 1999, p. 93, *grifo meu*).

Dessa forma, destaca que até o final da década de 1970, as opções do comércio exterior produziam poucos efeitos no desenvolvimento urbano brasileiro. Mas a partir do final do século XX a realidade muda. Assim, em consonância com outros autores como MARQUES e TORRES (2000). Observe:

[...] a realidade deste final de século sugere uma competição cada vez mais acirrada [...] [e] as ligações com o setor externo vêm se tornando progressivamente mais relevantes para explicar o comportamento do sistema de cidades como um todo e, em particular, a evolução das cidades mundiais brasileiras (TOLOSA, 1999, p. 92).

Assim, o autor entende que a economia está cada vez mais interligada. Dessa forma, conseqüentemente, os processos que ocorrem em escala mundial, interferem cada vez mais na realidade brasileira, especialmente, no caso das cidades mundiais/globais brasileiras que, segundo o estudo, seriam São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, o autor enfatiza que o conjunto Rio-São Paulo é um:

[...] caso único no cenário das cidades mundiais, não apenas devido à sua proximidade geográfica, mas também e principalmente pelo fato de que, em conjunto, as duas cidades representam um mercado de porte e grau de diversificação produtiva comparável às mais importantes metrópoles do mundo desenvolvido (TOLOSA, 1999, p. 94).

TOLOSA (1999) faz uma ponderação a respeito dos “setores típicos” das cidades mundiais/globais. Primeiramente, esclarece que esses setores deverão variar conforme a hierarquia da cidade mundial/global, como também haverá variações decorrentes da localização geográfica e do ambiente sociocultural vigente em cada cidade. Importante ponderação, já que considera as peculiaridades dos *lugares*. Considera os “setores típicos” das cidades mundiais/globais:

[...] atividades como telemática, pesquisa tecnológica, consultoria empresarial, certos segmentos de intermediários financeiros, bolsa de valores e de produtos *staples* [básicos] são encontradas, em maior ou menor grau, em todas as cidades mundiais de primeira ordem (Londres, Nova Iorque, Tóquio) e segunda ordem (Buenos Aires, Johannesburgo) (TOLOSA, 1999, p. 97).

Mas TOLOSA (1999) não se limita a apresentar os já conhecidos “setores típicos” das cidades mundiais/globais. O autor questiona até que ponto essas atividades podem realmente ser consideradas “típicas” e, o mais interessante, se vale à pena, do ponto de vista do país que as hospeda, incentivá-las por meio de políticas públicas (TOLOSA, 1999, p. 97).

Assim, se propõe a analisar as reestruturações produtivas das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo para tentar verificar os principais aspectos das mudanças ocorridas (portanto, parte do pressuposto de que “alguma coisa mudou”)

e “em que medida elas apontam na direção da consolidação da RUG [Região urbana global] brasileira” (TOLOSA, 1999, p. 92).

Desse modo, o autor considera que a Grande São Paulo responde de forma bem sucedida aos desafios impostos pela globalização da economia brasileira. Diz que, mais do que isso, pois devido à necessidade de sobrevivência à competição internacional tem havido “sensíveis incrementos de produtividade em alguns gêneros mais dinâmicos da economia paulista” (TOLOSA, 1999, p. 101). Segundo o autor:

A concentração do emprego na Grande São Paulo ainda é considerável nos serviços típicos das cidades mundiais, como nos casos do comércio atacadista (27,8%), das entidades financeiras (25%), transportes e comunicações (19%) e serviços de reparação e manutenção (17,7%) [...] Cabe dar destaque ao setor de Edição, Impressão e Reprodução de Gravações, o quarto na ordenação do valor adicionado e que surge como um elemento novo na estrutura industrial local (TOLOSA, 1999, p. 102-103).

Porém o autor ressalta que a reestruturação da indústria na *Grande São Paulo* ainda é modesta, sendo:

[...] que as principais vertentes de mudança vêm ocorrendo no setor de serviços – *felizmente* naquelas atividades associadas à consolidação da região como cidade mundial. Ademais, tudo indica que deverá persistir, ainda por algum tempo, a dualidade entre atividades modernas (Serviços Prestados às Empresas, Transportes e Comunicações) e ocupações informais associadas aos Serviços Prestados às Famílias (TOLOSA, 1999, p. 107, *grifo meu*).

Quanto ao Grande Rio, o autor destaca que o Rio de Janeiro passou por um grande desfalque em suas atividades econômicas, principalmente nos ramos intermediários financeiros e atividades com alto conteúdo de capital intelectual. Mas, de acordo com o autor, a área do Rio ainda têm atividades importantes do setor quaternário, o qual define como “*serviços que fornecem insumos para outros serviços*” (TOLOSA, 1999, p. 99). Assim, ainda há atividades de ensino superior, P&D (pesquisa e desenvolvimento), consultorias para gestão empresarial, engenharia e turismo de lazer e de negócios. Nesse sentido diz:

Após um longo período de declínio econômico, o nível de atividade no Grande Rio vem experimentando um processo de recuperação a partir do início dos anos 90 (TOLOSA, 1999, p. 98).

Em sua análise, o autor destaca o que denomina de “eixo do Vale do Paraíba”. No trecho paulista do Vale do Paraíba destacam-se as seguintes cidades: São José dos Campos, Taubaté, Jacareí e Pindamonhangaba. Já no trecho fluminense: Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí. Enfatiza que essas localidades são exemplos representativos “do que se pode chamar de atividade industrial típica

das regiões urbanas globais de alta hierarquia na rede global” (TOLOSA, 1999, p. 107).

Nesse sentido, cita alguns exemplos como da empresa Solectron, detentora da marca Tecsat que inaugurou em São José dos Campos a Tectelcom Aeroespacial e uma fábrica de fibras óticas com investimentos de US\$ 30 milhões. Ou ainda a Embraer:

[...] que atua na área de produtos aeronáuticos, com investimentos programados da ordem de US\$ 200 milhões, incluindo-se aí o desenvolvimento de novos protótipos e aeronaves (TOLOSA, 1999, p. 107).

Enfatiza que o mercado de trabalho urbano tem se modificado nas últimas décadas, apresentando uma ênfase no setor de serviços. Observe:

Uma das principais repercussões de reestruturação econômica tem lugar no mercado de trabalho metropolitano. Nas últimas décadas, processou-se uma profunda transformação na estrutura ocupacional das duas maiores metrópoles brasileiras, resultando no crescimento dos serviços [...] e na progressiva informalização das relações de trabalho (TOLOSA, 1999, p. 108).

Por fim, o autor destaca que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, individualmente, apresentam deficiências que não permitem que essas estejam na alta hierarquia da rede mundial de cidades. Mas que, conjuntamente, por meio da formação da RUG (Região urbana global) poderiam constituir uma cidade mundial/global de primeira ordem. Ainda diz que São Paulo e Rio de Janeiro são cidades mundiais/globais que precisam se consolidar. Sendo que essa consolidação, como a formação da RUG (Região urbana global) depende da ação política pública. Nesse sentido, defende que as entidades de fomento deveriam mudar o seu papel agindo mais ativamente na política urbana e não apenas como “repassadora” de recursos. Confira:

[...] deve-se considerar que a *consolidação* da cidade mundial brasileira requer mudanças institucionais inovadoras, como a que defende a atuação do Estado como agente estritamente indutor do desenvolvimento e regulador de algumas atividades básicas [...] o funcionamento das entidades de fomento deveria ser drasticamente reformulado, passando da atuação como simples repassadoras de recursos incentivados para a função de agências multilaterais de fomento [...] com a responsabilidade de identificar e promover novas oportunidades de investimento nos complexos típicos (TOLOSA, 1999, p. 113, *grifo meu*).

Sendo assim, embora TOLOSA (1999) tenha apresentado maior ponderação na discussão a respeito da real necessidade de se formar uma cidade mundial/global e conseqüentemente uma RUG se comparado com FERNANDES (1999) em artigo anterior; TOLOSA (1999) indica que a constituição da RUG é necessária para que as cidades mundiais/globais brasileiras, no caso Rio e São

Paulo, sejam de “primeira ordem”. Nesse sentido, formariam apenas “uma” cidade mundial/global. Logo, esquece seu questionamento sobre a real vantagem e necessidade da formação de uma cidade mundial/global brasileira.

Diferentemente de FERNANDES (1999) não se atém diretamente sobre a questão da exclusão social. Assim, enquanto FERNANDES (1999) defende a formação da RUG para que São Paulo e Rio de Janeiro se tornem mais competitivas no cenário mundial, TOLOSA (1999) defende que a RUG é importante para colocar o Brasil na rota das cidades mundiais/globais de primeira ordem. Nesse sentido, possivelmente, TOLOSA (1999) não considerou devidamente a dinâmica do sistema capitalista com sua “hierarquia”, ou seja, a divisão internacional do trabalho.

Parece que essa “intenção” de colocar cidades como São Paulo e Rio de Janeiro na alta hierarquia de cidades mundiais/globais, desconsidera que são cidades localizadas em um país semiperiférico. Até as “deficiências” que essas cidades apresentam apontadas pelos autores, do ponto de vista, muitas vezes, dos atores hegemônicos, tem como grande parte à explicação de serem cidades fruto do subdesenvolvimento. Não é possível deslocá-las desse contexto.

É importante ressaltar que a cidade mundial/global como está sendo colocada nesses dois trabalhos, acaba por constituir a “forma paradigma-planejamento estratégico” que será melhor discutida adiante. Mas, resumidamente, promove uma cidade “melhor equipada” para atender as necessidades dos atores hegemônicos. Portanto, esses autores entendem a cidade mundial/global mais como um paradigma a ser alcançado. Assim, propõe estratégias, daí o “planejamento estratégico”, para conquistar esse estatuto.

Como FERREIRA (2003) apontou, o “planejamento estratégico” acaba por provocar maior exclusão social, principalmente em países da periferia do sistema. Logo, a meu ver, não se apresenta como um “padrão desejado”.

Na presente dissertação, considera-se, também, uma outra perspectiva do conceito de cidade mundial/global. É sua “forma diagnóstico”. Ou seja, um conceito que tenta explicar as transformações recentes da metrópole contemporânea, tendo em vista, o processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1970 e o destaque do setor financeiro no direcionamento da economia global. Ou seja, considera as “forças globais” e suas conseqüências na dinâmica *local*. Contudo, para se compreender plenamente o conceito de cidade mundial/global, é necessário considerar as duas formas de apreensão: “forma diagnóstico” e “forma paradigma-

planejamento estratégico”, pois ambas evidenciam “processos” existentes na cidade contemporânea.

Mais dois artigos desse trabalho – *“Rio-São Paulo, cidades mundiais”* merecem destaque. Nesse sentido, o terceiro artigo ressaltado é de Fernando REZENDE e Maria da CONCEIÇÃO (1999b), denominado – *“O financiamento das cidades mundiais brasileiras”*. Nesse trabalho, em certo sentido, é realizado um diagnóstico sobre a fonte de renda dos municípios, concluindo que estes tem pouca margem de tributação; o que, por sua vez, se constitui um problema, ainda mais com a progressiva mudança de seu perfil econômico (do industrial para os serviços).

Assim, os autores asseveram que a maior parte da tributação dos “novos serviços” existentes nas cidades brasileiras não são tributados diretamente pelo município. Por exemplo, o imposto municipal sobre a prestação de serviços está concentrado em serviços incorporados ao processo produtivo, tais como construção civil, serviços prestados às empresas e margens de transporte (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b) e não nos que se direcionam ao consumidor final. Logo asseveram que:

A médio e longo prazos, essa situação não favorecerá as grandes cidades em geral e as cidades mundiais em particular, as quais, vindo a ser mais grandes centros de consumo do que grandes centros de produção física de mercadorias e serviços, se beneficiariam mais da ligação direta de sua receita de impostos sobre o consumo local (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 181).

Seguindo essa argumentação, ressaltam que os serviços financeiros e de comunicações são cada vez mais importantes na cidade mundial/global, mas é a União que tributa serviços financeiros, e as comunicações são os Estados. Assim:

Na perspectiva das cidades mundiais, a base tributária dos municípios tende a encolher com relação ao universo das atividades terciárias que buscam, nessas cidades, condições mais propícias para o seu desenvolvimento (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 179).

Salientam, assim como os outros dois artigos, que São Paulo e Rio de Janeiro já se incluem na rede de cidades mundiais/globais. Entretanto, segundo os autores, é necessário ampliar o papel exercido. Nesse sentido, enfocam que um empecilho para essa ampliação é justamente a “fonte de recursos” do município que, segundo eles, tende a diminuir. Dessa forma, as “novas funções” das cidades mundiais/globais, aliada a ampliação dos problemas urbanos, exige maiores receitas.

Desse modo, durante o artigo, fazem uma defesa do município ao apontar que o governo municipal tem pouco poder de arrecadação de recursos, dependendo constantemente de mecanismos de distribuição de receitas realizados pela União e pelo Estado, que dificultam o planejamento municipal.

Por outro lado, de certa forma contradizendo o que foi apontado acima, ao menos para as capitais, os autores salientam que a arrecadação de impostos do município da capital difere consideravelmente de sua região metropolitana. Nesse sentido, afirmam que tanto a capital do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, tem apenas 30% de sua receita total oriunda de transferências federais e estaduais. Já os municípios das regiões metropolitanas, em 75% dos casos da RMRJ (Região metropolitana do Rio de Janeiro), as transferências constitucionais federais e estaduais representam 50% das receitas orçamentárias. Na RMSP (Região metropolitana de São Paulo), em 90% dos casos, a receita total dos municípios corresponde a mais de 50% proveniente de transferências intergovernamentais.

Entretanto, o exposto acima não é totalmente incoerente com as críticas da falta de autonomia municipal na arrecadação de tributos, quando os autores propõem, assim como os outros, a “junção” do Rio e de São Paulo numa RUG (região urbana global), a fim de formarem uma cidade mundial/global de primeira ordem. Logo, os municípios de suas RMs devem melhorar, entre outras coisas, o seu poder de arrecadação.

Justificam o crescimento da dívida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, devido a sua dependência financeira de outras instâncias de governo. Ignoram, assim, outras questões urgentes nessa pauta como a ampla corrupção que corrói a máquina administrativa e a má administração de recursos pelo poder público. Contudo, também defendem que os municípios sejam mais responsáveis pela administração de suas receitas. Observe:

[...] o crescimento da dívida nas cidades em questão [RJ e SP] decorre da enorme dependência financeira e do efeito de decisões que escapam ao controle local, como os níveis elevados dos juros sobre o crescimento da dívida [...] a tradição brasileira de assunção, pelo governo federal, de dívidas de estados e municípios não se coaduna com as novas exigências da economia global. O controle do endividamento passa a ser obrigação de todos e não apenas da União (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 182).

Os autores destacam que na “cidade industrial”, o que contava para o seu desenvolvimento, eram grandes espaços para instalações fabris, acesso fácil a

meios de transportes para recebimento de insumos e distribuição das mercadorias, concentração de mão-de-obra próximo das fábricas. Mas, na cidade mundial/global:

Para a atração dessas atividades que abrangem serviços financeiros, comerciais de consultoria técnica, assistência jurídica e demais necessidades de apoio ao funcionamento da economia global, a infraestrutura de comunicações é mais importante do que a disponibilidade de vias apropriadas à circulação física de mercadorias; edifícios inteligentes abrigam, em pouco espaço, atividades cujo valor adicionado supera o de muitas plantas industriais; a disponibilidade de profissionais altamente qualificados, com perfeito domínio de idiomas estrangeiros, é mais relevante do que a existência de grandes contingentes de mão-de-obra industrial (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 176).

Assim, os autores, embora comentem que é necessário melhorar a qualidade do meio ambiente, dos serviços públicos e do bem-estar do cidadão (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 199), o enfoque está na competitividade e eficiência que as cidades devem apresentar para atrair o grande capital, as atividades hegemônicas do período atual. É nessa perspectiva que enfocam a formação de uma cidade mundial /global “Rio – São Paulo”. Confira:

[...] São Paulo e Rio de Janeiro constituem um caso único no mundo de duas cidades de porte mundial distantes apenas 400 Km uma da outra e situadas nos extremos de um eixo que já apresenta elevados índices de conurbação. Além disso, por terem características complementares, sob vários aspectos, elas poderiam beneficiar-se conjuntamente de um esforço organizado para assumirem, em parceria, a posição de uma cidade mundial de primeira ordem no contexto internacional (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 206).

Para tanto, os autores sugerem no âmbito da tributação municipal, dois fatores para melhorar a situação financeira dos municípios:

Um deles [dos fatores] relaciona-se à revisão das competências municipais no campo tributário. O outro aponta para o maior uso de contribuições diretas dos usuários para o financiamento dos serviços postos à sua disposição (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 204).

Dessa forma, segundo os autores, a revisão das competências tributárias passaria por uma cobrança realizada pelos municípios de um amplo imposto sobre o consumo final de mercadorias e serviços, tendo em vista que nas grandes cidades, “a concentração varejista e dos serviços modernos já é uma realidade e tende a se acentuar” (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 204).

Já a cobrança direta dos usuários de serviços, de acordo com os autores, seria a opção mais justa. Ressaltam que, teoricamente, os impostos arrecadados deveriam dar conta de suprir os serviços públicos, tais como limpeza e conservação de vias públicas, iluminação pública etc. Mas a receita total não é suficiente e nem é a solução mais eqüitativa na visão dos autores. Logo:

A cobrança direta dos usuários/beneficiários dos serviços postos à sua disposição tem um enorme potencial de utilização nas cidades mundiais e vem sendo intensamente utilizada em outros países [...] Teoricamente, os impostos gerais deveriam atender a essa finalidade, mas nem sempre essa é a melhor opção. Em muitos casos, a cobrança de uma taxa do usuário ou daquele que provoca o problema é socialmente mais justa. O pedágio urbano, por exemplo, é uma forma melhor de financiar os custos com o controle do trânsito e da poluição do que o uso de recursos do imposto sobre a propriedade com essa finalidade (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, 204-205).

Por fim, cabe destacar que, segundo os autores, para a formação de uma cidade mundial/global Rio-SP, seria imprescindível uma cooperação entre essas regiões. Nesse sentido, afirmam que:

[...] a elaboração de uma política financeira que tenha essa preocupação [formação de uma parceria] pode vir a exercer forte papel indutor [...] A cooperação financeira dos estados e da União, segundo o modelo que vem sendo adotado nas áreas de educação e saúde, pode agregar um componente espacial à sua preocupação setorial, de modo a submeter-se a um *planejamento estratégico* para o projeto “Rio-São Paulo, Cidade Mundial”. Maior contribuição nesse sentido pode ser dada por uma política de crédito, implementada em conjunto por instituições financeiras oficiais, com o apoio de organismos multilaterais como o Banco Mundial e o BID, na qual os investimentos necessários nas duas cidades são contemplados sob a perspectiva da complementaridade e dos objetivos do projeto em questão” (REZENDE; CONCEIÇÃO, 1999b, p. 206-207, *grifo meu*).

Assim, observa-se que os autores propõem um “planejamento estratégico”, àquele que visa dotar os *lugares* da infra-estrutura necessária para a atuação dos atores hegemônicos, inclusive com dinheiro público. Não se diz aqui que estejam “mal intencionados”. Em alguns momentos do texto, tudo indica que acreditam nessa possibilidade para melhorar a qualidade de vida da população em seu conjunto, embora não enfoquem isso. Entretanto, a realidade nos mostra que o “planejamento estratégico” tende a melhorar áreas já privilegiadas da cidade, onde vivem a maior parte da “elite”. E outras áreas extremamente carentes não recebem os investimentos necessários para sua melhoria.

Por fim, o último artigo que será comentado do livro – *Rio-São Paulo, cidades mundiais* (1999), também é de Fernando REZENDE (1999c), mas com outro autor, Affonso ACOORSI (1999c), intitulado “*Uma política urbana para as cidades mundiais brasileiras*”. Tendo em vista os comentários tecidos a respeito dos outros três artigos, que possivelmente foram suficientes para se compreender a “linha” de estudo desse livro, agora se enfocará apenas alguns aspectos que não foram tão evidenciados nos outros trabalhos.

Lembra-se que o primeiro artigo analisado de Marlene FERNANDES (1999), também tratava de política urbana para as cidades mundiais/globais – Rio e São

Paulo. No caso, embora o artigo de REZENDE e ACCORSI (1999c) se refira a “cidades mundiais brasileiras”, na verdade, estão a falar de São Paulo e Rio de Janeiro e, particularmente, na formação de uma cidade mundial/global, que seria a “união” de ambas.

Nesse sentido, dizem que há uma nova categoria de cidades, que são as cidades mundiais/globais, que:

[...] foi estabelecida a partir do exame *das características que as cidades precisam apresentar, ou desenvolver*, para serem incluídas no seletivo círculo daquelas que irão comandar a nova economia (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 213, *grifo meu*).

Ora, como já foi salientado aqui, essa perspectiva de características que precisam ser desenvolvidas nas cidades para se tornarem mundiais/globais, incluiu-se na versão do conceito na “forma paradigma-planejamento estratégico”, carregado de ideologia e que favorece a atuação dos atores hegemônicos. Esse será o “norte” de todo o artigo. O único enfoque um pouco mais diferenciado, mas que está dentro da perspectiva do aumento da competitividade e eficiência das cidades, é sobre a questão das externalidades negativas.

Segundo os autores, as externalidades negativas incluem questões de segurança pública, meio ambiente e exclusão social. Essas questões precisam ser resolvidas pelo Estado e não pela iniciativa privada, já que:

Os casos de São Paulo e Rio de Janeiro são eloqüentes com respeito aos problemas que a exclusão social provoca do ponto de vista de sua consolidação como cidades mundiais [...] elas [RJ e SP] apresentam importantes externalidades negativas que precisam ser rapidamente reduzidas para que possam assumir posição de maior relevo na rede de regiões urbanas globais (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 216).

Por outro lado, os autores destacam que um maior envolvimento do Estado em questões sociais sem uma cooperação intergovernamental, acaba por acarretar aumento da tributação nas empresas, as quais, muitas vezes, procuram outras localidades. A meu ver, mais uma vez mostram uma preocupação maior com a construção de uma “cidade competitiva” ao invés de uma “cidade digna” para a maioria. Observe:

Na ausência de uma maior cooperação intergovernamental, o aumento do envolvimento dos municípios com programas de ajuda às populações carentes pode acarretar índices de carga tributária que provocariam a fuga de algumas atividades para outras cidades onde os impostos sejam menos punitivos (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 216).

Um aspecto interessante apontado pelos autores é a respeito da especificidade do fenômeno da cidade mundial/global que se traduz, também, em

diferentes “resultados” espaciais, inclusive entre cidades mundiais/globais de primeira ordem. Assim, afirmam que as cidades norte-americanas, com exceção de Nova York, e as cidades européias apresentam um padrão espacial diferente. Nas cidades norte-americanas o padrão é mais “espraiado”, já nas cidades européias, inclusive em Nova York, o padrão é mais “condensado”, com freqüente construção/reconstrução. Dizem que “em apenas 20% da área sul de Manhattan estão concentrados 60% dos empregos de toda a cidade de Nova Iorque” (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 213). Dado apontado também por SASSEN (1998). Observe o que dizem a respeito da especificidade:

As transformações na economia global provocam impactos significativos no processo de urbanização. Isto não significa, todavia, que a estrutura espacial urbana adquire a mesma forma nas distintas partes do mundo. A história, a cultura e as instituições de cada país concorrem para a observância de uma diversidade de modelos espaciais (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 213).

Sobre os diferentes padrões espaciais em cidades norte-americanas e européias afirmam que:

No primeiro [Estados Unidos], observa-se uma tendência à constituição de unidades espaciais que se estendem por longas distâncias abrigando edifícios de escritórios, centros comerciais e áreas residenciais, interligados por redes de auto-estradas, maximizando a importância dos sistemas de comunicações. Na Europa, a globalização produz um processo contínuo e acelerado de destruição e reconstrução, no qual os centros urbanos reúnem as atividades globais e a população a elas integrada, acentuando a dualidade social (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 213).

Os autores clamam para uma maior conscientização da população como um todo, inclusive da classe trabalhadora, para as conseqüências de um “eventual insucesso” na consolidação das cidades mundiais/globais brasileiras, especialmente do projeto da RUG (Região urbana global) Rio-São Paulo, a qual poderia colocar o país nos principais fluxos de decisões da economia global.

Tudo indica que estão clamando por um “consenso público” que como se verá na análise do artigo de CARVALHO (2000), integra a estratégia para efetivação do planejamento estratégico. Ou seja, a formação de um “consenso público” legitima investimentos em determinadas áreas com a promessa de melhorar a economia e beneficiar a todos. É o conceito de cidade mundial/global na sua “forma paradigma-planejamento estratégico”. O “paradigma” a ser alcançado é o estatuto de cidade mundial/global e o planejamento estratégico é a maneira de viabilizar isso no espaço, já que esse último é condição e meio para a reprodução capitalista (CARLOS, 2001). Observe:

De fundamental importância para o sucesso do empreendimento que visa pôr o Brasil na rota principal dos grandes fluxos de decisões que comandam a economia global é a conscientização de todos com respeito à importância desta iniciativa. Os poderes públicos, em todos os níveis, as comunidades, o setor empresarial, as lideranças políticas e as classes trabalhadoras precisam estar bem-informados das consequências de um eventual insucesso, que acarretaria o deslocamento do poder decisório em questões fundamentais para a América Latina para outro país do continente, ou mesmo para os Estados Unidos (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 218).

Por fim, os autores salientam que apesar da observação de Saskia Sassen a respeito da influência do setor manufatureiro sobre a dinâmica do setor de serviços, acreditam que este último “já apresenta, em boa dose, uma dinâmica própria” (REZENDE; ACCORSI, 1999c, p. 219). Nesse sentido, recorda-se de Sandra LENCIONI (2003), a qual assevera que:

Os serviços agora funcionam como indústria; quer sejam serviços de informação, marketing ou propaganda” [...] É nessa concentração de trabalho imaterial que São Paulo, a capital, demonstra sua nova face realizando as novas relações entre produção e consumo que são exigentes de um novo espaço; agora, um espaço de redes estruturadas em fluxos de informação e comunicação (LENCIONI, 2003, p. 41, grifo meu).

Já Manuel CASTELLS (2006) diz:

[...] embora a economia informacional/global seja distinta da economia industrial, ela não se opõe à lógica desta última [...] Em outras palavras: à economia industrial, restava tornar-se informacional e global ou, então, sucumbir (CASTELLS, 2006, p. 141).

Possivelmente, os fragmentos acima dos trabalhos de LENCIONI (2003) e CASTELLS (2006), bem como a posição dos autores REZENDE e ACCORSI (1999c) ressaltam diferentes aspectos da dinâmica atual. Tudo indica que a posição de REZENDE e ACCORSI (1999c) se aproximam das idéias de CASTELLS (2006), mas não dizem exatamente a mesma coisa. Pois CASTELLS (1989; 2006) defende que a dinâmica do setor terciário/quaternário, no qual a informação comanda os processos econômicos, se sobrepõe à economia industrial, fazendo esta última “entrar” na lógica do primeiro, ou seja, na lógica informacional para não “sucumbir”. Já REZENDE e ACCORSI (1999c) não dizem tanto, apenas ressaltam que o setor de serviços está cada vez mais independente da indústria.

LENCIONI (2003), por sua vez, diz que o setor de serviços atualmente funciona como indústria. Provavelmente referindo-se ao *modus operandi* da indústria, que entre outros fatores inclui a produção em larga escala e a velocidade na operação; características que o setor de serviços é chamado a desempenhar na economia global. É a urgência do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a indústria imprime o seu *modus operandi* no setor de serviços. Logo, a idéia de LENCIONI (2003) coincide com de SASSEN (1998), a qual ao comentar as funções das cidades globais diz que estas são:

[...] lugares e mercados fundamentais para as *indústrias de destaque do atual período, isto é, as finanças e os serviços especializados* destinados às empresas [...] (SASSEN, 1998, p. 16, *grifo meu*).

Sendo assim, parece haver uma divergência entre LENCIONI (2003) e CASTELLS (1989; 2006), no sentido que um coloca a lógica industrial sobre o setor de serviços; e o outro, a lógica do setor de serviços sobre o setor industrial. Contudo, considerando esses aspectos, não parece existir uma incompatibilidade “inconciliável” entre esses posicionamentos. Pois, ambos os autores, LENCIONI (2003) e CASTELLS (2006), concordam que os “fluxos imateriais” comandam a economia atual.

Nesse momento, tratar-se-á de dois trabalhos “complicados”, sendo um artigo e outro uma tese de João FERREIRA (2003a; 2003b). A sua idéia principal é a mais radical que se encontrou a respeito das cidades mundiais/globais e São Paulo. Para o autor São Paulo não pode ser considerada uma cidade mundial/global porque, segundo ele, as transformações existentes na metrópole não são fruto de “dinâmicas globais”, mas de relações prioritariamente locais: burguesia local em associação com o Estado “patrimonialista”. Assim, de acordo com o autor, trata-se dos mesmos processos existentes no país há séculos. Mas é justamente nesse aspecto que se encontra certa incoerência.

Em alguns momentos do seu texto, tanto na tese quanto no artigo, o autor assevera que não está a negar a influência das “forças globais” na estruturação do território e da sociedade brasileira como um todo; ressaltando, por exemplo, a adesão do país ao denominado “Consenso de Washington” (ver FIORI, 1997). Entretanto, o que se sobressai em sua análise, inclusive na conclusão de sua tese, é que essas “forças globais” não são perceptíveis na metrópole.

No artigo analisado, sua conclusão é um pouco menos radical, mas indica o mesmo argumento. O autor não simplesmente “coloca em relevo”, por exemplo, “as forças locais” hegemônicas na construção da cidade. Ele diz que são elas e apenas elas as responsáveis pelas transformações espaciais na metrópole.

De qualquer forma, não se poderia refutar esses trabalhos, já que se está a investigar aqui a interpretação de estudiosos nacionais acerca das teorias de cidade mundial/global e cidade pós-moderna à luz da cidade de São Paulo. E como o

trabalho de João Ferreira é uma “voz destoante” no conjunto de estudos sobre o tema, em si, já merece uma maior atenção.

Contudo, é importante asseverar que apesar dessa “incoerência” presente em seu estudo, são trabalhos com grande valor que, no mínimo, mostram a força de um “novo discurso ideológico” (a cidade mundial/global como forma de superação dos problemas sociais) para legitimar ações de atores hegemônicos, inclusive a do Estado, no sentido da construção de um espaço propício para a reprodução do capital nesse período da globalização (ver FIX, 2003).

Interessante, também, porque mostra claramente como a “elite local” se associa com o Estado para a manutenção de seu *status*. Acrescenta-se que, por vezes, funções de comando do Estado também são ocupadas por essa elite que, às vezes, fazem uso da “máquina administrativa” em benefício próprio. Assim, por exemplo, investimentos na área sudoeste da cidade, até com remoção de favelas¹¹, pode ser interessante para esses agentes públicos que, muitas vezes, residem na região. Isso sem considerar a corrupção “propriamente dita” de toda ordem, presente no poder público.

Ressalta que, muitas vezes, essa elite constitui parte dos empreendedores urbanos, os quais, destaca-se, participa da “construção” das novas centralidades na cidade. Mas, no trabalho de FERREIRA (2003a) parece que apenas a “elite local” com o Estado são os responsáveis pela produção das centralidades na cidade. O autor refuta a idéia de que essas centralidades atendem a exigências espaciais de grandes empresas para a reprodução de seu capital no atual momento do capitalismo.

Cabe lembrar que não é apenas isto, como Ana Fani CARLOS (2004) analisou o próprio capital financeiro se efetiva, em parte, através da produção espacial. Veja:

[...] o capital financeiro se realiza também por meio da produção de ‘um novo espaço’ sob a forma de ‘produto imobiliário’ voltado ao mercado de locação, (fundamentalmente no que se refere aos edifícios corporativos de escritórios, rede hoteleira e flats) numa estratégia que associa várias frações do capital a partir do atendimento do setor de serviços modernos [...] convém esclarecer que o espaço-mercadoria, tornado ‘produto imobiliário’, transforma-se numa mercadoria substancialmente diferente daquela produzida até então, pois se trata, agora, de uma mercadoria voltada essencialmente ao ‘consumo produtivo’, isto é, entendido como lugar da

¹¹ Ver FRÚGOLI JR. (2000) que ao tratar da centralidade Berrini-Marginal Pinheiros, mostra brilhantemente a ação de um *pool* de empresários, juntamente com o Estado, para a remoção de uma favela na área.

reprodução do capital financeiro em articulação estreita com o capital industrial (basicamente o setor de construção civil), que pela mediação do setor imobiliário transforma o investimento produtivo no espaço, sobrepondo-se ao investimento improdutivo, regulando a repartição das atividades e usos (CARLOS, 2004, p. 52).

Entretanto, para FERREIRA (2003a), a construção do espaço da metrópole é governada apenas por uma estratégia de empreendedores urbanos locais, em conjunto com o Estado, para manter sua hegemonia local. FIX (2003) em sua dissertação realmente mostra que o mercado imobiliário é composto, prioritariamente, de empresas nacionais de caráter familiar. Mas a autora não exclui as transformações econômicas globais na ação desses agentes locais. Bem como, no fragmento acima de Ana CARLOS (2004), percebe-se a complexidade da construção dessas centralidades, dessas transformações espaciais na metrópole, apresentando novos elementos em seu processo.

Por outro lado, não se diz aqui que as transformações socioespaciais na cidade sejam fruto apenas de “forças globais”. Não se trata de “globalismo” (considerar somente as dinâmicas globais) e nem de “localismo” (considerar somente as dinâmicas locais), mas entender que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2002, p. 339).

Pois, então, após essas ponderações, tratar-se-á desses dois trabalhos de João FERREIRA (2003a; 2003b). O primeiro é uma tese intitulada – “*São Paulo: o mito da cidade global*”, e o segundo, é um artigo denominado – “*São Paulo, o mito da cidade global: ideologia e mercado na produção da cidade*”. Em certa medida, um trabalho complementa e explicita melhor o outro.

Sendo assim, FERREIRA (2003a) em sua tese afirma que compreende a “cidade global” como um “padrão urbanístico”, que é colocado como a única opção para o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, entende a “cidade global” em sua “forma paradigma-planejamento estratégico”, ou seja, àquela forma que prega determinadas ações para o beneficiamento da sociedade; mas, na verdade, é para o privilegiamento de alguns atores, os hegemônicos.

Nesse sentido, o autor rebate a idéia de que as cidades para conseguirem sobreviver no mundo globalizado, precisam atender uma série de exigências para se tornarem competitivas. Diz que a cidade global (utiliza o termo *cidade global* e não *cidade mundial*) seria o padrão urbano para se alcançar tal competitividade. Confira:

[...] [as cidades] para conseguirem sobreviver ao ambiente competitivo e globalizado da economia atual, devem seguir um receituário específico, de forte perfil neoliberal, cuja implementação deve ser feita através de “novas” técnicas de urbanismo como o Planejamento Estratégico. A esse padrão urbano foi dado o nome de ‘cidade-global’. Tratando-se de um modelo único, assim como é o “pensamento único” atualmente hegemônico, não é de se estranhar que se tente, automaticamente, incluir a metrópole de São Paulo na lista das cidades que pretendem ser ‘globais’ (FERREIRA, 2001, p. 18).

Afirma que embora a globalização realmente corresponda a processos reais de ajuste da economia contemporânea, é normalmente utilizada como “instrumento ideológico” de dominação dos países centrais para a periferia do sistema, bem como, no caso brasileiro, para a reafirmação da elite local. Nesse sentido, faz referência ao “*Consenso de Washington*” que é aquele modelo destinado a “homogeneização” de economias periféricas, orquestrado particularmente pelos Estados Unidos que, entre outras coisas, previa a privatização das empresas estatais, bem como a estabilização macroeconômica, focada no superávit fiscal primário. Observe:

Tornava-se claro para mim que o fenômeno da ‘globalização’, embora designasse processos reais de ajustes e transformações da economia capitalista, vinha sendo utilizado como um instrumento ideológico tanto para a consolidação da dominação internacional do centro sobre a periferia através da imposição do modelo do “Consenso de Washington”, como para a reafirmação da onipotência interna das elites brasileiras sobre a maioria da nossa sociedade (FERREIRA, 2003a, p.19).

Logo o autor entende a *cidade global* como a correspondente urbana da *globalização* (FERREIRA, 2003a, p. 19-20). Ambos os termos compreendidos pelo viés ideológico. Porém, em uma parte de seu estudo, o autor trabalha com a idéia da cidade global como diagnóstico da realidade para depois argumentar sobre sua construção ideológica. Nesse sentido, assevera que na verificação dos “atributos” das cidades mundiais/globais, a cidade de São Paulo não atende aos “requisitos” para se enquadrar como tal.

Assim FERREIRA (2003a) afirma que São Paulo não está entre as 25 maiores cidades em termos dos “fluxos” mais tradicionais da economia global. Diz que o declínio de empregos no setor industrial não se relaciona tão estreitamente como nas cidades globais, ao crescimento de empregos no setor terciário, mas é devido a uma fragilização e deterioração do emprego como um todo.

Outro aspecto que utiliza para rebater a tese de São Paulo como cidade global é de que a cidade esteja sofrendo uma desindustrialização. Nesse sentido, afirma que ocorre um processo de “desconcentração industrial”. Veja:

[...] se trata mais especificamente de um processo de ‘desconcentração’ industrial, com a realocação dessas empresas em uma área muito próxima à capital, em um raio de 150km, na chamada ‘macro-metrópole’ paulista. Além disso, verifica-se que uma grande parte dessas indústrias ainda mantêm suas sedes administrativas na capital – muitas delas, deve-se dizer, na região da marginal Pinheiros. Mais do que uma ‘perda’ de sua vocação industrial, tal fenômeno parece significar um fortalecimento da metrópole paulistana como o mais importante centro industrial brasileiro, que agora passa a se ampliar e envolver os pólos urbanos intermediários mais próximos (FERREIRA, 2003a, p. 120-121).

Contudo, o autor nega um maior desenvolvimento do setor terciário na Capital nos últimos anos, mesmo tendo destacado que a “sede administrativa” das indústrias localiza-se prioritariamente na Capital. Assim, parece não relacionar que essa cisão territorial entre unidade produtiva e gerenciamento da produção, tornou o processo de gestão mais complexo. Nesse sentido, o gerenciamento produtivo requer um conjunto de “serviços avançados”: administrativos, financeiros, jurídicos, planejamento e desenvolvimento etc., que tendem a se concentrar no local de gestão, devido à infra-estrutura já existente. Logo, na metrópole de São Paulo, como foi ressaltado pelo próprio FERREIRA (2003a).

Nesse estudo sobre as teorias das cidades mundiais/globais, encontram-se argumentos favoráveis e desfavoráveis para incluir a cidade de São Paulo como global. Porém, mais do que isto nesse momento, preocupa-se em compreender plenamente o entendimento de FERREIRA (2003a; 2003b) sobre o conceito de cidade global e sua aplicação a nossa realidade.

Nesse sentido, é necessário evidenciar que não adianta procurar exatamente os mesmos “atributos globais” em cidades centrais e periféricas do sistema.

Como MEDEIROS (1997) destacou é mais do que procurar uma Tóquio ou Nova York em São Paulo. E como Adriana SILVA (2001) asseverou, ou fazer uma “análise funcionalista”, realizando simplesmente uma comparação entre cidades em países centrais ou periféricos. Isso não colabora efetivamente para compreender os fenômenos da realidade. Voltar-se-á novamente a esse assunto.

Outro aspecto que o autor utiliza para negar o fenômeno da “cidade mundial/global” em São Paulo é o fato de negar a “nova centralidade” da Berrini-Marginal Pinheiros como área que concentra empresas multinacionais e serviços avançados, ao contrário do que se prega:

[...] não há uma concentração significativa na região, nem das maiores empresas do setor financeiro, nem das maiores exportadoras, como tampouco das empresas especificamente relacionadas ao chamado “terciário avançado”, muito embora não se negue que haja naquela região uma forte atuação do mercado e um número significativo de lançamentos

imobiliários no segmento dos escritórios comerciais (FERREIRA, 2003a, p. 121).

Assim, para o autor tanto o conceito de *cidade mundial/global* como o de *globalização* são construções ideológicas, pautadas numa visão otimista e acrítica da realidade. Dessa maneira, o autor diz que a globalização é vista como um modelo de “entrada” no mundo desenvolvido, e a “cidade global” teria a capacidade de superar a exclusão social. Mas que, na verdade, fazem a manutenção da condição de dependência em relação ao capital hegemônico, quanto à continuidade da hegemonia interna da elite local.

Nesse sentido, FERREIRA (2003a) afirma que a elite local, ao mesmo tempo em que continua a se segregar em determinadas áreas da cidade, parte dela, compõe o conjunto de empreendedores urbanos que se valendo da justificativa de conexão com a economia global, garantem sua hegemonia e seus lucros na produção de “centralidades” ou da “cidade terciária” (FERREIRA, 2003a, p. 309). Portanto, segundo o autor, não se comprova uma “internacionalização” mais efetiva na produção do espaço urbano, particularmente no “setor terciário”.

Dessa maneira, FERREIRA (2003a) assevera que mais do que influenciadas pela “globalização”, a produção de centralidades na cidade são dominadas por relações locais entre Estado e iniciativa privada. Nesse sentido, destaca a opção política do Estado em favorecer as grandes empresas em detrimento da população. Confira:

No campo urbano, tomando como exemplo o caso de São Paulo, o que podemos dizer é que as dinâmicas de produção da cidade terciária, muito mais do que influenciadas pela “globalização”, são dominadas por relações arcaicas e patrimonialistas, pelas quais a imiscuição entre Estado e iniciativa privada permite significativos ganhos capitalistas e influencia a produção do espaço da cidade em torno das “centralidades terciárias”. Temos então uma absoluta subordinação do desenvolvimento urbano à lógica do capital, sob o patrocínio do Estado patrimonialista (FERREIRA, 2003a, p. 312).

Assim, tudo indica que a concepção que o autor defendeu a respeito da cidade mundial/global se aproxima da “forma paradigma-planejamento estratégico”, já que esta teria forte perspectiva ideológica, na medida em que coloca a “*cidade mundial/global*” como parâmetro a ser seguido e alcançado, sendo o “planejamento estratégico” a sua via de efetivação no espaço. Porém, a posição de FERREIRA (2003a) não é apenas isso.

O autor afirma que a construção das “centralidades” na cidade, que segundo a literatura são dirigidas prioritariamente ao atendimento do setor terciário

(CORDEIRO, 1993; CARLOS, 2004), não atendem a um capital ou funções internacionais e, sim, a conhecida dinâmica de acumulação das elites locais coadunadas com o Estado. Nesse sentido, essa burguesia local faz uso do discurso da “*cidade mundial/global*” para operar atualmente. Logo, há uma diferença significativa em relação a outros autores, tendo em vista que FERREIRA (2003a) nega que a produção das “centralidades” como a da Berrini tenham relação com as dinâmicas da economia global. E mesmo que atendam ao setor terciário.

Entretanto, o autor reconhece que pode estar havendo transformações na economia global que acabam por influenciar a brasileira, ainda mais com a adesão irrestrita ao “Consenso de Washington” o que, por sua vez, de acordo com o autor, pode ter várias formas de influenciar a estruturação das cidade e do seu papel. Assevera-se, que os atores hegemônicos utilizam a própria cidade como meio e condição da realização desse capital (CARLOS, 2001).

No entanto, por outro lado, parece negar, em certo sentido, que a cidade é uma totalidade constituída, simultaneamente, por dinâmicas *locais*, *nacionais* e *globais* (SILVA, 2001; SANTOS, 2002). Negligencia que, por exemplo, empresas nacionais podem atuar segundo a lógica da economia global, como forma de ampliar seus lucros e sobreviver no mercado, como ressaltou SAMPAIO e PEREIRA (1997) ao analisar os impactos da abertura econômica sob o empresariado nacional. Veja o fragmento que demonstra em sua análise uma preocupação com o resultado e não com o processo:

Exatamente o que sempre ocorreu na cidade, com ou sem ‘globalização’: a constante busca dos empreendedores do mercado imobiliário terciário pelas ‘*possibilidades econômicas dos lugares*’, em um processo semelhante ao que move as classes dominantes em torno das ‘qualidades de consumo dos lugares’ para morar. Aliás, se ambos puderem estar próximos, como ocorre na região da Marginal Pinheiros em relação ao complexo residencial de luxo do Panamby, tanto melhor (FERREIRA, 2003a, p. 309).

Em seu artigo intitulado “*São Paulo, o mito da cidade global: ideologia e mercado na produção da cidade*”, FERREIRA (2003b) trabalha com o mesmo tema de sua tese, apresentando a mesma argumentação. Nesse sentido, para não se repetir à análise exposta acima, irá se focar sua observação a respeito do “setor terciário avançado” da economia, o qual, segundo o autor, apresenta dinâmicas e resultados bem distintos das localidades centrais mundiais/globais.

O autor enfatiza o fato de o “setor terciário avançado” não estar concentrado em “centralidades globais” – os novos distritos de negócios – como é normalmente

afirmado, na metrópole de São Paulo. Dessa forma, segundo FERREIRA (2003b), esse setor está “espalhado” pela cidade, sendo que as ditas “centralidades globais”, como a marginal Pinheiros, agrega uma porcentagem ínfima do total de empresas do setor. O autor baseia-se nos dados do “Cadastro Empregador – Município de São Paulo, RAIS/Caged-Ministério do Trabalho e do Emprego” FERREIRA (2003b, p. 135). Confira:

Por outro lado, se considerarmos essas empresas do terciário avançado em relação ao total de empresas de todos os setores econômicos, veremos que aquelas sediadas na ‘centralidade terciária’ da Marginal Pinheiros (a mesma região ‘ampliada’ citada acima) [trata-se das avenidas Faria Lima, Berrini, Águas Espraiadas e Nações Unidas, algumas ruas transversais, assim como o bairro da Chácara Santo Antônio] representam, surpreendentemente, apenas 0,50% do total! (FERREIRA, 2003b, p. 135).

Outro destaque do texto se refere à Avenida Paulista. FERREIRA (2003b) rechaça a idéia que a avenida esteja perdendo vitalidade, argumentando que na área de “consultoria em sistemas de informática”, por exemplo, foi na Avenida Paulista a maior concentração encontrada. Mesmo assim, uma concentração pequena, representando 3,39% do total.

Sendo assim, FERREIRA (2003b) diz que a Avenida Paulista e a Marginal Pinheiros reúnem apenas 5,66% (3,46% e 2,20%, respectivamente) das empresas do chamado “terciário avançado”. Logo assevera que, surpreendentemente, a despeito da teoria da cidade mundial/global que se refere à concentração espacial desse setor, o “terciário avançado” está espalhado por toda a cidade. Veja:

[...] onde estão as outras quase 95% dessas empresas? A resposta é surpreende, se acreditássemos na força da argumentação das cidades globais e seus ‘novos centros’ de negócios: espalhados por toda a cidade [...] Em 1999, por exemplo, 1187 empresas declararam a RAIS em São Paulo, sob a classificação ‘atividades de assessoria em gestão empresarial’, um ramo absolutamente típico do que se entende por ‘terciário avançado’. Pois bem, essas 1187 empresas estavam localizadas em 619 endereços diferentes, apenas 11 delas (0,92% do total) estando na Marginal Pinheiros, enquanto que a avenida Ipiranga sozinha, na região central, pouco associada a atividades terciárias avançadas, apresentava 13 registros (FERREIRA, 2003b, p. 135).

Por outro lado, questiona o desenvolvimento e a importância do chamado “setor terciário avançado” em São Paulo, como também a própria preponderância do setor terciário na economia da cidade. Observe:

Não há indícios significativos para afirmar que a cidade esteja passando por um processo efetivo de transição para uma economia terciária, quanto menos ‘terciária de ponta’ (FERREIRA, 2003b, p. 133).

Dessa forma, é importante destacar que se discorda de FERREIRA (2003b), no sentido de que há diversos autores, tais como CORDEIRO (1993), SANTOS

(1994), LENCIONI (1998) e KOULIOUMBA (2002) que mostram o desenvolvimento do “setor terciário avançado/quaternário” na cidade, assim como o crescimento de sua importância na dinâmica da economia. Observe:

[...] a evolução dos empregos no setor terciário é o que vem tendo maior dinamismo na cidade de São Paulo, tendo crescido 53,9% no período de 1977-1987. Os serviços mais especializados, relativos à gerência, às finanças, à propaganda, ao marketing, ao planejamento e à consultoria concentram-se na Capital (LENCIONI, 1998, p. 31).

Quanto ao “padrão” descentralizado de tal setor, cabe três observações, sendo que uma, o próprio autor já respondeu. Primeiramente, pelo exposto por FERREIRA (2003b) o que se têm são várias “centralidades” na cidade, a depender da atividade desenvolvida. Isso não nega centralidades como a da Berrini-Marginal Pinheiros, a meu ver. Como ASCHER (2001) destacou, caminha-se para uma metrópole com “multipolaridades”.

Segundo ponto. Se as atividades denominadas do “setor terciário avançado” estão mais desconcentradas do que se acreditava, pode-se intuir que os “espaços da globalização” são vários e que abarcam muito mais do território da cidade do que se poderia supor a princípio.

Terceiro aspecto, que o próprio autor, de certo modo já destacou, é sobre o “peso” das empresas presentes nas centralidades. No entanto, mesmo assim, caberia uma investigação mais apurada. Pois, muitas vezes, as poucas empresas com maior destaque econômico localizadas em determinadas centralidades, são as que comandam determinado ramo de atividade. Observe o que diz:

[...] na ‘centralidade terciária’ da Marginal Pinheiros, somente 7 dos 48 maiores bancos atuando no Brasil têm suas sedes na região, e das 28 maiores companhias de seguro, somente 3 estão lá instaladas (FERREIRA, 2003b, p. 136).

Cabe ainda duas ponderações. A primeira é quando o autor comenta que a cidade de São Paulo, desde os anos 1950 tem sempre abrigado atividades “terciárias de comando”. Portanto, em sua visão, a “globalização” não traz nenhuma novidade. Nesse sentido, assim como em vários momentos de sua tese, parece que o autor está negando o “movimento da História”. Pois esse processo de “manutenção” da primazia nacional de São Paulo no país, por exemplo, é qualitativamente diferente no decorrer dos anos.

O próprio autor ao comentar sobre as centralidades diz que a avenida Paulista já abrigou muitas empresas multinacionais. Porém, hoje, essas empresas não se localizam prioritariamente nessa região. Ou seja, o próprio autor destaca o

“movimento”, a “mudança”, mas parece não perceber isso. Por outro lado, não está a se dizer aqui que não existe a permanência de antigas estruturas. Observe o que diz sobre São Paulo:

O município em si [...] sempre se caracterizou por receber em seu território atividades terciárias de ‘comando’, simplesmente pelo fato da cidade ser, desde a mesma década de 50, o principal pulmão do crescimento econômico do país e do continente. Até aí, não haveria portanto nenhum fato novo na era da ‘globalização’, e fica difícil entender qual a novidade – equiparando-se o peso que as inovações tecnológicas dos edifícios tinham em cada época – de uma concentração de edifícios terciários modernos na região da Marginal Pinheiros, nos dias atuais, em relação à concentração de novos e modernos (para a época) edifícios na avenida Paulista da década de 70, em grande parte ocupada, aliás, também por sedes de empresas multinacionais (FERREIRA, 2003b, p. 134).

Por fim, como o artigo faz parte de um seminário que discute a existência da cidade mundial/global no Mercosul, FERREIRA (2003b) termina por dizer que se São Paulo não parece responder aos atributos da teoria sobre a cidade global, então não há cidade global no Mercosul. Provavelmente, essa conclusão se deve ao fato de que quando o autor entende o conceito de cidade mundial/global em sua “forma diagnóstico”, ou seja, como um esforço de compreensão da realidade das cidades contemporâneas, relaciona o conceito apenas com cidades que estariam em países centrais. Confira o que diz sobre São Paulo e o Mercosul:

[...] se São Paulo, com seus cerca de 10 milhões de habitantes e sua histórica importância econômica nacional e internacional, não parece responder aos critérios definidores das cidades globais, segundo a teoria dominante sobre o tema, seria curioso imaginar que possa existir alguma outra cidade no continente com tais características (FERREIRA, 2003b, p. 136).

Por outro lado, novamente o autor se preocupa em enfatizar que reconhece as dinâmicas econômicas mundiais na realidade brasileira, mas insiste que a produção da cidade de São Paulo é comandada, preponderantemente por dinâmicas locais e não globais.

Desse modo, tudo indica que FERREIRA (2003a; 2003b) é um “cético” com relação às tendências globais contemporâneas nas economias nacionais. Como HELD e MCGREW (2001) ressaltam há basicamente duas vertentes no grande debate acerca da globalização: os “céticos” e os “globalistas”. Os “céticos” seriam àqueles que acreditam que a atual economia mundial está longe de ser estreitamente integrada. Assim, confira o que os autores dizem a respeito dos “céticos” da globalização e observe como isso elucidada acerca do posicionamento de FERREIRA (2003a; 2003b):

Em lugar de uma economia global, os céticos interpretam as tendências atuais como prova de uma internacionalização significativa, mas não historicamente sem precedentes, de atividade econômica, isto é, como uma intensificação dos vínculos entre economias nacionais distintas. A internacionalização mais complementa do que substitui a organização e a regulação predominantemente nacionais da atividade econômica e financeira conduzida por entidades públicas e privadas nacionais ou locais. Para os céticos, toda economia é principalmente nacional ou local [...] Até entre as multinacionais mais importantes, as vantagens competitivas enraízam-se sobretudo em seus respectivos sistemas nacionais de inovação, enquanto a produção e as vendas tendem a ter forte concentração regional [...] os governos nacionais, dizem os céticos, continuam centrais para a gestão da economia mundial, já que só eles têm a autoridade política formal para regulamentar a atividade econômica (HELD; McGREW, 2001, p. 51-56).

Apenas para apresentar a posição dos autores a respeito dos denominados “globalistas”, ressaltam que estes criticam os “céticos” por desconsiderarem por completo que “os governos nacionais estão tendo que se adaptar constantemente aos avanços e recuos das condições e forças do mercado global” (HELD; McGREW, 2001, p. 58). Tendo, assim, seu poder e seu papel profundamente restringidos pela globalização econômica (p. 67). Nesse sentido, para os globalistas:

Paralelamente à integração financeira, as operações das empresas multinacionais integram as economias nacionais e locais em rede de produção globais e regionais [...] a fase contemporânea da globalização econômica, sugerem os globalistas, distingue-se das fases anteriores pela existência de uma única economia global que transcende e integra as principais regiões econômicas do mundo [...] Na dinâmica desse novo capitalismo global está inscrito um imperativo poderoso de desnacionalização das atividades econômicas estratégicas. A empresa multinacional é central na organização dessa nova ordem capitalista global (HELD; McGREW, 2001, p. 60-63).

Assim, pode-se observar que o posicionamento de FERREIRA (2003a; 2003b) se concatena e muito com a descrição de HELD e McGREW (2001) a respeito dos “céticos” da globalização. Portanto, FERREIRA (2003a; 2003b) “em tese” não nega as influências globais na economia nacional, mas na prática considera essas influências secundárias ou praticamente nulas, como na análise do setor imobiliário. De tal modo que são as “forças locais”, representadas principalmente pela elite local e o Estado nacional, que comandam os processos econômicos, sociais e espaciais da metrópole de São Paulo, bem como da sociedade brasileira.

2.4 O conceito de cidade mundial/global na Ciência Geográfica nacional

Helena Kohn CORDEIRO (1993) em seu artigo – “A ‘cidade mundial’ de São Paulo e o complexo Corporativo do seu centro metropolitano” – analisa as reestruturações espaciais em São Paulo a partir dos desdobramentos do “centro metropolitano”, tendo em vista, a preponderância do capital financeiro na organização da economia mundial, como também a importância das grandes corporações. Confira:

É o tempo do capital-financeiro, não mais do capital-mercadoria, do capitalismo concorrencial ou do capital produtivo do capitalismo [...] Nessa fase, as grandes corporações são os mais importantes agentes da reorganização espacial capitalista em escala mundial. Sua ação se reflete em uma ‘nova divisão internacional do trabalho’ [...] No rearranjo espacial do sistema, as grandes corporações localizaram suas subsidiárias principalmente nas metrópoles dos países periféricos, onde encontraram as mais favoráveis condições para a reprodução do seu capital. Ao mesmo tempo, aí implantaram as sedes de gestão dos seus negócios (CORDEIRO, 1993, p. 319).

Nesse sentido, a autora destaca que a implantação do controle gestor das transnacionais em certos locais, originou uma “cadeia seletiva de metrópoles” (CORDEIRO, 1993, p. 319), as cidades mundiais. Essas controlam e comandam o capitalismo em nível mundial. E, ao mesmo tempo, são as articuladoras primordiais do setor financeiro. Observe:

O capital financeiro veio, portanto, a dominar a economia internacional, constituindo-se a ‘cidade mundial’ em sua articuladora básica (antes da produção) (CORDEIRO, 1993, p. 320).

Dessa forma, o pensamento de CORDEIRO (1993) coincide com de vários estudiosos como SASSEN (1991; 1998) que também acreditam na importância do capital financeiro, assim como no papel das cidades mundiais/globais, como articuladoras da economia mundial na atual fase do capitalismo.

Vale destacar sua reflexão sobre as grandes corporações, que se constituem nos “principais agentes da reorganização espacial” (p. 319). Logo, afina-se com outros teóricos como LEVY (1997) que reconhecem no fortalecimento das ETNs (Empresas Transnacionais), um fator importante na reestruturação produtiva e espacial contemporânea.

O artigo de CORDEIRO (1993) traz uma pertinente análise sobre o país nos últimos decênios. Assim, nota que durante os anos 1950, o Brasil reagindo às crises ou aproveitando a reestruturação da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial, com a importante participação do Estado, diversificou sua estrutura

industrial; segundo a autora, muito além dos outros países da América Latina. É importante destacar esse período, pois de acordo com CORDEIRO (1993), foi a partir daí que se deu a reorganização completa da economia nacional. Confira:

Durante os anos 50 [...] deu-se à reorganização completa de nossa economia e da estrutura espacial no que se refere aos fluxos de capitais, migração do trabalho, processo de produção e gestão das atividades econômicas (CORDEIRO, 1993, p. 319).

Outro momento que a autora considera significativo na história recente do Brasil, foi o que denomina de *“take off”* econômico do governo autoritário em 1968. Segundo Helena CORDEIRO (1993), nesse período aconteceu a expansão do capitalismo monopolístico sob o comando do Estado. As grandes empresas nacionais, multinacionais e estatais “passaram a deter a exclusividade da implantação dos grandes projetos do Brasil e o controle de seu desenvolvimento econômico” (CORDEIRO, 1993, p. 319-320).

Nesse período também se evidencia, segundo a autora, a “metrópole corporativa”, uma vez que são criados na cidade equipamentos necessários e compatíveis para a reprodução do capital, no sentido de atender as empresas hegemônicas. CORDEIRO (1993) assevera ainda, que após o *“take off”* econômico do governo autoritário, se reforça o desenvolvimento de São Paulo enquanto cidade mundial/global.

Sendo assim, a autora demonstra a primazia de São Paulo, como também de sua Região Metropolitana na economia nacional. Destaca que o Rio de Janeiro, desde os anos 1940, começa a perder sua liderança no cenário brasileiro, o que se acentua com a transferência do poder político para Brasília, nos anos 1960.

Diz que os anos 1980 apresentam uma diferença em relação aos outros períodos, tendo em vista que há um aumento da solidariedade e interdependência entre a economia de países centrais e de alguns países em desenvolvimento como o Brasil, provocada, entre outros fatores, pela globalização financeira. Mas ressalta que os impactos dessa mudança dependem dos fatores internos do país. Observe:

Contudo, as características internas de cada economia, o arranjo institucional entre empresariado e Estado, o estágio de industrialização alcançado por esses países definiram formas diferentes de resolver as condições dos problemas da economia mundial (CORDEIRO, 1993, p. 320).

Dessa forma, a autora destaca que a cidade mundial/global, devido ao alcance global das empresas, tem que abrigar uma infra-estrutura que se associa aos seus centros metropolitanos. Assim, o Complexo Corporativo (infra-estrutura)

que se desenvolve nos Centros Metropolitanos permite a ação das empresas hegemônicas. Confira:

A metrópole, privilegiada pela concentração das atividades do sistema transnacional, capazes de organizar o macroespaço, torna-se a principal emissora de decisões e inovações no sentido econômico, social, cultural e político. Dentro do espaço metropolitano, o centro é o exemplo mais significativo da organização micro-espacial desse sistema (CORDEIRO, 1993, p. 324).

Logo CORDEIRO (1993) discute o processo de desdobramento do Centro Metropolitano de São Paulo, no qual assevera a importância do Centro Principal e do Centro Paulista no que concerne ao setor financeiro. E o Centro Berrini na localização de grandes empresas financeiras e não-financeiras de controle acionário transnacional. Assim, diz que:

Nesse novíssimo núcleo do Centro Metropolitano [Centro Berrini] – nosso *La Défense*, não planejado –, a pesquisa da origem do capital acionário das empresas revelou que quase metade das sedes empresariais aí instaladas é de grupos internacionais (CORDEIRO, 1993, p. 326).

Dessa forma, a autora destaca que as “amenidades urbanas”, acompanhando o deslocamento do Complexo Corporativo do Centro Metropolitano, mudou tanto de localização quanto de conteúdo. Confira:

Acompanhando as tendências de deslocamento do Complexo Corporativo, mudaram também as atividades chamadas de amenidades urbanas, das quais destacamos os grandes hotéis e os restaurantes de luxo. Nesse conjunto, as galerias de arte e outros espaços de lazer cultural, cuja relação atual com os investimentos financeiros torna-os integrantes desse micro-espço [complexo corporativo do centro metropolitano] [...] As galerias de arte [...] têm se multiplicado [...] do Centro Principal saíram para o Centro Paulista (CORDEIRO, 1993, p. 326-329).

Sendo que, segundo a autora, o desenvolvimento de equipamentos culturais atende a três necessidades específicas: uma busca de identidade cultural, uma obrigação na criação de elites técnicas e culturais, como também “à afirmação recente de legitimidade e prestígio no plano internacional” (CORDEIRO, 1993, p. 328).

É importante destacar as características que, de acordo com a autora, credenciam São Paulo ao fenômeno de cidade mundial/global. Veja algumas dessas características:

[...] a maior concentração populacional relativa entre as metrópoles brasileiras, abrigando uma das maiores massas operárias do globo [...] maior produção nacional brasileira do setor secundário [...] a maior concentração relativa de sedes das maiores empresas nacionais e internacionais de todos os setores da economia [...] a maior concentração de sedes de instituições financeiras internacionais do país, algumas das quais possuem redes nacionais [...] a maior concentração relativa de investimentos estrangeiros no país [...] o maior nóculo do sistema de

telecomunicações [...] a sede da maior universidade do país (Universidade de São Paulo) (CORDEIRO, 1993, p. 322-323).

A respeito das características elencadas pela autora para “credenciar” São Paulo ao fenômeno de cidade mundial/global, cabe ponderar que algumas características, a meu ver, mostram a primazia da cidade no contexto nacional, e não necessariamente sua importância na economia mundial. Como exemplo, pode-se citar, as seguintes características: a maior produção nacional brasileira do setor secundário, o maior nóculo do sistema de telecomunicações do país e, a sede da maior universidade do país.

Logo é interessante ressaltar que a primazia nacional não confere necessariamente o estatuto de *mundial/global* para uma cidade, embora o fenômeno da “cidade primacial” esteja muito presente em países semiperiféricos/periféricos. Por outro lado, nesse sentido, é importante reconhecer que existem maiores possibilidades de uma cidade *mundial/global* de um país semiperiférico do sistema, exercer também o papel de metrópole nacional de determinado país, como tudo indica ser o caso de São Paulo. Contudo, destaca-se, a “relação não é direta”. Veja:

A primazia é uma condição relativa que se afirma no contexto de um sistema urbano nacional. Algumas das maiores aglomerações urbanas do mundo não implicam necessariamente primazia. Nova York, por exemplo, figura entre as vinte maiores cidades do mundo, mas não é uma cidade primacial, dada a natureza multipolar do sistema urbano nos Estados Unidos. Além disso, a primazia não é uma característica exclusiva dos países em desenvolvimento, ainda que suas formas mais extremas se localizem no mundo em desenvolvimento. Tóquio e Londres são duas cidades que contêm elementos de primazia (SASSEN, 1998, p. 48).

Enfim, a autora parte da idéia que São Paulo é uma cidade mundial/global com indiscutível primazia nacional e que a investigação das “centralidades” ou dos “Centros Metropolitanos” mostra o movimento do capital na cidade. É interessante pontuar sua análise sobre o “*take off*” econômico que ocorreu após o governo autoritário de 1968, pois a partir desse momento, segundo a autora, “se reforçou o desenvolvimento da ‘cidade mundial’ de São Paulo” (CORDEIRO, 1993, p. 325).

Nesse sentido, acredita-se que a autora buscou caracterizar o contexto interno do país e sua “interação” com as dinâmicas mundiais, que propiciaram a formação da cidade mundial/global de São Paulo. Essa se consolida, de acordo com a autora, nos anos 1980 com a emergência do setor financeiro como “*integrador fundamental do sistema econômico mundial*” (CORDEIRO, 1993, p. 320). Assim, como a autora ressaltou, as “cidades mundiais” seriam as articuladoras básicas do

capital financeiro. Portanto, é uma das novas formas espaciais da atual fase do capitalismo.

E a maneira de se compreender uma dessas novas formas espaciais – a cidade mundial/global, no artigo da autora, foi através da análise das “centralidades” da cidade de São Paulo. Pois essa expansão do Centro Metropolitano, na visão de CORDEIRO (1993) e com a qual se compartilha, é condição e reflete a organização espacial realizada na cidade para o atendimento das “novas demandas” corporativas com a finalidade de reprodução do capital. Confira:

O tresdobramento da nucleação do Centro Metropolitano de São Paulo se configura, por conseguinte, como um notável exemplo da requalificação do espaço interno para atender às exigências de equipamentos neotecnológicos do sistema de decisão empresarial do Complexo Corporativo das ‘cidades mundiais’ (CORDEIRO, 1993, p. 330).

É um trabalho importante, do início dos anos 1990, antes de diversas publicações sobre as cidades globais, inclusive em âmbito internacional, como os trabalhos de SASSEN (1991; 1998), que procura analisar a inserção do país e especificamente da metrópole de São Paulo no movimento do capitalismo mundial. Nesse sentido, vale conferir um trecho do trabalho de CORDEIRO (1993) sobre o Centro Metropolitano:

A dinâmica espacial do Centro Metropolitano de São Paulo desde meados dos anos 60 vem correspondendo ao seu papel no contexto da hierarquia funcional de todos os setores da economia e dos processos da divisão nacional e internacional do trabalho, como epicentro do capitalismo brasileiro e líder do sistema urbano nacional e dos contatos internacionais (CORDEIRO, 1993, p. 329).

Vale destacar, ainda, que a autora utiliza o termo cidade mundial e não cidade global. Uma possível explicação para isso pode se encontrar na ainda pouca difusão do termo cidade global no início dos anos 1990. Tendo em vista que o trabalho de SASSEN (1991), que difundiu o termo cidade global, havia sido publicado recentemente no exterior.

Existem algumas obras de Milton SANTOS que podem ser relacionadas a presente investigação. Entretanto, devido à extensão de sua obra e o amplo conteúdo que cada uma suscita para análise, escolheu-se tratar, mais detalhadamente, de seu trabalho denominado “Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo”, datado de 1994, por motivos que se evidenciarão no decorrer da análise. Aliás, uma feliz sugestão de María Laura Silveira na banca de qualificação dessa pesquisa. Mas, mesmo assim, adverte-se, que não será possível

analisar pormenorizadamente toda a gama de assuntos que o livro traz. Logo, deter-se-á nos aspectos que se destacam tendo em vista o tema dessa pesquisa.

Dessa forma, logo no início, SANTOS (1994) já realiza uma brilhante análise, com a qual se concorda, sobre a nova divisão internacional do trabalho e sua conseqüência nos lugares. Mais importante que os termos é, sem dúvida, a análise realizada acerca dos fenômenos da realidade. Porém, apenas para destacar, SANTOS (1994) nesse trabalho diz que São Paulo é uma cidade mundial/global. Confira:

Pelos objetos em que se apóia e pelas relações que cria, a nova divisão internacional do trabalho leva a uma verdadeira mundialização dos lugares. Destes, *alguns são lugares complexos, as metrópoles, dentre as quais se destacam metrópoles globais*. Grandes cidades do Terceiro Mundo, cada vez mais numerosas, incluem-se nessa família, ostentando, porém, em cada caso, características particulares (SANTOS, 1994, p. 17, *grifo meu*).

O autor destaca em consonância com outros estudiosos como CASTELLS (2006), que a organização do espaço atual se dá por meio dos fluxos de informação, diferentemente da fase anterior, na qual os “fluxos de matéria” organizavam o espaço. Confira:

Estamos, agora, diante do fenômeno da ‘metrópole transacional’. Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial. O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano (SANTOS, 1994, p. 41).

Entretanto, o autor assevera que não há uma ruptura, mas um processo de transformação, já que o atual espaço baseado em fluxos de informação só se torna possível devido às condições oferecidas pela “metrópole industrial”. Essa idéia, aliás, da herança de períodos anteriores na conformação da cidade atual, também está presente em KING (1991) ao tratar da cidade colonial e da cidade mundial/global. Porém, nesse caso, KING (1991) destaca o “colonialismo”, não exatamente o período “industrial”. Assim sendo, salienta que a cidade mundial/global somente se torna possível, especificamente em Londres, que é o seu caso de estudo, devido à estrutura deixada pelo colonialismo. Mas, retornando a observação de SANTOS (1994), é interessante conferir:

[...] pelo fato de haver conquistado a posição de capital industrial que São Paulo foi capaz de se tornar uma metrópole informacional, acumulando, em períodos consecutivos, um papel metropolitano crescente [...] Nas condições de passagem de uma fase à outra, somente a metrópole industrial tem os meios para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. *A metrópole transacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole [...] São Paulo é a metrópole informacional do mercado,*

cujo domínio quaternário se baseia na força industrial adquirida desde o período anterior (SANTOS, 1994, p. 40/41-44, grifo meu).

Assim, coloca em relevo o passado industrial da metrópole paulistana para a conformação de seu papel atual, visão com a qual se compartilha. Nesse sentido, assevera que entre as grandes cidades dos países de “Terceiro Mundo” é

[...] a única contígua a uma zona de produção agrícola comercial que, durante mais de um século, não parou de se adaptar à demanda do mercado (internacional e nacional), por meio de um processo contínuo de modernização que lhe permitiu adaptar-se, em cada momento histórico, às inovações produtivas, que se conheciam no mundo, incluindo os transportes, as comunicações e o consumo (SANTOS, 1994, p. 43-44).

Afirma que apesar do Rio de Janeiro e Brasília poderem ser denominadas *cidades mundiais*, é com São Paulo que melhor se encaixa o adjetivo, devido a sua incontestável primazia, constituindo-se uma “metrópole onipresente” em todo o território nacional, *“sendo também o lugar em que são as mais fortes e significativas as relações internacionais”* (SANTOS, 1994, p. 17).

Esse conceito de “metrópole onipresente” é muito interessante em relação ao conceito de cidade mundial/global, porque permite pensar naqueles posicionamentos que defendem que se São Paulo é mundial/global, isso é verdadeiro apenas para algumas áreas, algumas “centralidades” da cidade, e não para a cidade como um todo (KOULIOUMBA, 2002; ALVES, 2005).

De fato, concorda-se com esse posicionamento. É através das “centralidades” (FRUGOLI, 2000) na cidade, as “ilhas de excelência globalizadas” (KOULIOUMBA, 2002) ou “espaços da globalização” (SANTOS, 2002) que apresentam atividades terciárias e quaternárias de criação e controle de cunho internacionalizante, que a cidade exerce suas “funções globais”. Centralidades estas, aliás, que são construídas para atender essa nova fase do capitalismo (CARLOS, 2001;2005). Ou seja, não se trata de um processo “espontâneo”, mas uma estratégia que permite a produção/reprodução do capital. A cidade como “mercadoria” (CARLOS, 2001, 2005; SANCHEZ, 2001).

Entretanto, isso não significa que a ação dos atores hegemônicos fica restrita a apenas essas “centralidades” da cidade. Sua ação alcança todo o território, em diferentes graus. Nesse sentido, é uma ação “onipresente”. Confira um trecho de M. SANTOS (2002), no qual faz referência aos atores hegemônicos e sua ação local que acaba por atingir a todos (lugares e pessoas):

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu

objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global [...] A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade (SANTOS, 2002, p. 334-338).

Porém, é importante esclarecer, que não se diz aqui que os lugares são constituídos somente pela ação dos atores hegemônicos, com sua lógica “estranha” a maioria das pessoas. Fato é que todos – hegemônicos ou não –, “fazem a cidade”. O próprio M. SANTOS (1994), por exemplo, ressalta o papel de peso da pobreza urbana no surgimento e funcionamento do circuito superior marginal, o qual se constitui num dado importante da economia. Assim, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2002, p. 339).

Nesse sentido, parece importante realizar uma ponderação. Apesar da teoria da cidade mundial/global destacar a ação dos agentes hegemônicos da atual fase do capitalismo, os quais atuam em escala planetária, como forma de explicar os fenômenos mais recentes da metrópole contemporânea; tal teoria não despreza a existência de outros atores. É verdade que quando tratam dos atores não-hegemônicos, normalmente abordam somente as conseqüências das ações dos atores hegemônicos sobre os primeiros, não investigando, de fato, as ações e dinâmicas dos atores não hegemônicos. Todavia, tudo indica ser uma opção “metodológica” para se compreender a realidade, a qual não nega e, a meu ver, não exclui outros aspectos da contemporaneidade

É pertinente a observação que SANTOS (1994) faz sobre a “socialização capitalista”, tema abordado por várias vezes no trabalho e que se relaciona com a idéia da “metrópole corporativa”. Como se verá adiante, acredita-se que o “planejamento estratégico”, um dos “desdobramentos” do conceito de cidade mundial/global, é uma forma de se colocar em execução a “socialização capitalista”. Possivelmente, como tudo se torna mercadoria no capitalismo, ou praticamente tudo, o conceito de cidade mundial/global também foi absorvido pelo capital. E uma das formas de devolução após a absorção, já como mercadoria, se encarna justamente no “planejamento estratégico”, que visa tornar as cidades mais competitiva (ou competitiva) para o capital global. O “planejamento estratégico” é “vendido” como uma forma de planejamento que beneficiaria a todos. Porém, para ser posto em prática requer a “socialização capitalista” que, por sua vez, é:

[...] pois, sobretudo, um processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas. Trata-se, como dito antes, de um processo seletivo, que atinge diferentemente os atores econômicos,

o que faz do Estado um motor de desigualdades, já que, por esse meio, favorece concentrações e marginalizações (SANTOS, 1994, p. 122-123).

Milton SANTOS (1994) realiza uma análise contundente de São Paulo à luz da globalização, mas sem desprezar seu passado histórico-geográfico (aliás, elemento essencial para se compreender o *hoje*). Considera também sua situação de cidade localizada em um país de Terceiro Mundo, tendo em vista, inclusive, a visão sistêmica que o capitalismo exige para sua apreensão. O valor desse trabalho se mostra à medida que permite uma maior compreensão e reflexão acerca dos fenômenos verificados na cidade, no mundo atual.

Por fim, uma citação a respeito das cidades e o processo de internacionalização que, em certo sentido, se relaciona com a importância da teoria da cidade mundial/global; já que essa enfoca o processo de “globalização” que, segundo a teoria, ocorre nas e por meio das cidades.

O processo de internacionalização das cidades ora em marcha acelera essa evolução [da funcionalização das atividades e dos lugares com uma disfuncionalização de alguns lugares e atividades, provocada pelo intenso processo de divisão do trabalho], já que a vocação mundial das cidades as envolve num movimento cujo ritmo não é dado apenas pela própria cidade, ou seu próprio país, mas pelas exigências de uma competitividade cuja escala é planetária (SANTOS, 1994, p. 130).

Sandra LENCIONI (1998) num artigo intitulado “*Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais*”, trata do Estado de São Paulo e suas mudanças principalmente no setor industrial, como também aborda a metrópole como um *nó* na rede de cidades mundiais/globais.

Antes de se atentar especificamente sobre o que a autora diz sobre a metrópole de São Paulo e o fenômeno da cidade mundial/global, é importante apontar algumas considerações pertinentes realizadas a respeito da atual economia mundial.

Sendo assim, LENCIONI (1998) assevera que nas duas últimas décadas, apesar de toda a crise, o Brasil inseriu-se no mercado mundial, ajustando-se a nova divisão internacional do trabalho. Nesse sentido afirma que a atuação das empresas multinacionais foi decisiva para a inserção do país na economia mundial.

Mas essa inserção não se dá de maneira fácil e tranqüila, já que a *velocidade* em responder aos novos desafios da economia mundial é, de acordo com a autora, fator principal para distinguir os países.

Nesse sentido, a autora faz uma interessante ponderação sobre as escala global e local das transformações. Muito interessante para essa dissertação, já que

alguns autores como MEDEIROS (1997) criticam a teoria da cidade mundial/global, considerando-a vinculada somente a realidade de cidades dos países centrais. E, ainda, FERREIRA (2003a; 2003b) que atribui a dinâmica existente na metrópole de São Paulo apenas a organização e atuação dos atores locais.

Contudo, acredita-se, que a teoria da cidade mundial/global põe em relevo a ação dos atores hegemônicos que atuam em escala planetária. Assim, a economia global se realiza por meio de diversos lugares do mundo (SASSEN, 1998). E, nesse sentido, tal teoria não pode ser ignorada na investigação da realidade. Evidentemente que não se está aqui a desconsiderar as especificidades dos lugares, suas condições históricas e seus atores. Como também a defender que apenas a consideração das “dinâmicas globais” são suficientes para explicar a realidade. Logo, é necessário “transitar” entre diferentes escalas para apreender os diferentes fenômenos que se apresentam no real.

Portanto, dessa forma, as considerações de LENCIONI (1998) a respeito das transformações provenientes de “forças globais” são muito pertinentes. Veja:

Por certo, o Brasil, uma economia fordista periférica, tem menor capacidade que os países ricos de dar resposta a esses novos desafios [por exemplo, de reestruturação da organização industrial]. Porém, cada vez mais imersa no turbilhão da globalidade, a reestruturação das economias periféricas não se constitui numa opção, mas numa necessidade. De fato, uma necessidade de ajuste global para o qual pode haver respostas lentas, mas não pode deixar de tentar responder ao ajuste. Ou seja, a ordem econômica mundial impõe uma reestruturação econômica local dada a crescente integração entre os espaços nacionais (LENCIONI, 1998, p. 28).

Dessa forma, a autora refletindo sobre a reestruturação econômica e as conseqüentes mudanças urbano-industriais, diz que normalmente essa reestruturação é relacionada as transformações tecnológicas. Porém, faltam estudos a respeito de transformações industriais, cujo desenvolvimento tecnológico não é o norteador, como no Brasil.

Assim, afirma que, no caso brasileiro, as transformações industriais são fundamentalmente decorrentes da incorporação de novas tecnologias na forma de organização do processo produtivo do que na produção propriamente dita.

As novas tecnologias de produção não podem ser o fundamento das interpretações sobre as recentes transformações urbano-industriais no Brasil porque o desenvolvimento tecnológico industrial brasileiro não se constitui elemento chave para se compreender as recentes transformações econômicas. *A nosso ver, são mais as transformações nas formas de produção, que caracterizam a reestruturação social e espacial do parque industrial no Brasil e, portanto, do Estado de São Paulo onde a indústria brasileira está concentrada* (LENCIONI, 1998, p. 29, grifo meu).

Logo salienta que essas novas tecnologias de organização industrial foram difundidas mundialmente, permitindo, assim, uma reestruturação industrial. E justamente isso confere uma nova dependência em relação aos países centrais, já que são estes que elaboram essas novas tecnologias que viabilizam a atual economia mundial. Confira:

Como essas tecnologias inovadoras, que possibilitam a realização de fluxos, não são criadas no espaço nacional, parece se gestar uma nova roupagem na situação de dependência em relação aos países centrais (LENCIONI, 1998, p. 40).

Nesse sentido, a autora assevera que esse processo de reestruturação industrial, apesar de conformar a capital de São Paulo como centro de serviços, sobretudo, serviço avançado, como também, apresentar um contínuo processo de desindustrialização; não a faz exclusiva na gestão do capital. Ou seja, rompe-se com a velha divisão territorial do trabalho entre Interior e Capital. Veja:

Seria um erro atribuímos ao espaço da região do entorno metropolitano, condições gerais de produção tão diferenciadas da Capital, perseguindo a velha idéia de uma divisão territorial do trabalho entre Capital e Interior. Divisão essa em que ao primeiro espaço é atribuída toda sorte de controle e gestão da produção e ao segundo, apenas o desempenho produtivo. A forma que o desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo assume é uma forma nova conduzida por processos de desconcentração que rompem aquela antiga dicotomia, num ambiente de reestruturação urbana e industrial (LENCIONI, 1998, p. 37).

Mas isso não quer dizer que São Paulo tenha perdido a sua primazia. A autora explica que a metrópole atravessou um processo de reterritorialização, que a fez se afirmar como centro de serviços de ordem superior, assim como concentrar trabalho imaterial “constituindo-se no centro de uma ampla rede de fluxos” (LENCIONI, 1998, p. 39).

Destaca que a reestruturação da economia mundial, se realiza principalmente por meio dos fluxos imateriais, concentram-se em alguns lugares, formando uma rede por todo o mundo. Assim, diz que São Paulo apresenta “potencialidades” para se constituir uma cidade mundial/global, mas não como Nova York, por exemplo. Nesse sentido ressalta a especificidade desse fenômeno na metrópole, já que São Paulo não se apresenta como um pólo principal de gestão do capital, e também tem um desenvolvimento econômico acompanhado de forte desigualdades sociais e significativos impactos ambientais. Observe:

Configura-se a cidade de São Paulo com potencialidades de uma cidade global. Nesse sentido, torna-se muito próxima dos principais centros mundiais, como New York ou Tóquio. Muito próxima, mas não nos moldes daquelas metrópoles mundiais devido a dois aspectos. Primeiro, não se

constitui num centro mundial de gestão do capital e, segundo, porque o desenvolvimento econômico se faz acompanhado de uma enorme exclusão social e agressividade ambiental (LENCIONI, 1998, p. 40).

Assim, é um artigo importante porque considera as transformações em nível global e local. Compreende que a desconcentração metropolitana de São Paulo, por exemplo, não é fator exclusivo dessa metrópole. Embora haja semelhanças entre as diferentes cidades do mundo decorrente da internacionalização do capital, as metrópoles se diferenciam devido aos contextos históricos diversos (LENCIONI, 1998, p. 40).

Logo, a autora analisa brilhantemente a especificidade da reestruturação urbano-industrial no caso brasileiro e, por conseguinte, no estado de São Paulo (pólo da indústria no país), fruto das mudanças na economia mundial. Desse modo, observa que as dinâmicas globais assumem uma característica específica na reestruturação produtiva do país, já que as inovações tecnológicas na produção não são o grande norteador desse processo. E, sim, as novas tecnologias nas formas de *organização* da produção que, por sua vez, realizam a reestruturação produtiva brasileira.

Adriana SILVA (2001), em sua tese intitulada “*A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro*”, aborda a teoria da cidade mundial/global. Saliencia-se, que o foco de SILVA (2001) em seu trabalho não é exatamente as teorias em questão. Assim, aborda secundariamente a teoria da cidade mundial/global, mas não com menos importância ou maestria em sua análise, como se poderá verificar adiante.

Desse modo, SILVA (2001) diz que há um consenso a respeito das cidades mundiais ou globais, as quais se vinculariam as denominadas “novas funções metropolitanas”, articulando funções financeiras, de pesquisa e desenvolvimento e marketing, por exemplo, “diante da crescente interconexão entre os lugares de comando do capitalismo mundial” (SILVA, 2001, p. 173). Entretanto, a autora destaca que por justamente haver essa espécie de “consenso” sobre o fenômeno da cidade mundial/global, é necessário investigá-la com maior cuidado.

Dessa forma, questiona a respeito da validade de definir metrópoles a partir da noção de função. Nesse sentido, afirma que a maioria dos trabalhos que tratam dessas teorias, a fazem sob a perspectiva funcionalista. Sendo assim, assevera que se for entender a cidade de São Paulo apenas sob esse ângulo funcionalista, no

qual se classifica e quantifica as “novas funções”, não seria possível entender São Paulo como global, já que se teria como modelo os países ricos. Logo, é preciso ressaltar que alguns autores tiveram essa mesma preocupação ao tratar do assunto como ABLAS (1993) e MARQUES e TORRES (2000). Assim, SILVA (2001) diz que:

Ora, pensar o espaço sob a ótica funcionalista significa vê-lo somente como consequência da divisão do trabalho, ou seja, como o ‘ponto de união dos objetos produzidos’ [...] Concordamos, pois, que somente o uso simultâneo ‘das quatro categorias – Forma, Função, Estrutura e Processo – nos permitirá entender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma categoria existe separadamente [...] Cabe-nos, então, caso desejemos apreender o que é São Paulo hoje, considerarmos que *a metrópole é uma totalidade; é simultaneamente, local, nacional e global* (SILVA, 2001, p. 175, grifo meu).

SILVA (2001) faz uma lúcida e clara análise, com a qual se compartilha, a respeito da “totalização” do conceito de “cidade mundial/global”. Nesse sentido, afirma sobre a sua preocupação quando o conceito de cidade mundial/global aparece como correspondendo a totalidade do espaço metropolitano, constituindo-se, assim, em “ideologia”.

Nessa perspectiva da “totalização” do espaço, pode induzir a pensamentos do tipo: “se a cidade de São Paulo é mundial/global, as coisas não estão tão ruins assim”, já que se está no circuito mundial de cidades que exercem funções de comando no sistema. Ou, ainda, pensamentos como: “é preciso avançar nessa disputa”. Dessa forma, acaba-se por apoiar a prática do “planejamento estratégico”. Desse modo, o “consenso público” obscurece a realidade, na medida em que encobre a imensa gama de carências da população em geral. Logo, a autora assevera que:

O problema parece resultar da não consideração do espaço banal na reflexão sobre a cidade. O processo de globalização ocorre na medida em que produz fragmentações. Assim, do ponto de vista da análise intra-urbana, também não há homogeneização do espaço. Na metrópole configuram-se sub-espacos que permitem a concretização do tempo dos atores hegemônicos, isto é, das grandes empresas, realizando os novos espacos (SILVA, 2001, p. 175-176).

Acrescenta-se, que tal idéia de “totalização” do conceito de cidade mundial/global constitui-se uma farsa, muito vinculada à gestão do “consenso público” que, por sua vez, tem a “função” de legitimar políticas que favorecem o grande capital. E, como já foi ressaltado, encobre os problemas que atingem a maior parte da população. É o conceito em sua “forma paradigma-planejamento estratégico”. Nesse sentido, é um novo “mito”, assim como o discurso do “desenvolvimento” foi em outro momento (FIX, 2003). Observe:

Quando o ‘mito do desenvolvimento’ parece ultrapassado, pela inviabilização da superação do subdesenvolvimento, quando a construção nacional da semiperiferia do capitalismo é interrompida, ele renasce na forma do ‘mito das cidades globais’, das cidades competitivas, das cidades de ‘classe mundial’ ou ainda das cidades que dão certo [...] cidades semiperiféricas que se querem globais – que têm ‘vocação’ para serem globais, nos termos dos apologetas –, mas que, na prática, funcionam como facilitadoras da penetração do capital estrangeiro nas suas várias formas (FIX, 2003, p. 174).

Ainda é interessante destacar que dentro desse “consenso público”, não consta somente a teoria de crescimento econômico que beneficiaria a todos, mas também um “sentimento ufanista”, explorando o grau de identificação do cidadão com a sua cidade. Assim, “sua cidade” não pode deixar de se inserir na “competição global de cidades”. Observe:

O notável grau de identificação do cidadão com sua cidade, sem dúvida um dos objetivos explícitos dos gestores de imagens, tem como consequência a imposição de barreiras ao exercício da participação crítica [...] têm o efeito de produzir na população a sensação de viver num meio privilegiado o qual, levado ao seu limite, tem tornado aparente em alguns momentos um sentimento ufanista dos cidadãos com sua cidade [...] Esta hábil engenharia do consenso, tão cara às políticas urbanas de virada de século, está também presente como instrumento legitimador dos planos estratégicos de cidade (SÁNCHEZ, 2001, p. 280-281).

Contudo, é preciso destacar que se acredita que a teoria da “cidade mundial/global” pode explicar, eminentemente, esses sub-espacos dos atores hegemônicos que, por sua vez, acabam por atingir todo o território em diferentes graus. Logo, não se trata de negar ou não considerar o “espaço banal”, mas “colocar em relevo” determinados atores e os espacos por eles construídos. Ainda é importante realçar que, embora as teorias de cidade mundial/global não enfoquem a produção do espaco pelos “atores não-hegemônicos”, trata, por diversas vezes, das consequências da ação dos atores hegemônicos sob o restante da sociedade.

Assim, SILVA (2001) enfoca a “versão mercadológica” do conceito de “cidade mundial/global”, eminentemente na sua “forma paradigma-planejamento estratégico”, quando salienta a existência da “cidade global, metrópole corporativa” ao falar da subordinação aos interesses econômicos do capital global como se fosse uma fatalidade. Diz que:

Para as grandes cidades dos países do Terceiro Mundo a situação se torna ainda mais crítica quando o Estado, deliberadamente, vem a ser o grande mediador no processo que torna a cidade, cada vez mais, corporativa. Reorganizar a estrutura espacial pretérita, implantando macro sistemas de objetos técnicos informacionais no intuito de regular a fluidez e permitir a sobrevalorização fundiária significa criar um novo sub-espaco na metrópole que garanta as condições de competitividade – tornar produtivo o território – das corporações. Ora, isto envolve vultosas quantias de dinheiro seletivamente gasto, em detrimento de uma população carente de recursos

básicos. Assim, a ordem pública e a ordem privada, neste caso, são, praticamente, a mesma ordem (SILVA, 2001, p. 177).

Dessa forma, SILVA (2001) destaca que “são significativas as metamorfoses do espaço metropolitano paulista nas últimas décadas” (p. 180), tendo como resultados diferentes paisagens que, por vezes, revela a segregação: extensas periferias desprovidas de equipamentos sociais, condomínios fechados com a promessa de auto-suficiência e segurança para as classes abastadas etc. (SILVA, 2001, p. 180). Logo, pode-se dizer que “se São Paulo é uma metrópole global, ela é, ainda mais, uma metrópole corporativa” (p. 180). Nesse sentido, a autora enfatiza que:

As instituições financeiras privadas detêm grande controle da reorganização da metrópole de São Paulo. Mobilizam, em conjunto com os capitais imobiliários globais, verdadeira engenharia financeira para estruturar o novo espaço corporativo. São essas instituições que presidem as Associações responsáveis pelas intervenções urbanas nos centros de negócios: o BankBoston é um dos fundadores da Associação Viva o Centro; o Banco Itaú coordena o movimento Paulista Viva; o Unibanco cuidou do projeto Águas Espraiadas (SILVA, 2001, p. 180-181).

Assim, ao ressaltar a associação dos agentes financeiros com o capital imobiliário na formação de territorialidades que atendem às exigências de seu processo de acumulação do capital, faz lembrar Ana CARLOS (2001; 2005) a qual diz que o capital financeiro se realiza por meio do mercado imobiliário, ressaltando também que “este momento revela um movimento de passagem da hegemonia do capital industrial como indutor do processo de urbanização para o capital financeiro” (CARLOS, 2005, p. 33).

Em “*Geografias de São Paulo*”, organizado por Ana Fani A. CARLOS e Ariovaldo U. de OLIVEIRA (2004), tem-se um conjunto de artigos que tratam da metrópole por diferentes aspectos. É uma obra constituída em três volumes que teve como propulsor para ser realizada a comemoração dos 450 anos da cidade de São Paulo, assim como a criação da Geografia institucionalizada com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Ressalta-se que na ocasião da comemoração dos 400 anos da cidade, geógrafos do Departamento de Geografia da USP, publicaram uma obra a respeito da cidade, a qual se abordou parcialmente no segundo capítulo dessa dissertação, por meio da análise de alguns artigos.

Sendo assim, há um capítulo denominado “*São Paulo – cidade mundial?*”, no volume “*Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*” (2004), composto de cinco artigos que serão abordados. Cada um dos artigos trata de São Paulo

destacando um aspecto, considerando as influências das dinâmicas globais em sua constituição atual. Assim, pode-se dizer, a título de resumo e, nesse caso, simplificando, que no primeiro artigo que é de Maria Adélia A. de SOUZA (2004), o principal aspecto abordado é a “verticalização” da metrópole e suas relações com a formação da cidade, constituindo uma “identidade do processo de urbanização brasileiro e uma nítida possibilidade de morar que separa ricos e pobres” (SOUZA, 2004, p. 46), cristalizando um dos resultados do processo de urbanização da metrópole.

Já Ana Fani A. CARLOS (2004) concentra-se em analisar o processo de reprodução espacial da cidade de São Paulo, tendo em vista as novas estratégias para sua realização. Nesse sentido, enfoca o capital financeiro, que nos atuais para se realizar utiliza também a produção do espaço. A produção de um “novo espaço” envolve um processo complicado que engloba várias frações de capital, sob a coordenação do Estado. Assim, há o capital financeiro que participa da compra do terreno (tornando-se capital fundiário) e na construção dos empreendimentos (logo, capital industrial), e o setor imobiliário que comercializa e administra tais empreendimentos. Assevera que é a locação dos escritórios (as empresas atualmente alugam para não imobilizar uma parte de seu capital, como também para facilitar sua movimentação no espaço) é um ponto nevrálgico do processo, já que permite realizar o retorno do investimento. “Assim a reprodução econômica realiza-se por meio da reprodução espacial” (CARLOS, 2004, p. 74).

Mónica ARROYO (2004) trabalha, principalmente, com o comércio exterior. Especificamente trata dos fluxos internacionais de mercadorias, que nos indicativos das importações e exportações “mostram as relações que distintas frações do território nacional têm com o mundo por meio da atividade mercantil” (ARROYO, 2004, p. 90). Nesse sentido, verifica a multiplicidade de empresas exportadoras, com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia (p. 93), mas que se desenvolvem de forma articulada. Assim, “esse processo autoriza à região metropolitana a exercer sua influência na divisão territorial do trabalho, através das redes de relações que São Paulo centraliza e comanda” (p. 101).

Amélia Inês G. de LEMOS (2004) trata de São Paulo, prioritariamente, à luz do setor financeiro e as centralidades construídas para atender as exigências da mundialização. Assim, diz que “a atividade financeira está dando um novo e mais expressivo conteúdo à cidade” (LEMOS, 2004, p. 112). Cita como exemplos desse

conteúdo, áreas ao redor da Avenida Faria Lima, Luis Carlos Berrini e Avenida das Nações Unidas.

Por fim, Ariovaldo U. de OLIVEIRA (2004) faz um bonito trabalho enfocando o passado agropecuário da cidade de São Paulo, até alcançar as sofisticadas formas de formação de preços e negociação de produtos agropecuários na Bolsa Brasileira de Mercadorias (Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F –, mais as bolsas de mercadorias dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Cidade de Uberlândia – MG), criada em 2002. Nesse sentido diz que com a formação dessa Bolsa:

[...] São Paulo ganha mais esta característica de metrópole mundial. É, portanto, por este processo moderno de comercialização de alimentos que o Brasil ingressa na lógica mundial da circulação das mercadorias do capitalismo igualmente mundial. Assim, São Paulo torna-se mundial e o mundo passa a pulsar em São Paulo (OLIVEIRA, 2004, p. 159).

Portanto, cada um dos artigos desse capítulo (“*São Paulo – cidade mundial?*”) é analisado, em especial, alguma característica da cidade de São Paulo, tendo em vista a globalização, essa atual fase do capitalismo que abarca fenômenos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Os autores ressaltam, por vezes, diferentes aspectos do “meio técnico-científico-informacional” de São Paulo. Destaca-se que “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2002, p. 239).

Assim, analisaram das *possibilidades* existentes do período, algumas que se efetivaram na cidade, considerando o processo de *efetivação*. Por diferentes caminhos, os teóricos às vezes indicam e outras vezes dizem explicitamente que São Paulo é uma cidade mundial/global. Nesse sentido, segue uma explanação sobre esses artigos, nos quais se destacarão alguns pontos.

Dessa forma, o artigo de Maria Adélia A. de SOUZA (2004), intitulado “*Território e lugar na metrópole – revisitando São Paulo*”, faz importantes observações sobre a metrópole contemporânea. A autora resalta o caráter paradoxal da metrópole e a dificuldade de refletir sobre esta. Logo, alcança conclusão semelhante com a de Luiz ABLAS (1993), o qual também destacou o paradoxo existente na cidade ao dizer que São Paulo é cidade mundial e metrópole subdesenvolvida. Nesse sentido a autora diz:

São Paulo é verdadeiramente paradoxal. Juntamente com Tóquio e Los Angeles possui o maior número de operários industriais do planeta, embora atualmente o número de empregos industriais caiu em proporção ao desemprego, com números alarmantes. Milton Santos costumava dizer que

São Paulo é 'operária e operosa'. Daí o paradoxo: o maior número de empregos intelectuais do mundo, uma classe média também numerosa, porém um aumento crescente do número de pobres. Uma só Cidade é ao mesmo tempo abastada e pobre (SOUZA, 2004, p. 22).

SOUZA (2004) assevera que há uma nova divisão territorial e internacional do trabalho, a qual exige novas configurações territoriais. Sendo assim, afirma que é necessário rever o conceito de metrópole, especialmente nos países pobres, tendo em vista os novos fenômenos que se apresentam como o processo de “desindustrialização”, especialização da prestação de serviços, dinamização do terciário, os quais envolvem:

[...] instalação e concentração de serviços administrativos, financeiros, com sérias implicações na estrutura do emprego urbano e na necessidade de refinamento dos sistemas informacionais (SOUZA, 2004, p. 23).

A autora destaca que o período atual, pelos objetos em que se apóia e pelas relações que cria, provoca uma nova divisão do trabalho que “leva a uma verdadeira mundialização dos lugares” (SOUZA, 2004, p. 25). De acordo com a autora, esses lugares mundiais, dos quais São Paulo faz parte, compartilham de uma familiaridade, devido a sua materialidade e relações que desenvolve. Nesse sentido, a autora ressalta a existência de “sub-espços” metropolitanos, que seriam os “espços da globalização” (SANTOS, 2002), àquelas centralidades especializadas em atender as exigências da mundialização. Veja:

Essa mundialização cria, especialmente nos lugares mundiais, lugares especializados, que respondem a uma demanda globalizada, com uma infra-estrutura precisa e especializada [...] nos diversos *sub-espços* metropolitanos, o meio técnico é diferenciado e adaptado para recebê-las. Assim, a metrópole possui sub-espços especializados, fundados na ciência e na técnica, concebidos para permitir a maior eficácia de um determinado tipo de função *geoeconômica* (SOUZA, 2004, p. 25).

SOUZA (2004) define a São Paulo atual como uma metrópole informacional, fruto da metrópole industrial, corporativa (metrópole interessando a alguns) e fragmentada (metrópole presente em todo o território nacional) – p. 28 –, ou seja, destaca as características históricas locais para a conformação de seu aspecto atual. Nesse sentido, lembra-se de CASTELLS (1989) ao tratar da “cidade informacional”.

Assim diz que São Paulo se impõe de forma irrecusável a todo território nacional, não mais pela força de sua industrialização, mas por sua condição de metrópole informacional. Porém, isso não quer dizer que a autora despreze a força industrial que a metrópole ainda apresenta. Apenas ressalta que os “fluxos imateriais” são os fluxos dominantes na globalização. Confira:

O papel de comando de São Paulo no território brasileiro, portanto, é devido a essas formas superiores de produção não material que são conseqüências da integração do país à vida internacional. Claro que isto se deve também ao fato de São Paulo continuar a ser centro de uma região fabril complexa. São Paulo é, sobretudo o grande centro de decisão, de produção de idéias, que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte importante são ordens. Por ser metrópole industrial é que São Paulo se transforma em metrópole informacional (SOUZA, 2004, p. 26).

Dessa forma, como caminho para compreender a cidade de São Paulo, a autora faz uso da análise do processo de verticalização na cidade, que por meio da produção de edifícios, acaba por ser “uma expressão perfeita da dinâmica do modo de produção capitalista” (SOUZA, 2004, p. 29). Pois, pode ser vista por meio da luta de classes,

[...] mas que é sobremaneira importante do ponto de vista da fisionomia e da fisiologia da Cidade e, conseqüentemente, do funcionamento do capital que, ao reproduzir-se, produz e reproduz espaço (SOUZA, 2004, p. 28-29).

Assim, na investigação sobre o processo de verticalização de São Paulo, a autora aponta especificidades. Nesse sentido assevera que na cidade, cerca de 90% do edifícios construídos se destinam a moradia, diferentemente de outros lugares, que são destinados para abrigar serviços. Diz que o processo de verticalização revela mais do que uma forma na cidade, revela “uma identidade do processo de urbanização brasileiro e uma nítida possibilidade de morar que separa ricos e pobres” (SOUZA, 2004, p. 46-47).

Ressalta, também, os contrastes da cidade, entre “espaços opacos” (dos pobres) e “espaços luminosos” (dos atores e classes hegemônicas), sendo que os “espaços opacos” permeiam intensivamente os “espaços luminosos”.

Nesse sentido, faz uma crítica severa a priorização que é dada pelo poder público à instalação e reprodução do grande capital em São Paulo e suas conseqüências para a população. SOUZA (2004), assim, refere-se à denominada “globalização perversa” (SANTOS, 2001) que, por sua vez, destaca que a base técnica do momento atual é usada para a ação dos agentes hegemônicos, mas poderia servir a outros fins, para o beneficiamento da população como um todo. Observe as reflexões da autora.

Sem política pública, o uso do território é feito pelos interesses hegemônicos implicando no aumento da sua fluidez, pela marginalidade, pelo ilegal, pela corrupção de toda ordem [...] Eu os convido a conhecer a miséria de São Paulo, o desmonte do serviço e do patrimônio público do Brasil. Tudo em nome da nova ordem mundial e da modernidade (SOUZA, 2004, p. 24).

Nesse sentido, a autora chega a uma conclusão parecida com a de ABLAS (1993), ou seja, não nega que São Paulo exerce um papel de destaque na economia mundial, mas assevera a respeito das carências de todo o tipo que a maioria da população enfrenta. Observe:

É paradoxal verificar como uma economia subdesenvolvida suporta esse papel que, inegavelmente, lhe é atribuído pela divisão internacional do trabalho, em termos da própria realização do capital internacional, sendo a metrópole, no entanto, essencialmente o lugar da pobreza (SOUZA, 2004, p. 32-33).

Ana Fani A. CARLOS (2004) realiza uma excelente análise dos mecanismos do atual processo de reprodução espacial da metrópole de São Paulo. Na apresentação dos artigos desse capítulo, explicou-se esse processo, que envolve a realização do capital financeiro também por meio da reprodução espacial. Portanto, agora, se ressaltará outros aspectos de seu trabalho que são pertinentes para a nossa discussão das teorias de cidade mundial/global e cidade pós-moderna.

Assim, merece destaque a atuação do Estado no processo de reprodução do capital por meio do espaço. Nesse sentido, CARLOS (2004) ressalta que há novas articulações com o plano político. Logo, a intervenção do Estado é imprescindível na direção de minimizar a situação de “raridade do espaço” (que, resumidamente, é a “escassez” de espaço que se expressa em áreas precisas da cidade, decorrente do desenvolvimento da propriedade privada da terra), bem como permitir a construção de novos espaços que atendam às exigências de cada novo ciclo do capital, já que o “ciclo do capital envolve, em cada momento histórico, condições diferenciadas para sua realização” (CARLOS, 2004, p. 61).

A ação do Estado corrobora com o processo de acumulação dos agentes econômicos, nesse sentido, por meio de políticas que somente ele pode realizar no conjunto da cidade. Assim, transforma áreas públicas, direciona investimentos, constrói infra-estrutura, modifica leis de zoneamento etc.

[...] trazendo como consequência redirecionamento dos usos, através das políticas urbanas (como o mecanismo das operações urbanas). É deste modo que o Estado interfere na reprodução espacial mediante mecanismos de gestão, fazendo com que as propriedades mudem de mãos, alterando, substancialmente, a prática espaço-temporal, gerando lutas (CARLOS, 2004, p. 61).

Ressalta que São Paulo cresce como centro financeiro e tecnológico da América Latina, decorrente do processo de mundialização do capital. Esse processo de mundialização, de acordo com a autora e com a qual se concorda, acaba por aprofundar desigualdades, tendo em vista, as “estratégias cada vez mais globais”

(CARLOS, 2004, p. 57) e, portanto, freqüentemente “alheia” a população local. Nesse sentido, observe um trecho da análise de M. SANTOS a respeito das normas locais e globais, enfocando a atuação do Estado (2002):

A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo à despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros (SANTOS, 2002, p. 336).

A autora diz que São Paulo se insere nessa “nova lógica” de reprodução capitalista em nível mundial. Deste modo, a passagem do capital industrial para o capital financeiro que, por sua vez, para se reproduzir terá como condição a própria produção do espaço, aponta a consolidação de uma das tendências da economia mundial. Confira:

Deste modo *São Paulo, no plano local, figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial – um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político [...]* Assim, consolida-se em São Paulo uma das tendências da economia mundial trazendo, necessariamente, uma transformação nas áreas onde se estabelecem, direcionando os investimentos e atuando de forma inexorável na transformação da morfologia da metrópole, tanto no traçado das ruas, na altura dos edifícios, quanto na arquitetura arrojada, que se implanta como padrão homogêneo, onde o concreto e vidro produzem a nova imagem do ‘moderno’ (CARLOS, 2004, p. 52 e p. 59, *grifo meu*).

Por fim, vale salientar a análise de Ana CARLOS (2004) sobre o papel estratégico do espaço nessa nova fase de acumulação do capital, mas com uma “novidade”: articulado à economia globalizada. Veja:

[...] o espaço ganha uma dimensão instrumental, enquanto objeto de dominação que estrutura a reprodução das relações sociais de produção. Neste sentido, o espaço torna-se estratégico para a reprodução como imperativo para a sua continuidade, só que agora num outro patamar, posto que articulado à economia globalizada (CARLOS, 2004, p. 63).

Portanto, embora Ana Fani CARLOS (2004) não tenha dito explicitamente que São Paulo é uma cidade mundial/global, tornou-se nítido com a análise de seu texto que reconhece a implantação na cidade de tendências da economia mundial. Mais que isso: a cidade participando do processo de reprodução do capital no “espaço mundial” (p. 52). E consegue observar como essas dinâmicas globais se consolidam na cidade por meio da análise da atuação do Estado e da dinâmica do setor imobiliário.

Mónica ARROYO (2004) inicia o seu artigo com uma citação muito elucidativa de Milton SANTOS (1990) a respeito das metrópoles contemporâneas, o qual

destaca que independente da localização dessas metrópoles, elas funcionam em consonância com as dinâmicas mundiais, ainda mais que a “globalização se impõe sobre o processo secular de internacionalização” (SANTOS, 1990, p. 9). Deste modo, sua evolução seguem parâmetros globais, mas também apresentam as suas especificidades, devido:

[...] à história do país onde se encontram e à sua própria história local. O mundo e o lugar, intermediados pela formação socioeconômica e territorial, eis aí um princípio de método a adotar, se quisermos o significado de cada caso particular (SANTOS, 1990, p. 9).

Nesse sentido, ARROYO (2004) diz que pretende atender a esse princípio de método para refletir sobre a metrópole paulistana de início do século XXI. Assim, afirma que São Paulo ampliou desde cedo a escala de suas operações, sendo dessa forma inseparável suas dimensões nacional e internacional. Logo, a metrópole passou de comercial para industrial e, hoje, para metrópole informacional. Desse modo começa a analisar a cidade de São Paulo atual, tendo em vista a “diretriz” de método proposta por M. SANTOS (1990). Observe:

No período histórico atual, a mediação entre mundo, formação socioespacial e lugar se faz, especialmente, por meio das finanças e da informação. São eles os principais elos, nexos, que ditam o sentido e a velocidade do movimento (ARROYO, 2004, p. 87).

Dessa forma, a autora diz que São Paulo surge como o mais importante centro de decisões financeiras nacional, realizando duas funções: “como centro de gestão da atividade bancária no território nacional, e como centro intermediário da gestão internacional” (ARROYO, 2004, p. 87). Assim, a autora não diz explicitamente que São Paulo é uma cidade mundial/global, mas indica fortemente esse posicionamento ao dizer que a cidade de São Paulo participa da rede global de cidades, tendo em vista que contribui para a implantação da lógica do grande capital. Confira:

A metrópole paulista participa da rede global de cidades porque contribui para implantar as práticas, a intencionalidade e as estratégias das grandes empresas na formação *socioespacial* (ARROYO, 2004, p. 89).

Assim, a autora escolhe como perspectiva para refletir sobre a cidade, a análise dos fluxos materiais de mercadorias. Ressalta que apesar desses fluxos materiais terem perdido espaço no processo de organização da cidade, ainda representam grande importância para o dinamismo da metrópole. Dessa forma, como já se salientou na apresentação do artigo, mas é importante ressaltar novamente por se constituir numa argumentação central, os fluxos de mercadorias:

[...] expressos nas exportações e importações mostram as relações que distintas frações do território nacional têm com o mundo por meio da atividade mercantil. Por ser esta última uma das fases do processo geral de produção, ela é também uma manifestação da divisão territorial do trabalho, tanto internacional como interna à formação socioespacial (ARROYO, 2004, p. 90).

Portanto, diz que os fluxos de mercadorias gerados pela denominada Região Concentrada (Sudeste e Sul), representam 80% do valor exportado anualmente pelo Brasil. Logo destaca que essa fração do território explica as tendências do comércio exterior do país.

Nesse sentido, o estado que se destaca é São Paulo com um fluxo de exportações e importações superior a 40% do total anual movimentado pelo país. Sendo que os produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) lideram a exportação do estado, respondendo por mais de 90% do total estadual (ARROYO, 2004, p. 90-91).

Contudo, é a Região Metropolitana de São Paulo que apresenta maior participação nas exportações industriais, com cerca de 41% em 1996. Ou seja, concentração no estado de São Paulo e dentro deste, na Região Metropolitana. E, por último, no interior da Região Metropolitana, destaca-se o município de São Paulo, com 33,1% do valor adicionado, seguido pela região do ABC, com 13,8% e os demais municípios, com 13,5% (ARROYO, 2004, p. 92).

Salienta que o mercado de destino e de origem dos fluxos de mercadorias são bem diversificados. As exportações paulistas se dirigem a diversas localidades do mundo como países do Nafta, do Mercosul e União Européia. Mas, suas importações são mais concentradas, oriundas principalmente de países da União Européia (33%) e do Nafta (30%).

ARROYO (2004) destaca que a cidade apresenta uma diversidade de empresas exportadoras, com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. Nesse sentido assevera que:

A segmentação do mercado autoriza a convivência dessa variedade de formas de realização econômica, que trabalham segundo diversas taxas de lucro. As empresas exportadoras fazem parte do circuito superior da economia urbana. As exigências do comércio exterior são um obstáculo para que esse tipo de empresas se desenvolva em outro circuito, mesmo no superior marginal (ARROYO, 2004, p. 93).

A autora assevera sobre a “espessura” da região metropolitana, ou seja, essa região vai tornando-se cada vez mais complexa, mais “espessa”. Nesse sentido destaca o aspecto político nesse processo de concentração e centralização do

capital, o qual provoca uma acentuação do uso hierárquico do território. Nesse sentido, diz que são as grandes empresas que possuem as “maiores vantagens para usufruir das virtualidades técnicas e políticas oferecidas pelos lugares” (ARROYO, 2004, p. 101). Sendo assim:

A parcela política da produção que as grandes empresas gerenciam está relacionada com aspectos estratégicos, como as relações com o poder público, as alianças com outras empresas, as decisões de investimentos produtivos, de aplicações financeiras, de mudança patrimonial. Cabe ao grupo econômico a parcela política da produção (ARROYO, 2004, p. 101).

Por fim, vale mencionar que a autora salienta que apesar dessa “dinâmica hegemônica”, existem outros tempos, “aqueles dos homens lentos” (ARROYO, 2004, p. 101), que também explica a espessura da região metropolitana, “dando um outro sentido a sua complexidade” (p. 101). Mas que a dinâmica dos atores hegemônicos tende a encobrir.

Amália LEMOS (2004) trata principalmente do setor financeiro e a produção de centralidades na cidade. Nesse sentido, no decorrer de seu texto, diz que São Paulo é uma cidade mundial/global. Confira:

Enfim, não podemos negar que a metrópole paulistana, em especial esta cidade mundial, é uma realidade geopolítica de grande alcance que se revela na sua dinâmica territorial, não só em nível local, como particularmente no global. As forças hegemônicas que determinam estas relações permitem detectar uma estratégia de seleção, entre os territórios no interior das cidades e destas entre si (LEMOS, 2004, p. 120).

Indica, em certos momentos, se tratar de uma cidade mundial/global de “segunda ordem”, já que funciona com um papel subordinado e secundário em relação à “verdadeiras cidades mundiais/globais”: Nova York, Tóquio e Londres. Porém destaca que essas últimas para conseguirem implantar suas ações em nível mundial, necessitam de outras cidades. Nesse sentido, recorda-se do pensamento de CASTELLS (2006) ao salientar que, em seu entender e com o qual se concorda, a cidade mundial/global não poder ser resumida a um grupo restrito de cidades, é antes de mais nada, um processo que engloba diversas cidades, cada qual desempenhando uma função diante da hierarquia do sistema capitalista. Enfim, observe a idéia de LEMOS (2004):

Para efetivação de suas ações estas metrópoles mundiais precisam de conexão com as chamadas ‘metrópoles do sul’, entre as quais e em primeiro lugar, podemos arrolar São Paulo no contexto da América Latina e do Sul, em especial, para desempenhar um papel subordinado e secundário. Na realidade, o que lhes é exigido é a função de metrópoles regionais de suas áreas de influência, que para São Paulo define-se como o Mercosul (LEMOS, 2004, p. 106).

Nesse sentido, a autora destaca que São Paulo territorializou as exigências do circuito internacional da economia, alertando que esse processo se apresenta claramente na lista das cidades mundiais/globais.

Dessa forma, novas centralidades foram produzidas na cidade, em decorrência das novas políticas internacionais, bem como da formação de territórios transnacionais. Assevera sobre a importância das empresas transnacionais, principalmente com a intensificação da internacionalização da economia em meados dos anos 1980. Nesse sentido de acordo com o posicionamento de outros autores como LEVY (1997). Destaca o papel das transnacionais dentro da política econômica brasileira. Assim, afirma que essas empresas:

[...] produzem também uma conexão de dependência intensa e generalizada, direta ou indiretamente, das atividades econômicas, sociais, políticas e culturais com o sistema econômico internacional. Estas relações exigem não só o espaço urbano metropolizado, mais ainda, determinam territórios onde se permita uma intensificação maior dessas relações, que possam privilegiar as conexões com as redes internacionais de comércio e de comunicação (LEMOS, 2004, p. 107).

Salienta que novas centralidades são produzidas na cidade de São Paulo para atender as exigências da economia mundial, sob a égide do capital financeiro. Assim, de acordo com LEMOS (2004) há uma fragmentação do espaço metropolitano. Centralidades que são “territórios da terceirização produtiva” (p. 112), que agregam serviços financeiros, escritórios de consultoria e assessorias “pertinentes às novas funções do papel da globalização da metrópole” (LEMOS, 2004, p. 112). Nesse sentido afirma que:

A atividade financeira está dando um novo e expressivo conteúdo à cidade, nos dias de hoje. Assim, corredores especializados ao redor da Avenida Faria Lima, Luis Carlos Berrini, Avenida das Nações Unidas entre outras [...] apresentam as diferentes centralidades descritas (LEMOS, 2004, p. 112).

Por fim, é interessante destacar a análise que a autora realizou a respeito da “espacialidade” da Bolsa de São Paulo – a Bovespa. Diz que esta se localiza no Centro Antigo de São Paulo, mas realiza seus negócios com o apoio da corretoras de valores que estão distribuídas na cidade. Dessa forma, LEMOS (2004) mostra uma rede do capital financeiro na metrópole paulistana. Observe:

Em uma análise da localização destas corretoras de valores podemos destacar o seguinte: do total da corretoras que agem na cidade, 18 estão situadas no Centro Antigo da cidade, ao redor do Largo de São Bento, da Praça Antonio Prado, da rua XV de Novembro; 21 delas, algumas das mais importantes, estão na Av. Paulista e ruas vizinhas; 20 também muito importantes, estão no que se denomina eixo da Av. Faria Lima e arredores,

na 'cidade mundial'. As 7 restantes estão em diversos bairros da cidade (LEMOS, 2004, p. 118).

Ariovaldo OLIVEIRA (2004) já diz no início de seu artigo que São Paulo é uma metrópole mundial. O autor trabalha com o passado agropecuário da metrópole até alcançar os sofisticados mecanismos de negociação desses produtos.

Assim, faz um bonito trabalho, analisando o desenvolvimento da agropecuária na cidade e em seu interior, enfocando as formas de comercialização. Nesse sentido, resgata a análise realizada por geógrafos na ocasião da comemoração dos 400 anos da cidade de São Paulo. E por meio destas e outras fontes, conta o processo de expansão e modernização do setor.

Deste modo, destaca que São Paulo em 1954 já contava com três milhões de pessoas. Assim, o rápido crescimento urbano será o responsável pela transformação gradativa da terra rural em terra urbana (OLIVEIRA, 2004, p. 149). Nesse sentido diz que:

Em 50 anos a expansão urbana engoliu as muitas chácaras e sítios espalhados pela sua área territorial [...] Os loteamentos em parte legais e na maior parte clandestinos tomaram conta da periferia da cidade e foram moldando sua forma (OLIVEIRA, 2004, p. 123 e p. 149).

Trabalhando com a perspectiva da comercialização da produção agropecuária, o autor salienta que na cidade de São Paulo formaram-se duas áreas de concentração de abastecimento – o Mercado Central e o Ceagesp. Mas destaca que na São Paulo dos 400 anos havia somente o Mercado Central.

Dessa forma desenvolve em seu artigo a história de São Paulo à luz de seus produtos agropecuários. Divide essa história em três partes ou “cenas” como o autor denomina. A “primeira cena” abarca a cidade de 1904 – “de antes e dos 350 anos”. Nesse sentido, registra que nessa fase, precisamente na segunda metade do século XIX, formaram-se os primeiros mercados na área central. Mas somente em 1914 começaram os estudos para a formação de um Mercado Central, o qual foi inaugurado em 1933. Já em 1917 foi criada a Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) por um grupo de empresários ligados à exportação, ao comércio e à agricultura.

Na segunda fase ou “cena”, tem-se a São Paulo de 1954, a do IV Centenário. O autor ressalta a formação do chamado “Cinturão Verde” de São Paulo que, na verdade, mais correspondia a manchas de produção agropecuária situada entre

“reservas florestais, áreas de silvicultura e áreas residenciais” (OLIVEIRA, 2004, p. 129). Assim analisa cada região da cidade e de seu entorno.

E, por último, a “terceira cena” – São Paulo de 2004 (dos 450 anos). Destaque para a formação do Ceagesp em 1966, tendo em vista a saturação que o Mercado Central passou a apresentar a partir dos anos 1960, decorrente do volume da comercialização e do trânsito na região central. Também merece relevo o processo que o autor desenvolve a respeito da Bolsa de Cereais fundada em 1923 até alcançar a Bolsa Brasileira de Mercadorias. Assim, comenta sobre a formação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 1917; a Bolsa Mercantil & de Futuros, fundada em 1985; a fusão das duas últimas Bolsas citadas em 1991, formando a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F. Todavia, veja o que diz sobre a Bolsa de Cereais, a qual enfocou com significativo destaque:

Em seu pregões, reúnem-se diariamente os interessados no comércio atacadista de cereais e demais gêneros alimentícios para efetuarem transações no mercado disponível [...] É uma Bolsa que, mesmo conhecendo no passado períodos de muita atividade, tem se mantido de forma discreta no comércio atacadista de São Paulo (OLIVEIRA, 2004, p. 156).

Nesse processo de desenvolvimento das “Bolsas” na cidade, o autor destaca a Bolsa Brasileira de Mercadorias, a forma atual mais sofisticada de comercialização de produtos agropecuários no Brasil. Como já se destacou no resumo desse artigo, a Bolsa Brasileira de Mercadorias é formada pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, mais as bolsas de mercadorias dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e da cidade de Uberlândia – MG. A Bolsa Brasileira de Mercadorias, criada em 22 de outubro de 2002, objetiva:

[...] formar um grande mercado nacional para as commodities agropecuárias, com mecanismos modernos de formação de preços e sistema organizado de comercialização (OLIVEIRA, 2004, p. 157).

Desse modo, o autor descreve os sistemas com os quais a Bolsa opera. Contudo, mais interessante do que realizar a descrição desses sistemas nesse momento, é destacar a afirmação do autor sobre o papel dessa Bolsa para São Paulo. Assim, percebe-se que na visão do autor, a formação da Bolsa Brasileira de Mercadorias insere não apenas São Paulo no circuito mundial de comercialização de alimentos, mas também o Brasil. Logo, Ariovaldo OLIVEIRA (2004) enfocou uma característica que, tudo indica, compõe e faz a cidade de São Paulo tornar-se mundial/global. Observe:

Responsável pela introdução do mercado futuro na comercialização das commodities agropecuárias, alinha São Paulo e o país às bolsas de mercadorias do mundo. Dessa forma, São Paulo ganha mais esta característica de metrópole mundial. *É, portanto, por este processo moderno de comercialização de alimentos que o Brasil ingressa na lógica mundial da circulação de mercadorias do capitalismo igualmente mundial. Assim, São Paulo torna-se mundial* e o mundo passa a pulsar em São Paulo (OLIVEIRA, 2004, p. 158-159, *grifo meu*).

Em “*São Paulo: uma cidade global*”, Glória da Anunciação ALVES (2005) analisa a cidade de São Paulo considerando que a globalização acarreta mudanças nas cidades. Pois:

Hoje, no mundo globalizado, vemos a introdução de um novo papel das cidades: o poder de coordenação da produção na economia global. Ter a função de cidade global implica redefinição hierárquica da cidade e mudanças locais para a manutenção desse papel de comando [...] Fazer parte dessa rede [cidade mundiais/globais] exige que uma nova funcionalidade seja criada-reatrada na cidade (ALVES, 2005, p.137-138).

Dessa forma, logo no início de seu artigo, a autora anuncia duas questões fundamentais, com as quais nem sempre há um consenso. Primeiramente, reconhece que o atual estágio do capitalismo – a globalização – introduz “novas funções para as cidades”. E, também, que nem todas as cidades são mundiais/globais já que, para tanto, de acordo com a autora, é necessário ter poder de comando na economia global.

Assim, concorda-se com ALVES (2005) a respeito das duas premissas apontadas acima. Apenas se destaca que existem vários níveis de “comando” na rede de cidades mundiais/globais, tendo em vista a gestão da economia global. Logo, esse papel não inclui apenas as cidades dos países centrais, mas, sim, uma rede de cidades em diversos países, sobretudo centrais e semiperiféricos. Somente assim é possível a realização do atual processo de acumulação do capital, como asseverou CASTELLS (2006).

Portanto, acredita-se, que o mundo globalizado produz mudanças no papel das cidades, como foi destacado pela própria ALVES (2005). Como alerta Ana Fani A. CARLOS (2001; 2005):

[...] em seu processo de extensão, o capitalismo, longe de prescindir do espaço, realiza-se a partir e por meio deste – reproduzindo o espaço em um ‘novo patamar’ (CARLOS, 2005, p. 30).

Nesse sentido, ALVES (2005) diz que as funções globais não são desempenhadas por toda a cidade de São Paulo, mas por seus fragmentos, suas centralidades; assim como asseveraram outros autores como CORDEIRO (1993), KOULIOUMBA (2002), SANTOS (2002) etc. Logo, a autora enfatiza a idéia de que

são por meio das centralidades que a cidade mundial/global de São Paulo se realiza.

Observe:

Assim, algumas centralidades da cidade de São Paulo assumem a função de articular as ações para os investimentos externos, que se querem fazer presentes no país, internos, que pretendem se globalizar, e entre os dois tipos (ALVES, 2005, p. 138).

Pertinente observação foi realizada pela autora no fragmento acima, notadamente ao destacar que existem atores locais “que pretendem se globalizar” (ALVES, 2005, p. 138). Nesse sentido, recorda-se de FERREIRA (2003a; 2003b) que em sua análise, tudo indica, ignorou essa possibilidade. Ou seja, a globalização não é implantada somente por atores hegemônicos globais como as Empresas Transnacionais. Embora essas empresas sejam fundamentais no atual processo de internacionalização do capital, sendo apontada por alguns autores como LEVY (1997), como as grandes responsáveis pela realização da globalização; não se pode esquecer que os atores hegemônicos locais também exercem papel imprescindível nesse processo. Assim, os atores hegemônicos locais, também começam a operar segundo a “lógica global” para continuar no mercado e ampliar seus lucros. Aliás, aspecto destacado brilhantemente por SAMPAIO e PEREIRA (1997) ao analisar a reestruturação forçada do empresariado brasileiro provocada pelo processo de abertura econômica do país na década de 1990.

Dessa forma, Glória ALVES (2005) ressalta que para se compreender o novo papel de São Paulo na rede de cidades mundiais/globais (a autora utiliza *cidade mundial* e *cidade global* com o mesmo significado), é fundamental se discutir a centralidade. Pois, para a autora, compreender a centralidade é perceber a dinâmica da economia global na cidade. Nesse sentido, concorda-se que a análise das centralidades constitui um dos elementos importantes para se compreender como que o capital externo atua em escala local, inclusive suas interações com as condições históricas locais.

Nesse sentido, a autora faz um retrospecto das *centralidades* da cidade, considerando que até os anos 1960, nas cidades latino-americanas, especialmente no Brasil, “o centro era único e monopolizava as funções importantes” (ALVES, 2005, p.138). No caso específico de São Paulo, a centralidade desse período corresponde aos atuais distritos administrativos Sé e República que, a grosso modo, caracteriza espacialmente o centro tradicional (p.140). Entretanto, “a força da

centralidade exigiu sua própria expansão” (p.139) Assim, a partir de 1970 ocorre a expansão da centralidade paulistana para a região da avenida Paulista,

[...] reconhecida a partir de então por sua concentração de conglomerados financeiros, ainda que a sede da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias e Futuros tenha permanecido no Centro Antigo (ALVES, 2005, p. 139).

ALVES (2005) faz uma pertinente observação a respeito das centralidades. Diz que prefere utilizar a palavra “desdobramento” ao invés de “deslocamento” para se referir ao processo de expansão das centralidades da metrópole de São Paulo. Pertinente porque explicita a idéia de que todas as centralidades ainda exercem funções na atualidade, mesmo que não apresentem preponderância de atores hegemônicos. Acompanhe:

[...] a palavra deslocamento pode sugerir o desaparecimento da centralidade do antigo lugar. Não é disso que se trata. O centro histórico, mesmo tendo a degradação de parte de suas formas espaciais, não perde sua atribuição de central, mas de única centralidade (ALVES, 2005, p.139-140).

Assim, São Paulo têm várias centralidades como a Berrini, Nova Faria Lima, Paulista, Centro Empresarial, Centro histórico e Tradicional, que “possuem os elementos que possibilitam e servem de atrativos para novos investimentos” (ALVES, 2005, p. 141).

Entretanto, a autora ressalta que há uma hierarquia entre as centralidades. Assim, observe que no fragmento a seguir, além de explicitar seu pensamento a respeito dos níveis de centralidade, diz que São Paulo está na terceira divisão da rede de cidades mundiais/globais. Confira:

Faz parte do processo a descontinuidade territorial das atividades, que, por sua vez, só é possível graças ao desenvolvimento técnico e informacional. Assim, haveria os espaços mais intimamente ligados ao processo e outros que estariam à margem do mesmo, o que implicaria uma hierarquização dos espaços da cidade, ou ainda, hierarquização das centralidades. Desse modo existiriam os que estão no ‘topo’, *mesmo que no caso paulista a cidade esteja na terceira divisão da rede de cidades globais*, e aqueles que se relacionam quase exclusivamente à escala local (ALVES, 2005, p. 140, *grifo meu*).

Portanto, verifica-se que para a autora São Paulo é uma cidade mundial/global, já que está inserida nessa rede de cidades. Assim, muitas das transformações constatadas na cidade, deve-se a esse novo papel que é requisitada a desempenhar, como asseverou LENCIONI (1998).

Mas, infelizmente, não explicita a fonte em que se baseou para dizer que a cidade está na terceira divisão da rede de cidades mundiais/globais. Contudo,

observou-se no *primeiro tópico* desse capítulo a respeito da literatura internacional que aborda São Paulo e as teorias de cidade mundial/global, que FRIEDMANN (1995b) classifica São Paulo como cidade mundial na terceira divisão da rede, como uma “importante articuladora nacional”. Todavia, não se sabe ao certo se essa é a sua fonte. Assim, confira um outro fragmento que a autora indica compreender São Paulo como cidade mundial/global.

Chama a atenção que algumas estratégias de recuperação na cidade de São Paulo, apresentadas à sociedade e muitas delas encampadas pelo poder público, sejam inspiradas em processos de requalificação de *outras cidades mundiais* como, por exemplo, Barcelona (ALVES, 2005, p.141-145, *grifo meu*).

Nesse sentido, ALVES (2005) também diz que a importância de São Paulo na rede de cidades mundiais/globais pode ser observada também por meio do crescente investimento estrangeiro direto, desde 1991, “graças aos programas de privatizações governamentais” (ALVES, 2005, p.142). Aliás, indicador muito utilizado na análise sobre o assunto por SASSEN (1998). Logo, não resta mais dúvida sobre o posicionamento de ALVES (2005) acerca de São Paulo e a teoria da cidade mundial/global.

Dessa forma, a partir da análise das centralidades, ALVES (2005) conclui que muitas práticas espaciais, imprescindíveis para a realização do capital como CARLOS (2001) asseverou, estão diretamente ligadas à reprodução do capital na era da globalização. Práticas espaciais que incluem a construção de novas centralidades por meio das parcerias público-privadas para atender ao setor de finanças e de serviços altamente especializados (ALVES, 2005, p. 140); como também o surgimento de espaços “coletivos”, os quais configuram uma “coletivização do privado” (ALVES, 2005, p. 145).

Esses “espaços coletivos”, por sua vez, “tendem a selecionar quem deles pode usufruir” (ALVES, 2005, p. 145). Desse modo, conforma uma estratégia em fazer que os “espaços coletivos” substituam gradativamente não apenas os espaços públicos, mas a própria noção de espaço público. O que, na prática, constitui-se em mais um cerceamento ao uso da cidade pela população, assim como, ampliação de poder dos agentes privados sobre o espaço urbano.

Tem-se mais um tema abordado no texto da autora que se gostaria de destacar: a questão da revitalização e sua relação com a cidade mundial/global.

Glória ALVES (2005) faz uma diferenciação entre duas práticas de revitalização. Entende que o projeto de revitalizar pode tanto atender aos interesses dos atores hegemônicos em associação com o poder público para garantir a reprodução do capital; como, também, revitalizar pode ser entendido como projeto social que permitiria a distribuição de benefícios. No primeiro caso de revitalização, a autora especifica que se trata mais de um processo de “revalorização”, com a intenção de atrair novos capitais. Confira:

O que vemos acontecer é a ação de grupos que se articulam nas áreas citadas [Berrini, Nova Faria Lima, Paulista, Centro Empresarial, Centro histórico e Tradicional], montam estratégias conjuntas com a do poder público e acabam por favorecer as transformações necessárias à reprodução do sistema. É esse o sentido do processo de revitalização da área que corresponde ao Centro tradicional da cidade [...] No caso do processo de ‘revitalização’ do Centro paulistano [...] é justamente pelas ações empreendidas nessa tentativa de transformação espacial que nos parece mais adequado chamar o processo de ‘revalorização’. O que tem se procurado é fazer do Centro novamente lugar de atração de novos capitais (ALVES, 2005, p. 141-143).

Quanto ao outro sentido de “revitalizar”, diz:

Devido ao nosso posicionamento político, o ato de revitalizar, enquanto projeto social, garantiria a democratização aos benefícios advinda das transformações (ALVES, 2005, p. 141).

Embora a autora não tenha feito uma discussão do termo “requalificação”, utilizando-o em um momento do artigo ao comentar o processo de “requalificação” de outras cidades como Barcelona; sabe-se que existem autores como YÁZIGI (2005), com o qual se corrobora a este respeito, que aponta um equívoco no uso do termo “revitalizar” para o Centro Tradicional de São Paulo, por exemplo, e prefere requalificar. Pois diz que o Centro Tradicional tem vitalidade. Logo, o cunho da questão não é “dar vida” ao Centro, mas uma “nova vida”, ou seja, requalificar. “Nova vida” que, no geral, favorece os atores hegemônicos, como se pôde observar no trabalho de FRÚGOLI JR. (2000).

Mas entende-se que a questão central, nesse ponto, embora interessante, nem seja essa – a discussão entre os termos “revitalizar” e “requalificar”. O ponto é: Para quem é necessário “revitalizar/requalificar”? Isso favorece quais atores? Como é realizada essa “revitalização”?

Nesse sentido, a autora alerta que a revitalização integra “uma estratégia de efetivamente elevar e garantir à cidade de São Paulo sua presença na rede de cidades mundiais ou globais, ou seja, na globalização econômica” (ALVES, 2005, p. 140).

Assim, aponta criticamente a associação entre os agentes privados e o poder público na efetivação da “revitalização”. O poder público, por sua vez, negligencia as necessidades da maioria da população em favor dos atores hegemônicos, bem como, aliás, em benefício próprio como se observou na tese de FERREIRA (2003a).

Desse modo, ao analisar esse tema, a autora acertadamente prefere utilizar o termo “revalorização”, pois este permite mostrar a sobreposição do valor de troca ao valor de uso do espaço; logo, a cidade como “mercadoria” (CARLOS, 2001), que atende aos interesses da acumulação do capital.

Nesse sentido, cabe destacar Milton SANTOS (1994) que também se refere a esse processo de revitalização/revalorização/requalificação, mas utilizando o termo “renovação urbana”: “[...] a renovação urbana é, quase sempre, uma resposta às necessidades de empresas mais modernas” (SANTOS, 1994, p. 99).

Enfim, ALVES (2005) faz uma pertinente análise da globalização econômica na metrópole de São Paulo por meio do estudo das centralidades. Analisa, assim, o processo de desdobramento das centralidades, vinculando o surgimento desses novos espaços aos interesses dos atores hegemônicos. Nesse sentido, evidencia questões como a cooptação política e financeira do Estado na construção das centralidades. Centralidades estas que são direcionadas para a realização da atual acumulação capitalista. Como também, destaca a “coletivização do privado”, já que são espaços das empresas que são “abertos” para o uso de um público selecionado.

2.5 O conceito de cidade pós-moderna

Heitor FRÚGOLI JR. (2000) em seu trabalho intitulado “*Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*”, o autor analisa três áreas ou “centralidades” da cidade por meio da investigação de associações que atuam nestas. Nesse sentido, é um trabalho muito interessante. Todavia, tendo em vista o presente objeto de estudo, irá se atentar a, fundamentalmente, dois aspectos: sua compreensão sobre o conceito de “cidade pós-moderna” e sua análise sobre a atuação das associações nas três centralidades da cidade. As centralidades e as respectivas associações são: o Centro Velho com a associação Viva o Centro; a Avenida Paulista com a Paulista Viva e a Berrini-Maginal Pinheiros, com um *pool* de empresários.

O conceito de “cidade pós-moderna” praticamente não aparece nos trabalhos da literatura nacional sobre a cidade. Quando aparece, na maior parte das vezes, não se atribui uma conceituação precisa, sendo usado como sinônimo de outros termos como “cidade mundial/global”. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho de Evelyn LEVY (1997) que utiliza “metrópole pós-moderna” com o mesmo sentido que “cidade mundial/global”. Já FRÚGOLI JR. (2000) realiza uma conceituação de “cidade pós-moderna”. Por outro lado, utiliza “cidade mundial” em seu trabalho sem uma preocupação maior em definir o conceito. Mas indica que há cidades mundiais em países centrais e periféricos ao comentar a comparação entre São Paulo e Los Angeles. Observe:

[...] a diversidade étnica em São Paulo não tem resultado no mesmo tipo de conflito social – basta ver os conflitos de 1993, em Los Angeles [...], *nem possui a mesma composição que pode ser encontrada nas ‘cidades mundiais’ dos países mais ricos*, que certamente atraem hoje um número infinitamente maior de imigrantes de todo o mundo [...] (FRÚGOLI JR, 2000, p. 36, *grifo meu*).

A análise do autor a respeito das associações atuantes nas “centralidades” se constituir um exemplo empírico do “planejamento estratégico” na cidade, marcadamente, no caso da centralidade Berrini-Marginal Pinheiros. Contudo, todas têm a presença de agentes financeiros significativos: Centro Velho – Banco de Boston; Avenida Paulista – Banco Itaú; Berrini-Marginal Pinheiros – Unibanco, que buscam a “construção” do espaço a seu favor.

Nesse sentido, o autor relaciona a cidade moderna ao espaço de interação entre grupos sociais, em certo sentido, se assemelhando com a idéia de IGLECIAS (1999). Assim, diz que à perspectiva moderna tinha como parâmetro intervenções abrangentes e macroestruturais no espaço, negando a realidade “para a construção de uma nova ordem urbana e, por conseguinte, social” (FRÚGOLI JR., 1999, p. 21). Havia, apesar de todas as contradições, uma preocupação em criar “soluções sociais de caráter abrangente” (p. 25). Dessa forma, diz que ao mesmo tempo em que as classes populares foram atingidas por esses “projetos modernistas”, muitas vezes sendo empurradas para a periferia da cidade, por outro lado, também passaram a circular por um maior número de espaços da cidade. Acompanhe:

A cidade moderna passa a ser o espaço por excelência de uma constante interação entre grupos sociais [...] As classes populares foram, sem dúvida, as mais atingidas por esse processo: os largos bulevares que rasgaram o tecido urbano – inserindo Paris numa escala de circulação mais propícia à ordem capitalista industrial de então – puseram abaixo bairros populares [...] Ao mesmo tempo, retiradas de seus antigos espaços, passaram a circular de forma mais intensa por todo o tecido urbano, o que aumentou a

diversidade social dos espaços públicos, num movimento concomitante de sua expulsão como moradores e de sua reintegração como transeuntes ou eventuais consumidores (FRÚGOLI JR., 2000, p. 20).

Nesse sentido, possivelmente, pode-se relacionar a “cidade moderna” com um período em que o “Estado do bem-estar” estava se consolidando, principalmente em países centrais. Assim, havia uma “preocupação social”, tendo em vista o ideário da cidade moderna, pautado na diversidade e convivência interclasses (FRÚGOLI JR., 2000, p. 230). Hoje se presencia o desmonte do “Estado do bem-estar”, com algumas ações pontuais e eminentemente “eleitorais” pelo poder público que, muitas vezes, acaba por prejudicar a população a médio e longo prazos. Pois desvia a atenção das reais urgências da população. Não há ações efetivas que encaminhem para soluções de problemas profundos, como a questão da habitação. É simplesmente, “manutenção do caos”.

Já a idéia de cidade pós-moderna do autor se vincula a intervenções urbanas mais pontuais e parciais, relacionando com a mudança do regime de acumulação, tratada por HARVEY (1989), do sistema fordista para a acumulação flexível no início dos anos 1970. Assim o autor afirma sobre a perspectiva pós-moderna:

Em outras palavras, significa uma intervenção urbanística adequada à nova ordem econômica [...] o arquiteto ou urbanista passa a atender demandas de grupos distintos de clientes, na busca de soluções pontuais e locais [...] abrindo mão de soluções mais abrangentes – típicas do ideário modernista. Tal prática exprime, em outros termos, atender às classes de maior poder aquisitivo, ou o poder do mercado, contribuindo assim para maior fragmentação do contexto urbano (FRÚGOLI JR., 2000, p. 22).

Nesse sentido, FRÚGOLI JR. ao comentar a atuação do *pool* de empresários na centralidade “Berrini-Marginal Pinheiros”, identifica com uma ação típica da “cidade pós-moderna”, já que privilegia exclusivamente a acumulação/reprodução do capital. Logo, sua idéia de “cidade pós-moderna” se assemelha ao conceito de cidade mundial/global na sua “forma paradigma-planejamento estratégico”. Confira:

[...] no caso a territorialidade representada pela Berrini e Marginal Pinheiros, articula-se uma urbanização de apartação e segregação com conseqüências muito sérias para a metrópole. Apesar do grande desgaste desse conceito, não há como negar que se trata de um espaço regido por *muitas características identificadas como pós-modernas – já que mediado exclusivamente por regras de mercado imobiliário, atendendo prioritariamente a clientes específicos* (no caso várias empresas sobretudo do setor terciário, muitas delas saindo das áreas centrais [...] que têm convergido de forma mais recorrente para a metrópole a partir da configuração de um mercado cada vez mais globalizado [...]) (FRÚGOLI JR., 2000, p. 230, *grifo meu*).

Assim, o autor afirma que o ideário da cidade moderna pautado na convivência dos diferentes estratos sociais, atualmente é identificado com badernas

e depredação (FRÚGOLI JR., 2000, p. 230) sendo, portanto, um ideário “combatido”. Diz que as intervenções urbanas identificadas com a perspectiva pós-moderna vai:

[...] abertamente contra as classes populares e os pobres, sob uma hegemonia empresarial em que os interesses públicos são constantemente subordinados aos interesses coletivo privados (FRÚGOLI JR., 2000, p. 230).

Dessa forma, o autor pode ter muita razão, ao se pensar na diminuição dos espaços públicos ou mesmo no seu abandono, como também o surgimento de “espaços coletivos” como ALVES (2005) demonstrou; os quais seriam uma “*coletivização do espaço privado*”, permitido apenas para alguns.

Assim, pode ser uma falsa impressão, mas dentro desse cenário de “não-direito à cidade”, surgiram vários “movimentos”: defesa do meio ambiente; da igualdade de gênero; respeito à diversidade sexual etc. Esses, a meu ver, na prática, corroboram com a “fragmentação” da realidade e permitem “programar” o “uso da cidade” por meio de “passeatas” ou “paradas”. Essas últimas, muitas vezes, além de movimentar dinheiro, tornando-se “mercadorias”; permitem um controle do uso da cidade, diminuindo as possibilidades de haver “baderna”. Mitigando, na prática, o direito à cidade.

Assim, por vezes, as pessoas acreditam que por meio desses movimentos é possível lutar e transformar a realidade para uma situação melhor. E, talvez, até seja possível para questões pontuais. No entanto, os reais problemas (um dos mais profundos sendo a distribuição de renda no país) dificilmente são abordados e “enfrentados” mantendo, assim, o *status*; e ainda dando a *impressão* de participação e de luta às pessoas. Logo esses movimentos, por vezes, se constituem instrumentos de controle social.

Por isso se diz “fragmentação” da realidade, haja vista que são movimentos importantes mas que acabam por encobrir questões mais profundas, especialmente, a meu ver, em países semiperiféricos/periféricos, como é o caso do Brasil, como a profunda desigualdade social existente.

Provavelmente seja essa uma “faceta” da cidade atual, sua versão em “misantrópolis” IGLECIAS (1999). Indivíduos cada vez mais isolados e, provavelmente, mais desmobilizados. Assim, possivelmente, torna-se mais fácil formar um “consenso público” (CARVALHO, 2000) entre a população. Aquele “consenso” que CARVALHO (2000) alertou, o qual defende determinadas ações e investimentos para gerar um bem comum mas que, na verdade, beneficia realmente os atores hegemônicos.

Por fim, cabe comentar rapidamente que FRÚGOLI JR. (2000) em sua investigação, conclui que a Associação Viva o Centro, tendo surgido por iniciativa da sociedade civil, tem mais legitimidade para negociar com diferentes gestões públicas. Sendo que essa associação contempla melhor a questão popular, tendo em vista, sua complexidade interna que incorpora diferentes atores sociais com diversos posicionamentos a esse respeito. Já o caso da Paulista Viva, o autor diz que se trata de um projeto nitidamente vinculado a gestão de Paulo Maluf:

[...] nascido mesmo de dentro do poder público, a partir de uma relação de confiança entre o ex-prefeito e Olavo Setúbal, que é quem detém, sem dúvida alguma, o maior poder político dentro da Associação (FRÚGOLI JR., 2000, p. 224).

Entretanto, FRÚGOLI JR.(2000) também mostra que a Associação Viva o Centro, sofre forte influência da instituição financeira – Banco de Boston. Portanto, as três “centralidades” tratadas, em maior (caso da Berrini-Marginal-Pinheiros) ou menor grau (ainda o caso do Centro Velho), sofrem ações direcionadas para o favorecimento dos interesses de atores hegemônicos, em prejuízo do restante da população da área. Observe o que o autor diz sobre a Associação Viva o Centro:

[...] a partir do apoio público da Viva o Centro (ainda que depois promovendo um grande debate a respeito) ao projeto ‘São Paulo Tower’, o qual, ainda que signifique um empreendimento de realização muito incerta, pode vir a representar uma intervenção de fortíssimo impacto na área central sem que se comprove claramente seus efeitos quanto a requalificação dessa área como um todo, num *empreendimento que se beneficia da aliança do capital especulativo com uma gestão municipal* marcada pela inoperância e pela ilegitimidade (FRÚGOLI JR., 2000, p. 224, *grifo meu*).

Rebeca SCHERER (2002) num artigo intitulado “*Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo*”, é a outra pesquisadora nacional, além de FRÚGOLI JR. (2000), que aborda São Paulo e o “pós-moderno. É importante esclarecer que a autora não utiliza em seu artigo a expressão “cidade pós-moderna” e, sim, “urbanização pós-moderna”. Torna-se nítido que ao dizer “urbanização pós-moderna”, se refere a um tipo de planejamento realizado na cidade, que privilegia o grande capital e não a população, constituindo, assim, a “cidade pós-moderna”. Observe:

Do ponto de vista do que constitui o *receituário pós-moderno*, vemos em São Paulo e em outras cidades também todo um conjunto de operações visando a dotar de infra-estrutura milhares de m² empresariais, investimentos em larga escala em hotéis, flats, locais para feiras e mostras, envolvendo uma intensa atividade financeira (SCHERER, 2002, p. 100, *grifo meu*).

Assim, como a autora enfoca o turismo e a realidade contemporânea, acaba por trabalhar com a análise da *paisagem*. Nesse sentido, ressalta que atualmente a paisagem exerce um grande poder, não apenas pelo seu potencial turístico, mas também na formação da imagem da cidade (SÁNCHEZ, 2001). Essa imagem, por sua vez, como já se abordou, constitui-se importante para a viabilização do planejamento estratégico.

Desse modo, trata da “*city marketing*”, a cidade voltada para os negócios, a “cidade mercadoria” (CARLOS, 2001), destacando o domínio do processo de construção da “cidade mercadoria” pelo setor financeiro ligado ao capital imobiliário. Veja:

No presente, na chamada etapa pós-moderna do capitalismo avançado, a paisagem urbanística uma vez mais passa a ter especial importância. Essa importância, todavia, não decorre de seu potencial turístico – embora também para este seja relevante –, mas sim do papel que a paisagem possa vir a desempenhar na consolidação de imagens que tragam prestígio às cidades como símbolo de eficiência, sociabilidade cosmopolita, presença de tecnologias sofisticadas, fluência nos contatos, constituindo-se em instrumento no âmbito das variadas estratégias empresariais do denominado ‘city marketing’, com o qual comparecem na competição interurbana própria deste período da História. E, ainda, mais importante que isto, pelo potencial de lucros com o qual acena para o setor financeiro ligado ao capital imobiliário em todo o mundo (SCHERER, 2002, p. 88).

SCHERER (2002) observa que o discurso da urbanização pós-moderna atribui ênfase à escala local, negando o planejamento abrangente. Assim, difere do período anterior – *moderno* –, que buscava “estratégias totalizadoras e a-históricas do capitalismo de Estado em sua fase fordista” (SCHERER, 2002, p. 90). Nesse sentido, sua perspectiva se aproxima de FRÚGOLI JR. (2000) ao tratar da cidade pós-moderna, o qual destaca o mesmo aspecto do planejamento pós-moderno.

Desse modo, a autora diz que no Brasil houve uma modernização mas não modernidade, já que não ocorreu empenho equivalente ao dos países centrais na reestruturação das estruturas sociais, econômicas e políticas. Isso resultou, de acordo com a autora, numa exclusão social, na qual grande parcela da população não foi incorporada nesse processo, apesar de importantes avanços na economia, na cultura e na sociedade.

Assim, critica a perspectiva pós-moderna no sentido de que essa censura o padrão “moderno”, o qual seria caracterizado por uma concepção biológica de um suposto homem-tipo, com um arquitetura uniforme, padronizada e reproduzível em larga escala; porém, no processo de fuga desse padrão moderno, a arquitetura pós-

moderna também leva à padronização. Dessa forma afirma que é necessário analisar algumas questões com maior cuidado, como:

1 – A autonomia concedida à ação empresarial, sem programas mais abrangentes de regulação estatal em termos de planejamento, dificulta [...] as possibilidades de participação social; 2 – A internacionalização da estratégia privada produz paisagens idênticas nos vários países, exatamente o que se criticava na paisagem modernista; 3 – A modernização (que aqui significa apenas modernização da gestão empresarial) continua sendo uma modernização conservadora, sem modernidade [...] (SCHERER, 2002, p. 97-98).

Desse modo, SCHERER (2002) ao criticar a “urbanização pós-moderna” se refere ao mesmo fenômeno retratado nesse trabalho, a saber, o “planejamento estratégico”; àquele voltado para a produção da “cidade mercadoria”, para o beneficiamento dos atores hegemônicos.

Todavia, a crítica de SCHERER se diferencia de outros autores como FRÚGOLI JR. (2000) que também tratou do “planejamento pós-moderno”, no sentido de não se posicionar necessariamente contra a esse tipo de planejamento. Observe:

É muito bom que sigamos construindo pavilhões extraordinários com a melhor tecnologia para as feiras, hotéis excelentes para as convenções; é ótimo que os investimentos se façam. Porém, fazer do cotidiano da cidade a grande atração turística e fazer de seus habitantes e do Brasil seus maiores consumidores é uma política, a nosso ver, mais sensata e, sem dúvida, socialmente justa (SCHERER, 2002, p. 104).

Assim, SCHERER (2002) termina por apoiar a “urbanização pós-moderna” que na perspectiva tratada se enquadra no planejamento estratégico. Contudo, a autora apóia esse modelo de planejamento, tendo em vista que para ela é uma alternativa para diminuir a exclusão social.

Entretanto, o que se presencia é um processo de aprofundamento das diferenças sociais, no qual o planejamento estratégico se constitui num importante instrumento para a realização da “cidade mercadoria”. Como SÁNCHEZ (2001) asseverou:

[...] a nova inspiração encontrada pelo capitalismo, que reorganiza a produção subordinada às cidades e aos centros de decisão, implica a compra e venda do espaço na escala mundial. É precisamente o que há de novo no fenômeno do mercado de cidades e, por extensão, no *city marketing* como seu instrumento estratégico: a produção global do espaço (SÁNCHEZ, 2001, p. 347-348).

Portanto, pelos resultados verificados até o momento, parece incompatível acreditar que esse tipo de planejamento possa contribuir para uma sociedade mais equânime. Como WILDERODE (2000) asseverou:

[...] os insumos que se pretende vender pelo ‘plano estratégico’ não passam de atributos valorizados pelo capital transnacional. É aí talvez que reside

seu aspecto mais questionável, ou seja, a aceitação da submissão aos interesses econômicos do capital mundial *que ignoram sobejamente as periferias marginalizadas e os inúmeros grupos de excluídos*, incluindo até cidades como Nova York (WILDERODE, 2000, p. 292, *grifo meu*).

3 Algumas obras nacionais que abordam as teorias pontualmente

Ainda existem alguns estudos que abordam bem pontualmente a cidade mundial/global na literatura nacional, prioritariamente nas duas principais perspectivas verificadas nessa investigação: ou como “diagnóstico” da realidade ou como “paradigma”. Como exemplo de trabalhos que tratam pontualmente da teoria da cidade mundial/global na literatura nacional, mesmo que não relacionando diretamente com São Paulo, cita-se o estudo de Renato ORTIZ (1996). Não se abordará todo o seu estudo, apenas o ponto em que abordou a teoria em questão. Nesse sentido, o autor entende a cidade global (utiliza o termo *global*) na “forma diagnóstica”, compreendendo essa como articuladora do capitalismo mundial. Observe:

A cidade global é, portanto, um núcleo articulador do capitalismo mundial. A rigor, nenhuma destas cidades pode ser entendida dentro de suas próprias fronteiras. Internamente, elas se dilatam, e abrangem a área metropolitana em seus respectivos países; externamente, constituem um rede, um conjunto dinâmico, composto por pólos interativos [...] (ORTIZ, 1996, p. 55).

Apresenta uma idéia cara que pode ser utilizada na reflexão de críticas ao conceito de cidade mundial/global ao dizer que esse conceito é errôneo, já que trata a cidade como um todo sendo *global* e, na realidade, é apenas uma parte dela que pode receber esse *adjetivo*. Assim, é um conceito ideológico.

Não se nega o conteúdo ideológico que, a meu ver, é bem sintetizado na forma de apreensão “paradigma-planejamento estratégico”. Porém, pode-se olhar a questão por um outro viés, também importante na compreensão da realidade.

Nesse sentido, o conceito de cidade mundial/global coloca em relevo os novos elementos do processo de reprodução capitalista que ocorrem em escala global (CASTELLS, 2006), tendo a cidade como condição e meio para sua realização (SASSEN, 1998; CARLOS, 2001; 2005). Não se pretende assim dizer que toda a cidade é global, mas destacar a ação atual dos atores hegemônicos que acaba por atingir toda a espacialidade em menor ou maior intensidade. Assim, ORTIZ (1996) pondera a respeito da abrangência dos fenômenos e inclui a cidade

global como um dos “objetos heurísticos” que permitem a compreensão das especificidades do processo social contemporâneo. Confira:

Para mim, longe de estarmos diante de um paradigma [ao falar da sociedade global], interessa-me reconhecer a especificidade de um processo social. Posso buscar objetos heurísticos – o consumo, as práticas juvenis, as cidades globais, as finanças – que o explicitem. É secundário o fato de esses objetos serem mundiais mas não necessariamente planetários, de possuírem uma dimensão global mas não abarcarem o planeta por inteiro. Afinal, nem todos comem em Mac Donalds, não são todos os jovens que usam jeans e o uso da televisão por mais amplo que seja não atinge uma parcela considerável da população do globo. Importa que eles contenham em si articulações que expressem aspectos centrais do processo como um todo; deslindá-los é compreender nossa condição. A globalização é uma situação histórica na qual as relações sociais estão redefinidas (ORTIZ, 1996, p. 193).

Já MARICATO (2000) trata a cidade mundial/global na perspectiva crítica da “forma paradigma-planejamento estratégico”, ao dissertar sobre planejamento. Assevera, assim, que são “conceitos reificados” que carregam técnicas para a favorecimento dos agentes hegemônicos. Observe:

O risco da incorporação de novos modismo, de conceitos reificados, como cidades mundiais, cidades globais, cidades estratégicas, planejamento idem, distritos, redes, pólos e nós, entre outros, é muito grande. As técnicas também estão aí [...] São propostas que visam, sobretudo, atrair mais investimentos, por meio de movimentos de indução, diante da crise fiscal (MARICATO, 2000, p. 171-172).

E, por fim, María SILVEIRA (2004) que num artigo denominado “*São Paulo: os dinamismos da pobreza*”, que integra o livro “*Geografias de São Paulo: reapresentação e crise da metrópole*”, mas num volume diferente daquele que continha o capítulo intitulado “*São Paulo, cidade mundial?*” que, por sua vez, foi apreciado nessa dissertação, aborda pontualmente a teoria da cidade global.

Dessa forma, realiza uma importante consideração a respeito dos atores não hegemônicos. Nesse sentido diz que não se pode confundir as funções mais modernas da cidade, vinculadas a sua inserção na divisão internacional do trabalho, com a própria cidade (SILVEIRA, 2004, p. 60). Logo, assevera para a coexistência de divisões territoriais do trabalho, que precisam ser consideradas na análise da cidade. Confira:

A cidade não é apenas o reino das grandes corporações e dos grandes bancos, o reino do circuito superior (SANTOS, 1975), mas também o lugar do trabalho não-especializado, das produções e serviços banais, das ações ligadas aos consumos populares – aquelas necessidades criadas pelo nosso tempo mas cuja resposta não é dada a todos pela economia hegemônica (SILVEIRA, 2004, p. 60).

Nesse sentido, observe o que diz sobre as cidades globais:

Não existe, por isso, uma única área de mercado da cidade identificada com o trabalho mais moderno, como pretende a teoria dos lugares centrais ou como sugere o faustoso nome de cidade global, mas áreas de mercado diferentes para os circuitos de produção e circulação que se desenvolvem no seu âmago (SILVEIRA, 2004, p. 60).

Assim, a autora rejeita a teoria das “centralidades”, nesse sentido, se assemelhando ao pensamento de FERREIRA (2003b), o qual afirma que os denominados “serviços avançados” estão, na verdade, “espalhados” pela cidade e não concentrados em algumas áreas. SILVEIRA (2004) também parece indicar que o termo – *cidade global* – designa, predominantemente, uma construção ideológica. Portanto, constitui-se um mito.

Desse modo, a autora também ressalta a apreensão do conceito de cidade mundial/global enquanto planejamento estratégico, tendo em vista que essa cidade seria o parâmetro a ser assegurado para garantir as condições de atuação dos atores hegemônicos mundiais. Assim, os atores não-hegemônicos que atuam em escala nacional e local são considerados um empecilho para o desenvolvimento da economia. Contudo, como se observou com a própria SILVEIRA (2004), SANTOS (1990; 1994) e SASSEN (1998), esses atores não-hegemônicos são fundamentais para o dinamismo da economia, desempenhando importantes funções para a população local. Confirma o que a autora afirma acerca da cidade mundial/global como parâmetro a ser alcançado:

Mas, a força de consolidar o papel da Cidade como sede de uma importante parcela da divisão internacional do trabalho, a equação globalizadora ganha visibilidade nas formas e normas da vida da Cidade. É a vocação da ‘cidade global’ (SASSEN, 1991) que deve ser assegurada a partir de equipamentos coletivos, em escalas compatíveis com as necessidades de fixidez e fluidez dos atores mundiais (SILVEIRA, 2004, p. 66).

4 Algumas considerações

Observou-se que a literatura internacional que trata das teorias e sua relação com a cidade de São Paulo é escassa. Mas, de modo geral, os teóricos que realizaram tal análise, consideraram São Paulo uma cidade mundial/global, não ignorando a sua primeira e, sem dúvida, mais importante especificidade em relação às cidades mundiais/globais dos países centrais: a sua situação de metrópole da semiperiferia do capitalismo.

Como já se destacou a apreensão do conceito de mundial/global, ocorre, prioritariamente, por dois vieses: “forma diagnóstico” e “forma paradigma-

planejamento estratégico”. O “viés” adotado na interpretação pode influenciar o posicionamento final do autor quanto à validade das teorias para a realidade local.

Assim, com exceção de SCHERER (2002), os autores que compreendem a cidade mundial/global como um modelo a ser seguido e aplicado, por meio do denominado “planejamento estratégico”, rechaçam o termo. Já que entendem a “forma paradigma-planejamento estratégico”, se constituindo eminentemente com um conteúdo ideológico, voltado para a formação de um “consenso público”, o qual tem o intuito principal de legitimar ações públicas e privadas para a construção de “centralidades” para os atores hegemônicos, em detrimento das necessidades da população.

Ressalta-se que Rebeca SCHERER (2002), embora tenha realizado algumas críticas ao planejamento estratégico (que em seu trabalho denomina de “urbanização pós-moderna”), como a questão da padronização, acredita que esse tipo de estratégia precisa ser ampliada, como alternativa para a inclusão social.

Contudo, MEDEIROS (1997) e CARVALHO (2000) analisaram o conceito na perspectiva de “diagnóstico” e também rejeitaram sua utilização para São Paulo. Sugerem a elaboração de outra teoria para compreender os atuais processos na cidade de São Paulo já que, de acordo com as autoras, a teoria da cidade mundial/global serviria para explicar os fenômenos das cidades dos países centrais e não do mundo subdesenvolvido. Mas ressalta-se que apenas nesses trabalhos, num espectro relativamente amplo de estudos, ocorreu o rechaçamento da teoria da cidade mundial/global para São Paulo, na perspectiva “diagnóstico”.

Logo, de uma maneira geral, a literatura nacional sobre o tema considera São Paulo uma cidade mundial/global. Entretanto, é importante destacar que a maior parte dos estudos analisados, fazem ressalvas quanto a sua condição de cidade localizada em um país subdesenvolvido. Assim, não pode se constituir uma cidade mundial/global como Nova York ou Londres, pois suas características históricas, culturais e econômicas são diferentes.

Todavia, grande parte dos autores, inclusive na Ciência Geográfica, reconheceram a inserção de São Paulo na rede de cidades mundiais/globais, identificando fenômenos na cidade decorrentes de sua inserção nessa nova fase capitalista, ou seja, vinculada as suas funções na nova divisão internacional do trabalho, tais como o processo de “desindustrialização relativa” (LENCIONI, 2003) e

a realização do capital financeiro, também por meio do setor imobiliário (CARLOS, 2001; 2004; 2005).

É interessante destacar que alguns autores na Ciência Geográfica como CORDEIRO (1993) e ALVES (2005), mas também em outras áreas, trataram o conceito de cidade mundial/global e cidade pós-moderna, por meio da análise das “centralidades”, destacando as “novas centralidades” na cidade de São Paulo, que abrigam atividades do terciário avançado e quaternário. Ressalta-se que essas atividades são reconhecidas como as que comandam o atual estágio do capitalismo.

Como especificidade do fenômeno de cidade mundial/global em São Paulo foi salientado, de maneira geral, o agravamento das desigualdades sociais, já que esses novos processos mundiais se dão sobre uma cidade já debilitada, do ponto de vista da sociedade como um todo. Como ABLAS (1993) destacou, São Paulo é *cidade mundial e metrópole subdesenvolvida*, ao mesmo tempo. E nesse sentido não poderia ser muito diferente, haja vista a “hierarquia” do sistema capitalista.

Logo, não seria uma “cidade mundial de primeira ordem” como os estudiosos que escreveram a obra “*Rio-São Paulo, cidades mundiais*” (1999) preconizaram. Para isso acontecer, a posição do Brasil dentro do sistema deveria mudar. Por mais que uma parte da cidade esteja, muitas vezes, mais vinculada a localidades “extra-nação” do que ao seu entorno, é impossível desconsiderar a sua formação socioespacial, ou seja, desvinculá-la da nação da qual faz parte.

Entretanto, alguns autores se posicionaram marcadamente contra o conceito de cidade mundial/global para São Paulo. Dentre eles, destaca-se FERREIRA (2003a; 2003b), mas também MARICATO (2000) e SILVEIRA (2004). De forma geral, compreendem que o conceito de cidade mundial/global tem forte carga ideológica, sendo utilizado mais para encobrir a realidade do que desvendá-la. Indicam também o uso do conceito para legitimar o planejamento na cidade que favorece a acumulação do grande capital. Tanto que FERREIRA (2003a; 2003b) entende a cidade global como um padrão urbanístico.

Destaca-se que os dois autores que trataram de São Paulo e o conceito de “cidade pós-moderna”, compreenderam este como uma forma de planejamento estratégico.

Na presente investigação, é considerada tanto a “forma diagnóstico” como a “forma paradigma-planejamento estratégico” na interpretação da realidade de São Paulo. Acredita-se que a “forma diagnóstico” tenha surgido primeiro como um

esforço genuíno de compreensão da realidade urbana. E como o capitalismo tudo absorve, surgiu, depois, a “forma paradigma-planejamento estratégico”, a versão eminentemente “mercadológica” e “ideológica” do conceito de cidade mundial/global.

Enfim, acredita-se que para a apreensão “total” do conceito de cidade mundial/global não se pode negligenciar nenhuma das suas interpretações, já que ambas revelam diferentes aspectos da realidade urbana. Tais interpretações, em seu conjunto, podem mostrar com maior propriedade as dinâmicas atuais. Nesse sentido, a interpretação da teoria da cidade mundial/global e, em menor medida de cidade pós-moderna, constituiu-se a escolha de um “caminho” para observação e análise da cidade contemporânea, notadamente, São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pôde-se observar, no desenvolvimento do trabalho, que a teoria da cidade mundial/global sofre algumas críticas, principalmente quando é relacionada à metrópole de São Paulo, uma “metrópole subdesenvolvida” (ABLAS, 1993). Dentre as principais críticas, destaca-se o argumento da “totalização do conceito para o espaço como um todo”, ou seja, a idéia de que é uma teoria utilizada para a cidade como um todo mas que, na verdade, concerne a apenas alguns espaços dentro da cidade. “Espaços da globalização” (SANTOS, 2002) e “ilhas de excelência globalizadas” (KOULIOUMBA, 2002) são algumas das denominações desses espaços.

Entre essas “novas centralidades” na cidade de São Paulo destaca-se a região da Marginal Pinheiros/Nações Unidas e da Avenida Berrini (FRÚGOLI JR., 2000; KOULIOUMBA, 2002). São espaços que agregam atividades terciárias avançadas e quaternárias de criação e controle, com a significativa presença de multinacionais estrangeiras ou empresas nacionais que se relacionam fortemente com o mercado externo. Dessa forma, Adriana SILVA (2001) apresenta de maneira clara essa crítica freqüente ao conceito de cidade mundial/global.

O título de *global cities* que normalmente lhes é outorgado faz esquecer que o que se denomina por cidade global não passa de um sub-sistema da cidade como um todo, ou seja, não explica a grande cidade e por isso mesmo acaba se transformando num poderoso instrumento ideológico contemporâneo (SILVA, 2001, p. 246).

Contudo, apesar de se reconhecer o poder ideológico que o conceito pode exercer, perspectiva, que, aliás, não foi ignorada nessa dissertação (presente na análise da apreensão do conceito de cidade mundial/global na “forma paradigma-planejamento estratégico”, que considera o papel ideológico do conceito na formação do “paradigma” da cidade “ideal/desejável” por meio de um “consenso público” que, por sua vez, justifica e legitima determinadas ações dos atores hegemônicos), não se deve negligenciar, por outro lado, o seu potencial explicativo das dinâmicas espaciais contemporâneas.

Sendo assim, após a apreciação de diversos trabalhos, acredita-se que o conceito de cidade mundial/global tem um forte aspecto positivo, a saber: tentar desvendar e explicar a lógica dominante do “espaço da acumulação global” (FRIEDMANN, 1995b).

Nesse sentido, sabe-se que a “lógica dominante” é uma entre outras “lógicas” que formam a cidade, a realidade. Porém, a meu ver, não se pode desprezar que a ação dos atores hegemônicos acaba por influenciar a ação e a condição de outros atores, mesmo que em diferentes graus. Até porque, a ação dos atores hegemônicos se localiza em determinadas áreas do espaço, mas alcança a totalidade do território, devido ao seu caráter distintivo de comando. Como Milton SANTOS (2002) alertou: “[...] em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total [...] mas sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço” (p. 240).

Ainda, ao se refletir sobre essa crítica da “totalização do conceito para o espaço como um todo”, o artigo de FERREIRA (2003b), criticando a questão das “centralidades” que agregam serviços terciários avançados e quaternários na cidade, afirma que essas “centralidades”, na verdade, não concentram essas atividades, abrigando apenas uma pequena porcentagem destas. Segundo FERREIRA (2003b), tais ocupações estão *espalhadas* pela cidade de São Paulo.

Dessa forma, FERREIRA (2003b) se posiciona contra a teoria da cidade mundial/global como matriz explicativa para a metrópole de São Paulo, não considerando esta uma cidade mundial/global e, nesse sentido, questionando a existência das denominadas “centralidades” terciárias avançadas e quaternárias na cidade, como a da “Nova Faria Lima” ou da “Berrini”, que segundo alguns estudiosos, como ALVES (2005), seriam espaços destinados a atender as “novas funções” da metrópole, as “funções globais”, logo, funções de cidade mundial/global. Mas, por outro lado, FERREIRA (2003b), certamente sem essa intenção, nos faz pensar que a realização dessa “economia global/informacional” (CASTELLS, 2006) pode abranger *diretamente* uma área muito maior da cidade do que se supunha até agora. Contudo, acredita-se que são necessários mais levantamentos para se confirmar esse diagnóstico.

Outra crítica presente nas abordagens sobre a teoria da cidade mundial/global, especificamente em relação à cidade de São Paulo, concerne à validade dessa teoria como matriz explicativa para uma metrópole inserida num país

semiperiférico, já que a origem da teoria relaciona-se às cidades dos países centrais do capitalismo.

Nesse sentido, é necessário destacar que, de fato, realizar uma “colagem de modelos”, ou seja, adotar um modelo de análise e tentar aplicá-lo em outras realidades diversas da sua de origem, desconsiderando os contextos histórico-geográficos específicos, é certamente proceder em uma análise inócua, equivocada. Até mesmo as “cidades mundiais/globais consensuais” (HALL, 1996), que são Nova York, Londres e Tóquio, apresentam diferenças entre si, como apontou TABB (1990).

Como MEDEIROS (1997) alertou, não é o caso de se procurar uma Nova York ou uma Tóquio, ambas “cidades mundiais/globais consensuais” (HALL, 1996), na metrópole de São Paulo. Mas, sim, analisar a “dinâmica global” e suas interações com outras escalas, já que é impossível compreender plenamente a realidade sem que seja considerada a “ordem global” (SANTOS, 2002). Como Adriana SILVA (2001) destacou: “[...] caso desejemos apreender o que é São Paulo hoje, é necessário considerar a metrópole sob o enfoque da totalidade: São Paulo é simultaneamente, local, nacional e global” (p. 246). Daí, a especificidade que os fenômenos assumem, a especificidade dos lugares.

Dessa forma, acredita-se que o conceito de cidade mundial/global e, em menor medida, de cidade pós-moderna, traz uma análise válida, pois embora seja uma teoria baseada em sua origem nas cidades dos países centrais, revela a “forma-conteúdo” de agentes hegemônicos globais, que atuam em escala planetária, em tempo real (CASTELLS, 2006), graças à utilização de novas tecnologias. Tendo, como alertou LEVY (1997), CLARK (1996) e outros, as Empresas Transnacionais como o principal vetor de atuação.

Assim, entende-se que as cidades mundiais/globais são a forma-conteúdo da atual fase do capitalismo, a globalização, assumindo especificidades a depender do lugar. Esses lugares, como destacou CASTELLS (2006), não se restringem a algumas cidades dos países centrais. Agregam diversas localidades, cada qual responsável por determinadas atividades e funções, formando uma rede global de cidades mundiais/globais que colocam em marcha a economia global/informacional. São, ao mesmo tempo, “motor” e “reflexo” da globalização. Apresentam atividades terciárias avançadas e quaternárias de controle e criação. É o “*locus* articulador e integrador da economia mundial na atual fase capitalista” (ABLAS, 1993). Nesse

sentido, poder-se-ia dizer que tais cidades agregam em seu interior o meio técnico-científico-informacional, constituindo mesmo a “cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2002).

Contudo, é importante destacar que, a meu ver, nem todos os países podem apresentar uma localidade como esta, sendo uma possibilidade para países centrais e semiperiféricos, se for adotada a divisão do mundo em centro, semiperiferia e periferia (ARRIGHI, 1998); já que, como ABLAS (1993) destacou, dificilmente cidades em países periféricos teriam a capacidade de funcionar como articuladora da economia mundial, respondendo às novas necessidades do capital. Por outro lado, isso não significa que esses lugares denominados “periféricos” no capitalismo, não sejam importantes no processo de acumulação e reprodução do capital, em diferentes graus, até mesmo como “território-reserva” para posterior expansão do capitalismo (HARVEY, 2005).

[...] admitindo-se a tradicional divisão do mundo em centro, semiperiferia e periferia – em que a idéia de periferia seja aquela que exclui um país do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial –, cidades situadas em países nessas condições dificilmente teriam um papel a desempenhar na integração da economia mundial (ABLAS, 1993, p. 47).

Desse modo, os trabalhos analisados, de maneira geral, consideram São Paulo uma cidade mundial/global. Nesse sentido, destaca-se a observação de Luiz ABLAS (1993) que, ao empreender uma análise acerca da metrópole paulistana à luz do conceito em questão, conclui que São Paulo exerce sua função de “metrópole nacional” e de “cidade mundial/global” ao mesmo tempo. Isto, por sua vez, cabe ressaltar, provoca “conflitos” nas políticas públicas, tendo em vista os diferentes papéis que a cidade é requisitada a desempenhar (SHACHAR, 1993).

Assim, ABLAS (1993) aponta a especificidade da cidade mundial/global de São Paulo, ao dizer que a metrópole paulistana é, concomitantemente, *cidade mundial/global* e *metrópole subdesenvolvida*. E, nesse sentido, não poderia ser diferente, tendo em vista a posição do Brasil na hierarquia do capitalismo mundial. Logo, São Paulo pode ser considerada uma cidade mundial/global de um país semiperiférico.

Como LEVY (1997) alertou em seu estudo que compara diversos aspectos de Londres – uma cidade mundial/global consensual, segundo HALL (1996) – e São Paulo, certas características da contemporaneidade, ligadas à globalização, como fragmentação do mercado de trabalho, diminuição do salário e aumento da terceirização, tornam-se mais complexas no caso brasileiro, tendo em vista as

peculiaridades histórico-geográficas do país, dentre as quais se destaca a presença de gritantes desigualdades socioeconômicas, o que não corresponderia ao caso, segundo a autora, das sociedades de países centrais.

Por fim, cabe apenas mais uma observação a respeito da análise de FERREIRA (2003b) sobre a “permanência” dos fenômenos na metrópole. O autor não concorda que a dinâmica da cidade realmente tenha mudado nos últimos anos. Segundo ele, a cidade é basicamente a mesma dos anos 1950, pois esta já abrigava atividades do terciário avançado desde aquele período.

Entende-se que, de fato, nem tudo são mudanças na metrópole. Por exemplo, determinados problemas como o trânsito, desigualdade social ou deficiências na infra-estrutura persistem e, em alguns casos, com maior alcance (caso do trânsito). Ou mesmo a importância da metrópole de São Paulo no sistema financeiro/bancário que já se apresentava até antes dos anos 1950, como se observou no estudo de PEGAIA (1965).

Todavia, o Capítulo 2 da presente dissertação, ao que tudo indica, mostra que houve, sim, uma mudança significativa na realidade da metrópole paulistana. Ocorreu, deste modo, uma transformação da cidade de “industrial” para “informacional”. E isso é uma alteração qualitativa em sua “forma-conteúdo” (SANTOS, 2002), a qual não pode ser ignorada na compreensão da contemporaneidade desta metrópole.

Assim, dessa maneira, o presente trabalho procurou investigar, prioritariamente, as interpretações a respeito dos conceitos de cidade mundial/global e cidade pós-moderna, tendo em vista a cidade de São Paulo. Nesse sentido, buscou-se colaborar para a análise não apenas da metrópole de São Paulo, mas dos próprios conceitos em questão, já que se entende que tais conceitos (provenientes da análise do real) são elaborações importantes para a apreensão da realidade urbana atual.

Contudo, é importante frisar que as teorias de cidade mundial/global e cidade pós-moderna não constituem o “único caminho” de apreensão da realidade. É somente uma das possibilidades para a investigação da realidade, não excluindo outras mas, sim, colaborando para a compreensão da complexa totalidade em diferentes escalas: global, nacional, regional, local.

Dessa forma, realizou-se um trabalho de sistematização da produção acerca das teorias de cidade mundial/global e cidade pós-moderna na literatura

internacional e nacional, relacionando-as com a metrópole de São Paulo. Logo, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído para uma melhor compreensão dos conceitos e da produção realizada sobre estes. Especialmente na Ciência Geográfica nacional, cuja produção a respeito dos conceitos é relativamente pequena, notadamente a respeito do conceito de cidade pós-moderna. Porém, como foi visto, a pequena utilização e produção acerca do último conceito não é uma exclusividade da Geografia.

Assim, abrem-se novas possibilidades de pesquisa, como um maior aproveitamento do potencial do conceito de *cidade pós-moderna* no estudo da realidade urbana, explorando especialmente sua aplicação a análises “culturais”, presentes em algumas obras internacionais como a de AMENDOLA (2000). Ou mesmo de investigações mais aprofundadas a respeito das atividades terciárias avançadas e quaternárias existentes na metrópole, suas relações com a economia mundial, bem como suas localizações, já que essas atividades são consideradas as articuladoras do atual “espaço de acumulação global” (FRIEDMANN, 1995b).

Nesse sentido, destaca-se a importância de um trabalho que realize uma coleta de dados atualizada sobre algumas dessas atividades ou mesmo uma delas, tendo em vista que há uma latente carência de dados, observável, por exemplo, na tese de KOULIOUMBA (2002). Esta última utiliza dados da *lista telefônica*, numa tentativa de mapear as atividades terciárias avançadas e quaternária presentes na cidade de São Paulo.

Ainda, uma outra possibilidade de pesquisa que se abre, e vale destacar, é a investigação a respeito de outros atores da cidade, considerando a ação dos atores hegemônicos sobre estes outros.

BIBLIOGRAFIA

ABLAS, Luiz. “São Paulo: cidade mundial ou metrópole subdesenvolvida?” In: *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação SEADE, vol. 7, nº 1, abril/junho de 1993.

ALVES, Glória da Anunciação. “São Paulo: uma cidade global”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (orgs.). *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo, Contexto, 2005.

AMENDOLA, Giandomenico. *La Ciudad Postmoderna: magia y miedo de la Metrópolis Contemporánea*. Madrid, Celeste Ediciones, 2000.

ARAÚJO FILHO, J. R. “A população paulistana”. In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume II, A evolução urbana, 1958.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Tradução: Sandra Vasconcelos. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998, 4ª ed.

ARROYO, Mónica. “São Paulo e os fluxos internacionais de mercadorias: a espessura de uma região metropolitana”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Contexto, 2004.

ARROYO, Mónica. *Território e Circulação*. Programa do curso. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1º semestre/2006.

ASCHER, François. “Metropolização e transformação dos centros das cidades”. In: *Os Centros das Metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 59-67.

AUSTIN-BROOS, Diane J. “Gay nights and Kingston town: representations of Kingston, Jamaica”. In: Sophie WATSON; Katherine GIBSON (eds.), *Postmodern cities and spaces*. Cambridge/Oxford, Blackwell, 1996.

AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, volume I ao Volume IV, 1958.

AZEVEDO, Aroldo. “Apresentação”. In: AZEVEDO, AROLD (org.) *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume I, A Região de São Paulo, 1958.

AZEVEDO, Aroldo. "São Paulo, cidade trilionária". In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume I, A Região de São Paulo, 1958.

AZEVEDO, Aroldo. "São Paulo: da Vila quinhentista a metrópole regional". In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo (Capital), Conselho Nacional de Pesquisas, outubro de 1961, nº 39, p. 12-46.

BAPTISTA FILHO, Olavo. "Alguns aspectos demográficos na evolução do desenvolvimento de São Paulo". In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

BEAVERSTOCK, J.V.; SMITH; R.G.; TAYLOR, P.J. "A roster of world cities". In: Globalization and world cities study group and network, 1999, p. 445-458.

BRAUDEL, Fernand [1979]. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII, volume 2, "Os jogos de trocas". São Paulo, Martins Fontes, 1996a.

BRAUDEL, Fernand [1986]. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII, volume 3, "O tempo do mundo". São Paulo, Martins Fontes, 1996b.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Hucitec, Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura, Volume III, 1984, 3ª ed. [Original de 1954, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 2ª ed.].

BUFFONI, Laura. "Rethinking poverty in globalized conditions". In: John EADE (ed.), *Living the global city: globalization as local process*. Londres/Nova York, Routledge, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette C. de Lima (orgs.). *O Espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo, Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo, Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo, Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "A reprodução da cidade como 'negócio'". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS Carles (orgs.). *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo, Contexto, 2005.

CARVALHO, Mônica de. "Cidade global: anotações críticas sobre um conceito". In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, volume 14, nº 4, outubro/dezembro, 2000.

CASTELLS, Manuel. *The Informational City: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Oxford/Cambridge, Blackwell, 1989.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução: Roneide V. Majer. São Paulo, Paz e Terra, 2006, 9ª ed.

CHESNAIS, François (coord.). *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. "A 'nova economia': uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense". In: François CHESNAIS [et al.], *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

CLARK, David. *Urban World/Global City*. London/New York, Routledge, 1996.

CONNELL, John; LEA, John. "Distant places, other cities? Urban life in contemporary Papua New Guinea". In: Sophie WATSON; Katherine GIBSON (eds.), *Postmodern cities and spaces*. Cambridge/Oxford, Blackwell, 1996.

CORDEIRO, Helena Kohn. "A 'cidade mundial' de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano". In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capurano; ARROYO, Mónica. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo, Hucitec/Annablume/ANPUR, 1993.

CUTHBERT, Alexander. "Under the volcano: postmodern space in Hong Kong". In: Sophie WATSON; Katherine GIBSON (eds.), *Postmodern cities and spaces*. Cambridge/Oxford, Blackwell, 1996.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Página Aberta, 1993.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. "Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo". In: François CHESNAIS [et al.], *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

EADE, John (ed.). *Living the global city: globalization as local process*. Londres/Nova York, Routledge, 1997.

ELLIN, Nan. *Postmodern Urbanism*. Cambridge/Oxford, Blackwell, 1996.

EUFRASIO, Mario A. *A Teoria Social de William Thomas e A Escola Sociológica de Chicago*. Programa do Curso. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1º semestre/2006.

FERNANDES, Ana Cristina. "Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no

capitalismo contemporâneo". In: *Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVII, nº 41, 2001, p. 26-45.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, Marlene. "Política Urbana para as Cidades Globais: Rio de Janeiro e São Paulo". In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo. *Rio-São Paulo, cidades mundiais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *São Paulo: o mito da cidade-global*. Tese. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003a.

FERREIRA, João Sette Ferreira Whitaker. "São Paulo, o mito da cidade-global: ideologia e mercado na produção da cidade". In: *A cidade global, existe no Mercosul?* "VI Seminário Internacional da Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano da Rede Mercocidades". Rio Claro, São Paulo, Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2003b.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.

FIX, Mariana de Azevedo Barretto. *São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem*. Dissertação. São Paulo, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. "World city formation: an agenda for research and action". In: *International Journal of Urban and Regional Research*, nº 6, 1982.

FRIEDMANN, John. "The World City Hypothesis". In: *The Urban Sociology Reader*. 1995a. Publicado originalmente em *Development and Change*, nº 17, 1986.

FRIEDMANN, John. "Where we stand: a decade of world city research". In: Paul L. KNOX; Peter J. TAYLOR (eds.), *World cities in a world-system*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995b.

FRÚGOLI JR. Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Edusp, 2006.

FUJIMOTO, Nelson Akio. *A produção monopolista do espaço urbano e a desconcentração do terciário de gestão na cidade de São Paulo: o caso da avenida engenheiro Luís Carlos Berrini*. Dissertação. São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Tradução: Maria J. Ferreira de Castilho. Campinas, Papyrus, 1994.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.

HALL, Peter. *The world cities*. London, World University Library, Weidenfeld and Nicolson, 1966.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo, Perspectiva, 1988.

HALL, Peter. "The Global City". *International Social Science Journal*. March, volume 147, 1996.

HALL, Peter. "Globalization and the world cities". In: LO, F; YEUNG, Y (eds.). *Globalization and the world of large cities*. New York, USA, United Nations University Press, 1998.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 1994, 4ª ed.

HARVEY, David. "A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista". In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1975)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

IGLECIAS, Wagner. São Paulo: alguns impactos socioeconômicos da mundialização do capitalismo sobre uma metrópole periférica – o vetor sudoeste como um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1999.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, Vozes, 2002.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. Tradução: Maria Elisa Cevasco. São Paulo, Ática, 2004, 2ª ed.

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991, 6ª ed.

KING, Anthony. *Global Cities: post-imperialism and the internationalization of London*. London/New York, Routledge, 1991.

KING, Anthony. "The Global, the Urban, and the World". In: KING, Anthony (ed.). *Culture, Globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998.

KNOX, Paul L.; TAYLOR, Peter J. (eds.). *World cities in a world-system*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

KNOX, Paul L. "World cities in a world-system". In: Paul L. KNOX; Peter J. TAYLOR (eds.), *World cities in a world-system*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

KORFF, R. "The world city hypothesis: a critique". In: *Development and Change*, v.18, 1987.

KOULIOUMBA, Stamatia. *São Paulo: Cidade Mundial? Evidências e Respostas de uma metrópole em transformação*. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002.

KOWARICK, Lucio; CAMPANARIO, Milton. "The price of world city status". In: *Development and Change*. Institute of Social Studies, volume 17, number 1, January 1986.

KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporânea*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*. Paris, Anthropos, 1973.

LEMOS, Amália Inês Geraiges. "A metropolização nos países do Terceiro Mundo". In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, Humanitas Publicações, USP/FFLCH, número 13, 1999, p. 7-36.

LEMOS, Amália Inês Geraiges. "São Paulo: metrópole financeira da América do Sul". In: Ana Fani A. CARLOS e Ariovaldo U. de Oliveira (orgs.). *Geografias de São Paulo: A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Contexto, 2004, p. 105-122.

LENCIONI, Sandra. "Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais". In: *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH/USP, número 12, 1998.

LENCIONI, Sandra. "Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo, Contexto, 2003.

LENCIONI, Sandra. "Da cidade e sua região à cidade-região". In: José B. SILVA; Luiz C. LIMA; Denise ELIAS (orgs.), *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo, Annablume, 2006.

LEVY, Evelyn. *Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.

LIPIETZ, A. "New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation". In: A. SCOTT; M. STORPER (eds.),

Production, work, territory; the geographical anatomy of industrial capitalism. Londres, 1986.

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban Fortunes.* California, University of California Press, 1987.

LOPES, Roberto de Almeida Goulart. *Edifícios Emblemáticos: arquitetura monumental contemporânea.* Dissertação. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, 2001.

MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições.* São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

MARCONDES, J. V. Freitas. "Aspectos dos trabalho e do lazer em São Paulo". In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições.* São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

MARICATO, Ermínia. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. "São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades". In: *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, nº 56, março de 2000.

MATTOS, Dirceu Lino de. "O parque industrial paulistano". In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume III, Aspectos da metrópole paulista, 1958.

McGREW, A. "A global society". In: HALL, Stuart; HELD, D.; McGREW, A (eds.). *Modernity and its futures.* Oxford, Polity Press and Open University, 1992.

MEDEIROS, Bianca Freire. "São Paulo, cidade global? Testando algumas hipóteses sobre cidades mundiais na periferia". In: *Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento.* VII Encontro Nacional da ANPUR. UFPE, Recife, Pernambuco, volume 2, 1997.

MÜLLER, N. L. "A área central da cidade". In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume III, Aspectos da metrópole paulista, 1958.

NOBRE, Eduardo Alberto Cuce. *Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros.* Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, Universidade de São Paulo – USP, 2000.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização.* São Paulo, editora olho d'água, 1996.

PEGAIA, Uyvão Antonio. *A rede bancária da cidade de São Paulo*. Dissertação. São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 1965.

PENTEADO, Antonio Rocha. "Os subúrbios de São Paulo e suas funções". In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume IV, Os subúrbios paulistanos, 1958.

PETRONE, Pasquale. "São Paulo no século XX". In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume II, A evolução urbana, 1958.

PETRONE, Pasquale. "A vida urbana paulista". In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

PINTO, L.A. Costa. "Modernização e Desenvolvimento". In: PINTO, L.A. Costa; BAZZANELLA, W. (orgs.). *Teoria do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PRÉTECEILLE, Edmond. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, 2ª edição.

RADESCA, Maria de Lourdes P. de Souza. "O problema da energia elétrica". In: AZEVEDO, Aroldo (org.) *A Cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Volume III, Aspectos da metrópole paulista, 1958.

REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo. *Rio-São Paulo, cidades mundiais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999a.

REZENDE, Fernando; SILVA, Maria da Conceição. "O financiamento das cidades mundiais brasileiras". In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo. *Rio-São Paulo, cidades mundiais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999b.

REZENDE, Fernando; ACCORSI, Affonso. "Uma política urbana para as cidades mundiais brasileiras". In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo. *Rio-São Paulo, cidades mundiais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999c.

RYBCZYNSKI, Witold. *Vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo*. Tradução: Beatriz Horta. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1995.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. "São Paulo: cidade global?" In: *Encontro Nacional da ANPUR 7*. Anais. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, vol. 2, p. 1036-1053.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Tese. São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo, Nobel, Secretaria de Estado d Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/EDUC, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. “De uma Geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização”. In: *Cultura Vozes. Imagem: A arte do simulacro*. São Paulo, Editora Vozes, número 4, ano 91, Volume 91, Julho-Agosto, 1997, p. 14-30.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2001a, 5ª ed.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura Silveira. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001b, 3ª ed.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capurano; ARROYO, Mônica (orgs.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. São Paulo, Hucitec/Annablume, 2002, 4ª ed.

SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. “A cidade global”. In: L. LAVINAS et al. (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, ANPUR/HUCITEC, 1993.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. Tradução: Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia; ROOST, Frank. “A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento”. Tradução: José Tavares Correia de Lira. In: *Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVII, nº 41, 2001, p. 66-74.

SCHERER, Rebeca. “Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo”. In: Eduardo YÁZIGI (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo, Contexto, 2002, p. 83-105.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades, 2000, 5ª ed.

SCOTT, Allen J; AGNEW, John; SOJA, Edward E.; STORPER, Michael. “Cidades-regiões globais”. Tradução: Daniel Julien Van Wilderode. In: *Espaço e Debates*.

Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVIII, nº 41, 2001, p. 11-25.

SHACHAR, Arie. "A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global". In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério; SILVEIRA, Carmen (orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação, Departamento de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983, p. 75-97.

SILVA, Armando Corrêa da. *O Espaço fora do lugar*. São Paulo, Hucitec, 1978.

SILVA, Armando Corrêa da. "O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho". In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capurano; ARROYO, Mónica. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo, Hucitec/Annablume/ANPUR, 1993.

SILVA, Adriana Maria Bernardes da. *A Contemporaneidade de São Paulo: Produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese. São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

SILVEIRA, María Laura. "Por una epistemologia geográfica". In: BERTONCELLO, Rodolfo; CARLOS, Ana Fani Alessandri (orgs.). *Procesos Territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2003, p. 15-26.

SILVEIRA, María Laura. "São Paulo: os dinamismos da pobreza". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo, Contexto, 2004.

SILVEIRA, María Laura. *Questões de Método em Geografia*. Programa do Curso. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2º semestre/2005a.

SILVEIRA, María Laura. *Questões de Método em Geografia*. Anotações do curso. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2º semestre/2005b.

SIMON, David. "The world city hypothesis: reflections from the periphery". In: Paul KNOX, Paul L.; TAYLOR, Peter L. (eds.). *World cities in a world-system*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

SOJA, Edward W. "Postmodern urbanization: the six restructurings of Los Angeles". In: Sophie WATSON; Katherine GIBSON (eds.), *Postmodern cities and spaces*. Cambridge/Oxford, Blackwell, 1996.

SOJA, Edward W. "Six Discourses on the Postmetropolis". In: *Urban – Revista Del Departamento de Urbanística y Ordenación Del Territorio*, nº 2, 1998.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford/Malden/Carlton, Blackwell, 2000.

SOUZA, Maria Adélia A. de. "Território e lugar na metrópole – Revisitando São Paulo". In: Ana Fani A. CARLOS e Ariovaldo U. de OLIVEIRA (orgs.). *Geografias de São Paulo: A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Contexto, 2004, p. 21-50.

STORPER, M. *Industrialization Economic Development and the Regional Question in the Third World: from import substitution to flexible production*. London, Pion, 1991.

TABB, William. "As cidades mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio". In: VAILADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (orgs.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo – Nobel, Rio de Janeiro – Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1990.

TAYLOR, Peter. "World cities and territorial states: the rise and fall of their mutuality". In: Paul L. KNOX; Peter J. TAYLOR (eds.), *World cities in a world-system*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

TOLOSA, Hamilton. "A reestruturação produtiva do Rio e São Paulo e a viabilidade das cidades mundiais brasileiras". In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo. *Rio-São Paulo, cidades mundiais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. "Polarização social e novas territorialidades em São Paulo: as diferentes faces da cidade mundial". In: *Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento*. VII Encontro Nacional da ANPUR. UFPE, Recife, Pernambuco, volume 2, 1997.

VIEIRA, Dorival Teixeira. "Comércio Paulista com o exterior e com outros estados". In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

VILLAÇA, Maria José. "Aspectos da economia paulista". In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

VITA, Luís Washington. "A industrialização em São Paulo". In: MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

WALLERSTEIN, Immanuel. "Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo". In: François CHESNAIS [et al.], *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003.

WATSON, Sophie and GIBSON, Katherine (eds.). *Postmodern cities and spaces*. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, 1995.

WILDERODE, Daniel Julien Van. *Cidade à venda: interpretações do processo imobiliário*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU, Universidade de São Paulo, 2000.

YÁZIGI, Eduardo. "Funções Culturais da metrópole. Metodologia sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo". *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (orgs.). Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo, Contexto, 2005.